



**COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL  
NA COSTA PORTUGUESA  
- Estudo Geográfico -**



Dissertação Apresentada para Obtenção do Grau de Doutor  
pela Universidade Nova de Lisboa  
no Ramo de Geografia e Planeamento Regional,  
Especialidade de Ambiente e Recursos Naturais.

Henrique de Matos Nogueira Souto  
Lisboa - 1998



50317

21406



## Agradecimentos

Não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que de uma ou outra forma me apoiaram para a realização deste trabalho, sem esquecer, naturalmente, os pescadores, os meus colegas, amigos e familiares. Em especial desejo destacar:

A Professora Doutora Raquel Soeiro de Brito, orientadora desta tese, que me despertou para o valor do estudo dos mares, dos seus recursos e das populações humanas que deles vivem, tema de que muito se fala mas de que pouco se faz, apesar da importância que os meios aquáticos e, destes, os marinhos inquestionavelmente possuem. Foi por seu incentivo e pela sua visão do futuro, e enquanto coordenadora do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que esta temática foi introduzida pela primeira vez numa licenciatura em Geografia em Portugal e, por via disso, que este trabalho foi elaborado.

O Professor François Carré, geógrafo francês especialista em assuntos dos mares e das pescas, pela sua amizade e pelas inúmeras ajudas, tanto científicas como técnicas. A ele fico a dever os primeiros ensinamentos na realização de cartas por computador e este trabalho toda a cartografia e ilustrações, que não teriam sido possíveis sem esses primeiros passos que me proporcionou, sem referir todas as outras ajudas pontuais ...

O Dr. Vasco Valdez, profundo conhecedor do mundo das pescas, que me sugeriu o estudo da pesca artesanal e a quem este trabalho também tanto deve pela sua orientação geral, ensinamentos dos assuntos das pescas e contactos com o mundo dos pescadores.

O Sr. António José Macedo, do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, pela inexcedível disponibilidade e acompanhamento no terreno, o que muito facilitou os contactos com as comunidades de pescadores do Norte do país.

Obviamente uma palavra mais de apreço para todos os pescadores, e pessoas e entidades que me receberam, com frequência inexcidevelmente, e me prestaram preciosas informações ou simplesmente comigo conversaram sobre a pesca, as suas vidas e expectativas...

“Todas as povoações de pescadores que conheço estão arruinadas. Façamos as contas: os de Valbom, mortos; os de Esposende, mortos; mortos os da Foz; os de Mira com quatro companhas em vez de quinze, e os da Póvoa, que perderam todos os seus costumes, arruinados e fugindo para o Brasil e para a África. E por toda a costa portuguesa a pesca rareia. Como temos o condão de estragar tudo, empobrecemos as populações da beira-mar, para enriquecer meia dúzia de felizes. Cultivar o mar é uma coisa - é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa - é ofício de industriais.”

Raul Brandão, *Os pescadores*, 1923.



# INDICE

	Páginas
Agradecimentos .....	5
INTRODUÇÃO .....	13
I - A PESCA EM PORTUGAL .....	17
1. A influência da posição na problemática das pescas portuguesas ...	17
2. A pesca portuguesa no contexto europeu e mundial .....	23
II - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PESCA .....	31
1. Classificação da pesca em função da forma de organização económica e das áreas de pesca .....	31
2. As artes da pesca artesanal .....	37
2.1. Redes .....	40
2.2. Linhas e anzóis .....	42
2.3. Armadilhas .....	42
2.4. Instrumentos de ferimento .....	44
2.5. Outras artes .....	46
III - A PESCA ARTESANAL EM ÁREAS ESTUARINAS .....	47
1. Caracterização dos estuários .....	47
2. A pesca de migradores nos estuários do Noroeste .....	55
2.1. As espécies exploradas .....	56
2.2. As artes de pesca e sua regulamentação .....	60
2.3. A pesca e os pescadores .....	69
2.4. A pesca de migradores: um problema de difícil resolução ..	73
3. A pesca nos grandes estuários do Tejo e do Sado .....	77
3.1. Tejo: os pescadores da Póvoa de Santa Iria .....	77
3.2. Sado: os pescadores-agricultores da Carrasqueira .....	88



3.2.1. O povoado .....	91
3.2.2. A pesca .....	97
4. Breve caracterização das lagunas costeiras e sua utilização .....	102
 IV - A PESCA ARTESANAL EM COSTA BAIXA .....	 113
1. Caracterização geral da costa baixa portuguesa .....	115
2. A pesca e os pescadores .....	127
2.1. Comunidades do Norte .....	127
2.2. Comunidades da Área Metropolitana de Lisboa .....	130
2.3. Comunidades do Algarve .....	130
3. A pesca com a arte da <i>xávega</i> .....	132
3.1. A <i>xávega</i> - antecedentes e evolução .....	132
3.2. A <i>xávega</i> na actualidade - definição e limitações legais .....	138
3.3. Comunidades da <i>xávega</i> .....	139
3.3.1. A <i>xávega</i> nas praias da Península de Setúbal .....	141
3.3.2. A <i>xávega</i> entre a Praia da Vieira e Espinho .....	144
3.4. A organização da pesca .....	155
3.4.1. As companhas, a pesca e as remunerações .....	155
3.4.2. A comercialização .....	164
3.5. Conseguirá a arte da <i>xávega</i> sobreviver? .....	169
3.6. Estratégias de sobrevivência .....	172
 V - A PESCA EM COSTA DE ARRIBAS .....	 179
1. Caracterização sumária da costa de arribas em Portugal .....	180
2. As pequenas comunidades de pescadores em costa de arribas .....	185
2.1. Entre a Península de Peniche e o Cabo da Roca .....	185
2.2. Na costa alentejana e vicentina .....	187
2.3. No Algarve Ocidental .....	189
3. A “decadência” da pesca na Ericeira .....	191
4. Uma pequena companhia de Assenta (Ericeira) .....	195

VI - A PEQUENA PESCA NOS PORTOS DE PESCA INDUSTRIAL ...	203
1. Os portos de pesca industrial .....	203
2. A importância das actividades induzidas .....	208
3. A <i>sombreira</i> : uma nova arte de pesca artesanal num porto de pesca industrial .....	212
3.1. A <i>sombreira</i> - descrição e utilização .....	213
3.2. Origem e difusão .....	214
3.3. <i>Sombreiras</i> vs. <i>mugigangas</i> .....	217
REMATE .....	219
BIBLIOGRAFIA .....	229
ANEXO	
Glossário	





## INTRODUÇÃO

A pesca é uma actividade de recollecção que se desenvolve à custa da exploração dos recursos biológicos da hidrosfera e que envolve três componentes: os recursos biológicos aquáticos, o meio físico-químico em que as espécies vivem e o Homem, enquanto recolector (ou predador). De acordo com esta definição, inspirada em Lackey *et al.* (1980), encontramos uma enorme diversidade de sistemas, que podem ir desde a caça à baleia, à apanha de algas, à pesca com fins recreativos ou comerciais. Esta variedade é o resultado da adaptação dos grupos humanos aos recursos disponíveis, às técnicas e até ao estado da economia num determinado tempo e espaço.

A definição de pesca exclui, pois, actividades que, embora se desenvolvam a expensas do meio aquático e a partir dos seus recursos biológicos, pressupõem um controlo mais ou menos completo das suas componentes bióticas e abióticas, como é o caso de todas as formas de aquicultura (maricultura, piscicultura, anguicultura, etc.), que não serão objecto de estudo neste trabalho, a elas apenas se fazendo referências marginais.

A pesca caracteriza-se por se desenvolver em espaços distintos mas adjacentes, cada um dos quais com características e funções diferentes; ao espaço marítimo (espaço de produção) junta-se o espaço portuário (pólo estruturante) e a este o espaço continental (território de consumo do produto). Enquanto sub-sistema da pesca, a pesca artesanal enquadra-se num “ambiente” económico, legal e administrativo particular, que constantemente interactua com outros sub-sistemas, como a pesca industrial, a agricultura, a aquacultura ou o turismo.

Apesar dos seus mais de 800 quilómetros de costa e das inúmeras comunidades de pescadores que nela vivem, Portugal tem vivido nos últimos anos de costas voltadas para o mar e para as actividades económicas dele dependentes. Este fenómeno foi agravado com a adesão do país à Comunidade Económica Europeia (actual União Europeia), altura a partir da qual o país se “voltou” para a Europa e seus centros de decisão

política e económica, enquanto, ao mesmo tempo, a população e as actividades económicas se foram dirigindo cada vez mais para as regiões litorais, abandonando, conseqüentemente, o interior. Este cada vez mais se despoeva de gentes e “fazeres”, originando mesmo o desenvolvimento de novas terminologias para designar o fenómeno: passa-se a falar de *desertificação humana* do interior e de *litoralização*, mas nunca, por exemplo, de *maritimização*, como em França, porque, na realidade, este fenómeno não existe em Portugal. De facto, as densidades crescentes que se registam no litoral português não têm qualquer relação com o mar, mas com a fraca economia e a pouca capacidade de sustentação humana que a maior parte do interior do país apresenta.

Ao mesmo tempo que a população se tem dirigido para o litoral, o mar e as actividades marítimas parecem não despertar o interesse dos estudiosos das várias áreas do conhecimento, sobretudo da área das Ciências Sociais e Humanas, o que no mínimo é estranho e contrasta fortemente com a situação noutros países, onde nos últimos anos houve forte incremento dos estudos ligados ao mar.

O contributo das Ciências Sociais e Humanas para as pescas e para os pescadores tem sido negligenciado: grande parte dos problemas por nós detectados nas diversas comunidades de pescadores, muitos dos quais de grande gravidade, resultam da falta de conhecimento das realidades sociais e económicas locais e regionais.

Os geógrafos portugueses que nas décadas de 50 e 60 produziram das obras mais marcantes sobre as comunidades piscatórias de Portugal<sup>1</sup> não continuaram as suas investigações nesse sentido. Nas décadas de 80 e 90 os geógrafos praticamente nada fizeram em termos do estudo da pesca e é no âmbito da Sociologia e da Antropologia Cultural que nos têm aparecido estudos, alguns dos quais esclarecedoramente vindos de investigadores estrangeiros, que facilmente encontram ao longo da costa fartos motivos de investigação; por exemplo, os trabalhos de Jan Brøgger sobre a Nazaré (1992, 1992a) e de Sally Cole sobre Vila Chã (1994). De

---

<sup>1</sup> Por exemplo, os trabalhos da Professora Raquel Soeiro de Brito sobre Palheiros de Mira (1960), sobre Albufeira (1951), ou ainda o estudo comparativo sobre os pescadores e agricultores portugueses no Rio de Janeiro (1960); os trabalhos da Professora Carminda Cavaco sobre Monte Gordo (1974) e sobre o Algarve (1976) ou ainda o trabalho da Doutora Maria Alfreda Cruz sobre Sesimbra (1966), para só referir alguns.



entre os autores nacionais podem citar-se os trabalhos de Carlos Diogo Moreira sobre as populações marítimas portuguesas (1987), de Inês Meneses e Paulo Mendes sobre a comunidade de Azenha do Mar/Odemira (1996) e de Maria Luísa Moreirinhas, sobre os pescadores do chinchorro da Torreira (1998). A esta nova dinâmica não são estranhos os inúmeros cursos de mestrado na área das Ciências Sociais, de que resultam algumas teses sobre as comunidades de pescadores.

Apesar da dificuldade da tarefa, o nosso objectivo foi fazer o estudo das pequenas comunidades de pesca artesanal da costa portuguesa.

O estudo da pesca nunca é simples porque mesmo a nível local a extensão territorial dos fenómenos haliêuticos é geralmente muito vasta, quer pelo espaço marítimo envolvido quer pela integração da produção da pesca em sistemas de distribuição frequentemente complexos.

Na abordagem do espaço, os fenómenos “revelam-se” ou “escondem-se” em função da escala a que são observados, isto é, do nível de análise espacial desses fenómenos. Uma pequena comunidade de pescadores revela-se de modo diferente conforme é estudada isoladamente das restantes (isto é, a grande escala ou localmente), em conjunto com as comunidades vizinhas (isto é, a média escala ou regionalmente) ou integrada no país (isto é, a pequena escala ou a nível nacional) ou ainda integrada num espaço mais vasto, por exemplo o território da União Europeia (isto é, a muito pequena escala ou a nível de um espaço económico integrado). O detalhe dado pela grande escala, fundamental para compreender o sentir e o viver das pessoas e a sua tradução num território particular e único vai-se perdendo à medida que se muda de escala embora, por outro lado, se ganhe em integração e em comparação.

A análise da realidade a diferentes níveis, não privilegiando nenhum deles, mas integrando-os uns nos outros, permite compreender melhor os fenómenos e, sendo caso disso, sugerir medidas no sentido de melhorar a vida das pessoas no seu dia-a-dia, com respeito pelo espaço em que vivem e pelos recursos que utilizam.

Para o praticante de Geografia o contacto com o território a estudar é indispensável: só no terreno se pode “corrigir” uma informação pré-existente

e se consegue “sentir o pulsar da vida” fundamental para se compreenderem práticas e atitudes, por vezes com repercussões espaciais muito importantes.

Assim, o estudo da pesca artesanal ora proposto mais do que na bibliografia (porque pouco numerosa) e informação estatística (quase inexistente) baseou-se essencialmente no contacto directo com as comunidades de pesca artesanal, das quais se fez um reconhecimento prévio em todo o litoral português e nas margens estuarinas e lagunares e que se desenrolou ao longo dos últimos três anos. Este contacto directo com os pescadores e seus locais de trabalho permitiu constatar a enorme diversidade de situações e as inúmeras dificuldades em que se desenvolve a pesca artesanal em Portugal e as soluções engenhosas sempre encontradas pelos pescadores para reduzir as limitações impostas pela natureza.

Constituindo os mapas uma das especificidades da Geografia, não nos eximimos de realizar os necessários para aclarar diversas situações.



## I - A PESCA EM PORTUGAL

### 1. A influência da posição na problemática das pescas portuguesas.

No extremo ocidental da Europa, entre os 42º 09' e os 36º 57' de latitude Norte e entre os 9º 30' e 6º 12' de longitude Oeste, localiza-se o território de Portugal continental, limitado a Norte e a Leste pelo território espanhol e a Oeste e a Sul pelo Oceano Atlântico. Do seu contorno de cerca de 2000 quilómetros, 41% (832 Km) correspondem à sua fachada marítima, 2/3 da qual aberta a Oeste e a restante a Sul. Embora extensa, esta fachada não é comparável à de outros países e regiões europeias; por exemplo, a costa da vizinha Galiza, muito recortada, totaliza mais de 1300 quilómetros de extensão (Lois González *et al.*, 1997; 115).

Dada a sua posição em latitude, o território português é influenciado no Inverno pelas massas de ar húmidas que atravessam o Atlântico em conformidade com a circulação geral da atmosfera, de Oeste para Leste, enquanto no Verão, a subida para Norte do anticiclone dos Açores funciona como obstáculo à penetração das referidas massas de ar no território nacional, tornando o tempo quente e seco; as estações de transição (Primavera e Outono) alternam os estados de tempo, ora com dias quentes e secos ora com dias chuvosos e com muito vento.

O estado do mar, determinante para a pesca, e sobretudo para a pequena pesca local, acompanha de perto o estado da atmosfera, mas com “nuances” locais e regionais importantes<sup>2</sup>.

Na costa ocidental (entre o rio Minho e o Cabo de S.Vicente) ocorrem, em cerca de 80% do ano, situações com vaga associada aos ventos de Norte e de Noroeste, o que no Verão ocasiona o regime de nortada<sup>3</sup>, com importante variação diurna (maiores alturas e períodos para o fim da tarde) enquanto todas as áreas abrigadas de Noroeste têm estados

---

<sup>2</sup> A informação sobre o clima de agitação marítima foi retirada de Pires, 1985.

<sup>3</sup> Para a pesca a ocorrência de nortada é muito importante já que as situações de afloramento costeiro são geradas pela nortada (veja-se Fiuza, 1980).

de mar muito calmos<sup>4</sup>. No Inverno e nas estações de transição são, porém, comuns situações de “Mar de Sudoeste” associadas a depressões ou superfícies frontais que originam áreas de geração de Sudoeste, o que torna a entrada e a saída dos portos difícil, por vezes durante vários dias. Todavia, para a pesca e a navegação em geral a maior limitação é a ocorrência de “temporais de Oeste”, no Inverno, o que ocasiona o encerramento da maioria dos portos: associada à descida em latitude de frentes polares, origina ondulação forte de Oeste (até 8 metros de altura) e persiste durante 8 ou mais dias.

Na costa Sul (do Cabo de S.Vicente ao rio Guadiana), dada a sua orientação Oeste/Este e a sua menor latitude, o mar é mais calmo e apresenta em mais de 70% do ano ondas de altura inferior a 1 metro. Na maior parte do ano, a costa algarvia apresenta o designado “Mar de Brisa”, gerado localmente e com marcada periodicidade diurna: de manhã o mar apresenta-se encrespado de Sudoeste e pequena vaga (0,5 m), rodando com o vento para Norte e tornando-se para o fim da tarde de cerca de 1 metro de altura, para depois cair até de madrugada. Na costa algarvia, as situações mais problemáticas para a navegação prendem-se com o “Mar de Levante”, quando o vento sopra de Sudeste e a altura das ondas chega a ultrapassar os 3 metros; o vento e a vaga associados a esta situação aparecem em poucas horas e são provenientes do estreito de Gibraltar. Para além das situações de Levante, também a ocorrência de “nortadas” origina problemas à navegação pois dá origem a alturas de onda crescentes com a distância a terra (0,5 m a 5 milhas da costa mas 1,5 m a 20 milhas). Finalmente, as situações associadas a temporal de Oeste, na costa ocidental, originam na costa Sul agitação marítima de Sudoeste, com 2 a 3 metros de altura, a qual diminui para sotavento.

“*Mediterrâneo* por natureza, *atlântico* por posição”, como formulou Pequito Rebelo (cit. por Orlando Ribeiro, 1986; 39), o território português, apesar de muito aberto ao Atlântico, de onde provém o essencial das suas características atmosféricas e oceanográficas, tem, a níveis menos perceptíveis, diversas características mediterrâneas. Destas, a inquestionável semelhança entre a plataforma continental portuguesa e a

---

<sup>4</sup> Por este motivo, todos os portos da costa ocidental estão protegidos de Noroeste.



mediterrânea é determinante para a pesca (fig. 1). De facto, um dos defeitos estruturais amiudamente apontados para a pesca portuguesa (isto é, a grande percentagem de pequenas embarcações no total nacional da frota) mais não é do que a sua adequação às características dos recursos que explora, já que a pequena largura da plataforma origina que eles ocorram no máximo até cerca de 65 quilómetros da costa, mais frequentemente até 20/30 quilómetros<sup>5</sup>. Esta situação não é, mais uma vez, comparável à dos países do Norte da Europa, possuidores de extensas plataformas e mares mais ricos.

Inserido num *meso-complexo biogeográfico de pesca de águas temperadas quentes*<sup>6</sup>, limitado pelas isotérmicas médias anuais da superfície das águas entre os 12° C., a Norte, e os 20° C., a Sul, a pesca nas águas portuguesas caracteriza-se por ser dirigida a um número elevado de espécies (mais de 80), ao invés do que ocorre, por exemplo, no meso-complexo de águas frias, de temperaturas inferiores a 12° C., do Norte, caracterizado pela pesca de menor número de espécies (cerca de 18) e, logo, por rendimentos médios da pesca mais elevados nestas regiões (Rass e Carré, 1980) - fig. 2.

<sup>5</sup> No oceano, o essencial dos recursos biológicos encontra-se nas águas costeiras, única região onde a associação entre a luz e as substâncias nutritivas necessárias à produção primária, base das cadeias alimentares, se encontram disponíveis em quantidade suficiente.

<sup>6</sup> O conceito de *complexo biogeográfico de pesca*, desenvolvido por Rass e Carré (*op.cit.*), dá-nos conta, basicamente, da selecção que o Homem opera sobre os recursos da pesca de que dispõe. Estes distribuem-se pelas diferentes áreas oceânicas fundamentalmente em função da temperatura das águas, principal factor que condiciona a sua repartição. Como regra geral, o maior número de espécies aparece nas águas mais quentes, diminuindo com o decréscimo da temperatura; inversamente, as regiões com menor número de espécies apresentam, para cada uma delas, efectivos populacionais mais numerosos. Sobre as espécies disponíveis, o Homem opera uma selecção dirigindo a pesca, em primeiro lugar, às espécies mais abundantes, mais acessíveis e de melhor qualidade, apenas se dirigindo a outras por substituição (isto é, se a espécie mais interessante escasseia, a pesca é dirigida a outra espécie, até então pouco ou nada explorada, que passa, eventualmente, a funcionar como pescaria principal). Assim, por exemplo, as águas frias boreais (temperatura superficial média anual inferior a +6°C) sendo povoadas por poucas espécies, mas com efectivos numerosos, dão origem a importantes pescarias sazonais de pesca longínqua (sazonais porque, devido ao tipo de clima, em grande parte do ano é impraticável a pesca nestas regiões; longínquas porque regiões com pouca população humana, atraindo as embarcações da Europa mais meridional, onde o consumo de peixe é importante). Pelo contrário, nas regiões de águas mais quentes desenvolveu-se essencialmente uma pesca de características regionais e locais, com forte peso da pesca artesanal, já que se trata de regiões onde o número de espécies é mais elevado, os constrangimentos climáticos são menores e as costas povoadas por importantes populações humanas.

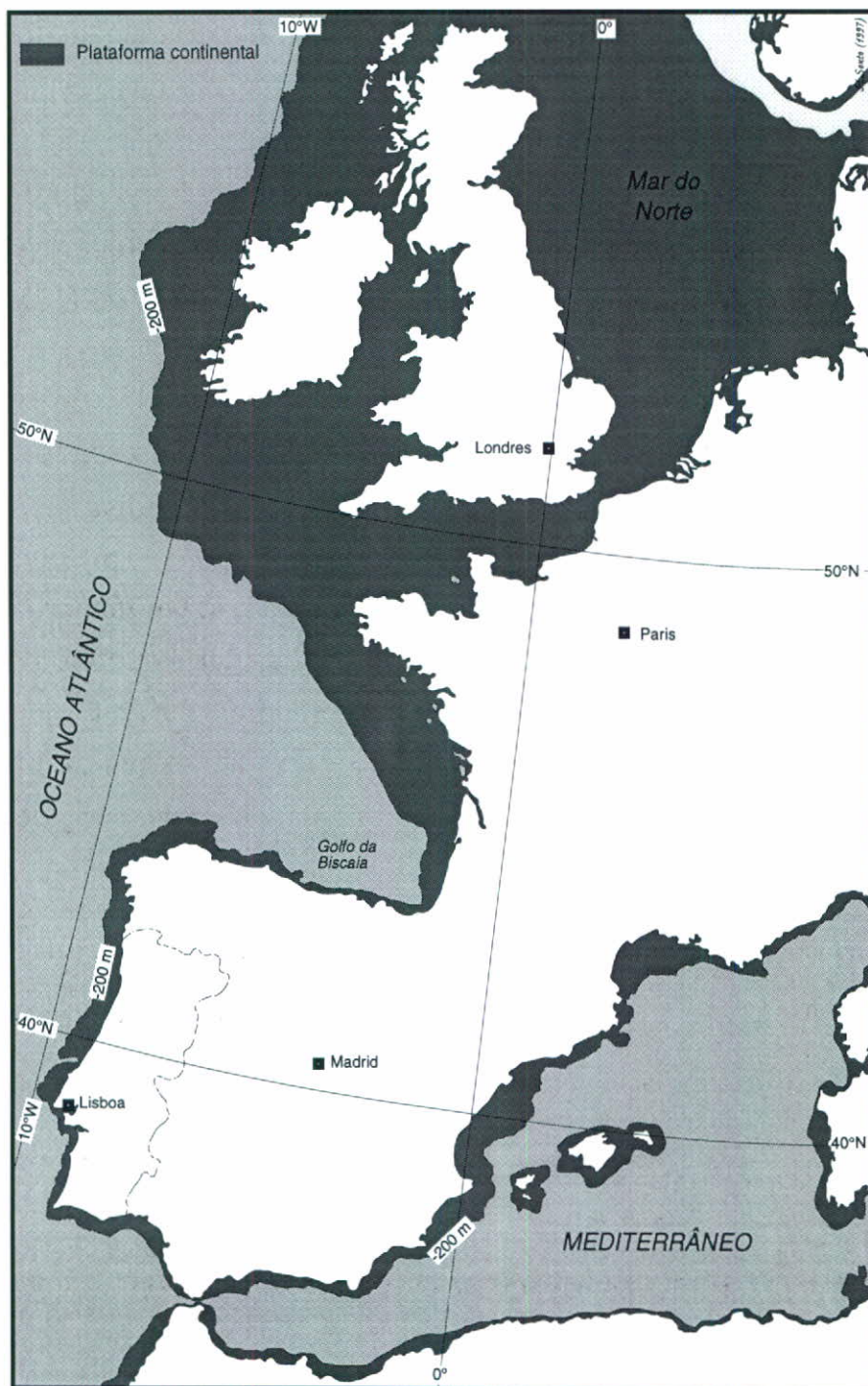


Fig. 1 - Posição de Portugal e comparação entre as plataformas continentais do Mediterrâneo ocidental e da Europa Atlântica.



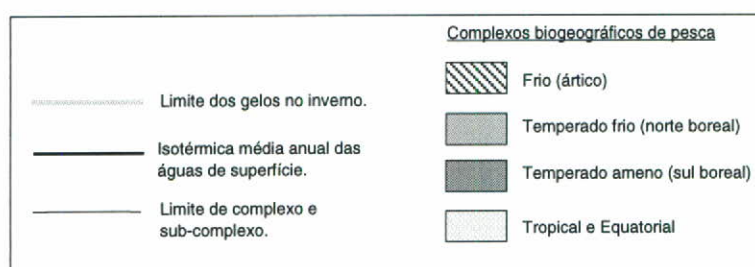
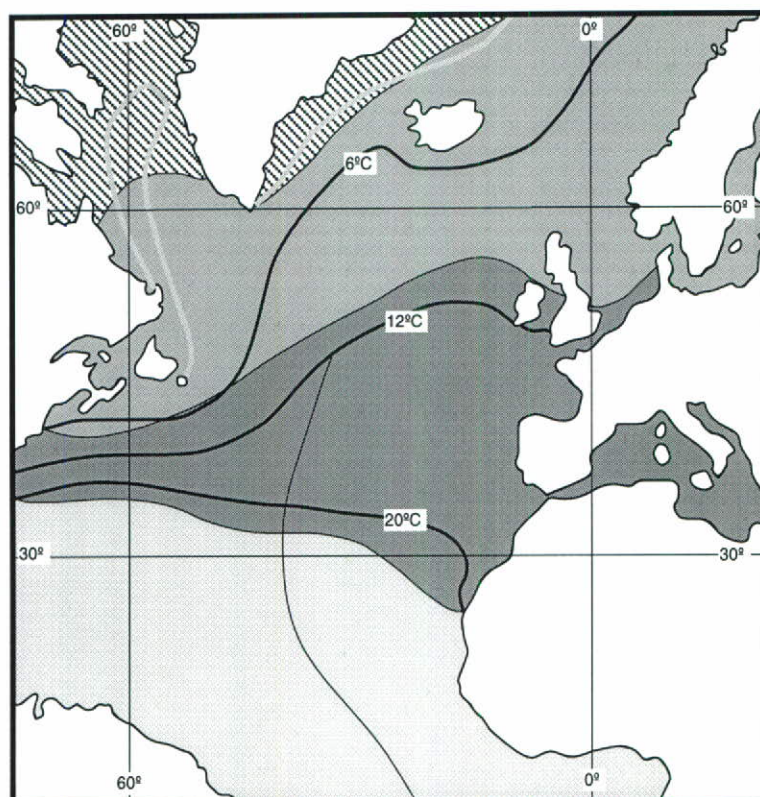


Fig. 2 - Complexos Biogeográficos de Pesca.

Redesenhado a partir de RASS et CARRÉ, 1980, p.102.

O referido enquadramento dá origem a que no total de desembarques de pescado fresco e refrigerado em Portugal continental se registem mais de 60 espécies; embora as mais abundantes sejam a sardinha (*Sardina pilchardus*), os carapaus (*Trachurus trachurus* e *Trachurus picturatus*), o polvo (*Octopus vulgaris*) e o peixe-espada (*Lepidopus caudatus* e *Aphanopus carbo*)<sup>7</sup> as restantes espécies, essencialmente demersais capturados pela frota artesanal, são as mais valorizadas comercialmente (fig.3).

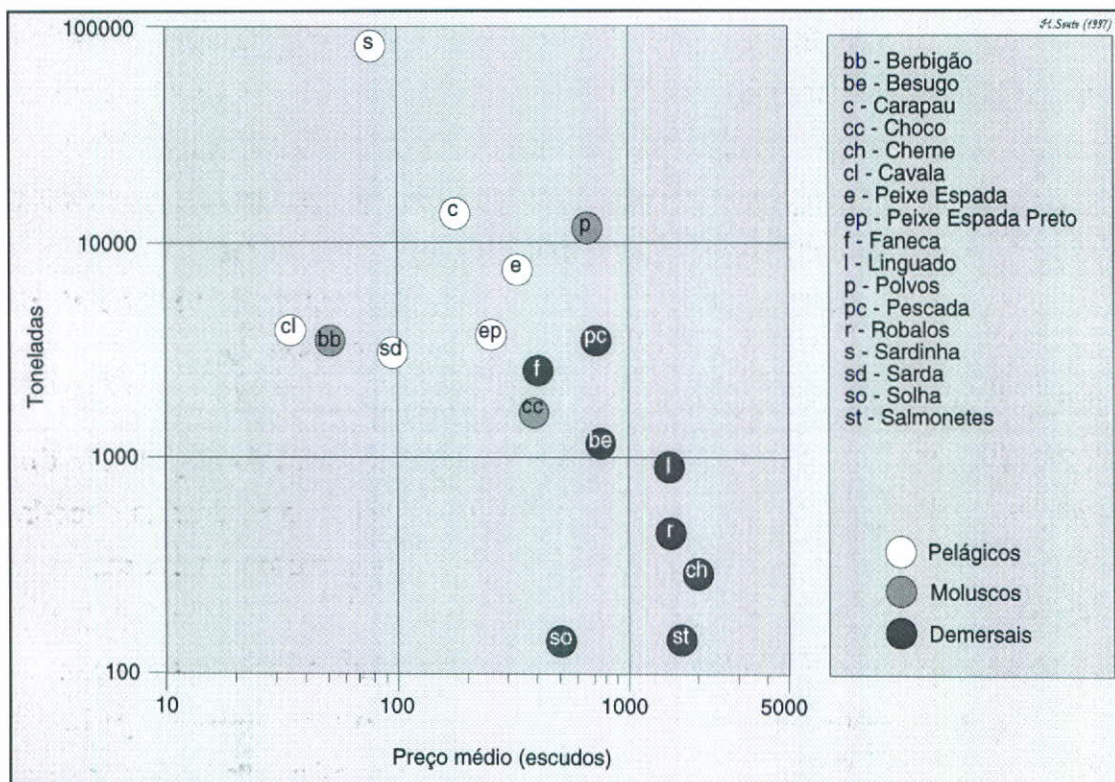


Fig. 3 - Relação entre as quantidades desembarcadas e o preço médio da 1ª venda de algumas espécies no estado de fresco ou refrigerado no ano de 1996.

Fonte Estatística: DGPA, *Recursos da Pesca - Série Estatística*, 1996.

<sup>7</sup> As referidas espécies representaram, em 1996, 71% do total dos desembarques em toneladas, mas apenas cerca de 30% em valor, de acordo com as *Estatísticas da pesca*, INE, 1996.



## 2. A pesca portuguesa no contexto europeu e mundial.

Até ao fim da 2ª Guerra Mundial a produção global das pescas manteve-se a níveis relativamente baixos. De facto, as inovações e melhorias tecnológicas introduzidas até então foram sendo frenadas por diversos acontecimentos de ordem económica e política, principalmente pelas 1ª e 2ª Guerras Mundiais; assim, até ao início dos anos 50 as quantidades pescadas não ultrapassavam 20 milhões de toneladas<sup>8</sup>. A partir de então vários acontecimentos se conjugaram de tal forma que a produção começou a crescer de forma exponencial, ultrapassando a fronteira dos 100 milhões de toneladas em 1990 (fig.4). São geralmente apontadas as causas seguintes como as principais responsáveis por esse enorme incremento:

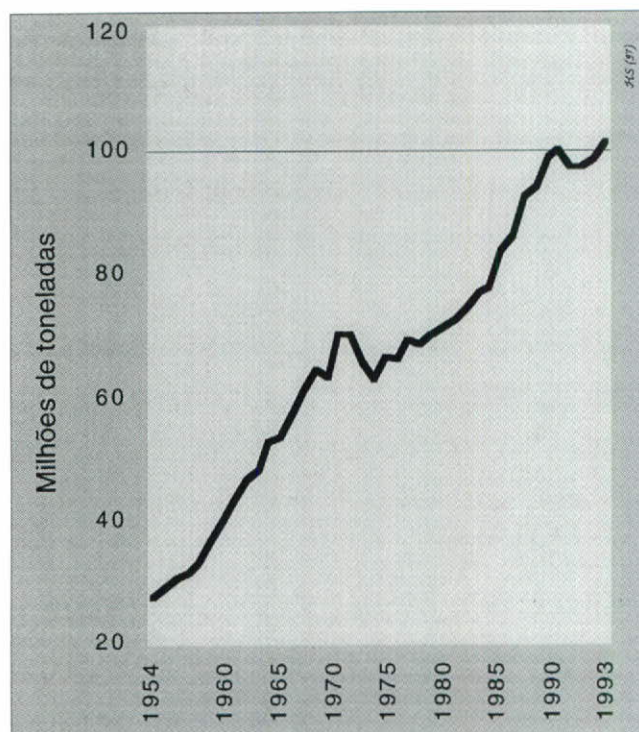


Fig. 4 - Pesca - Evolução da produção mundial entre 1954 e 1993.

Fonte estatística: *FAO Yearbook of Fishery and Statistics Catches and Landings*, Roma, 1960 a 1993.

-Crescimento exponencial da população humana;

-Bom estado geral dos mananciais, após várias décadas de baixo esforço de pesca;

-Introdução e vulgarização de tecnologias de apoio à navegação e à pesca (comunicações e ajudas à navegação, motores mais potentes, detecção e prospecção por instrumentos);

-Vulgarização do arrasto pelágico.

<sup>8</sup> É opinião partilhada por todos os especialistas que as estatísticas da pesca, e, destas, sobretudo as que dizem respeito à produção, pecam por defeito. Por isso, convém analisar os números com cuidado e tomá-los, no essencial, como um "valor de grandeza aproximado" e não como um valor absoluto.



Além destas, deve-se também considerar o acesso à independência de muitos estados costeiros, até então colónias de diversos países da Europa, factor que veio a conduzir, na década de 1970, à inflexão verificada na curva de crescimento da produção. De facto, o espaço marítimo foi até essa década de acesso praticamente livre, com excepção de uma pequena faixa costeira, de extensão variável entre as 3 e as 12 milhas marítimas, que os Estados ribeirinhos integravam no seu território como “mares territoriais”. Porém, estes Estados, juntamente com alguns países desenvolvidos com forte interesse na pesca, foram delimitando e implementando zonas de jurisdição marítima cada vez maiores, com o argumento principal da defesa dos recursos existentes ao largo das suas costas, em algumas regiões a darem já sinais de colapso. Este movimento conduziu à nacionalização de pelo menos 80% dos recursos vivos marinhos existentes no oceano mundial, que passaram a estar integrados em Zonas Económicas Exclusivas (ZEEs) dos diferentes estados<sup>9</sup> (fig.5).

Tal redução nas capturas não foi, todavia, duradoura, já que no início da década de 80 se repôs o nível de 1970, continuando a produção a crescer até aos anos 90, salvo uma ligeira quebra no seu início, que não permite tirar grandes conclusões quanto ao comportamento nos anos subsequentes, embora se perceba que as causas estão certamente



Fig. 5 - Áreas do Oceano sob jurisdição dos Estados ribeirinhos (a escuro) depois da implementação de Zonas Económicas Exclusivas de 200 milhas. Redesenhado a partir de Sahrhage et al., 1992, p. 280.

relacionadas com a menor disponibilidade de recursos e que o crescimento deste tipo não poderá continuar por muito mais tempo. De facto, as consequências de um esforço de pesca cada vez maior conduzem, inevitavelmente, ao fim do recurso explorado. As diversas medidas tomadas a vários níveis (organizações inter-estatais de gestão, organizações económicas,

<sup>9</sup> Portugal criou a sua ZEE de 200 milhas em 1977. A problemática da criação das zonas económicas exclusivas é tratada com detalhe por diversos autores, nomeadamente por Carré (1993) e Ribeiro (1992).



Estados) parecem, pois, a nível planetário não surtir efeitos, já que as restrições impostas nuns países não são, normalmente, aplicadas por outros, o que mais uma vez realça as grandes diferenças a nível económico e social entre os países ricos e os países pobres. Continuando o esforço de pesca como até hoje, corre-se o risco de se continuar a assistir em muitas regiões a situações como a representada na figura 6, com os consequentes impactos que acarretam a nível alimentar, económico e social.

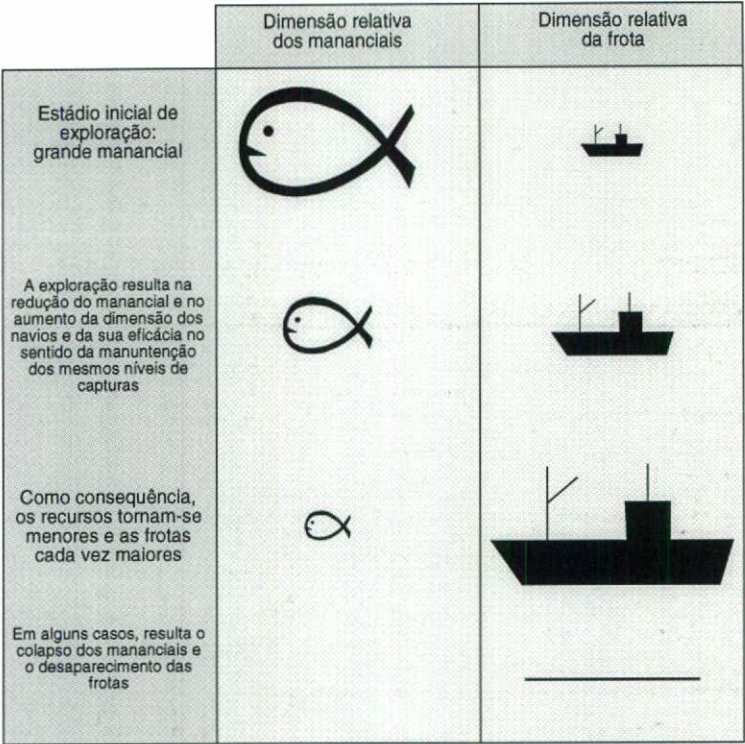


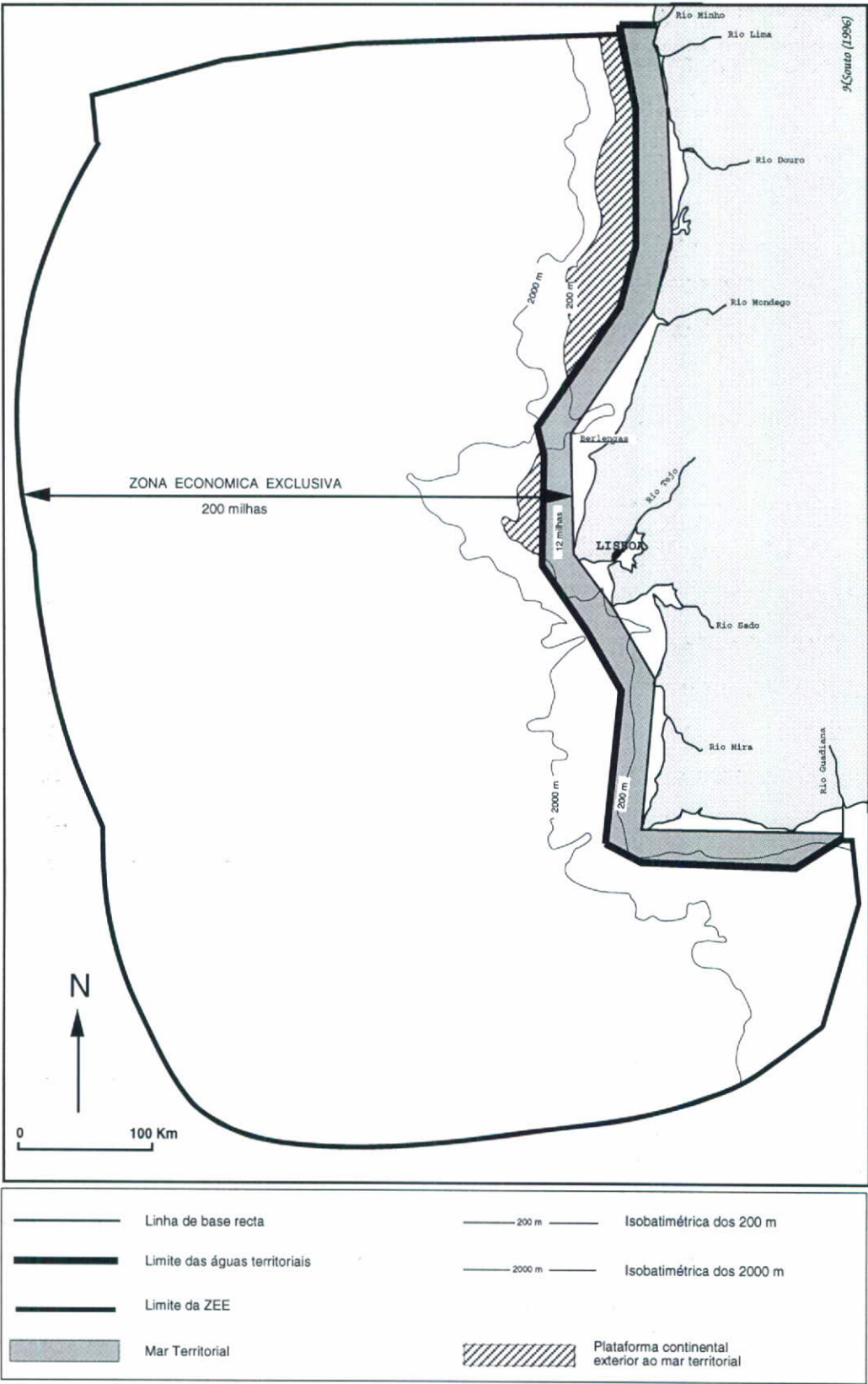
Fig. 6 - Relação entre o esforço de pesca e a dimensão dos mananciais.

Adaptado de HOLDEN (1992, p.21)

Tal como os restantes países da Europa, Portugal sofreu o impacto das várias alterações de carácter global anteriormente apontadas, sobretudo do estabelecimento geral de zonas económicas exclusivas de 200 milhas, que muito vieram limitar o seu acesso a pesqueiros exteriores. Apesar de passar a contar com uma enorme ZEE,<sup>10</sup> graças às águas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, no novo contexto internacional das pescas o país ficou em pior posição, já que o acesso aos pesqueiros onde tradicionalmente pescava se tornou muito difícil, senão mesmo impossível; por outro lado, uma tão extensa

10 A ZEE portuguesa tem uma área de 1 714 800 Km<sup>2</sup>, dos quais 319 500 Kms<sup>2</sup> correspondentes ao território continental, 984 300 Km<sup>2</sup> ao arquipélago dos Açores e 411 000 Km<sup>2</sup> à Madeira.

área marítima exclusiva pouco lhe veio acrescentar, já que o essencial dos recursos vivos está quer nas suas “águas interiores oceânicas”, quer no seu “mar territorial” (fig.7).





Também os designados “choques petrolíferos” da década de 70 tiveram forte impacto negativo na pesca portuguesa, já que o país, carente em recursos energéticos, viu agravar, em muito, as contas de exploração das empresas de pesca longínqua, o que a par da limitação no acesso aos pesqueiros tradicionais exteriores, se veio a reflectir numa enorme crise no sector.

Assim, a pesca industrial longínqua portuguesa, viu-se, em poucos anos, sobredimensionada e desajustada tecnologicamente às novas realidades. Com uma larga parcela dos seus pescadores envolvidos neste tipo de pescas, Portugal vê-se a braços com o seu retorno às pescas locais e costeiras, das quais eram originários estes pescadores<sup>11</sup>.

A acrescer aos factores de natureza externos referidos, internamente, a Revolução de Abril de 1974 alterou o quadro político e económico nacional e, desde logo, se demonstrou o empenhamento na adesão a uma Europa Comum, o que aconteceria 12 anos após. Como consequência do fim do regime ditatorial, assiste-se, também, à independência das colónias portuguesas, à desmobilização das tropas<sup>12</sup>, até então em várias frentes da guerra colonial, e ao retorno de muitos nacionais das ex-colónias, alguns dos quais exercendo até esse momento a pesca nesses territórios.

A evolução recente da pesca em Portugal, se analisada pela óptica das quantidades desembarcadas e quando comparada com outros países

---

<sup>11</sup> O recrutamento de pescadores para a frota industrial é feito, mesmo hoje, quase em exclusivo nas pescas artesanais, não existindo praticamente pescadores recrutados noutras classes sociais fora da pesca. Até aos anos 80 a obtenção da cédula de pescador requeria apenas a idade mínima de 14 anos e um exame feito numa Capitania; actualmente os aspirantes a pescador (marinheiros-pescadores e outras categorias) necessitam de frequentar um curso num centro de formação especializado (Forpescas), que está aberto a qualquer cidadão. Na prática, porém, só o frequenta quem já vem de uma família de pescadores.

<sup>12</sup> Embora raramente seja levado em conta, o início e desenvolvimento da guerra nas colónias retirou à pesca uma parcela considerável de activos, quer directamente, mobilizando-os, quer indirectamente, dando origem à emigração de muitos deles, que assim se tentavam livrar do serviço militar. Por exemplo, nas comunidades da xávega a redução da dimensão das embarcações e das redes, não teve tanto a ver nem com a falta de peixe nem com a motorização das mesmas, nem mesmo com a atracção exercida pela pesca industrial (traineiras, arrastões ou pesca do bacalhau) mas antes foi uma consequência directa da falta de mão-de-obra, já que em poucos anos os pescadores mais jovens ou foram mobilizados ou emigraram clandestinamente.



da Europa e com o Mundo, mostra bem o comportamento peculiar das pescas nacionais no contexto global (fig. 8). Tendo registado um máximo

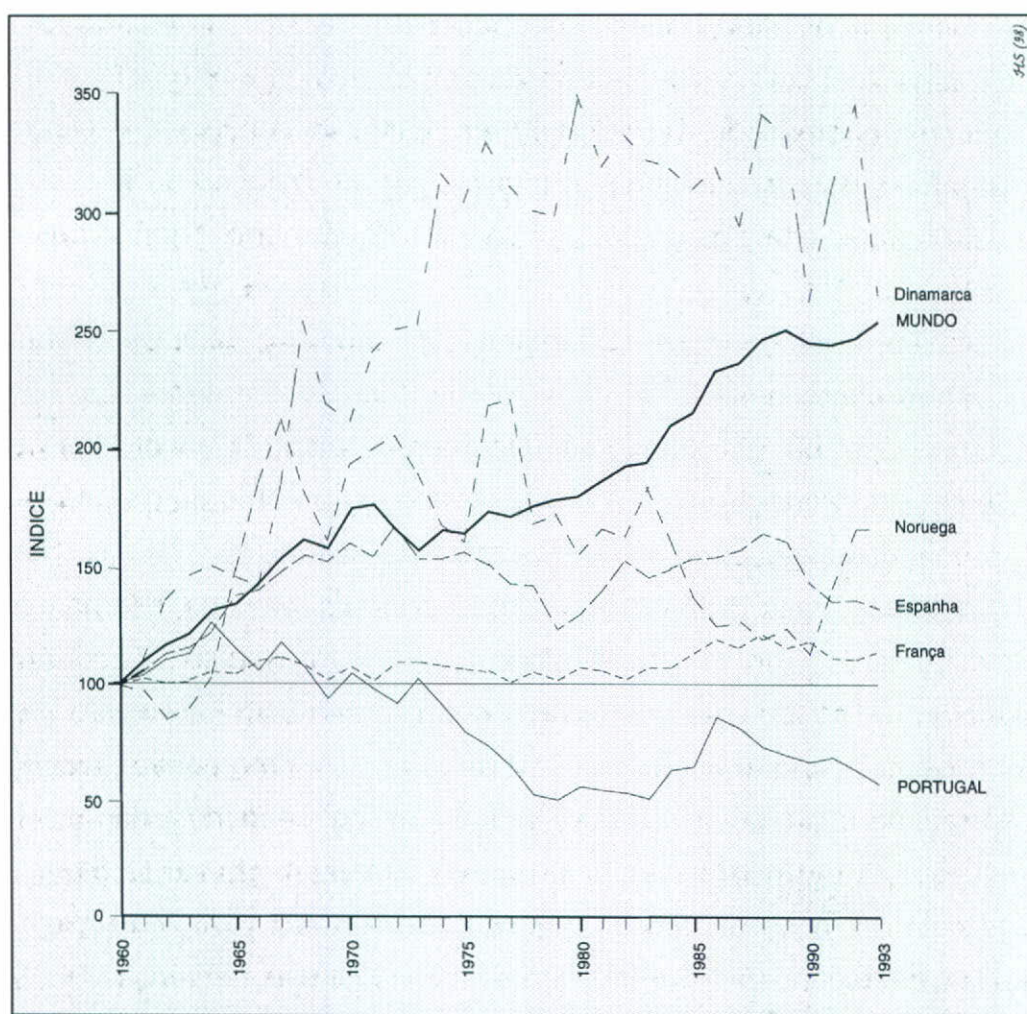


Fig. 8 - Índices de produção em Portugal, em alguns países europeus e no Mundo (1960 = 100).

Fonte estatística: *FAO Yearbook of Fishery and Statistics - Catches and Landings*, Roma, 1960 a 1993.

histórico de capturas em 1964<sup>13</sup>, e ao contrário do comportamento das pescas noutros países, a produção nacional nunca mais voltou a aproximar-se dos quantitativos dos anos 60 e a ligeira melhoria registada no início dos anos 80 voltou a cair a partir de 1986, ano da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). No contexto da produção das pescas dos Estados que hoje integram a União Europeia (ex CEE), o país assume posição modesta, apenas se colocando à frente da Bélgica, da Finlândia e da Grécia e muito longe dos níveis das principais potências haliêuticas (como a Dinamarca e a Espanha), o que certamente torna as negociações políticas muito difíceis (fig.9).

<sup>13</sup> Nesse ano o valor dos desembarques em Portugal continental foi de 411 129 toneladas, 55% das quais correspondentes a capturas de sardinha e carapau em águas nacionais e 17% a bacalhau, proveniente de pesqueiros exteriores. A título de comparação, os valores de 1996 foram de 188 098 toneladas, respectivamente 52% e 2% das referidas espécies.



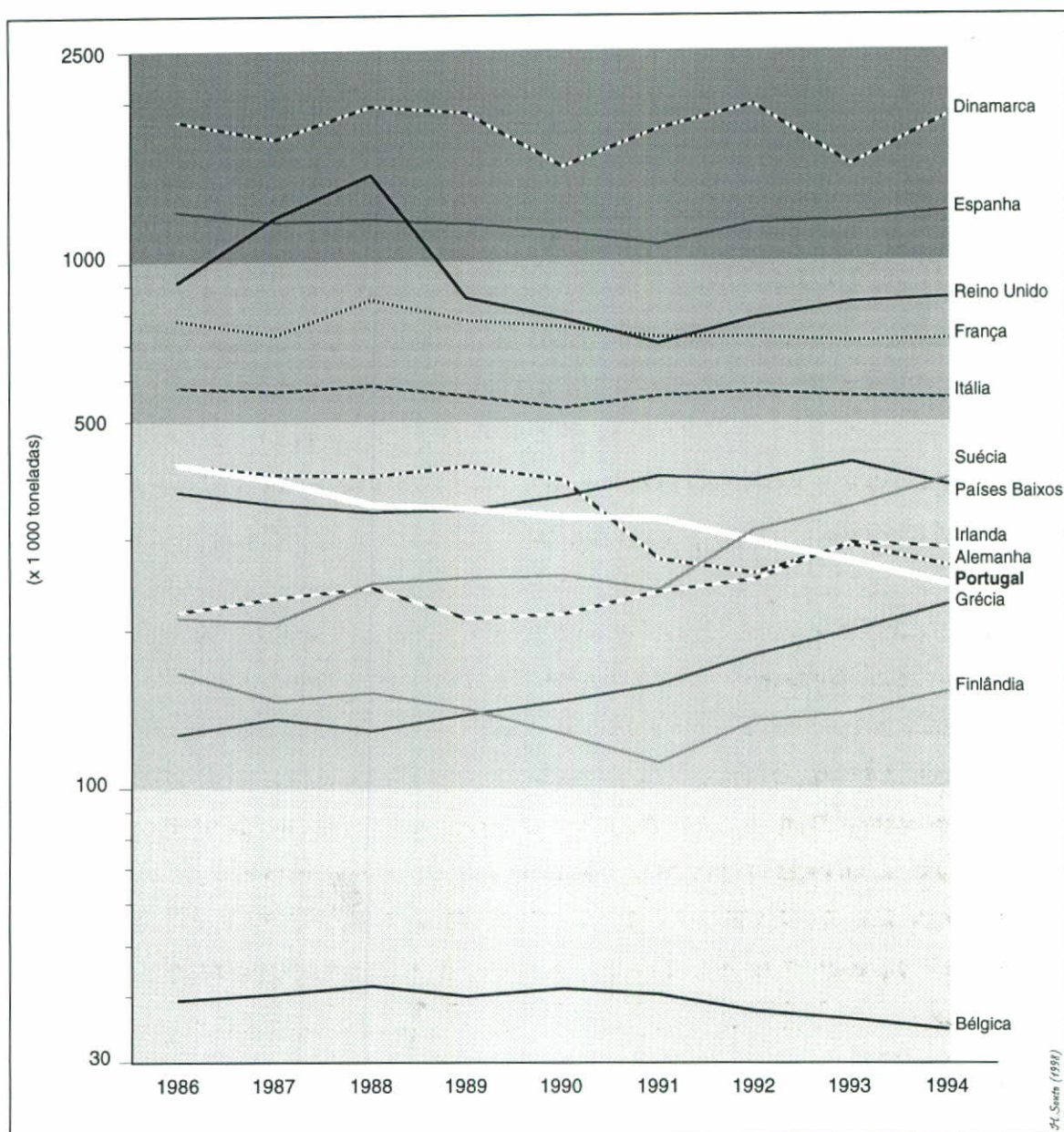


Fig. 9 - União Europeia - Evolução das capturas nominais, em toneladas, incluindo a produção da aquicultura, entre 1986 e 1994.

Obs.: Os valores da Espanha para os anos de 1992 a 1994 são estimativas da FAO.  
Fonte estatística: Eurostat.

Todavia, quando verificados outros indicadores, Portugal revela-se, na União Europeia (UE), como um dos Estados mais dependentes da pesca, quer pelo número de pescadores empregues e sua relação com a população activa total (fig. 10), quer pelo consumo de pescado que revela (fig. 11). Este consumo, de longe o mais elevado da UE, quando comparado com os níveis de produção atrás referidos, tem conduzido a um balanço extremamente deficitário - e crescente - entre as exportações e as importações dos produtos da pesca (fig. 12), que de uma situação de quase equilíbrio no início da década de 1980 passou para um déficit superior a 80 milhões de contos em 1996.



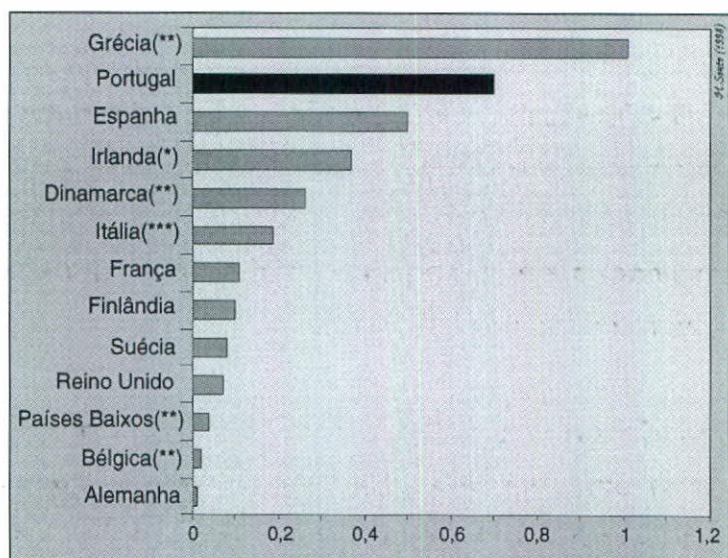


Fig. 10 - União Europeia - Percentagem de pescadores na população activa total, por Estados, em 1994, excepto (\*) 1991, (\*\*) 1992, (\*\*\*) 1993.

Fonte estatística: Eurostat - Statistical Bulletin.

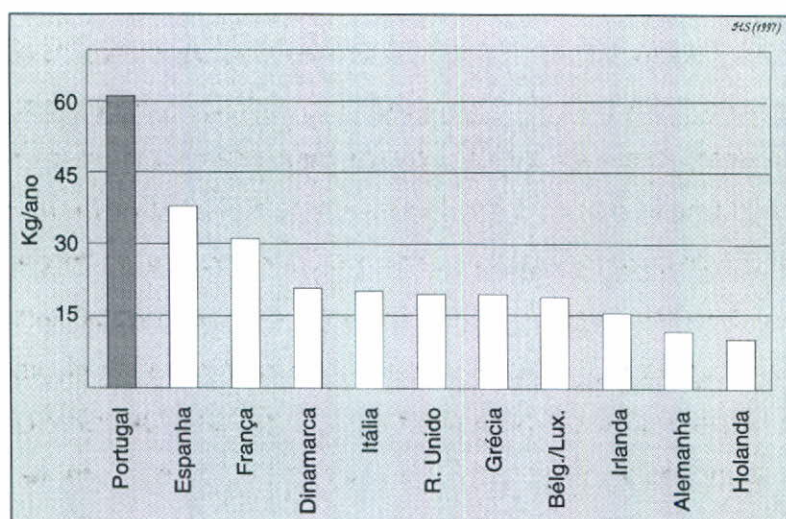


Fig. 11- União Europeia - Disponibilidade alimentar por habitante (kg/ano) de produtos da pesca (média 1988/90).

Fonte estatística: Fao Fishery Statistics - Products (1993)

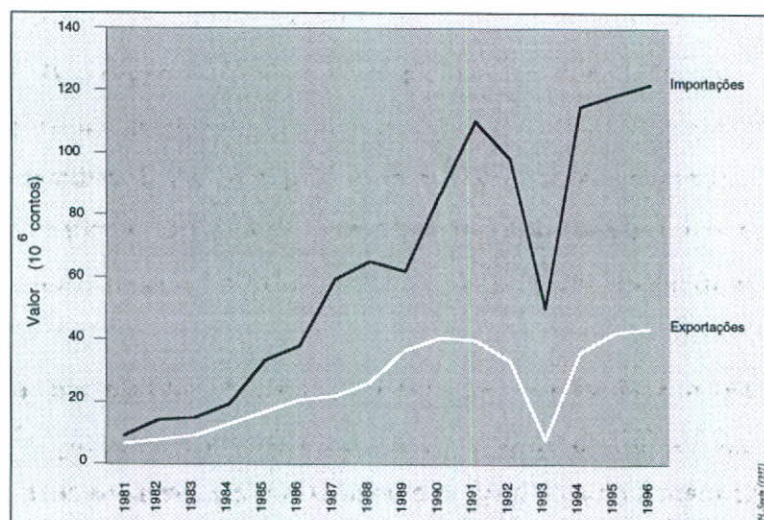


Fig.12 - Balança comercial dos produtos da pesca em Portugal continental, a preços correntes, no período 1981/96.

Fonte estatística: INE, Estatísticas da Pesca, 1981/96.

## II - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PESCA.

1. Classificação da pesca em função da forma de organização económica e das áreas de pesca.

A actividade da pesca pode ser exercida em diferentes áreas marítimas e com durações muito diversas, ser praticada com ou sem embarcação e envolver técnicas mais ou menos elaboradas e dispendiosas; pode ainda ser desenvolvida individualmente ou em grupo (as *companhas*).

O pescador pode estar envolvido em actividades de mera recollecção quando com o auxílio de instrumentos simples percorre sozinho as praias a apanhar bivalves para a alimentação, do mesmo modo que com um simples *bicheiro* percorre as áreas rochosas, em baixa-mar, à procura de polvos, o que constitui situações comuns em Portugal. Pode utilizar uma linha simples munida com anzóis, ou utilizar uma cana para pescar a partir da praia ou de arribas, método que é utilizado pelos pescadores desportivos mas não exclusivo deles, pois que muitos pescadores profissionais<sup>14</sup>, sobretudo nas regiões a Sul do rio Sado (Carvalhal, Carrapateira, Algarve), recorrem a esta prática quando o estado do mar não lhes permite utilizar as embarcações.

A pesca a partir da praia pode ser mais elaborada quando o pescador utiliza artes que, fixas no areal ou nas rochas, aí restam durante uma maré<sup>15</sup>, como é o caso das redes *majoeiras*, utilizadas sobretudo pelos pescadores do centro e norte do país, no Inverno (ver cap. IV). Esta técnica evolui quando o pescador utiliza já uma pequena embarcação para calar a rede, que se mantém no mar durante uma maré, mas faz a sua alagem a partir da praia e sem o auxílio da embarcação, como é o caso das redes *branqueiras* utilizadas ainda hoje como complemento de Inverno à pesca

---

<sup>14</sup> A diferença fundamental entre a pesca desportiva e a profissional é que esta constitui um modo de vida e o seu produto se deverá destinar a ser comercializado, ao invés da pesca desportiva, que mais não deverá ser do que uma actividade de lazer ao ar livre.

<sup>15</sup> Neste contexto maré é entendida como o período que medeia entre duas baixa-mar; por analogia, na pesca fala-se em maré para referir o período de tempo em que decorre a operação de pesca, desde o aparelhar do navio até ao seu retorno ao porto.



com a arte da *xávega* (ver cap.IV).

Nesta última arte, e em todas as que lhe são similares (*chinchas*, *chinchorros*, etc.), a embarcação é já imprescindível, pois a rede tem de envolver uma área considerável de mar, junto à costa, mas é alada para a praia. A pesca com esta arte, por envolver já obrigatoriamente embarcações, está muito condicionada ao estado do mar e da rebentação na praia, que permite ou não a sua prática e passa a necessitar de uma companhia numerosa.

O conjunto de métodos referidos constitui aquilo a que poderemos chamar pesca verdadeiramente local ou litoral<sup>16</sup>, pois é exercida em exclusivo nas praias ou arribas, ou a partir delas.

A utilização de embarcações torna-se obrigatória quando o pescador tem de procurar espécies que não ocorrem junto à costa, ou aí escasseiam, ou busca capturas mais importantes. As embarcações de pesca vão-se, desse modo, adequar às distâncias a percorrer, às características dos mares em que navegam, assim como às artes que transportam e suas necessidades de estiva. Assim, a pesca exerce-se não só a partir da praia mas também à vista dela nos locais onde os recursos se vão revelando mais abundantes. A passagem de uma pesca local a uma pesca costeira deve-se à necessidade de ir procurar os recursos onde eles existem; estes ocorrem essencialmente nas águas neríticas, isto é, que banham a plataforma continental (em Portugal atingem o máximo de 65 quilómetros de distância mas em algumas margens chega a atingir centenas de quilómetros) e, em menor escala, nas águas da vertente continental; e as deslocações até ao local de pesca vão-se tornando cada vez mais demoradas, de várias horas até dias e semanas no mar, antes de ser possível o retorno aos locais de origem.

A consequência imediata da passagem de uma pesca local (que dura algumas horas) a uma costeira (que ao ser exercida cada vez mais longe da costa se prolonga por mais tempo) é a necessidade imperiosa de manter o pescado em boas condições de frescura até à sua chegada ao mercado. O desenvolvimento de métodos de conservação, primeiro a salga e a fumagem, depois a refrigeração e a congelação, vieram permitir viagens cada vez para mais longe, essencialmente até às regiões neríticas de outros

---

<sup>16</sup> Neste trabalho será preferencialmente utilizada a expressão *pesca local*.

continentes, onde os recursos eram abundantes<sup>17</sup>. Estas deslocções, porque de longa duração, exigem embarcações maiores, nomeadamente pela necessidade de manter grandes quantidades de pescado a bordo, e com mais autonomia de navegação (porque a navegar longe dos seus portos de origem), evoluindo para autênticas fábricas flutuantes com grandes necessidades de abastecimento regular de matéria-prima, que, processada e embalada a bordo, pode ser desembarcada pronta a consumir; trata-se, pois, verdadeiramente, de uma pesca longínqua, a exigir grandes investimentos e infraestruturas.

Os recursos explorados, de grande diversidade, são pois colocados no mercado em diferentes estados e quantidades. Assim, uma característica distintiva óbvia é que enquanto a pesca local permite o abastecimento directo do mercado em numerosos pontos da costa em pescado fresco de alta qualidade mas em pequena quantidade, a pesca costeira, embora o descarregue por vezes em estado de fresco (como acontece com a *pesca de cerco* que captura pequenos pelágicos), fá-lo quase sempre após alguns dias de refrigeração. Por seu turno, actualmente, a pesca longínqua coloca em terra grandes quantidades de pescado, sempre conservado pelo processo de ultracongelção, após transformação prévia a bordo ou “em grosso”; pelos grandes volumes e necessidade de manutenção da sua conservação este só pode ser desembarcado nos portos dotados de importantes infraestruturas em terra e com capacidade para o colocar no mercado (fig.13).

A passagem de uma pesca local exercida num quadro estritamente familiar e frequentemente como complemento de outra actividade (ou complementada por outra actividade), quase sempre a agricultura, e onde uma parte importante das capturas se destina ao auto-consumo a uma pesca exercida cada vez mais longe do local de origem da embarcação só

---

<sup>17</sup> O desenvolvimento de métodos de conservação do pescado, utilizados desde sempre, é importante porque permite diferenciar, no espaço e no tempo, a produção do consumo; estes métodos estiveram na base do comércio de peixe desde a Antiguidade (sobretudo conservado salgado, o que desde então fomentava o comércio do sal), havendo mesmo notícia da utilização de gelo e de neve no transporte e conservação de peixe do Norte da Europa para a região mediterrânea (a este propósito veja-se Sahrage *et al.*, 1992 e Flandrin *et al.*, 1998).



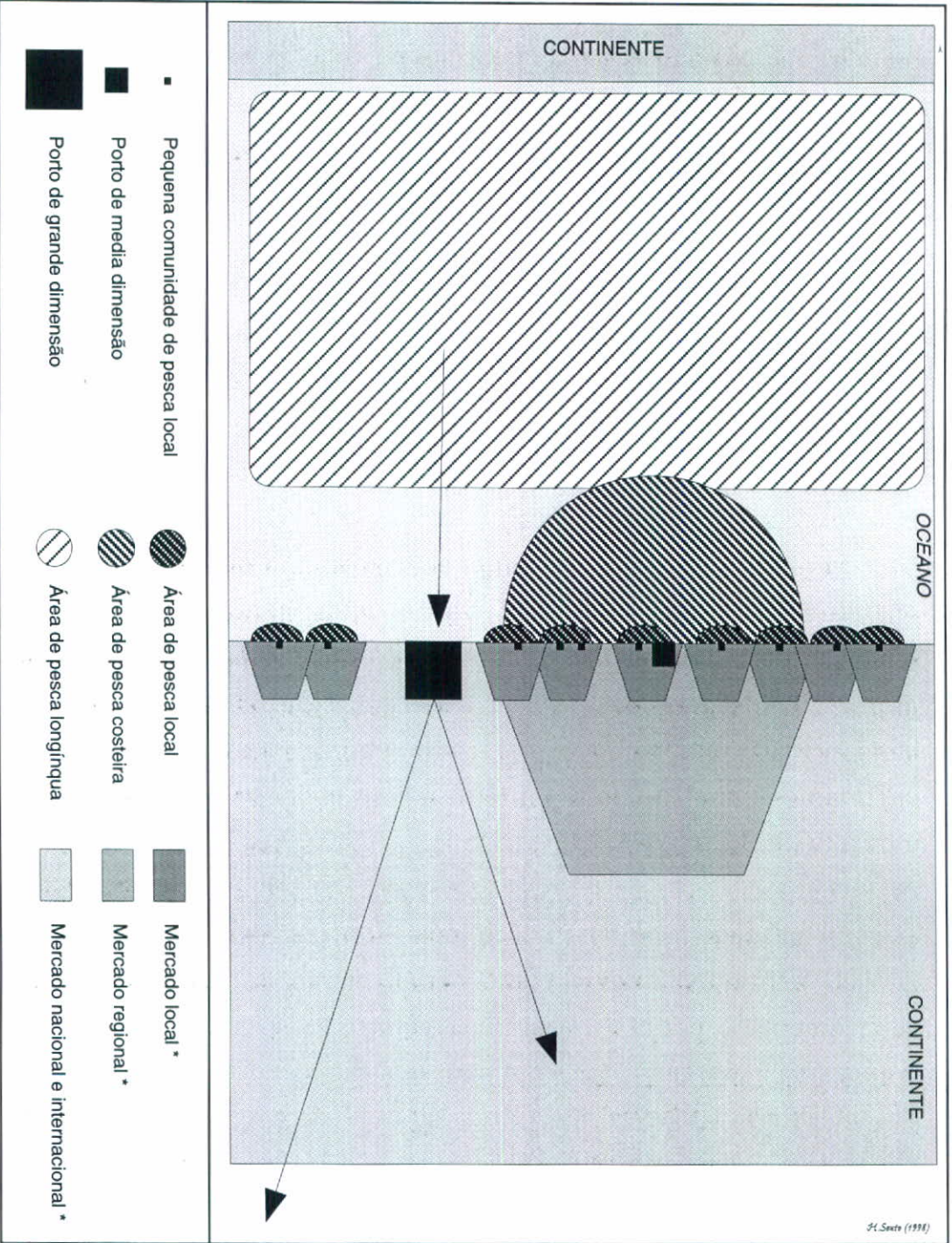


Fig. 13 - Áreas de produção e de distribuição das pescas locais, costeiras e longínquas.

Nota:\*) Trata-se, tal como nos casos das áreas de produção, de uma área de mercado simplificada, já que quer a produção da pesca local quer a da pesca costeira é frequentemente introduzida em mercados de âmbito nacional ou mesmo internacional.



se torna possível se existir o capital necessário<sup>18</sup>. Assim, as grandes embarcações são armadas apenas por quem detém o capital, quando se vê na pesca uma oportunidade para o reproduzir<sup>19</sup>. Os casos referidos, de uma pesca essencialmente local e familiar que se opõe a uma pesca intensiva em capital correspondem, na sua forma mais pura, ao que se designa, respectivamente, por *pesca artesanal* e *pesca industrial*. A diferença básica entre estas duas formas de organização da pesca assenta, pois, nos montantes investidos e sua relação com a “qualidade” do proprietário dos meios de produção, que, pelo que ficou exposto, será necessariamente pescador no caso da pesca artesanal.

Na realidade, as formas mais puras (dir-se-ia extremas) destes dois tipos de organização económica da pesca raramente se revelam, sendo muito comuns as formas mistas de organização, o que torna difícil as tipificações (Quadro 1).

A actividade da pesca, porque a explorar *recursos de propriedade comum*<sup>20</sup>, qualquer que seja a sua forma de organização económica, precisa de mecanismos de regulação, tanto mais que se trata da exploração de recursos vivos renováveis, em muitos casos em situação de colapso. No caso de Portugal a pesca é regulada pelo Decreto-Lei nº 278/87, de 7 de Julho, e pelo Decreto Regulamentar nº 43/87, de 17 de Julho, e posterior legislação complementar. Nesta legislação as figuras de *pesca artesanal* e de *pesca industrial* não são contempladas, estando a pesca classificada de acordo com as áreas onde as embarcações actuam, distinguindo-se embarcações de *pesca local*, de *pesca costeira* e de *pesca do largo*<sup>21</sup>. Se, pelas características impostas na referida legislação, as embarcações da

---

<sup>18</sup> Trata-se aqui, obviamente, de uma simplificação da realidade, já que muitas artes de pesca utilizadas junto à costa exigem avultados investimentos. Exemplos são as armações de pesca, outrora frequentes na costa portuguesa, ou os modernos arrastões que operam a poucas milhas da costa.

<sup>19</sup> Pode acontecer que o próprio Estado se encarregue do armamento, como na ex-U.R.S.S., sendo, neste caso, o objectivo o abastecimento regular de pescado às populações.

<sup>20</sup> A problemática deste conceito não será aqui discutida. Sobre este assunto pode consultar-se, por exemplo, Berkes (1985, 1992) e Berkes *et al.* (1991).

<sup>21</sup> Na fase de conclusão deste estudo (1998) existia já um projecto de alteração destes decretos, que mantém inalteráveis as classificações das embarcações de acordo com a sua área de actuação.



Quadro 1 - Tipos de organização económica da pesca em Portugal.

Tipo	Características	Exemplos
<b>Pesca artesanal de base familiar (Tipo 1)</b>	<p>Familiar (toda a família participa na pesca, embora mais frequentemente o casal);</p> <p>Pesca exclusivamente local, por vezes mesmo sem embarcação;</p> <p>Meios de produção limitados mas propriedade da família;</p> <p>Parte importante da produção para autoconsumo;</p> <p>Pesca sazonal, complementada por outra actividade (numa fase inicial, quase sempre a agricultura);</p> <p>Neste tipo não faz sentido falar em sistemas de remuneração já que o produto reverte na íntegra para a família.</p>	Carrasqueira (Estuário do Sado)
<b>Pesca artesanal de base familiar (Tipo 2)</b>	<p>Familiar (embora a mulher não participe habitualmente na pesca ficam a seu cargo todas as tarefas a executar em terra, quer nos aparelhos, quer na comercialização do pescado, quer na gestão das finanças familiares);</p> <p>Pesca exclusivamente local;</p> <p>Meios de produção limitados e propriedade do pescador ou de pequenas sociedades de base familiar (irmãos, cunhados, pai e filhos, etc.);</p> <p>Companhas pequenas (2 a 4 elementos)*;</p> <p>Remuneração à <i>parte</i>** , embora frequentemente, pelos motivos apontados para o tipo 1, não faça sentido falar na divisão do produto em partes;</p> <p>Importante o auto-consumo;</p> <p>Sazonal, porque executada a partir de pequenas embarcações de boca aberta (botes), frequentemente não motorizadas, o que impede a sua saída para o mar no inverno.</p>	Pequenas comunidades do Centro e Norte do país
<b>Pesca artesanal de transição</b>	<p>A base familiar deste tipo encontra-se "diluída" pela "industrialização" que já revela - grande parte das mulheres já não possui ligações à pesca, sendo predominantemente domésticas ou tendo empregos indiferenciados;</p> <p>Pesca local ou costeira, mas com predominância da primeira;</p> <p>Maioria dos pescadores na dependência de meios de produção de outros pescadores;</p> <p>Companhas numerosas ( de cerca de 6 a dezenas de camaradas);</p> <p>Remuneração à parte, variável com a arte ou, dentro da mesma arte, com a tradição das partes do local em que trabalha;</p> <p>Autoconsumo sob a forma de <i>caldeiradas</i>***</p> <p>Frequentemente sazonal.</p>	Comunidades da Xávega Parte importante das embarcações do anzol ou pequenas cercadoras
<b>Pesca semi-industrial</b>	<p>Maioria dos pescadores recrutados na pesca artesanal e não possuindo meios de produção próprios;</p> <p>Remuneração à parte, mantendo-se a tradição das "caldeiradas";</p> <p>Essencialmente pesca costeira;</p> <p>Formas de propriedade muito diversificadas, mas que geralmente se apresentam como sociedades com número variável de sócios, alguns dos quais não pescadores;</p> <p>Ligação das mulheres à pesca é função do desenvolvimento de indústrias de transformação que aproveitam a mão de obra feminina (habitualmente mais barata).</p>	Traineiras
<b>Pesca industrial</b>	<p>Meios de produção são propriedade de sociedades anónimas ou do Estado;</p> <p>Controlo, eventual, de toda a fileira da pesca (da produção à distribuição)</p> <p>Intensiva em capital;</p> <p>Pescadores assalariados (salário estabelecido por contrato de trabalho);</p> <p>Pesca costeira ou longínqua;</p>	Em Portugal ?? A nível internacional: Pescanova, empresa de origem galega.

Notas: \*) Em muitos casos e com a crescente fuga dos familiares à profissão o pescador vê-se obrigado a trabalhar sozinho, o que, por motivos da sua segurança no mar, a lei actual não permite; \*\*) Remuneração em função da tarefa executada e do rendimento da pesca; \*\*\*) as "caldeiradas" representam uma forma tradicional de remuneração parcial do pescador em peixe para seu consumo, embora actualmente os pescadores prefiram vender a sua parte de "caldeirada"; são, sem dúvida, um resquício da importância do autoconsumo na actividade da pesca



última categoria (pesca do largo) serão exclusivamente de pesca industrial (tonelagem superior a 100 tab e autonomia superior a 15 dias), as embarcações que exercem a pesca costeira tanto poderão ser artesanais ou industriais ou, como é muito comum, de pesca semi-industrial, isto é, misturando características dos dois tipos de pesca (cf. quadro 1). Por seu lado, as embarcações de pesca local serão obrigatoriamente artesanais (*"a pesca local só pode ser exercida por embarcações propriedade de inscritos marítimos profissionais"*<sup>22</sup>), quer pelas áreas em que podem operar (*"dentro da área da capitania do porto em que estão inscritas e das áreas das capitanias limítrofes, no máximo até 30 milhas da costa"*), quer ainda pelas limitações impostas à sua dimensão (no máximo 9 metros de comprimento fora a fora) e à potência dos motores permitidos (*"até ao máximo de 100 cv, quando de convés fechado, ou 60 cv, quando de convés aberto"*) - fig. 14.

## 2. As artes da pesca artesanal.

Todas as técnicas de pesca evoluíram a par do conhecimento que os grupos humanos foram adquirindo acerca do comportamento particular de cada espécie. Estas técnicas pressupõem a utilização de um ou mais aparelhos que serão usados, com ou sem o auxílio de embarcações, de determinada maneira. Em alguns casos o desenvolvimento de embarcações especializadas na utilização de determinado aparelho de pesca faz com que aquelas sejam indissociáveis do respectivo engenho, pois não seria possível a utilização deste sem a embarcação (por exemplo, o *barco de mar* ou *meia-lua* foi desenhado para pescar com redes de xávega).

As artes de pesca visam quer a atracção e concentração dos animais na área de actuação dos engenhos através da utilização de isco, luz ou abrigos, quer a sua condução até eles através de meios acústicos (por exemplo, bater nas águas) ou ópticos (por exemplo, conduzir o peixe através de obstáculos visíveis na água) (Nédelec *et al.*, 1978). Os animais podem ainda ser capturados com o recurso a estupefacientes, venenos ou

---

<sup>22</sup> Artigo 63º do Decreto Regulamentar nº 43/87.

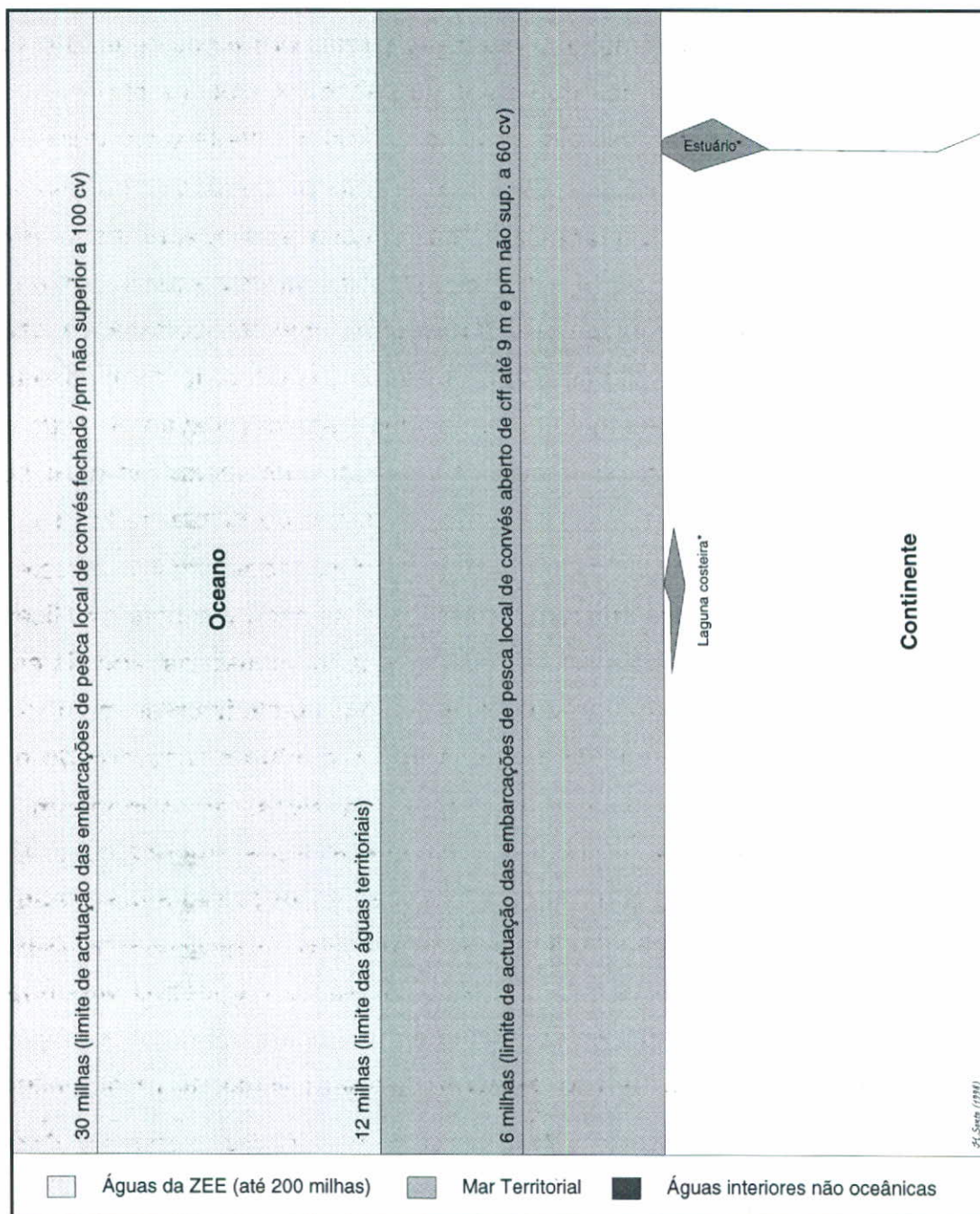


Fig. 14 - Limites das áreas de actuação da frota de pesca local, de acordo com o Decreto Regulamentar nº43/87, de 17 de Julho.

Nota: a pesca nas águas interiores não oceânicas - lagunas e estuários - apenas é permitida a embarcações de pesca local de convés aberto até 7 metros de comprimento fora a fora e cuja potência do motor não ultrapasse 35 cv.



explosivos<sup>23</sup> ou ainda com o auxílio de descargas eléctricas (métodos ainda hoje muito usados no Oriente)<sup>24</sup>.

Muitas das artes de pesca estão hoje na dependência de meios de detecção do pescado, que recorrem a modernas tecnologias, desde o já “tradicional” sonar à detecção por satélite. O desenvolvimento destes métodos de detecção, começados a vulgarizar após a 2ª Guerra Mundial, veio permitir que o pescador fosse ao encontro dos animais e só pescasse com a certeza de uma captura certa e fatal - passa, assim, a ter cada vez mais sentido falar em *artes de pesca passivas* e em *artes de pesca activas*. De facto, estas não se limitam a atrair o peixe mas dirigem-se ao seu encontro; por exemplo, conduzindo-o para o saco da rede através das mangas, no caso das redes de arrasto, ou cercando uma porção de água e aprisionando, numa espécie de bolsa, os peixes a capturar, como no caso das redes de cerco. A associação destes engenhos de pesca tradicionais, porque anteriores aos aparelhos de detecção modernos<sup>25</sup>, àqueles poderosos meios de detecção veio permitir capturas cada vez maiores, tidas como as principais responsáveis pelo colapso de inúmeros mananciais em todo o Oceano Mundial. As artes de pesca activas caracterizam-se, pois, por se dirigirem activamente para os animais a capturar, detectando-os previamente<sup>26</sup>, embora, tal como as artes passivas, pressuponham o conhecimento prévio do comportamento das espécies a capturar<sup>27</sup>.

Embora não se possa estabelecer uma fronteira intransponível entre uns e outros, os métodos de pesca passivos são predominantemente usados pela pesca artesanal. Trata-se, no essencial, de aparelhos que uma

---

<sup>23</sup> A utilização destes métodos é globalmente interdita, pois constitui uma prática extremamente danosa para todo o ecossistema em que é utilizado e é de extrema perigosidade para os seus utilizadores. No entanto, em muitas regiões do planeta ainda se utilizam comumente estas tácticas de pesca.

<sup>24</sup> A origem e evolução das artes de pesca são tratadas com detalhe por Brandt (1984) e por Saharage *et al.* (1992), entre outros.

<sup>25</sup> Quer as redes de arrasto quer as redes de cerco referidas são muito anteriores ao aparecimento de aparelhos detectores de pescado que, em termos históricos, são muito recentes só se generalizando verdadeiramente a partir da década de 1960.

<sup>26</sup> Não constitui condição *sine qua non*, já que as artes activas podem ser utilizadas sem aparelhos de detecção.

<sup>27</sup> Assim é que, por exemplo, a sardinha, não se deixando capturar por redes de arrasto, pois ao mínimo sinal de perigo desencarduma tornando o método ineficaz, é pescada predominantemente com redes de cerco, que contornam esse comportamento fechando-lhe os caminhos da fuga por todos os lados!



vez colocados no *pesqueiro*<sup>28</sup>, nele ficam durante determinado período de tempo (geralmente uma maré), após o que são verificados; estes aparelhos utilizam isco, capturam pela sua invisibilidade dentro da água ou são percebidos pelos animais como eventuais abrigos naturais.

As artes de pesca utilizadas actualmente pela pesca artesanal em Portugal incluem-se praticamente em todas as categorias de engenhos, desde as *redes* (cerco, arrasto, envolventes-arrastantes, de emalhar/enredar e sacadas), às *armadilhas* (quer sejam rígidas ou flexíveis), às *linhas e anzóis* (de superfície, de meia-água ou de fundo), aos *instrumentos de ferimento* (tipo arpão) e outras.

## 2.1. Redes.

Embora a pesca artesanal utilize “redes de cerco” (isto é, redes que capturam o peixe cercando-o por baixo e pelos lados, manobradas por uma ou duas embarcações, como as utilizadas pelas pequenas cercadoras artesanais, em algumas regiões designadas por rapas, estas redes são sobretudo usadas pelas traineiras “industriais” para captura de pequenos pelágicos (sobretudo sardinha e carapau) e *redes de arrasto*<sup>29</sup> (nomeadamente *redes de arrasto de vara* ou *camaroeiras*); as mais utilizadas são as *redes de emalhar e de enredar* e, em algumas regiões, as *redes envolventes-arrastantes* (fot. 1 a 3).

Nestas últimas incluem-se dois tipos de aparelhos: os de alar para terra (*xávegas, chinchorros, chinchas*)<sup>30</sup> e os de alar para bordo (*mugigangas*). As redes de *emalhar e de enredar* são, por seu lado, de utilização geral na costa e nos estuários e lagunas costeiras de Portugal, constituindo a arte principal na maioria das comunidades de pesca artesanal, sendo também utilizadas como arte complementar nas comunidades que utilizam redes de *xávega*.

Nas redes de emalhar os peixes ficam emalhados e/ou enredados nos panos da rede, que podem ser simples ou triplos (sendo neste caso

<sup>28</sup> Por *pesqueiro* entendemos o sector marinho onde se efectua a pesca.

<sup>29</sup> Num artigo sobre as artes de pesca em Portugal, Pedrosa refere-se às redes de cerco e às redes de arrasto como “(...) as duas artes que arruinaram todas as outras e são hoje as únicas praticadas em moldes industriais” em Portugal (1985; 313).

<sup>30</sup> A pesca com a arte da *xávega* é tratada no capítulo IV.

designados *tresmalhos*). Uma e outras são constituídas por panos de rede rectangulares calados na vertical, o que é possibilitado pela existência de uma tralha superior de bóias e uma tralha inferior de chumbos; de acordo com a espécie que procuram capturar, podem ser utilizadas à superfície, a meia água ou no fundo, fixas ou à deriva. De um modo geral os pescadores utilizam vários panos de rede, que, juntos uns aos outros, tomam a designação de *caçada*.

As redes simples (redes de emalhar), sendo invisíveis na água, capturam os peixes prendendo-os, geralmente pelos opérculos (como o peixe não vê a rede, após introduzir a cabeça no vazio de malha e verificar que um obstáculo o impede de prosseguir reage recuando, ficando então preso pelos opérculos). Por seu lado, as redes triplas (constituídas por um pano central de rede mais miúda - e daí a sua designação de *miúdo* - e geralmente mais alto e dois panos exteriores chamados *alvitanas* ou *albitanas*, um de cada lado do miúdo) capturam os peixes enredando-os naquele conjunto de redes.

Dada a sua eficácia e facilidade de operação estas redes são utilizadas em toda a costa portuguesa, sob as formas e designações mais variadas (geralmente relacionadas com a espécie visada): *majoeiras* ou *meijoeiras*, *volantes* ou *volantas*, *rascas*, *petisqueiras*, *sardinheiras*, *corvineiras*, *solheiras*, *lampreeiras*, *avargas*, *sávaras* ou *savaís*, *quartos*, *branqueiras*, etc.

As *redes de sacada* são formadas por um pano de rede horizontal ou por um saco, de formato variável, com a abertura virada para cima. Depois de submersas a determinada profundidade, os peixes são geralmente atraídos quer com luz quer com engodo para a área sobre a rede, após o que esta é levantada (*sacada*) da água, capturando-os. Estas redes podem ser aladas à mão ou mecanicamente, a partir de terra ou de embarcações.

Em Portugal as redes deste tipo tiveram larga expansão em toda a costa e estuários, sendo utilizadas para capturar pequenos pelágicos, apenas se encontrando hoje no Algarve, região onde algumas embarcações ainda a utilizam. Tipos particulares de redes de *sacada* são as “rede de levantar” de mão, como os *camaroeiros* (também chamados *rapichel* ou *rede de fole*) e as *rapetas* e *sarricos*. Trata-se, em qualquer dos casos, de aparelhos constituídos por um saco de rede, de forma e



malhagem variáveis, entalhado num aro, ligado por sua vez a um cabo de madeira ou de metal; as primeiras são usadas para capturar camarão (utilizadas a bordo de embarcações); as segundas para pescar meixão (a pé, a partir das margens, ou a bordo de embarcações).

## 2.2. Linhas e anzóis.

A pesca com o auxílio de linhas e anzóis é tida, nas diversas formas que apresenta, como a mais selectiva de todas as artes. Na sua forma mais simples é constituída por uma linha, um anzol e uma chumbada; na mais complexa por um conjunto de linhas, anzóis, chumbadas e, eventualmente bóias, por forma a constituírem um conjunto dirigido à pesca de uma determinada espécie em dada porção da coluna de água ou no fundo: neste caso toma a designação genérica de *aparelho de anzol*, embora também muitos outros nomes, de acordo com a sua forma, espécie visada, etc. (p.ex., *espinel* ou *espinhel*, *palangre*, *anzolada*) - fot.4 a 6.

## 2.3. Armadilhas.

As armadilhas são aparelhos de pesca construídos em diversos materiais (arame, madeira, plástico, rede), de formas e dimensões muito variadas, rígidas ou flexíveis, dotadas de uma ou mais aberturas (*bocas*) e que são caladas no fundo. Tipo particular de armadilha são as *armações fixas*, artes que tiveram grande expansão em Portugal<sup>31</sup>.

As armadilhas rígidas têm a forma de caixas, cestos ou potes e podem ser construídas com diversos materiais, como referido; com uma ou mais bocas e iscadas, permitem a entrada dos animais mas não a sua saída. Existem armadilhas deste tipo para peixes, crustáceos e moluscos, variando a sua forma e dimensões basicamente em função do que se pretende pescar e do local onde são caladas (oceano ou estuário, fundo limpo ou pedregoso, etc.). Deste tipo são a maioria das armadilhas

<sup>31</sup> As armações fixas são uma arte que exige grandes investimentos e, inquestionavelmente, um método de pesca industrial, apesar de se tratar de uma arte passiva. Em Portugal utilizaram-se essencialmente dois tipos: armações para a sardinha e armações para o atum. A propósito das armações (descrição pormenorizada da arte, origem, funcionamento) veja-se, p.ex., Baldaque da Silva (1889 e 1891), Brandt (1984), Cavaco (1976), Cruz (1966), Gamito (1947) e Lino da Silva (1969).





Fot.1 - Rede *mugiganga* (Aguda)



Fot.2 - Rede de arrasto de vara  
(*camaroeira*) na Póvoa de Santa Iria.



Fot.3 - Rede *solheira* em Lanhelas (Rio Minho)



Fot.4 - Celha com anzóis  
(Porto Novo)



Fot.5 - Empatando anzóis (Ericeira)



Fot.6 - Anzolada para enguia  
(Alhandra)



utilizadas largamente pela pesca artesanal em todo o país, tomando as designações de *covos* ou *cofos*, *gaiolas*, *murejonas*, etc. (fot. 7 a 15).

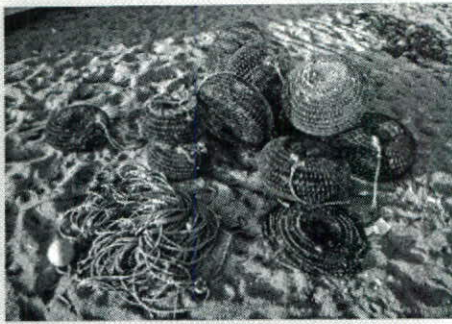
O *alcatruz* é uma variedade particular de armadilha, que mais não é do que um pote de barro, não iscado, e que quando colocado no fundo do mar é percebido pelo polvo como um abrigo natural. Tal como as restantes armadilhas rígidas, utiliza-se em teias de várias unidades ligadas umas às outras; como explora o comportamento particular do polvo, apenas captura esta espécie. Esta arte só é utilizável em “fundos limpos”, pelo que o polvo também é pescado com covos nas regiões pedregosas, desta vez com recurso à iscagem do aparelho.

A utilização destes aparelhos coloca o problema da sua estivagem a bordo, pelo que em algumas regiões se usam armadilhas tipo covos, mas flexíveis. As armadilhas desta categoria são utilizadas basicamente em estuários e lagunas costeiras, sendo genericamente constituídas por sacos de rede distendidos a intervalos regulares por aros, geralmente de madeira flexível. Estas armadilhas são caladas no fundo com o auxílio de estacas, como os *galrichos*. Tal como os aparelhos rígidos assumem formas e dimensões muito variáveis e são conhecidos por diversas designações, conforme a região.

#### 2.4. Instrumentos de ferimento.

Neste grupo incluem-se todos os instrumentos de tipo arpão que pescam por ferimento, muitas vezes à vista do animal a capturar. *Bicheiros*, *fisgas*, *galheiros*, são algumas designações que tomam de acordo com as suas particularidades. A *toneira* ou *taloeira* é um instrumento diferente dos anteriores, quer pela forma quer pelo modo de operar: constituído por um cone invertido em cuja base estão hastes de metal afiladas (anzóis sem barbeta) com o bico para cima, usa-se para pescar lula e choco prendendo a toneira (não iscada) na extremidade de uma linha e imprimindo-lhe um movimento de arriar/alar a linha até atrair o animal e este ficar preso nas hastes. Usa-se em embarcações fundeadas muito comumente observadas na foz do Sado e em Sesimbra (geralmente praticada por





Fot.7 - Covos ("boscas") em A-Ver-O-Mar (Póvoa de Varzim).



Fot.8 - Covos "fêmeas" em Benagil (Algarve).



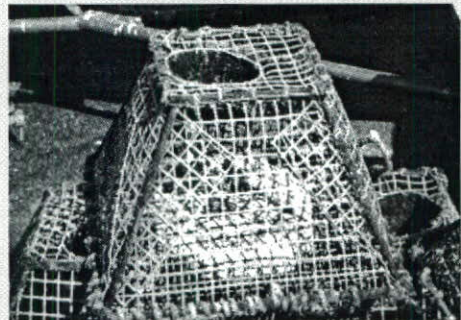
Fot.9 - Covos cilíndricos em Burgau (Algarve)



Fot.10 - Pormenor de covos para o polvo em Tavira.



Fot.11 - Murejonas em Stª Luzia (Algarve)



Fot.12 - Covo em forma piramidal (P.Arcos).

Fot.13 - Alcatruzes em Stª Luzia (Algarve)



Fot.14 - Covo cilíndrico em Assenta (Ericeira)



Fot.15 - Galrichos em Vila Franca de Xira.



pescadores reformados em pequenos botes).

## 2.5. Outras artes.

Além das já referidas, outras artes há que dificilmente se enquadram nas categorias anteriores. Tal é o caso das dragas e aparelhos similares, como os *berbigoeiros* (artes que revolvem os fundos geralmente para capturar moluscos que ficam retidos num saco), das *minhocadas* (conjunto de minhocas enfiadas em forma de novelo numa linha, para pescar enguia) e das *sombreiras* (rede de encosto para capturar camarão)<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> As sombreiras são tratadas no capítulo VI.



### III - A PESCA ARTESANAL EM ÁREAS ESTUARINAS

#### 1. Caracterização dos estuários.

Os estuários, tal como as lagunas costeiras, podem ser definidos como sistemas aquáticos de transição oceano/continente, que por receberem fluxos de água de origem marinha e pluvial dão origem a ambientes únicos, fundamentalmente determinados por essa mistura de águas. Os sistemas lagunares costeiros distinguem-se dos estuarinos basicamente em função dos fluxos fluviais que recebem, sendo fracos ou nulos, no caso das lagunas, e fortes no caso dos estuários (Freitas, 1996). As lagunas distinguem-se ainda pela presença de uma barreira, geralmente arenosa, que a separa do oceano adjacente, o que faz com que a comunicação laguna/oceano seja muitas vezes efémera e, devido a isso, por as suas águas serem parcial ou totalmente salobras (Kiener, 1978).

Ambos os sistemas apresentam uma grande importância para o Homem, como fonte de alimentos, vias de comunicação e para diversas actividades de recreio e lazer; ainda são usados como depuradores naturais de resíduos resultantes das actividades humanas e como áreas às quais é fácil “ganhar terras” para expansão de estabelecimentos humanos e grandes infraestruturas de transportes. Olhados durante muito tempo como regiões insalubres que era necessário e útil “secar” (sobretudo as regiões centrais dos estuários), a partir da década de 1960 começa-se verdadeiramente a perceber a sua importância, embora só nos anos 70 se tenham generalizado os estudos científicos sobre os estuários, lagunas e “zonas húmidas” em geral (Kiener, 1978; Williams, 1993)<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Os poucos estudos sobre os estuários e lagunas de Portugal é também revelador do desinteresse que a comunidade científica nacional dedicou a estes sistemas. De facto, os trabalhos científicos existentes em Portugal, sobretudo os dedicados aos estuários, são em muito pequeno número, encontram-se dispersos e são de tiragem e difusão muito limitadas (teses de doutoramento e de mestrado, revistas e actas de colóquios).



De acordo com a já clássica definição de Pritchard (1967), um estuário (de *aestus*, maré) é uma massa de água semi-fechada que possui uma comunicação livre com o oceano e onde a água salgada dele proveniente se mistura com a água doce da drenagem continental. Nos estuários, os fluxos de água e sua dinâmica são determinantes visto permitirem ligar os vários subsistemas que os compõem, fornecendo “subsídios de energia” para o sistema como um todo (Odum, 1988).

Estes fluxos periódicos de águas com características físico-químicas diferentes (água salgada que penetra no estuário com a maré e água doce que até ele é trazida pelos cursos de água) misturam-se segundo padrões bem conhecidos, mas variáveis de estuário para estuário, penetrando as águas marinhas em forma de cunha (porque mais densas) sob as águas doces (fig. 15).

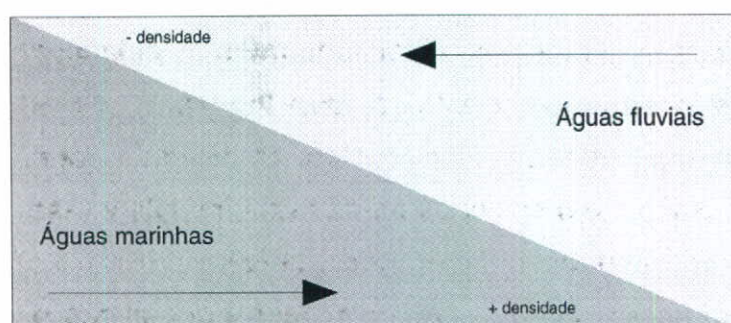


Fig. 15 - Esquema da circulação da água num estuário.

A cunha de água salgada introduz-se mais ou menos para o interior, num balanço entre a força da maré, o fluxo de águas doces continentais e as características

morfológicas do estuário ou laguna, misturando-se as duas massas de água gradualmente a partir da superfície que as separa, dando assim origem, na região central do estuário, às águas salobras. Por ser determinante para a individualização destes sistemas, o critério mais utilizado na delimitação dos estuários considera-os compreendidos entre a desembocadura da foz até à zona onde a maré se faz sentir (Dias *et al*, 1998), variando a salinidade, no mesmo sentido, desde a tipicamente marinha (em redor de 35‰) até à da água “doce” fluvial (inferior a 0,1 ‰)<sup>34</sup>.

Esta dinâmica das águas, que as faz caminhar em sentidos opostos, dá origem à deposição de sedimentos, tanto de origem continental como marinha, que geralmente aumentam de diâmetro quer para jusante quer para

<sup>34</sup> Por exemplo, no Estuário do Sado a salinidade varia entre 31 a 35‰, na sua parte terminal, 18 a 34‰, na sua parte central, 6 a 17‰, nos vários braços da área central, e inferior a 5‰ a montante de Alcácer do Sal, região onde a estratificação vertical é muito forte, chegando a registar-se amplitudes de mais de 10‰ entre a superfície das águas e o fundo (Monteiro, 1995).

montante<sup>35</sup>, onde são acumulados os materiais mais grosseiros (areias); transportados quer pela maré quer pelos rios, pois sedimentam mais rapidamente. Os materiais mais finos são depositados no interior dos estuários e em áreas abrigadas que favoreçam a sua acumulação, constituindo os característicos depósitos vasosos encontrados nestes sistemas.

Nos solos que evoluem neste contexto desenvolve-se uma vegetação “adaptada” a estas condições de extrema variabilidade, onde a salinidade, a humidade, o efeito mecânico das marés e a carência de oxigénio funcionam como principais *factores limitantes*. A flora tipicamente estuarina aparece assim sob a forma de sapais, constituídos por espécies halófitas, algumas das quais lenhificadas, com uma clara dominância dos géneros *Spartina*, *Arthrocnemum*, *Atriplex*, *Halimione* e *Aster* (Dias *et al.*, 1998). Estas formações desempenham um papel fundamental pela sua enorme capacidade de depuração, pois as espécies que as constituem têm um alto potencial de assimilação, estando aptas a “formarem óxidos que promovem a precipitação de tóxicos em solução nas águas” acumulando-se nas raízes sob a forma de rizoconcentrações (Dias *et al.*, 1998).

Os sapais são também importantes pelo seu papel na deposição e reciclagem dos detritos, produzidos quer pelos próprios sapais quer aí acumulados, após transporte pelos rios e marés; ao serem remineralizados pelos microorganismos vêm depois a constituir nutrientes utilizados por diversas espécies, dando origem às altas produtividades dos estuários (Dias *et al.*, 1998; Odum, 1988), baseadas em cadeias alimentares fundamentalmente de base detritívora e não apenas fitoplanctónica, como na maioria dos sistemas aquáticos (fig. 16).

---

<sup>35</sup> De acordo com Mclusk (1981), quando a corrente de maré penetra num estuário e diminui a sua velocidade deposita primeiro *balastro* (grãos com diâmetro superior a 2 mm), depois areias (grãos com diâmetro entre 0,062 e 2 mm) e finalmente limos (grãos com diâmetro entre 0,004 e 0,062) que se depõem como vasa; de modo semelhante, a corrente fluvial deposita inicialmente areias e outros materiais mais grosseiros, transportando os limos até à área em que a corrente do rio é abrandada pela água salina que entra. Isto explica por que motivo é possível encontrar nos estuários uma área central relativamente calma e vasosa rodeada por bancos de areia e praias tanto a montante como a jusante dessa área central. Dias *et al.* (1998) refere que a vasa tem origem nas partículas que os rios transportam em suspensão e que ao misturarem-se com as águas salinas floculam, aumentam de peso e sedimentam.



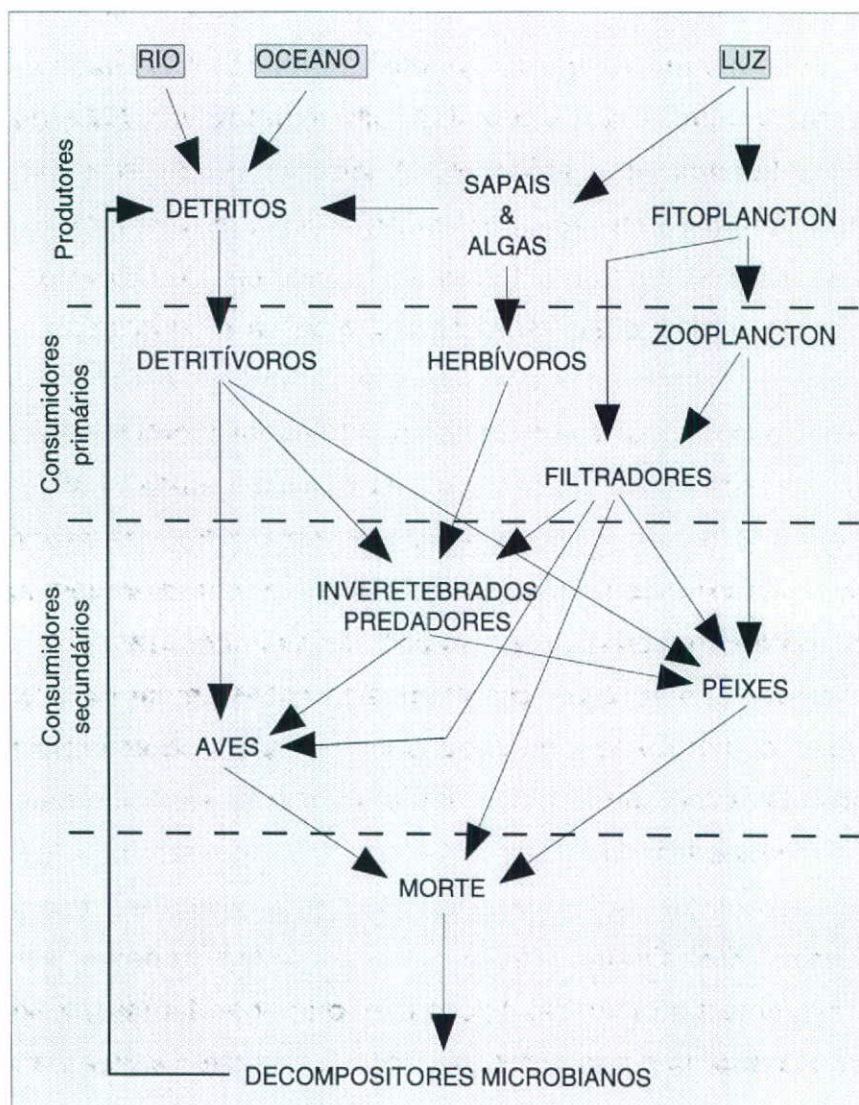


Fig. 16 - Teia alimentar típica de um estuário europeu. As setas indicam as relações alimentares.

Redesenhado, com simplificação, a partir de Mclusk, 1981.

Esta disponibilidade de alimentação não directamente dependente da energia solar que penetra no sistema (ao contrário do fitoplâncton, muito dependente do sol), assegura mesmo no Inverno níveis de produção elevados. Este factor de natureza alimentar está na base do grande número de espécies filtradoras bentónicas presentes, quer em estrato vasoso quer arenoso, as quais representam uma fonte de alimentação primordial para as aves<sup>36</sup> e um enorme potencial económico para o Homem. Estão nesta situação, entre outras, as seguintes espécies: *Cerastoderma edule* (berbigão), *Solen marginatus* (lingueirão), *Scrobicularia plana* (lambujinha), *Crassostrea angulata* (ostra), *Trunculariopsis* spp. (búzios), *Ruditapes decussatus* e *Venerupis* spp. (ameijoas), *Hediste diversicolor* (minhoca vulgar, utilizada como isco) e *Marphysa sanguinea* (minhocão, id.) (Rosado et al., 1993).

Pelos motivos expostos estes sistemas proporcionam condições óptimas de desenvolvimento a muitas espécies marinhas e são, por isso, escolhidos por diversas delas como áreas de criação (*nurserys*) ou de alimentação. Na sua distribuição pela área estuarina a variabilidade dos parâmetros físico-químicos das águas condiciona a sua repartição e daí que os organismos possíveis de encontrar nestas áreas sejam classificados de acordo com a sua tolerância ao mais limitante deles - a salinidade. Assim, podemos considerar fundamentalmente quatro grupos de animais nos estuários e lagunas litorais<sup>37</sup>:

a) Organismos oligohalinos.

Animais que vivem em águas "doces" e que, geralmente, não toleram salinidades superiores a 0,1‰, embora alguns suportem valores até 5‰.

b) Organismos verdadeiramente estuarinos.

Animais com afinidades marinhas mas que vivem nas áreas centrais dos estuários. A maioria destes animais poderia viver no oceano mas raramente aí habitam, provavelmente por causa da competição com outras espécies.

---

<sup>36</sup> Juntamente com as condições de abrigo que proporcionam, este é um dos motivos pelos quais as aves utilizam os estuários e as lagunas costeiras como locais de nidificação ou de invernada ou ainda como "áreas de serviço" nas suas rotas migratórias.

<sup>37</sup> Baseado em Jorge (1991), Mcluský (1981), Muzavor et al. (1993) e Sobral et al. (1997).



c) Ocasionais.

Este grupo é constituído por espécies marinhas que apenas ocorrem em águas até 25‰ de salinidade, isto é, junto às desembocaduras (p.ex., *Caranx lugubis*, *Trachurus trachurus* - carapau).

d) Migradores.

É o grupo mais importante<sup>38</sup> e aquele que é objecto de pesca sazonal pelo Homem, sendo composto por espécies que apenas passam parte da sua vida nos estuários e lagunas litorais, uns para se alimentarem, outros como rotas para o oceano ou deste para os rios, em deslocações relacionadas com a reprodução. No primeiro caso, trata-se de indivíduos que passam os primeiros anos de vida nestes sistemas ou neles entram para se alimentarem; incluem-se espécies tão diferentes como *Sardina pilchardus* (sardinha), *Dicentrarchus labrax* (robalo), *Mullus* spp. (taíñas), *Boops boops* (boga) e vários *Diplodus* (sargos), entre muitos outros - e só para referir espécies com interesse nas pescas marítimas. O segundo grupo é constituído por *anádromos* e *catádromos*<sup>39</sup> como *Anguilla anguilla* (enguia europeia), *Petromyzon marinus* (lampreia do mar), *Alosa alosa* (sável), *Alosa fallax* (savelha ou saboga) e *Salmo salar* (salmão), que sempre estiveram na base de importantes pescarias em Portugal.

O potencial dos estuários e, em menor grau, o das lagunas litorais, como fonte de alimentos e via de comunicação levou desde muito cedo à sua ocupação pelo Homem, que sempre preferiu implantar-se perto do oceano mas em situação de abrigo e onde existissem boas condições portuárias. A maior parte das cidades de todos os continentes localizam-se na bordadura de estuários e quase todas as grandes cidades portuguesas aí se desenvolveram (Lisboa, a capital, no estuário do Rio Tejo; Porto, a segunda cidade do país, no Estuário do Rio Douro; Setúbal, no estuário do

---

<sup>38</sup> Por exemplo, Jorge (1991) contabilizou em 90% do total as espécies migradoras encontradas no estuário do rio Mondego.

<sup>39</sup> Deste grupo apenas a *Anguilla anguilla* é catádroma, pois ao contrário das restantes espécies, que vivem no oceano e se reproduzem nos rios, a enguia vive nos rios e lagunas litorais (águas doces e salobras) e reproduz-se no mar. No entanto, para simplificar o texto, será frequentemente incluída e referida com as restantes.

Rio Sado; Figueira da Foz, no estuário do Rio Mondego; etc.)

O crescimento demográfico destas cidades conduziu quase sempre à degradação do meio envolvente, traduzido numa ocupação desregrada das margens dos estuários (com a consequente destruição de sapais) e poluições crescentes. Os resultados imediatos foram a degradação da paisagem e a redução da diversidade em espécies, sobretudo das piscícolas com maior interesse comercial. Também as alterações verificadas a montante destes sistemas, nos cursos de água, com poluições crescentes e construção de inúmeras barragens, vieram modificar negativamente as características físico-químicas das águas fluviais, quer aumentando a sua toxicidade para os seres vivos (poluições) quer regularizando os fluxos e retendo aluviões (barragens), o que tem consequências não só na qualidade dos sistemas estuarinos e lagunares como na costa adjacente, que vê a alimentação aluvionar a diminuir (fig. 17).

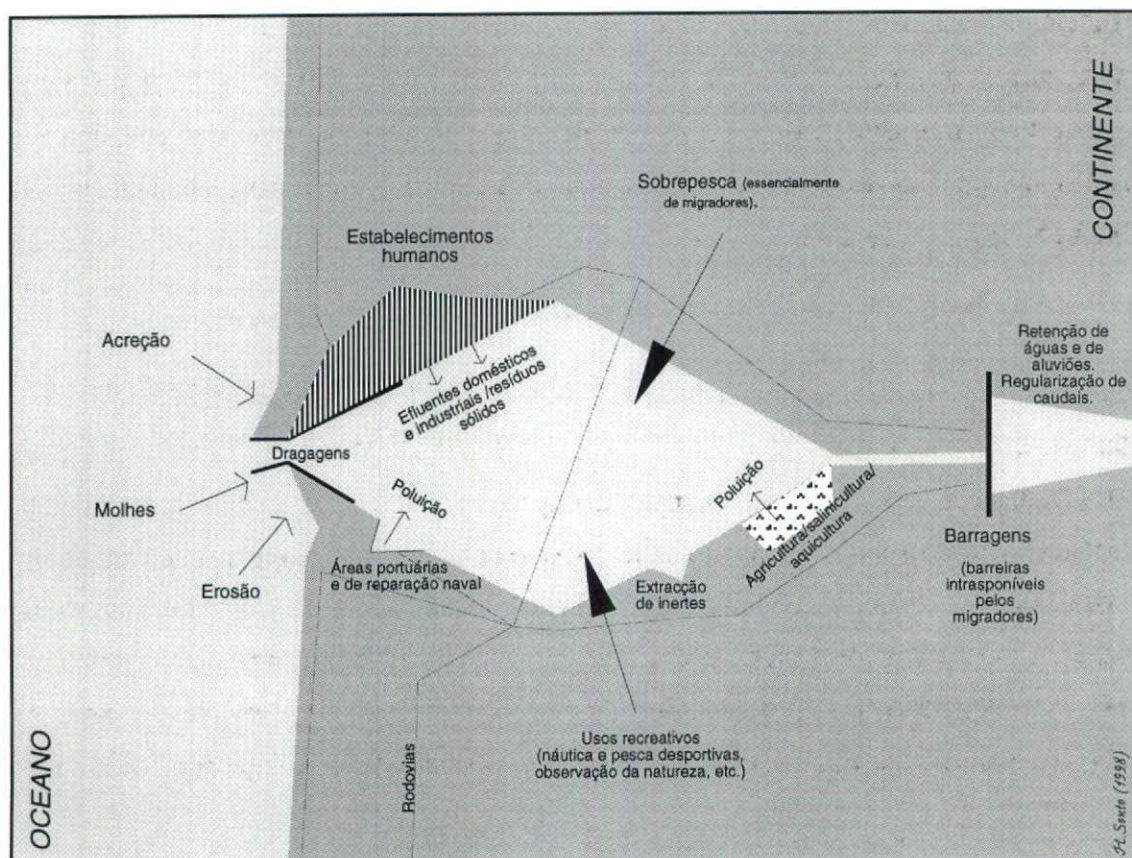


Fig. 17. - Esquema dos principais usos dos estuários portugueses na actualidade.



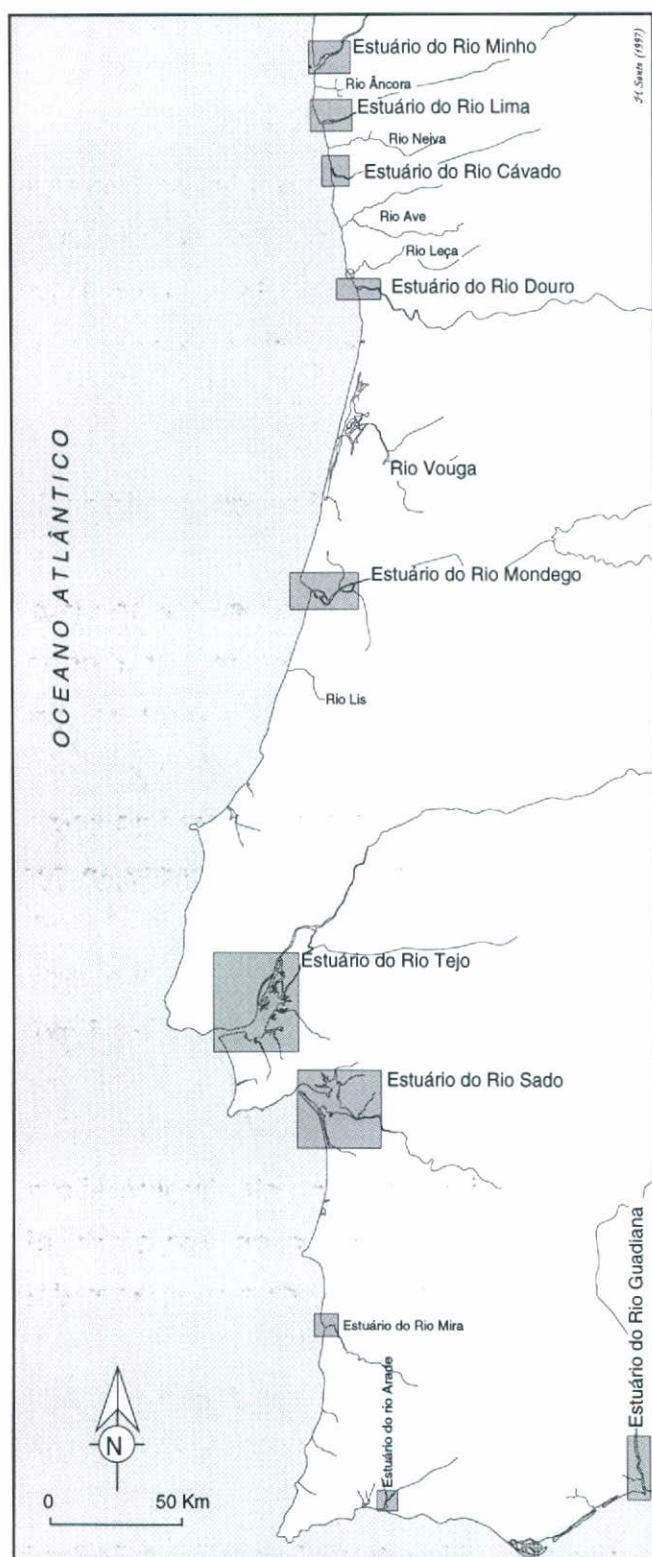


Fig.18 - Localização dos principais estuários.

Os principais estuários portugueses são, de Norte para Sul, os dos rios Minho, Lima, Cávado, Douro, Mondego, Tejo, Sado, Arade e Guadiana (fig. 18). Em todos eles se encontram diversas comunidades de pescadores que utilizam essas áreas quer como fundeadouros, deslocando-se para o oceano para pescar, quer como locais de pesca exclusivos (nunca saindo para o mar) quer, ainda, associando a pesca no estuário à pesca no oceano adjacente. Por outro lado, existem em quase todos importantes infraestruturas portuárias, como no Lima, no Mondego, no Tejo, no Sado, no Arade e no Guadiana; o pequeno estuário do rio Leça foi mesmo destruído com a construção do porto de Leixões.

Neste capítulo estuda-se a pesca sazonal de migradores nos estuários do Noroeste (Minho, Lima e Cávado) e a pesca nos estuários do Tejo e do Sado.

## 2. A pesca de migradores nos estuários do Noroeste.

De todos os estuários nacionais, os dos rios Minho, Lima e Cávado são aqueles em que a pesca de migradores anádromos e catádromos é mais relevante<sup>40</sup>. Tal facto deriva fundamentalmente da sua posição geográfica na costa mais setentrional do país, o que tem como principais consequências:

- terem aí algumas espécies o seu limite de distribuição mais meridional, como é o caso do salmão e da truta marisca;
- existir grande proximidade com o país vizinho (no caso do rio Minho ele é mesmo a fronteira entre Portugal e Espanha), onde as tradições gastronómicas de consumo de meixão dão origem à sua captura em Portugal;
- incluir-se esta região entre as mais pluviométricas do país, o que tem como consequência uma maior entrada de água doce no oceano adjacente, factor importante na atracção dos migradores<sup>41</sup>.

Para além dos factores apontados, existe ainda nesta região o hábito, profundamente enraizado, de consumo de lampreia.

Nestes estuários, os migradores mais importantes actualmente são a lampreia e a enguia (na sua fase de meixão), pois são os que ainda aí ocorrem com alguma abundância e atingem maior valor no mercado; daí que a análise incida sobre estas espécies.

---

<sup>40</sup> Consideram-se apenas as áreas estuarinas e fluviais sob jurisdição das autoridades marítimas. Ficam portanto de fora todas as águas que estão sob jurisdição da Direcção Geral das Florestas.

<sup>41</sup> Por exemplo, o decréscimo da salinidade junto à costa induz na enguia a metamorfose que a transforma em “enguia de vidro”, permitindo-lhe a sua entrada nos rios, sabendo-se hoje que o decréscimo dessa salinidade e o “cheiro a terra” proveniente dos rios é o principal factor que orienta as larvas de enguia para os estuários (Bessa, 1992; Tesch, 1977).



## 2.1. As espécies exploradas

Nos estuários e rios do Noroeste as espécies migradoras mais importantes são anádromas e incluem a lampreia do mar (*Petromyzon marinus*), o salmão (*Salmo salar*), o sável (*Alosa alosa*), a savelha (*Alosa falax*) e a enguia (*Anguilla anguilla*). De entre os migradores não anádromos, é possível encontrar um número elevado de espécies marinhas, umas com elevado valor económico, como os robalos (*Dicentrarchus labrax* e *Dicentrartus punctatus*), outras não tão valorizadas, mas ainda assim objecto de pescarias, como a boga do mar (*boops boops*) e diversas taínhas (*Mugil cephalus*, *Mugil auratus*, *Mugil tabeo*, *Mugil labrosus labrosus*, *Mugil ramada* e *Mugil saliens*). Para além das referidas, a solha (*Platichthys flesus*), o linguado (*Solea senegalensis*) e o choco (*Sepia officinallis*) constituem espécies alternativas importantes, sendo objecto da pesca fundamentalmente no verão.

### a) Lampreia do mar

A lampreia do mar, geralmente designada apenas por lampreia, é um ciclóstomo anádromo de pele nua e viscosa cujo comprimento varia, quando adulta, entre os 60 cm e 100 cm; vive no mar mas desloca-se para os rios para se reproduzir; a maioria dos indivíduos morre após a postura, já que raramente se observa o retorno ao oceano de exemplares desovados (“lampreia de touca”). As larvas permanecem no rio durante 3 a 5 anos e após sofrerem uma metamorfose regressam às águas marinhas (Afonso, 1992; Pereira, 1992). Embora possa penetrar em todos os nossos rios, nos últimos anos apenas é encontrada comumente nas regiões para norte do estuário do Mondego (incluindo este) e apenas até onde as grandes barragens lhes barram o caminho.

A sua entrada nos rios ocorre normalmente entre Dezembro e Abril, sendo objecto de importantes pescarias sobretudo nos estuários, onde a sua acessibilidade é maior. Espécie em rápida regressão, está classificada pela União Internacional da Conservação da Natureza (UICN) como “vulnerável”. A pesca da lampreia é permitida e está regulamentada no rio Minho, nos estuários do rio Lima, do rio Cávado, do Douro, do rio Mondego e na laguna de Aveiro.

A lampreia é uma espécie que faz parte da gastronomia tradicional do litoral norte do país, razão pela qual é capturada. A menor abundância que tem revelado de ano para ano tem feito aumentar o seu preço, o que tem como consequência ser cada vez mais procurada pelos pescadores. Na safra de 1997/98 o preço variou entre os 7 e os 8 mil escudos por lampreia viva (a variação do preço na mesma época de pesca prende-se com a maior procura que tem nos períodos festivos).

#### b) Salmão

O salmão está classificado pela UICN como espécie “em perigo”, isto é, cuja sobrevivência será improvável se os factores limitantes continuarem a actuar. Anádromo que penetra nos rios para desovar, apresenta a particularidade de o fazer sempre no rio onde nasce, o que aumenta a sua vulnerabilidade (Pereira, 1992). Em Portugal apenas ocorre nos estuários e rios mais setentrionais (Lima, Cávado e Minho), onde entra sobretudo em Janeiro e Fevereiro, mas também em Junho; a sua pesca está regulamentada no rio Minho (onde está proibida por um período de 2 anos) e nos estuários do Lima (onde se tem mantido uma proibição temporária de pesca desde 1990) e do Cávado (com grandes limitações e carecendo de um selo e guia para poder ser transportado). O salmão é frequentemente confundido com a truta-marisca (*Salmo trutta*), espécie anádroma com muitas semelhanças e que ocorre também nos referidos rios.

#### c) Sável e savelha/saboga

Ambas as espécies são consideradas “vulneráveis” pela UICN, tendo o sável praticamente desaparecido dos estuários e rios do sul do país (Tejo, Sado e Guadiana), apenas aí ocorrendo esporadicamente<sup>42</sup>. O sável penetra apenas nos grandes rios para efectuar a desova, que se inicia no começo da Primavera, sendo então objecto da pesca; a savelha apenas o faz entre Maio e Junho. Espécies aparentadas, confundem-se frequentemente sendo hoje comum as referências à savelha como sável,

---

<sup>42</sup> Por exemplo, no rio Tejo foi objecto até meados do século XX de importantes pescarias, que originavam importantes migrações de populações quer do centro e norte do país quer mesmo de agricultores da região ribeirinha que eram atraídos pela sua enorme abundância. Tanto quanto se sabe, o seu desaparecimento deste rio está relacionado com a crescente poluição de que o rio começou a ser alvo a partir dos anos 1960.



embora a savelha seja mais pequena do que o sável, pois a primeira raramente ultrapassa os 40 cm de comprimento enquanto o sável com frequência cresce além dos 60 cm.

A pesca destas espécies está prevista e regulamentada no rio Minho, nos estuários do Lima, do Cávado, do Mondego e do estuário do Tejo e ainda na laguna de Aveiro.

#### d) Enguia

Ao invés das espécies até agora referidas, a enguia vive nas águas doces e salobras e desloca-se para o oceano para se reproduzir. Está classificada pela UICN como espécie “comercialmente ameaçada”.

A enguia europeia, espécie que povoa as águas portuguesas, faz a postura no mar dos Sargãos, no Atlântico Ocidental, local de onde as respectivas larvas iniciam uma migração, via corrente do Golfo, até atingirem as costas europeias e do Norte de África, onde chegam com cerca de 8 cm. Antes de penetrarem nos rios sofrem uma metamorfose transformando-se em enguias alongadas e translúcidas, forma sob a qual são conhecidas como *meixão* (embora também por *enguias de vidro* entre outras designações. Como meixão entram nos rios formando enormes massas de aspecto gelatinoso e são objecto de uma das pescarias mais problemáticas do ponto de vista conservacionista que actualmente ocorrem em Portugal. Uma vez nos rios voltam a sofrer uma metamorfose adquirindo a forma de adultos, isto é, com um corpo alongado, liso e cilíndrico, coberto por uma secreção mucosa que a torna escorregadia; quando adultas chegam a atingir os 50 cm (machos) ou 1 m a 1,5 m (fêmeas) (Pereira, 1992). Esta espécie revela-se extremamente eurihalina pois povoa meios de salinidades muito variáveis, podendo mesmo, com frequência, ser encontrada deslocando-se sobre terra húmida<sup>43</sup>.

A enguia é uma espécie tradicionalmente pescada quando adulta em todas as águas estuarinas, fluviais e lacustres de Portugal, já que em algumas regiões o seu consumo está fortemente enraizado na gastronomia local. É uma espécie bem cotada no mercado, tendo o valor médio da

---

<sup>43</sup> De acordo com Kiener (1978; 123), a *Anguilla anguilla* é encontrada desde águas com salinidades inferiores a 0,05‰ (meios límnicos) até águas com 38‰ de sais, havendo mesmo ocorrências em meios hipersalinos de até 80‰ de salinidade!

primeira venda em Portugal sido de 1.701\$50/Kg em 1996<sup>44</sup>. Até há cerca de 20 anos as formas juvenis apenas eram capturadas com o objectivo de povoar anguiculturas. No entanto, desde essa época e enquanto meixão, vem sendo adquirida por compradores espanhóis por valores muito elevados (na safra de 1997/98 chegou a atingir os 40.000\$00/Kg!). De facto, praticamente todo o meixão capturado em Portugal se destina ao país vizinho sendo no geral adquirido por compradores portugueses que depois o revendem a comerciantes espanhóis. Embora a pesca do meixão se tenha iniciado no rio Minho, por óbvias influências espanholas, ela tem-se difundido por todos os estuários e rios portugueses, com excepção do Algarve.

Os espanhóis adquirem o meixão a pescadores portugueses por valores cada vez mais altos porque já começou a escassear em muitas regiões espanholas e por ser considerado um produto caro e de elevada qualidade na gastronomia espanhola<sup>45</sup>, de consumo minoritário e de temporada (épocas festivas). Em Espanha, o consumo de meixão teve origem no País Basco, de onde se difundiu por todo o território do país vizinho, sobretudo pelas cidades<sup>46</sup>. Por ser muito apetecido e por ter um valor tão elevado, nos últimos anos tem sido produzido um sucedâneo à base de pasta de calamar, comercializado sob o nome de *gula*, que lembra o nome espanhol para meixão - *angula*<sup>47</sup>. Este produto encontra-se também à venda em Portugal, em embalagens de cerca de 100 gramas, atingindo o preço do quilograma os 6.000\$00.

---

<sup>44</sup> DGPA, *Recursos da Pesca - Série Estatística*, Vol. 10A-B, 1996. Em 1998 ultrapassou os 2,500\$00/Kg no rio Minho (conhecimento pessoal).

<sup>45</sup> Um prato confeccionado com 100 gramas de meixão atinge em Espanha valores da ordem das 3 000 pesetas.

<sup>46</sup> Embora não se tenha tido oportunidade de o confirmar, há notícia de restaurantes portugueses, no Estoril e na Ericeira, que apresentam já pratos confeccionados com meixão.

<sup>47</sup> O autor agradece ao Prof. Ruben Lois Gonzalez, do Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, as informações prestadas sobre a produção e consumo de meixão em Espanha.



## 2.2. As artes de pesca e sua regulamentação

Os estuários em estudo, apesar da sua proximidade, possuem regulamentos de pesca próprios, que reflectem realidades sócio-económicas e históricas distintas. Assim, no Rio Minho, dada a sua qualidade de rio internacional, existe uma Comissão Permanente Internacional, a qual gere conjuntamente todo o troço comum aos dois países, estando as disposições contidas no *Regulamento da Pesca Aplicável ao Troço Internacional do Rio Minho* também comuns aos pescadores portugueses e espanhóis<sup>48</sup>. Por sua vez, os estuários do Lima e do Cávado regem-se por regulamentos que datam de 1990 (portarias 561/90 e 565/90, ambas de 19 de Julho). As artes permitidas nestes estuários e respectivo período de utilização estão representadas na fig. 19.

### a) Artes para a pesca da lampreia

Da grande diversidade de artes utilizadas outrora para pescar a lampreia, restam hoje a *lampreeira* (rede de tresmalho de deriva), a *estacada* (que pode ser definida como armadilha) e o *galheiro* (vara dotada de anzóis numa das extremidades). A primeira é utilizada nos estuários do Minho e do Cávado, a segunda no Lima e no Cávado<sup>49</sup> e o galheiro apenas no Cávado. No rio Minho, para montante do Castelo de Lapela, é ainda permitido o uso do *botirão* e da *cabaceira* (ambas as armadilhas são utilizadas nas *pesqueiras*), que por se encontrarem fora da zona estuarina não serão consideradas<sup>50</sup> neste estudo.

---

<sup>48</sup> As diferenças existentes entre uns e outros são apenas de “ordem cosmética”. Por exemplo, os números e letras de identificação das embarcações deverão ser pintadas a branco sobre fundo negro, nas portuguesas, e a negro sobre fundo branco, nas espanholas. No entanto, as leis gerais da pesca de cada país continuam, obviamente, a aplicar-se; uma das mais contestadas pelos portugueses, e que não existe em Espanha, é a obrigatoriedade dos pescadores trabalharem sempre com alguém, impossibilitando-os de pescar sozinhos nas embarcações.

<sup>49</sup> Fora desta região a estacada é ainda permitida no estuário do Mondego.

<sup>50</sup> A este propósito pode consultar-se Baldaque da Silva (1891) ou Santos (1958).

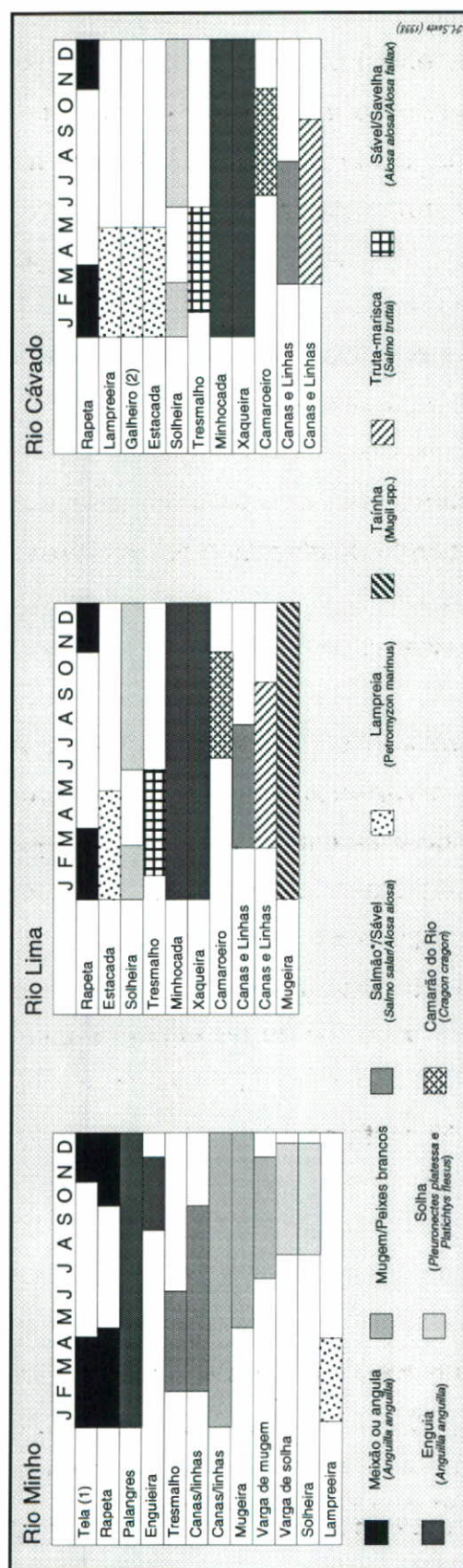


Fig. 19 - Períodos hábeis para o uso das artes permitidas nos Rios Minho (troço internacional), Lima (desde a ponte de Lanheses até à foz) e Cávado (desde a ponte metálica de Fão até à foz), de acordo com os regulamentos de pesca em vigor em 1997/98.

Notas: 1- Permitida apenas por um período transitório de dois anos; 2 - Permitido apenas para a captura da lampreia feita a partir do molhe norte da barra do rio; \* - com vista à recuperação das suas populações, a pesca do salmão tem estado sujeita a períodos de interdição.



### *Lampreeira.*

Esta rede é composta de 3 panos (tresmalho); por imposição legal não pode o pano central (miúdo) ter malhagem inferior a 70 mm e o seu comprimento não pode exceder os 120 m, no Minho, e os 50 m, no Cávado. É utilizada à deriva, perpendicularmente ao rio, juntamente com a embarcação.

### *Estacada.*

A estacada é uma arte fixa que consiste basicamente numa rede de pano miúdo, que actualmente não pode ter menos de 60 mm de vazio, mantida na vertical, desde o fundo até à superfície, através de estacas e que tem como objectivo impedir que as lampreias se desloquem para montante. A pesca da lampreia é feita desde o pôr do sol até ao amanhecer com o auxílio de duas embarcações: uma delas percorre a rede (“corre as mangas”), utilizando o pescador um bicheiro com o qual fisga os animais que vê a percorrerem os panos, a outra fica com um candeio aceso para permitir a visão nocturna nas águas. O bicheiro utilizado é feito de uma vara com anzóis grandes e sem barbelas, pois o animal não deve ser ferido (para não perder sangue), nem morto, casos em que o seu valor no mercado desceria muito, já que deve ser comercializado e preparado vivo. Tradicionalmente em forma de V com o vértice para montante (como no Cávado) ou de arco (como no Lima), a estacada só pode hoje ocupar 2/3 do leito alagado do rio ou braço do rio.

Esta arte, de grandes tradições, tem inquestionavelmente uma origem comunitária e noutros tempos era também utilizada para outras espécies, nomeadamente o sável (neste caso possuía uma câmara para reter e concentrar o peixe). Cada estacada era composta por diversos “quinhões de rede” e respectivas estacas, cada uma de seu pescador, que montadas juntas constituíam a armadilha. Este grupo de pescadores formava um *turno*, o qual tinha o direito de exercer a pesca naquele local durante determinado período de tempo, findo o qual devia retirar as estacas e as redes para permitir que outro turno pescasse. Na tarefa de correr as mangas, os pescadores de cada turno iam-se revezando e o produto

da pesca era no final repartido em partes iguais pelos participantes, já que cada um deles entrava com igual número de estacas, seu quinhão de rede e igual tempo de pesca. De entre todos os pescadores de cada turno um era designado “chefe”, cabendo-lhe o papel de representação do turno, nomeadamente junto das autoridades, já que a sua parte deveria ser igual à dos companheiros.

Actualmente só é permitida a pesca a uma estacada no Lima (localizada entre Viana do Castelo e Ponte de Lima) e a outra estacada no Cávado (localizada junto à ponte de Fão).

#### *Galheiro.*

O galheiro é uma vara dotada numa das extremidades de anzóis semifarpados, num máximo de 8, que se destinam a prender os animais; a sua utilização apenas é permitida no molhe norte da barra do Cávado. A pesca com esta arte é feita com o auxílio de candeios, colocados no molhe e que se destinam a permitir ver as lampreias nas águas, quando estas penetram no estuário, já que esta actividade se exerce essencialmente durante a noite em situação de enchente. Apesar da limitação legal referida, o galheiro é também usado a partir das margens do Cávado, sendo neste caso mais curto e usado sobretudo pelos pescadores mais novos, que entram na água pelo menos até aos joelhos.

#### b) Artes para a pesca da enguia (meixão)

Nos estuários do Noroeste, a enguia adulta pode ser pescada com variadas artes como: *enguieira* (nassa com armadilha apenas prevista no rio Minho), *palangres* (linhas fundeadas com anzóis iscados, prevista no Minho), *minhocada*, *resulho* ou *romilhão* (conjunto de minhocas enfiadas numa linha por forma a constituir um novelo que está ligado a uma linha de pesca ou preso a uma vara, previsto no Lima e no Cávado), *xaqueira* (aparelho de anzóis fundeado, previsto no Lima e no Cávado). Enquanto meixão apenas é permitido o uso de *rapeta* (arte de levantar de mão, prevista nos três estuários) e de *tela* (apenas no Minho). Limitar-nos-emos,



aqui, apenas à pormenorização das duas últimas - fig. 19.

#### *Rapeta.*

A rapeta, também designada por *peneira*, *peneiro* ou *capinete*, é uma arte usada manualmente constituída por um cabo de madeira de comprimento variável, tendo numa das extremidades um aro rígido ao qual está cosido um saco de rede mosquiteira (2 mm de vazio de malha). De acordo com a legislação aplicável, o diâmetro máximo do aro não pode exceder 1 m, no Lima e no Cávado, e 1,5 m no Minho; a altura máxima da rede não deverá ultrapassar os 30 cm.

Este aparelho é usado quer de bordo de embarcações, quer das margens, quer ainda em conjunto com telas. A sua utilização é permitida nas águas oceânicas, nos estuários e nas lagunas costeiras.

#### *Tela*

A tela é constituída por rede mosquiteira que se fundeia pelos extremos da *relinga* de chumbos com o auxílio de ferros de forma a formar um cone com a boca voltada para a enchente (fig. 20). O seu objectivo é congregar o meixão junto à boca da rede, onde está uma embarcação com pescadores munidos de rapeta para o retirar da água. O seu comprimento não deverá exceder os 10 m.

A utilização desta arte apenas está prevista no Rio Minho, local onde foi introduzida pelos pescadores espanhóis. Dado ser um método lesivo para os recursos, não só para o meixão como para inúmeros juvenis de outras espécies que ficam retidos e são retirados da boca da tela, acabando por morrer, o regulamento actual apenas prevê a sua utilização durante mais dois anos.

A eficácia, rendimento e facilidade de utilização da tela, aliados à forte procura e valorização do meixão, generalizaram o seu uso a quase todos os estuários da costa ocidental, onde é utilizada ilegalmente (fig. 21). Nas áreas onde as autoridades marítimas são mais actantes, as telas são usadas de modo a ficarem totalmente submersas e a pescar mesmo sem a presença do pescador, já que são dotadas de um saco que retém os animais. Estas telas pescam

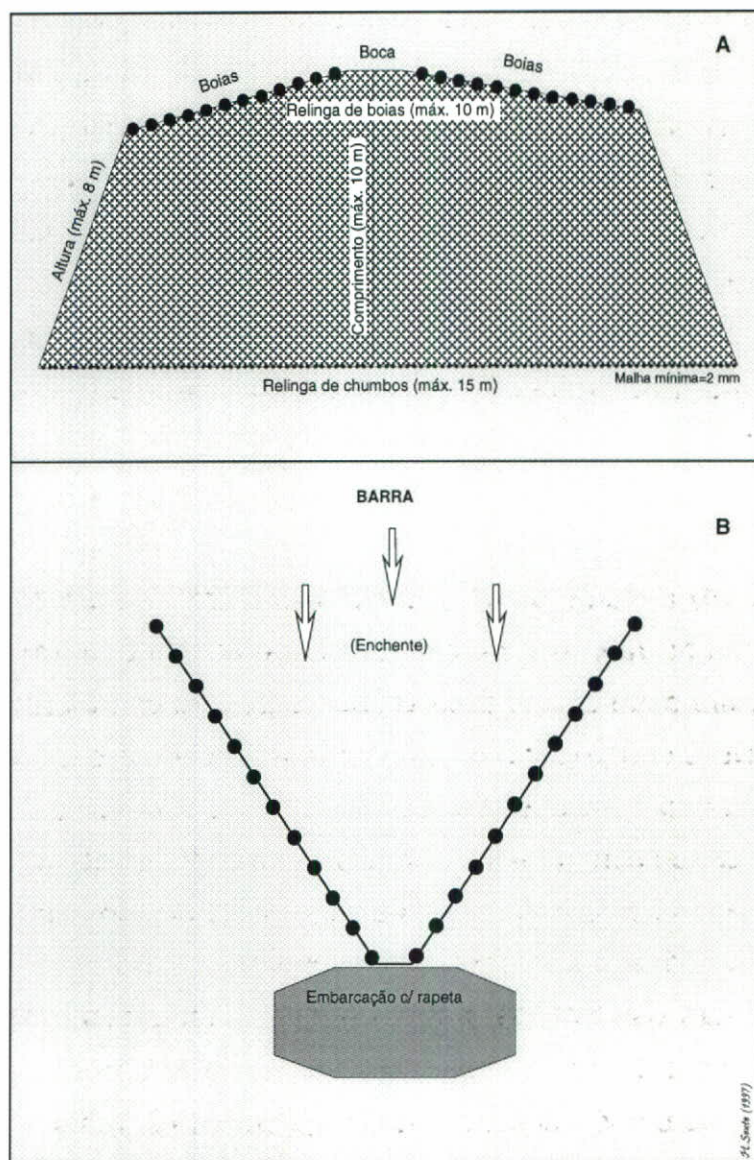


Fig. 20 - Tela, arte usada para a captura do meixão, de acordo com o Regulamento da Pesca Aplicável ao Troço Internacional do Rio Minho (A) e modo de utilização (B).



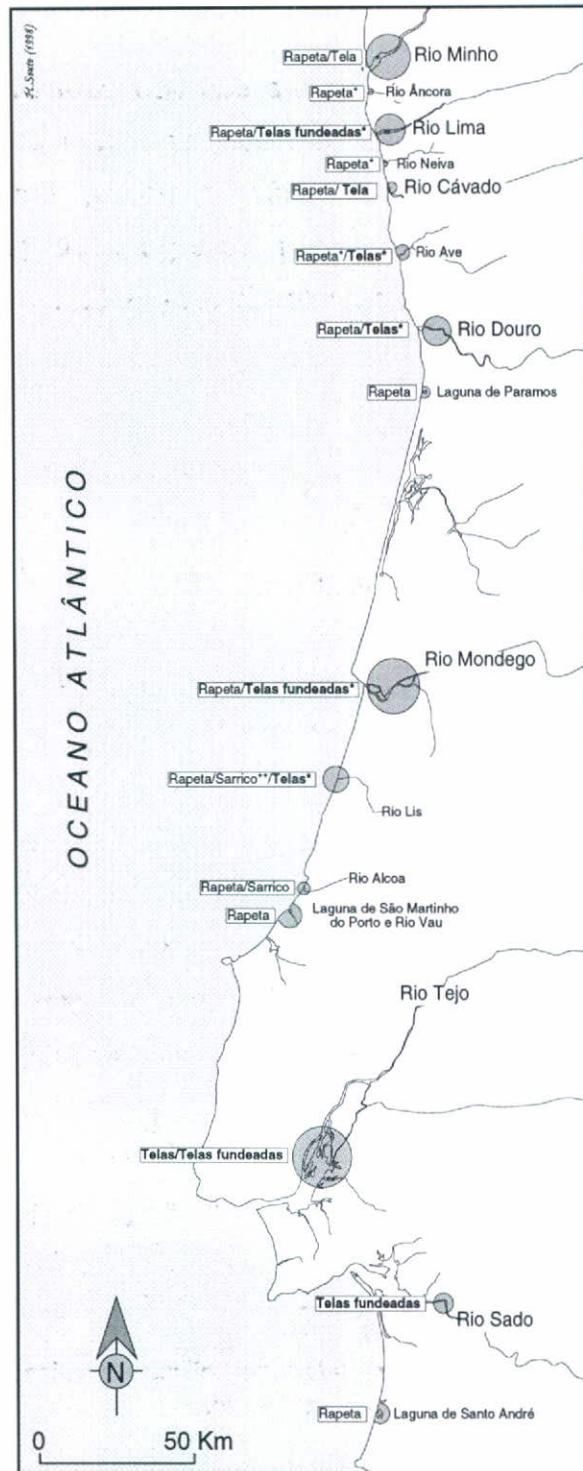


Fig. 21 - Locais onde se verificou ocorrer captura de meixão entre Outubro de 1997 e Abril de 1998 (os círculos servem apenas para localizar o fenómeno, não se referindo à sua intensidade).

Notas: assinalam-se a **negrito** as artes ilegais e com um \* as ocorrências que embora não observadas pelo autor lhe foram transmitidas pelas autoridades marítimas e por pescadores; \*\* o *sarrico* é uma “arte de levantar” constituída por uma armação rectangular de metal ligada a um cabo, também metálico, que suporta o saco (a este propósito veja-se Bessa, 1992).

durante a enchente e são verificadas no “virar da maré”, único momento em que as águas permitem levantar o saco e retirar o meixão capturado, sendo este o momento mais problemático para o pescador já que facilmente é detectado pelas autoridades (fig. 22).

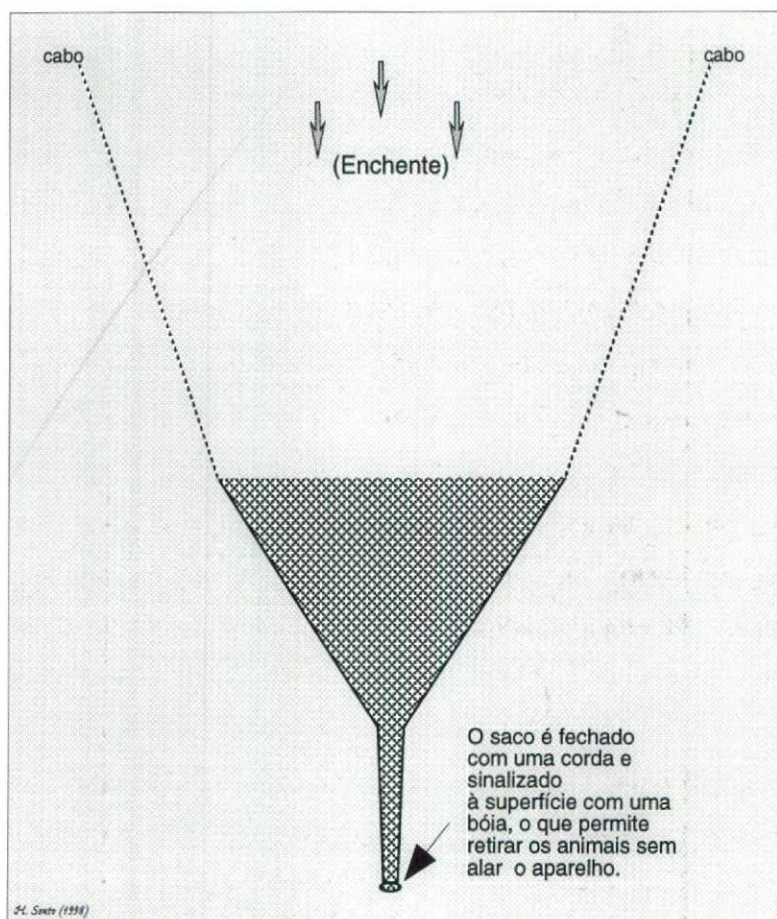


Fig. 22 - Esquema de uma *tela* ilegal, tal como é utilizada nos rios portugueses.

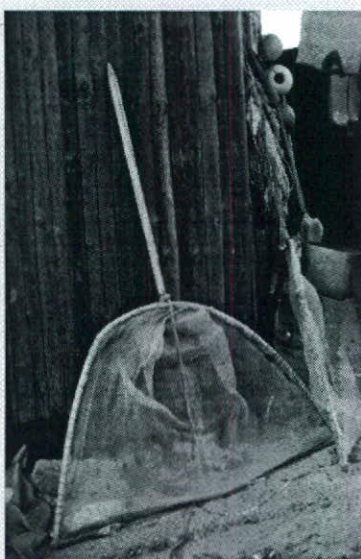




Fot.. 16 - Aspecto da *estacada* de Fão junto à ponte metálica (Inverno 1998)



Fot. 17 - *Tela* na margem do rio Minho, em Lanhelas, sendo visíveis as bóias cilíndricas em esferovite.



Fot. 18 - *Rapeta*.



Fot. 19 - Pescando com *galheiro* no molhe norte da barra do Cávado (Inverno de 1998).



### 2.3. A pesca e os pescadores.

#### a) No estuário do Minho.

O troço internacional do rio Minho desenvolve-se ao longo de cerca de 70 quilómetros, nele exercendo a pesca, lado a lado, pescadores portugueses e espanhóis, regidos por um regulamento de pesca comum e com interesses também comuns: sobretudo a pesca da lampreia e do meixão. A primeira destas espécies é consumida dos dois lados do rio, a segunda só no lado espanhol<sup>51</sup>.

Na margem portuguesa do troço internacional do Minho existem diversos acostadouros de embarcações, estando os principais em Caminha (onde existem vários), Seixas, Lanhelas, Vila Nova de Cerveira, e no troço fluvial, em S. Pedro da Torre, Lapela, Valinha e Melgaço. Na Capitania do Porto de Caminha estavam matriculadas, em Maio de 1997, 469 embarcações, 409 das quais classificadas como de pesca no rio, 50 como de pesca local no oceano, 6 motoras de pesca local e 4 motoras de pesca costeira. Por se apresentar muito assoreado e por ser muito difícil passar a barra (mesmo no Verão e em situação de bom tempo só se consegue passar em situação de “maré cheia”), apenas 10 *motoras* portuguesas se atreviam a trabalhar no mar, totalizando 40 pescadores; as 50 embarcações de pesca local no oceano pescam sobretudo na área da foz mas também no estuário. Em média, devido às dificuldades em passar a barra, as motoras não conseguem efectuar mais de 150/160 marés por ano.

Os 40 pescadores referidos incluem-se nos 200 que exercem a pesca ao longo de todo o ano, quer no estuário quer no mar. A estes vêm-se juntar 628 pescadores ocasionais, que apenas pescam “à temporada”. Estes “ocasionais” são possuidores de “cédula de pescador” apenas pelo interesse económico que a pescaria desperta, sendo em muitos casos filhos de pescadores profissionais, mas que optaram pelas mais diversas actividades - para alguns, a temporada da lampreia e do meixão justifica mesmo uns dias de férias do emprego. Esta situação é comum aos estuários do Lima e do Cávado e em todos eles geradora de tensões entre

---

<sup>51</sup> Não se levantou informação na margem espanhola, mas as autoridades marítimas asseguraram que os números envolvidos se assemelham, quer se trate de pescadores, de embarcações ou de artes.



os pescadores profissionais e os “ocasionais”, já que os primeiros, por exercerem a pesca todo o ano, não compreendem que nas pescarias mais interessantes economicamente, venham “desde agricultores a doutores” com eles competir pelo mesmo recurso. Esta é, sem dúvida, uma questão delicada, já que para um indivíduo pescar comercialmente apenas tem de ser possuidor de uma “cédula de pescador” e de uma licença de pesca, pouco importando que exerça outra actividade, seja a agricultura ou um serviço especializado (e já de si bem remunerado!).

Dado que neste, como noutros casos, a maioria das capturas não são vendidas em lota<sup>52</sup> e as quantidades realmente pescadas não são - longe disso - declaradas, torna-se impossível saber, mesmo com aproximação, as quantidades pescadas. Este parece ser, a par do grande assoreamento da parte terminal do estuário, o problema fulcral no estuário do Minho, já que a permissão do uso da *tela* para a captura de meixão não tem motivado situações de ilegalidade na sua captura<sup>53</sup>. Todavia, estando já previsto o fim da utilização desta arte, afigura-se-nos que futuramente se assistirá ao seu uso ilegal, tal como acontece nos restantes estuários, dado o preço que o meixão atinge no mercado e que vem quase duplicando de ano para ano, o que não acontece com nenhuma outra espécie, nem mesmo com a lampreia (fig.23).

#### b) No estuário do Lima.

Neste estuário localizam-se em ambas as margens quatro núcleos de pescadores a explorar exclusivamente as águas estuarinas: Darque, na margem sul, e Meadela, Santa Marta de Portuzelo e S.Salvador da Torre, na margem norte. No total, o número de pescadores destes núcleos, a tempo inteiro, não deverá atingir a centena (em 31.12.96 estavam matriculados na Capitania de Viana do Castelo 720 pescadores, 50 dos quais em embarcações de pesca do bacalhau e do arrasto, não se discriminando as artes em que os restantes estavam inscritos nas áreas em que pescavam).

---

<sup>52</sup> Em Caminha a lota funciona no edifício do Mercado e possui condições longe de poderem ser consideradas boas.

<sup>53</sup> Na parte portuguesa têm sido passadas anualmente cerca de 400 licenças para telas; até 1996 cada licença custava 2.100\$00, em 1997 o valor passou para 8.000\$. O custo de cada tela rondava em 1997 os 70.000\$00.

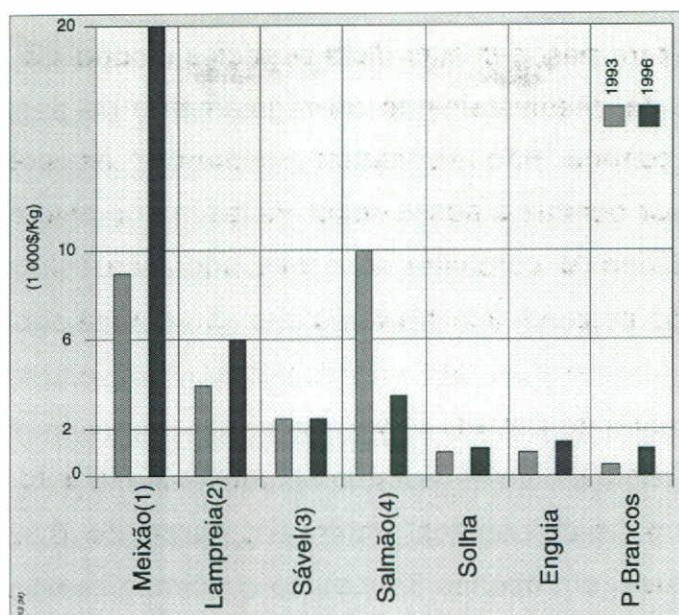


Fig. 23 - Comparação entre os preços médios do pescado declarado no Rio Minho (Portugal) nos anos de 1993 e 1996.

Notas: 1) O meixão foi vendido entre 35 e 40 mil escudos/Kg em 1997/98; 2) o valor da lampreia refere-se à unidade e não ao quilograma; 3) inclui savelha; 4) deverá tratar-se de truta-marísca.

Fonte: Capitania do Porto de Caminha.

Tal como no rio Minho, também no Lima a pesca de migradores se revela concorrida, com a particularidade de apenas se permitir o uso de uma *estacada* para a lampreia, com 3 turnos de 35 pescadores cada, o que perfaz um total de apenas 105 pescadores autorizados a pescar esta espécie, já que nenhuma outra arte é autorizada. O resultado é a pesca não licenciada, sobretudo com *fisgas*, que segundo as autoridades envolve maior número de pescadores do que a *estacada*<sup>54</sup>. Acresce que na *estacada*, cujos lugares são obviamente muito disputados, pescam sobretudo “pescadores de oportunidade”, isto é, possuidores de cédula de pescador mas a exercer no resto do ano outra actividade profissional.

Também a pesca do meixão se revela problemática: sendo apenas autorizado o uso de *rapeta*, os pescadores ignoram-na<sup>55</sup> e usam telas fundeadas, com diversas configurações.

<sup>54</sup> A “febre” da pesca da lampreia é de tal ordem que se utilizam todos os métodos na sua captura, desde *fisgas* até paus de loureiro, que, ao que disseram, é muito apreciado pela lampreia, que o abocanha.

<sup>55</sup> No ano de 1997 apenas foram passadas 6 licenças para a pesca com *rapeta* no estuário do Lima.



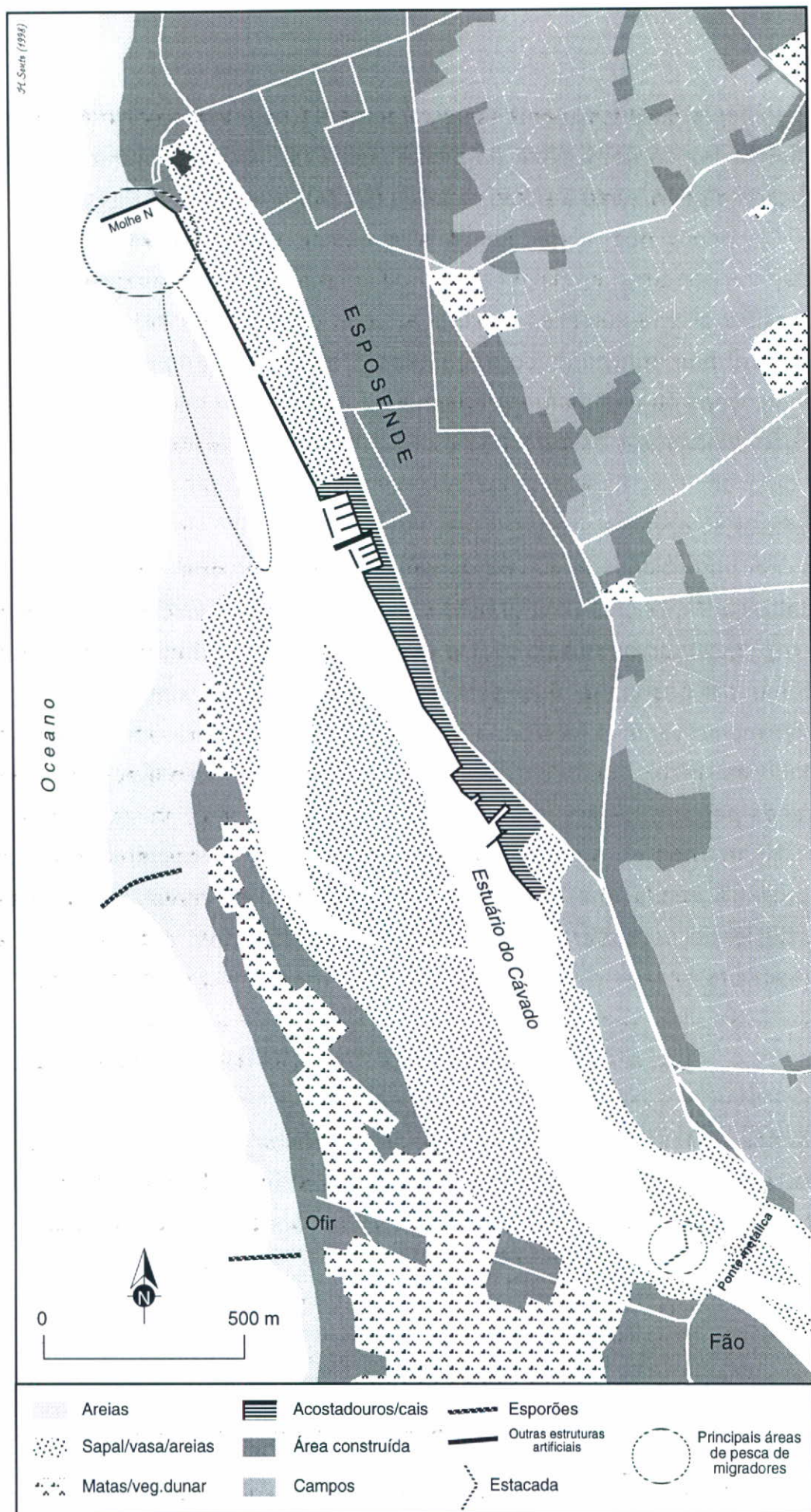


Fig. 24 - Estuário do Cávado com a localização da estacada de Fão e do molhe Norte da Barra.

Desenhado com base em fotografia aérea vertical do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, à escala aproximada de 1:15 000, corrigida no terreno em Fevereiro de 1998.



pesca de indivíduos por desovar (lampreia) ou em fase de crescimento (meixão).

No primeiro caso, é óbvio que se os animais são capturados antes de terem podido reproduzir-se, à medida que o esforço de pesca vai crescendo menor será o número de futuros adultos e, logo, das populações deste ciclóstomo, que ocorrerão em número cada vez menor<sup>61</sup>. Como, dentro de certos limites, a raridade do recurso faz aumentar o seu preço no mercado, assistir-se-á a um esforço de pesca acrescido, porque compensador. Por outro lado, não é só por via da pesca que as suas populações tenderão a diminuir, já que estão também na dependência da existência de locais adequados para desovar (cada vez em menor número devido às alterações nas margens dos rios, nomeadamente a sua artificialização para “regularizar” caudais ou em extracções de areias, e à construção de barragens, que vão reduzindo a área útil de desova), já para não falar na poluição que afecta os rios!

No caso do meixão, tratando-se da pesca de um juvenil, coloca-se problema semelhante, já que se os indivíduos não chegam a adultos e, por isso, à fase da reprodução, as suas populações tenderão, necessariamente, a diminuir. Sendo certo que a grande maioria destes juvenis se não fossem capturados pelo Homem morreria antes de atingir a idade adulta, já não são tão certas as causas dessa eventual mortalidade. De facto, se esta for provocada por doenças ou por factores ambientais de natureza física ou química a situação é uma, se provocada por predação o caso é bem diferente. Tanto quanto se sabe hoje, os juvenis desempenham um papel muito importante nas cadeias alimentares das mais variadas espécies, o que é reconhecidamente um importante factor alimentar para as espécies predadoras e uma importante causa de mortalidade para a espécie predada. Assim, a redução do número de juvenis que sobrevive poderá ter não só consequências para o futuro da própria espécie como para o de muitas outras que com elas se relacionam troficamente.

Dado o pouco conhecimento que o Homem possui deste tipo de relações interespecíficas, seria conveniente adoptar uma atitude de prudência e limitar a pesca das duas espécies referidas, que caso contrário

---

<sup>61</sup> Não terá sido certamente por um mero acaso que praticamente desapareceu dos rios mais meridionais.



tenderão a desaparecer como aconteceu já a outras.

Tal limitação assegura-se, todavia, muito difícil se não contar com a compreensão e a colaboração dos pescadores, afinal os principais interessados na manutenção destas espécies. Estes, por seu lado, só colaborarão numa situação de justiça e de equidade, pois caso contrário a situação fica “minada” à partida e continuar-se-á a assistir à pesca não licenciada destas e de outras espécies. Esta justiça e equidade deve ser considerada não apenas no plano local (isto é, dentro do mesmo estuário) mas também regional. De facto, existem demasiadas diferenças quer nos regulamentos de pesca dos diferentes estuários, quer na actuação das autoridades marítimas. Se é certo que cada estuário tem a sua própria história e evoluiu num contexto particular, não é menos certo que hoje, mais do que nunca, os fenómenos tendem a difundir-se muito rapidamente, tal como se difundiu, e continua a difundir, a pesca do meixão em Portugal. Deveria haver, por isso, regulamentos e actuações mais equilibradas entre os diferentes estuários, para evitar que nuns se pesque indiscriminadamente e noutros se impeçam os pescadores de trabalhar, porque se limitam as artes, o número de licenças ou os períodos de pesca.

Por outro lado, o actual sistema de controlo da actividade da pesca<sup>62</sup> nos estuários é muito deficiente, como o provam os estudos nos estuários referidos. Assim, se no Rio Minho a autoridade marítima local<sup>63</sup> parece controlar minimamente a situação<sup>64</sup>, o que deriva do facto de as artes autorizadas serem suficientemente remuneradoras para os pescadores, não motivando grandes formas de ilegalidade, e de a pesca no oceano não ter grande expressão. A situação altera-se já no estuário do rio Lima, cuja

---

<sup>62</sup> Para se ter uma ideia da dificuldade que as Capitánias têm em cumprir a sua missão, refira-se que as elas compete, dentro das suas áreas de jurisdição, as seguintes tarefas: segurança marítima (navios e embarcações, tráfego marítimo e fluvial), assistência a pessoas e embarcações em perigo, assinalamento marítimo, vigilância e segurança do litoral, preservação dos recursos vivos (especialmente no que respeita à pesca), protecção e combate à poluição, exploração dos recursos do leito do mar, rios e lagoas e do subsolo marinho, preservação e protecção do património subaquático marinho! Acresce que para todas estas tarefas a autoridade marítima local não dispõe dos meios humanos e materiais suficientes, como é sempre realçado pelos seus responsáveis. A propósito do Sistema de Autoridade Marítima em Portugal veja-se Pereira (1997).

<sup>63</sup> Capitania do Porto de Caminha na margem portuguesa.

<sup>64</sup> Apesar de deter a jurisdição de um troço de rio com mais de 70 Km e de o fazer em colaboração com as autoridades espanholas, além da fachada oceânica até ao Sul de Vila Praia de Âncora, onde existe uma sua delegação.

Capitania tem de controlar, além do estuário, um extenso sector costeiro, que inclui, nomeadamente, o porto comercial de Viana. Finalmente, a Delegação de Esposende da Capitania de Viana de Castelo, não parece possuir nem os meios nem a autoridade para controlar a pesca no estuário do Cávado, dependendo totalmente do Comando da Capitania para actuar.

### 3. A pesca nos grandes estuários do Tejo e do Sado.

#### 3.1. Tejo: os pescadores da Póvoa de Santa Iria.

“O homem entrou na taberna e fez-me espécie. Mal abalou com o garrafão que viera encher de vinho, perguntei ao meu amigo de quem se tratava. Com o esquadro da sua inteligência minuciosa, revelou-me aquela gente que vivia em barcos, pescando ou vendendo melões e melancias, segundo as épocas. Nómadas do rio, como os ciganos na terra, tinham vindo da Praia da Vieira e faziam vida à parte: chamavam-lhes avieiros.

Nunca ouvira falar de semelhante gente.”

Alves Redol, introdução a *Os avieiros* (1967)

Por a vida estar difícil, no fim dos anos 40 um pescador da Praia da Vieira, com cinco filhos, enviou o que tinha 11 anos “a servir” um pescador natural da mesma praia que há muito se instalara nas margens do rio Tejo, para os lados da Azambuja (Conxoso)<sup>65</sup>. Acompanhado por um outro pescador adulto que se dirigia para o mesmo local, lá foi esta criança, tristonha, até ao Tejo, num longo percurso feito essencialmente de comboio, mas com longas caminhadas a pé.

Instalaram-se em “palheiros” construídos em tábuas e coberturas de colmo, erguidos sobre estacas, não fosse o rio subir; a vida era dura e, no pico do inverno, o frio quase insuportável, o que levava estes pescadores a

---

<sup>65</sup> Testemunho de um pescador da Praia da Vieira, hoje pescador de sucesso e armador de *xávega*, que não erramos ao classificar como um líder desta comunidade.



reforçar o lado Norte dos palheiros com chapas de zinco. E não havia muito tempo para descansar, qualquer que fosse a época do ano.

Na época do sável, estes pescadores exploravam o rio e pescavam, lança após lança, inúmeros destes peixes: chegavam a apanhar mais de 1500 de uma só vez!<sup>66</sup> Frequentemente tinham de afugentar golfinhos que com eles concorriam na pesca do sável (disparava-se contra os golfinhos!). A rede utilizada era a *varina*: pequena rede de arrastar para a praia com cerca de 7 metros e meio de comprimento. O peixe era comprado por comerciantes da região que se deslocavam até aos pescadores.

Quando não pescavam sável (ou savelha) apanhavam enguia, assim percorrendo todos os afluentes e “valas” do rio Tejo: rio S. Estevão, Vala da Azambuja, Pombalinho, ... Se a pesca assim o exigisse, dormiam nos barcos, pequenas *bateiras* que se cobriam com um toldo de encerado armado com varas de cana<sup>67</sup>.

Tal como o *patrão* do jovem da Praia da Vieira, muitos dos pescadores migrantes desta praia, que se dirigiam no Inverno para o Tejo com o objectivo de participar na pesca sazonal do sável, foram-se fixando em várias áreas marginais ao rio, onde construíam palheiros palafíticos. Valada, Reguengo, Palhota, Escaroupim, Toureira, foram alguns desses locais, todos implantados nas margens do troço fluvial entre Vila Franca de Xira e Santarém<sup>68</sup>. Muitos porém, preferiam a mobilidade e viviam nos barcos, deslocando-se com os seus poucos haveres para onde fosse

---

<sup>66</sup> Recorde-se que, quando adulto, o sável mede cerca de 60 cm.

<sup>67</sup> A *bateira* é em tudo semelhante ao *varino* ou *batis-batis* referido por Baldaque da Silva como uma pequena embarcação que “serve de *atelier* industrial e ao mesmo tempo de moradia e abrigo (...) Fundeado o barco, com tempo chuvoso ou agreste, atravessam os tripulantes á prôa, sobre a borda, um toldo de encerado, e, collocando-se por sotavento d'elle resguardam-se do vento e da chuva (...)” (1891; 410). Actualmente designam estas embarcações por *saveiros*.

<sup>68</sup> A pesca do sável no rio Tejo atraiu desde sempre muitos pescadores de diversas regiões do país. Por exemplo, Baldaque da Silva refere “quarenta barcos *varinos*, denominados *batis-batis*, tripulados por oitenta homens, número medio d'estas embarcações, que do districto de Aveiro emigram para o Tejo; trinta barcos *ilhavos*, tripulados por quatrocentos e cincoenta homens, que depois da pesca costeira à *tarrafa*, vão pelo rio acima para a pesca do savel (...) e vinte barcos de pesca que ha nas povoações marginaes de Villa Franca para montante, geralmente com dois homens cada um.” (1891; 132) Note-se que este autor não se refere a pescadores originários da Praia da Vieira ou de outras praias do litoral oceânico, que a existirem nessa época não deixariam de ser mencionados dado o detalhe com que descreve a situação existente. Os pescadores da Praia da Vieira só no presente século iniciaram os movimentos migratórios (ao que tudo indica, na década de 1940); foram também os únicos a fixar-se nestas paragens.



necessário<sup>69</sup>. Esta “fixação definitiva” no rio Tejo foi sublinhada pela crise na pesca oceânica com artes de arrastar para a praia (xávega), basicamente devido ao desenvolvimento da pesca da sardinha com *traineiras motorizadas*, a grande responsável pela decadência das xávegas<sup>70</sup>.

À medida que a pesca no troço fluvial do rio ia escasseando, devido ao acréscimo de efluentes industriais (década de 1960), parte dos pescadores que aqui se fixaram foram descendo o rio à procura de pescarias alternativas em áreas supostamente mais ricas: as águas estuarinas. Acresce que já conheciam estas paragens, pois desde há muito desciam até elas, no Verão, com o objectivo de vender o melão comprado para os lados de Vila Franca. As vendas eram feitas em três locais da margem norte do estuário: Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria. Nos anos 1960 constituem junto a estas localidades concentrações de barcos, nos quais vivem: o barco serve de casa, para o transporte de melão e para a pesca. Alguns constroem palheiros sobre estacas, como em Vila Franca de Xira<sup>71</sup>. Na Póvoa de Santa Iria, o Comandante Tenreiro, então Ministro da Marinha, manda levantar no fim dos anos 1960 um pequeno bairro, junto ao rio, para albergar as famílias de pescadores, na construção do qual estes colaboram com trabalho<sup>72</sup>. Alguns destes pescadores da Póvoa, ao que afirmam por dissidências familiares, acabaram por abandonar o Tejo e foram-se instalar no rio Sado, em Alcácer do Sal, onde constituem hoje um núcleo *avieiro* (fig.25), como se verá adiante. Actualmente, para além dos *avieiros* que se sedentarizaram a montante de Vila Franca de Xira, existem outros núcleos como na própria Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria.

Na actualidade, a margem norte do estuário do Tejo entre Lisboa e Vila Franca de Xira pode ser descrita como uma extensa área industrial

---

<sup>69</sup> Na realidade, as autoridades não permitiam as construções, embora por vezes as tolerassem pelo seu carácter precário, como em outras regiões.

<sup>70</sup> Não só porque era um método muitíssimo mais eficaz de pescar sardinha como atraiu muita mão-de-obra de todas as praias que utilizavam xávegas.

<sup>71</sup> A este propósito veja-se Veiga de Oliveira *et al.* (1994) e Santos (1959).

<sup>72</sup> Não foi possível encontrar prova documental deste facto, baseando-se a afirmação em testemunhos de pescadores.



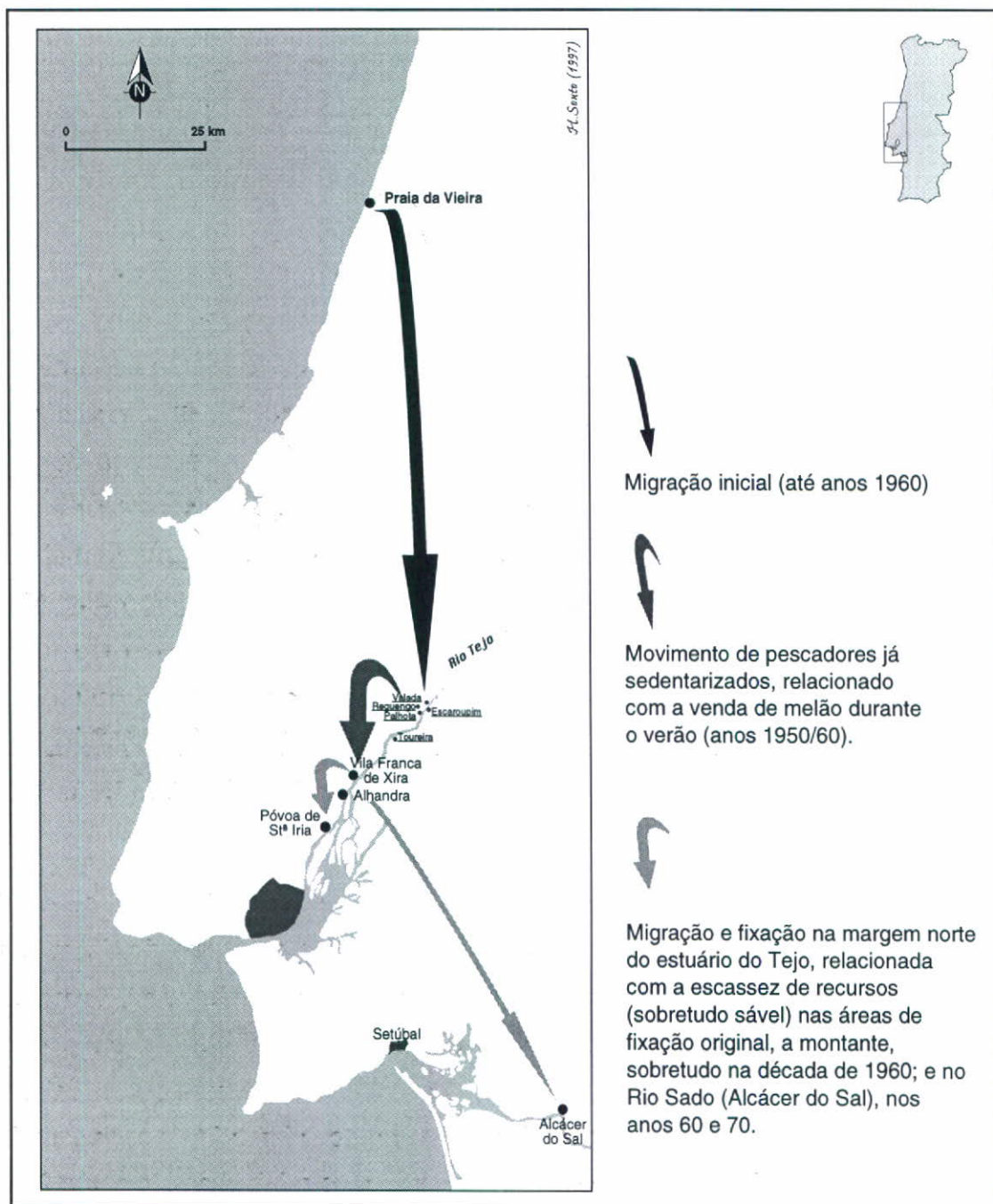


Fig. 25 - Movimentos migratórios de pescadores da Praia da Vieira para os rios Tejo e Sado.

Elaborado com base em testemunhos de pescadores da Praia da Vieira, Vila Franca de Xira, Póvoa de Santa Iria e Alcácer do Sal, recolhidos nos anos de 1997 e 1998.

entre o rio e a linha de caminho de ferro do Norte (Linha do Norte), com diversas localidades ribeirinhas que evoluíram como bairros dormitório de Lisboa, tendo ambos estes usos crescido em função da acessibilidade à capital proporcionada pelo comboio e pela Auto-Estrada do Norte. Acresce que para algumas indústrias a proximidade do Tejo é fundamental, dada a necessidade de receber matéria-prima por barco. É neste contexto que está implantado o Bairro dos pescadores da Póvoa, encravado entre o rio, já muito poluído, e a indústria que continua a aumentar a poluição (fig.26).

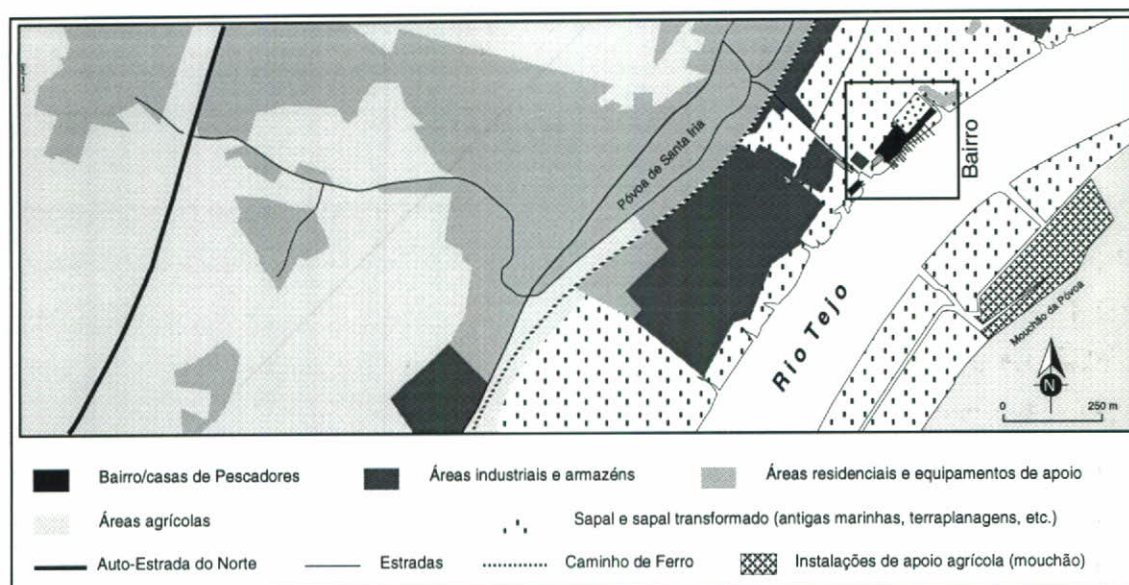


Fig.26 - Enquadramento do Bairro de Pescadores da Póvoa de Santa Iria na sua região.  
Desenhado a partir de fotografia aérea vertical do Instituto Português de Cartografia e Cadastro (rolo 8227, fiada 15CS), à escala aproximada de 1/15 000, corrigida e actualizada no terreno durante o ano de 1997.

Embora o bairro original esteja construído a cerca de 50 metros do nível médio das águas do estuário, os pescadores acrescentaram-lhe várias barracas em madeira, para guarda de artes e outros materiais, e vão continuamente fazendo cais palafíticos, também em madeira, que permitam um mais fácil acesso às embarcações, o que poderíamos chamar de “construção orgânica”, já que, sendo de vida curta, são também rapidamente substituídos; cada família possui o seu cais privativo, o que dá um aspecto muito original ao lugar (fig.27).

Neste núcleo de pescadores a pesca é tarefa do casal e desenvolve-se sempre num quadro estritamente familiar onde, naturalmente, os filhos também participam. Tal não quer dizer que não haja separação de tarefas, pois o *arraís* da embarcação é sempre o homem e, por isso, é também ele o responsável pela navegação e pela escolha do local de pesca; a mulher participa em todas as tarefas, mesmo as mais duras, e a seu cargo fica a comercialização do pescado, além, obviamente, de todas as tarefas domésticas.



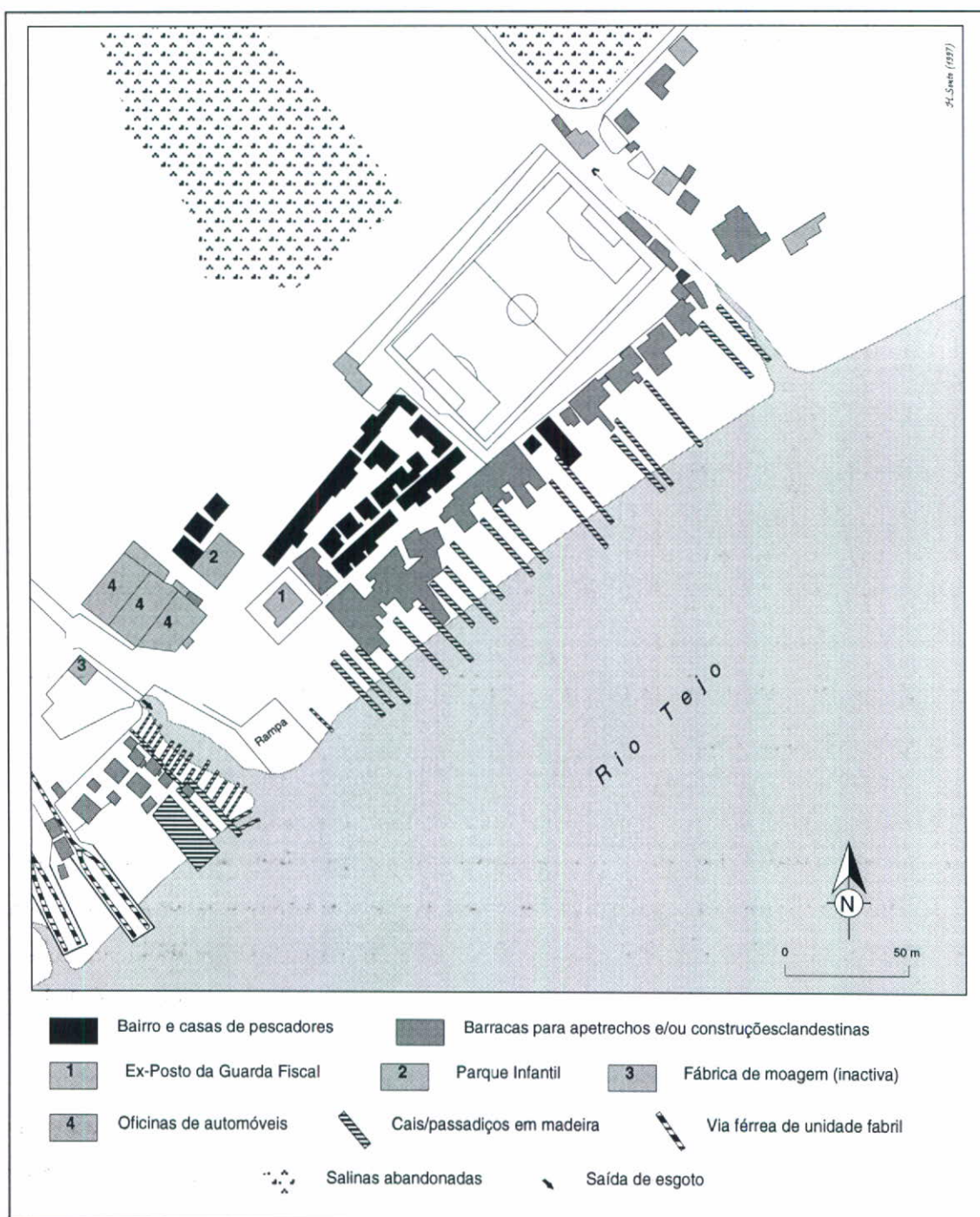


Fig.27- Bairro de pescadores da Póvoa de Santa Iria (estuário do rio Tejo).

Elaborado a partir de uma carta cedida pelos Serviços de Cartografia da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, à escala 1/2000, e por levantamentos de campo realizados em 1997.

Vivem actualmente neste bairro cerca de 25 famílias, cujas idades estão hoje acima dos 50 anos (de uma destas famílias apresenta-se o “quadro geneológico” na fig.28). Os filhos, quer sejam rapazes ou raparigas, apesar de todos tirarem a cédula de pescador, já abandonaram a vida dos pais; os rapazes escolhem preferencialmente empregos que permitam contacto com o

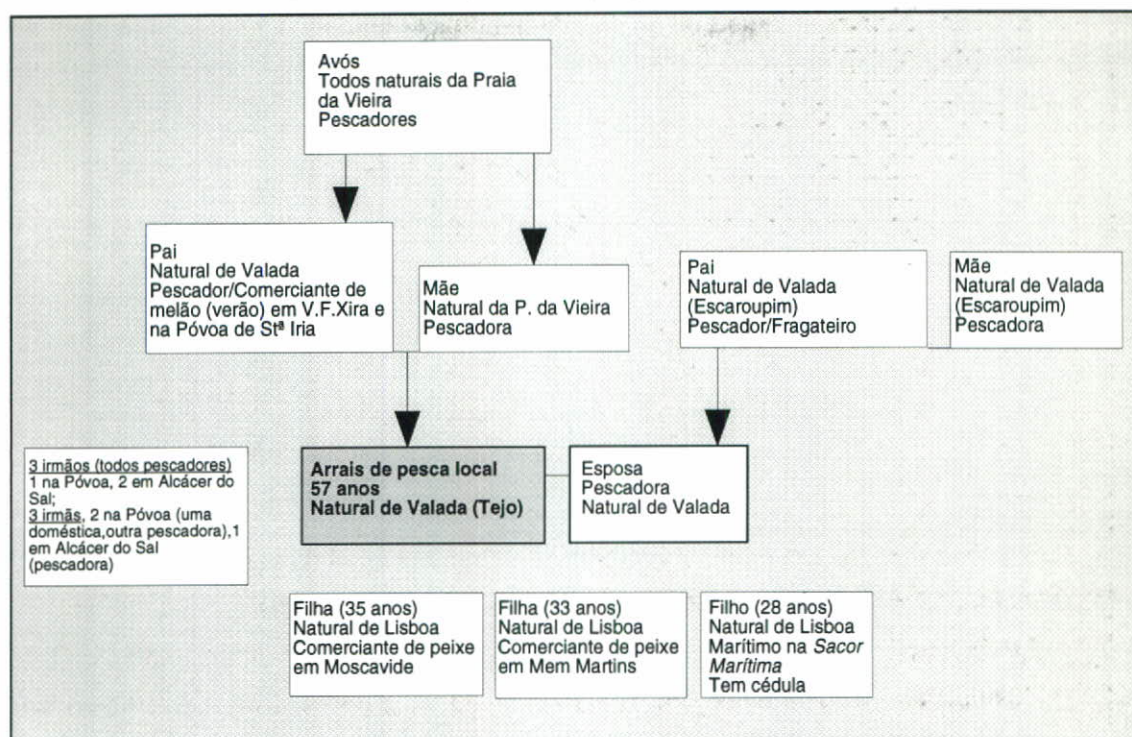


Fig. 28 - "Ligações familiares" de um arrais de pesca local da Póvoa de Santa Iria

Informação recolhida em 1997.

rio, ou vão trabalhar na indústria; as raparigas são maioritariamente comerciantes de peixe, no que ajudam os pais. Quando casam, quase sempre dentro do grupo, são obrigados a abandonar o bairro, pois as casas dos pais são demasiado pequenas. Contudo, sempre que podem vêm ao bairro e os seus filhos são nele presença constante.

Os pescadores da Póvoa de Santa Iria pescam em todo o estuário do Tejo, entre Vila Franca de Xira e a Foz e ainda até há pouco tempo era comum vê-los a arrastar frente a Belém, em pequenas *motoras* a que chamam *traineiras*. Com eles concorrem os *avieiros* de Alhandra e Vila Franca de Xira, os pescadores que restam em Alcochete, Montijo, Barreiro, Seixal e, junto à foz, os da Trafaria e Paço de Arcos (fig.29).

Toda a pesca no estuário está, desde 1990, condicionada pelo respectivo regulamento de pesca (Portaria nº569/90, de 19 de Julho, *Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo*).



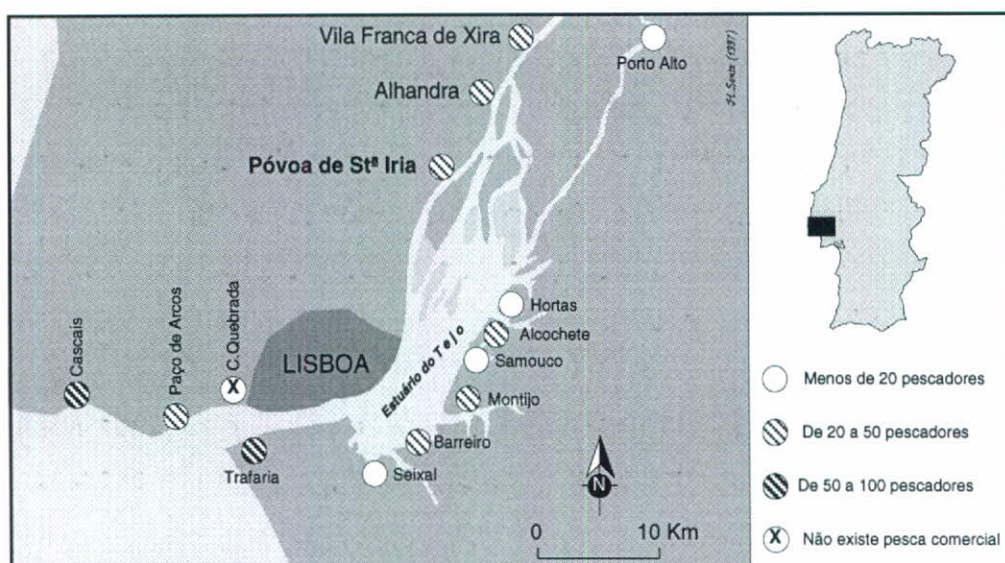


Fig.29 - Localização dos portos e dos principais ancoradouros de pesca no estuário do Tejo (Verão de 1997).

Publicado no mesmo dia de todos os regulamentos de pesca em estuários e lagunas de Portugal, o regulamento do Tejo é, inquestionavelmente, o mais restritivo de todos, não só por proibir o uso de algumas artes tradicionais mas manifestamente lesivas para os recursos (por exemplo, *botirões*, *tapa-esteiros*), como também por limitar excessivamente no tempo e no espaço a utilização de outras (redes de *arrasto de vara* e *redes de emalhar*). Com a publicação da citada portaria os pescadores viram-se, de um dia para o outro, impossibilitados de utilizar as artes que lhes proporcionavam maior rendimento, pelo menos durante grande parte do ano: o arrasto de camarão (dirigido ao camarão-mouro, *Crangon crangon*) passa a estar interdito entre 1 de Maio e 31 de Julho e as redes de emalhar fundeadas (dirigidas ao linguado e às solhas) entre 1 de Junho e 31 de Agosto, além de ambas não poderem ser utilizadas aos sábados, domingos e feriados. O regulamento prevê ainda o uso de *aparelhos de anzol fundeados*, de *covos*, de *galrichos* ou *nassas* para a enguia, de *redes de tresmalho de deriva* para o sável e a savelha (saboga), de *amostra* ou *corrico*, de *canas de pesca* e *linhas de mão*. Destas últimas, os pescadores do Tejo utilizam *galrichos* e *nassas* para a enguia, *redes de emalhar* e, com muito menor frequência, *aparelhos* e *linhas e anzóis*.

A aplicação desta portaria não foi acompanhada de nenhuma medida prévia ou simultânea de apoio social ou técnico aos pescadores: passou a

aplicar-se e pronto!<sup>74</sup>

Cerca de um ano depois da publicação desta portaria, coisa inusitada, os pacatos pescadores da margem norte do estuário realizaram em Lisboa uma manifestação de protesto exigindo a atribuição de um subsídio para compensar a paragem (documento 1). Mas apesar destes protestos não houve resultados.

Muito antes da publicação deste regulamento, os pescadores já o temiam embora não soubessem o que esperar (“agora, com essa coisa da CEE parece que nos vão proibir de pescar no rio”, dizia já um pescador em 1988)<sup>75</sup>.

Do rio Tejo desapareceu o sável e a savelha, a ostra (*Cassostrea angulata*) e a lampreia, todos devido à poluição. O estuário do Tejo é uma enorme bacia de cerca de 32 000 ha para onde se dirigem há décadas todo o tipo de efluentes<sup>76</sup>; na margem Norte, grande parte dos seus sapais foram ocupados pela indústria ou, pura e simplesmente, destruídos; extensão considerável das suas margens está artificializada; por todo o lado abundam depósitos de materiais, tipo ferro-velho... Nunca os pescadores, que conhecem o estuário como ninguém e são capazes de apontar, um a um, todos os focos de poluição, viram medidas para combater essa poluição<sup>77</sup>. Também nunca ninguém pediu a sua opinião e colaboração. Como grupo socialmente mais débil é sobre eles, hoje pouco mais de duas centenas, que recaem todas as restrições.

Este regulamento, associado à política de *abates* de embarcações, teve consequências imediatas e preversas:

- as *motoras* praticamente desapareceram da paisagem, pois foram sendo sistematicamente abatidas pelos seus proprietários (as últimas 7

---

<sup>74</sup> Os pescadores *avieiros* nunca tiveram, nem poderiam ter, uma atitude prudente face à conservação dos recursos. De facto, muitos dos actuais pescadores nasceram nos barcos dos pais e desde esse momento que os viram a utilizar artes que hoje sabemos lesivas para os recursos. O que estes pescadores, sem formação e sem escolaridade, fazem é a reprodução do que viram já os seus pais fazer. Nunca ninguém se preocupou com a sua formação, como nunca lhes explicaram porque motivo se não deve utilizar determinadas artes.

<sup>75</sup> O primeiro contacto do autor deste trabalho com este grupo de pescadores data de meados dos anos 1980.

<sup>76</sup> Mesmo junto ao bairro dos pescadores da Póvoa há um despejo de efluentes não tratados.

<sup>77</sup> De facto, a única medida importante a nível ambiental foi a criação em 1976 da Reserva Natural do Estuário do Tejo (Decreto-Lei nº565/76, de 19 de Julho) que abrange toda a área dos mouchões do Tejo.



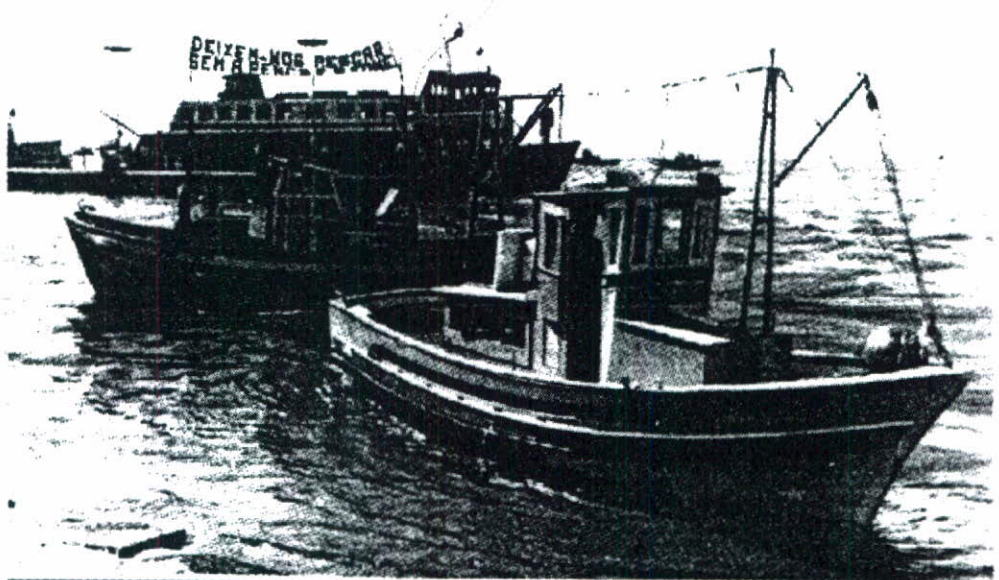
Concentração de barcos afecta partidas e desembarques

# Pescadores do Tejo em luta por melhor regulamento de pesca

CRISTINA FERNANDES/LUSA

Fernanda Ribeiro

A faina para os pescadores do Tejo já não era fácil mas agora ameaça mesmo deixar de ser vida. Com o novo regulamento ficam impedidos de pescar durante quase dois terços do ano. Contra isso manifestaram-se ontem e prometem continuar a lutar.



Com as novas regras de pesca, os pescadores ficam quase dois terços do ano sem trabalhar

Os passageiros dos barcos da Trans-tejo que ontem de manhã saíram de Cacilhas pensando vir desembarcar ao Cais da Alfândega foram colhidos de surpresa ao chegar a Lisboa, pois em vez de descerem junto ao Cais do Sodré foram parar um pouco além do Terreiro do Paço, local alternativo escolhido pela empresa para o desembarque dos cacilheiros. É que no Cais da Alfândega encontravam-se dezenas de embarcações de pesca, que ali se concentraram numa atitude de protesto dos pescadores do Tejo, que “este ano, pela primeira vez” enfrentam um período de defeso às espécies que habitualmente garantem a sua subsistência, sem que o Governo lhes garanta qualquer subsídio em contrapartida.

Vieram de Alcochete, Montijo, Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria com os seus barcos e chegaram a Lisboa, junto ao Cais de Alfândega, cerca das 9h00, fizeram um cordão, amarrando-as com cabos umas às ou-

tras, atitude que durante cerca de 15 minutos impediu a partida de um barco da Transtejo e de outro da CP com destino ao Barreiro, bem como os desembarques das carreiras provenientes de Cacilhas, que foram “desviadas” para o cais existente a montante do Terreiro do Paço.

## 209 dias sem poder pescar

“Nós não somos contra o defeso, mas pretendemos que o Governo nos dê um subsídio durante os três meses em que ele vigora” — disse ao PÚBLICO Adelino Ramusga, pescador de Vila Franca de Xira, presente na manifestação de ontem em Lisboa.

Os pescadores, embora reconheçam que “o defeso é necessário” para que as espécies se possam desenvolver — e que no caso do camarão proíbe a pesca entre 1 de Maio e 31 de Julho e para o linguado,

solha e espécies pescadas com redes de emalhar fundeadas entre 1 de Junho a 31 de Agosto — afirmam que ele traz “a miséria” a quem vive da pesca e, por isso, têm tentado negociar com o Governo a atribuição de um subsídio às famílias durante esse período.

“Já há muitas famílias com problemas e que estão sem dinheiro sequer para comer” — acrescentou aquele pescador. Por outro lado, como salientou, as proibições deveriam vigorar para todos.

“E que se nós as estamos a cumprir, embora com todas as dificuldades, outros há, que nem pescadores são, que continuam a pescar e assim não serve de nada, pois mais tarde não haverá peixe nem para uns, nem para outros” — salientou referindo-se à actividade dos amadores da pesca desportiva, que, segundo afirmou não está a ser fiscalizada com a mesma acuidade que em relação aos profissionais.

O novo regulamento do

Tejo proíbe também a pesca aos sábados, domingos e feriados, o que, segundo o Sindicato Livre dos Pescadores, organizador da manifestação ontem realizada, implica “209 dias sem poder pescar” o que levou já vários dos seus associados a trabalharem no campo e nas obras para sobreviverem, uma mudança que no entanto não resolve a situação da maioria. Por isso, os pescadores reivindicam junto da Secretaria de Estado das Pescas a atribuição de um subsídio durante o período de defeso, de “60 contos mensais por cada chefe de família”.

Até aqui nada obtiveram, embora estejam “há um ano a negociar” com o executivo, daí que ontem tenham decidido manifestar-se. Segundo a Transtejo, a acção dos pescadores “não afectou muito a actividade normal da empresa” e “os passageiros não reclamaram muito”, como disse ao PÚBLICO Álvaro Durão, director adjunto de exploração da empresa. ■



motoras dos *avieiros* encontravam-se, em 1997, em processo de abate); abatidas estas os pescadores adquirem *bateiras* de grande dimensão (9 a 10 metros de comprimento fora-a-fora) capazes de utilizar as mesmas artes das motoras (por exemplo, redes de arrasto de vara);

- as *telas* para o meixão, ilegais, multiplicaram-se, sendo hoje utilizadas por todos os pescadores entre Outubro/Novembro e Março/Abril, afirmando os pescadores ser a única hipótese de sobrevivência.

- as embarcações de recreio multiplicaram-se (as autoridades preocupam-se pouco com a pesca desportiva e os barcos de recreio são menos incomodados);

Os subsídios de abate permitiram-lhes amealhar algum dinheiro ou ajudar os filhos a adquirir um apartamento fora do bairro ou uma carrinha frigorífica para o comércio de pescado. A lesividade do uso de *telas* não os parece preocupar: “salvaguardar os recursos? E quem se preocupa com a nossa salvaguarda? O peixe não pode morrer mas nós podemos! As fábricas podem poluir mas a nós impedem-nos de pescar!”

Os pescadores *avieiros* do Tejo têm consciência que são hoje os últimos e que têm sido injustiçados; os seus filhos já não dependem do rio e o futuro logo se vê. Entretanto é preciso viver.

Estes pescadores nunca foram bem tratados pela sociedade, talvez por se constituírem em grupos fechados. Deste modo inglório, este grupo humano “*que ocupa um lugar tão original no conspecto geral da sociedade portuguesa*”, no dizer do etnógrafo Ernesto Veiga de Oliveira (Veiga de Oliveira *et al.*, 1969; nota p.p. 283) está em vias de se desintegrar. Hoje o sável que se serve nos festivais gastronómicos de Vila Franca de Xira vem do Norte do país ou é importado; amanhã dir-se-á que em tempos houve pescadores que tinham um modo de vida particular e que viviam em casas palafíticas ...



### 3.2. Sado: os pescadores-agricultores da Carrasqueira.

“No Inverno vão em ranchos para o vale do Sado fazer trabalhos de enxada (cavas e combros) nos arrozais. Os primeiros ranchos organizados foram três e partiram, em 1922, com um total de 70 homens.”

Raquel Soeiro de Brito, *Palheiros de Mira*, 1960.

O vale do Sado é região de baixíssima densidade populacional e sempre assim foi. De pouca população e de enormes propriedades agrícolas (herdades), ocupadas com montado (sobro e azinho) e, junto ao estuário, com arrozais. As salinas sempre ocuparam, também, extensas áreas de sapal. Os diversos trabalhos agrícolas, porque marcados pela sazonalidade, requeriam, antes da introdução das máquinas, muita mão-de-obra<sup>78</sup>. Não existindo localmente, originava importantes migrações internas: vinham para esta região trabalhadores dos distritos de Coimbra e de Viseu, das Beiras, do Algarve, do Ribatejo, do Alentejo interior e litoral (Melides, Santo André). Em Junho de 1951, foram contabilizados mais de 7000 trabalhadores migrantes, 6000 dos quais mulheres (Cruz e Quinta, 1951).

Ainda hoje é possível encontrar em terras de pescadores do Algarve e do litoral centro muitos pescadores e agricultores que participavam nestas migrações, tal como na área da laguna de Aveiro facilmente se encontra quem tenha trabalhado nas salinas do Sado (que era trabalho menos duro e melhor remunerado). Terminadas as tarefas agrícolas, a maioria destes trabalhadores regressava às suas terras de origem. Mas não todos: alguns iam ficando como trabalhadores das herdades<sup>79</sup>.

Não é possível determinar com exactidão o período em que os primeiros habitantes se terão fixado na região que corresponde hoje à

---

<sup>78</sup> Os trabalhos que exigiam mais mão-de-obra eram: plantação, mondas, ceifas, tiragem de cortiça; o arroz necessitava de “300 jornais de homem e mulher por ha” (Cruz e Quinta, 1951; 130).

<sup>79</sup> Também é comum encontrar algarvias que por estas bandas casavam (do Algarve vinha o maior contingente de mão-de-obra feminina).

Carrasqueira. O certo é que Baldaque da Silva (1891) só refere como actividade de pesca no interior do estuário do Sado os barcos *ilhavos* que na época do sável subiam até Vale do Guizo (para montante de Alcácer do Sal) para pescar este anádromo (a pesca era muito importante em Setúbal mas resumia-se ao oceano e à zona da foz do Sado). Também a folha da *Carta Agrícola de Perry*, do fim do século XIX<sup>80</sup>, e referente à região, não representa nenhum núcleo populacional embora assinale uma Herdade da Carrasqueira e nela apenas uma construção.

Finalmente, da primeira fotografia aérea vertical que existe do território português - conhecida como *Voo dos Americanos*, de que não se conhece exactamente a data mas que se sabe ter ocorrido entre 1938 e 1948<sup>81</sup> - e apesar de em mau estado de conservação, uma cópia à escala 1/2500 permite identificar cerca de 30 *cabanas*, diversos pequenos anexos, pequenas parcelas agrícolas e, junto ao estuário, arrozais.

Estas cabanas foram construídas por ex-assalariados da herdade que, por ganharem pouco, decidiram tentar a sorte na pequena agricultura em terrenos incultos da mesma. Os proprietários das terras não se incomodaram com isso, mas apenas permitiam a construção em materiais precários, o que, aliás, foi comum em toda a margem Sul do Sado. A este propósito é possível ler em Veiga de Oliveira *et al.* (1969; 227): “Nos terrenos planos da margem Sul do Sado (...) encontram-se núcleos mais ou menos importantes de cabanas deste mesmo tipo geral, constituindo a habitação normal de uma classe pobre de trabalhadores rurais e salineiros. Erguidas em terrenos pertencentes a grandes herdades, a permanência deste tipo de construção aí, mais sem dúvida do que uma sobrevivência histórica, explica-se pelo facto de os proprietários desses terrenos impedirem a substituição destes materiais por outros mais sólidos e duradouros, que dariam aos seus moradores, anos volvidos, o direito de posse (...)”

Neste contexto a originalidade da Carrasqueira deriva dos seus habitantes se terem voltado para o estuário e começado a explorar os seus recursos, ao mesmo tempo que continuaram a dedicar-se à pequena agricultura.

---

<sup>80</sup> Folha não publicada.

<sup>81</sup> Os originais desta fotografia estão depositados no Instituto Geográfico do Exército.



Se excluirmos os pescadores de Setúbal, que pescam no oceano ou junto à foz do Sado perto daquela cidade, podemos encontrar no estuário do Sado núcleos de pescadores em 3 áreas distintas (fig.30). Na margem Norte, mais propriamente na Ribeira da Marateca, encontra-se o “porto palafítico” de

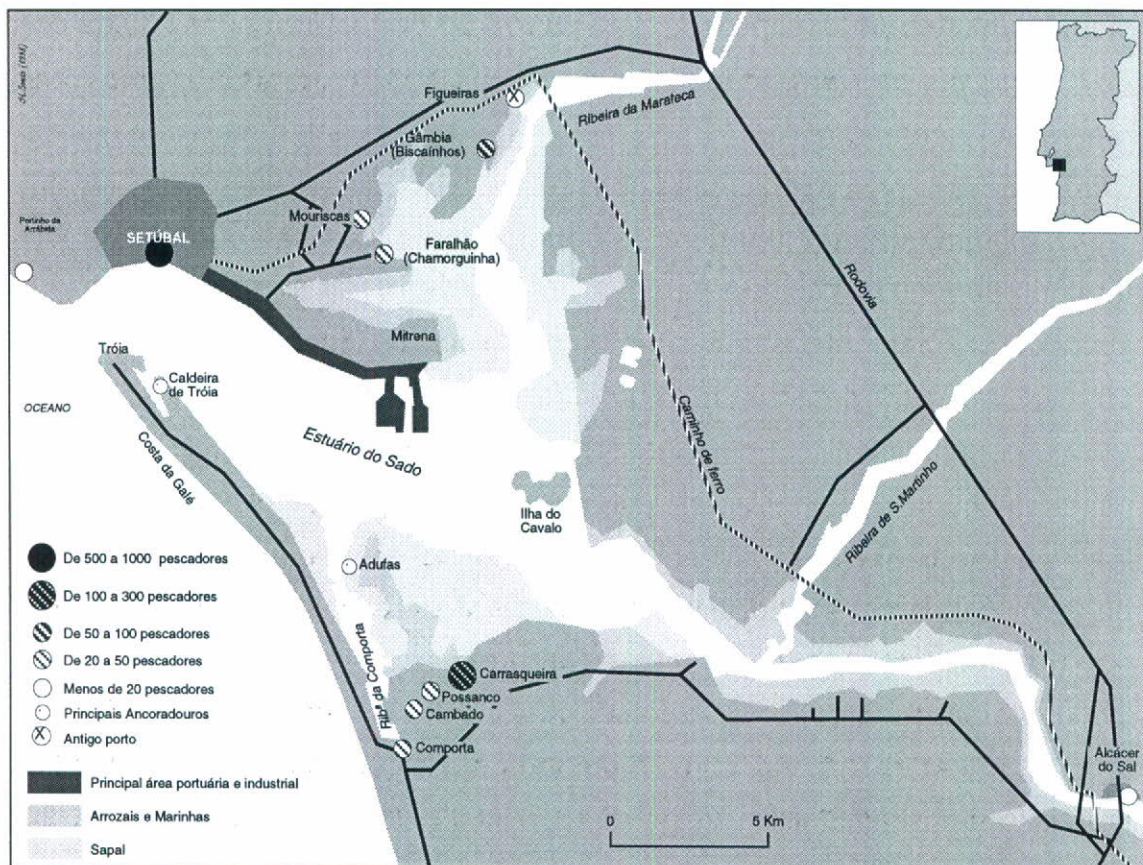


Fig. 30 - Localização das comunidades de pescadores no Estuário do Sado (Verão de 1997).

Desenhado com base em diversas cartas do Instituto Hidrográfico, em informação fornecida pela Reserva Natural do Estuário do Sado e em levantamentos de campo realizados nos anos de 1996 e 1997.

Biscaínhos (Gâmbia), que possui “lota” e é muito movimentado na época do choco e do linguado (Abril a Setembro) e embarcações na Chamorguinha (Faralhão). Para montante, no limite da área estuarina, encontra-se em Alcácer do Sal a comunidade de pescadores *avieiros* que, como se referiu anteriormente, veio do Tejo; estes não se misturam com as outras comunidades do Sado, pescando entre a Ilha do Cavalo e Vale do Guizo, a montante de Alcácer do Sal. Finalmente, na margem Sul aparecem-nos pescadores na Comporta, sede da freguesia homónima e na Carrasqueira, que é a comunidade mais numerosa. Entre estas localidades existem duas outras aldeias cujos habitantes também se dedicam à pesca nos mesmos moldes em que o fazem os pescadores da Carrasqueira, Cambado e Possanco: estes



utilizam acostadouros voltados para a ribeira de Comporta, num local a que chamam Adufas. Dentro da área estuarina há muitos outros acostadouros, mas de reduzida expressão face aos já referidos, embora se destaque a Caldeira de Tróia, utilizada como fundeadouro por embarcações de pesca estuarina e oceânica.

De todos estes núcleos de pescadores o da Carrasqueira é o mais numeroso e peculiar.

### 3.2.1. O povoado.

Quem pela primeira vez visitar a Carrasqueira tem a impressão de entrar num povoado agrícola e a sua atenção é chamada para as *cabanas*, a que as gentes locais chamam *barracas*, construídas em materiais vegetais (fot. 20 a 23). Os pequenos campos de cultura intercalados entre as habitações, e estas dispostas ao acaso, mostram que o povoado não cresceu por “régua e esquadro” mas antes pelo livre espírito de iniciativa dos seus habitantes, sem que tivesse havido alguém a arbitrar o processo. Se se prosseguir até à margem do estuário, após passar por vários núcleos de casas e campos de cultura, acede-se ao seu porto palafítico e, espanto, não se soubesse previamente da sua existência, aquela também é terra de pescadores! - fig.31.

Mas a mera observação não deixa perceber toda a complexidade do lugar. A terra é de agricultores que são simultaneamente pescadores: ambas as tarefas são executadas complementarmente e numa base estritamente familiar. Mas a agricultura por eles praticada também não se revela à primeira observação: aos pequenos campos intercalados na aldeia, onde produzem um pouco de tudo mas se especializaram na batata-doce, juntam-se pequenas parcelas de arrozal (4/5 ha) entre a aldeia e o estuário e a criação de animais, algumas vezes só aves de capoeira, outras suínos e até bovinos. À pesca e à agricultura juntam ainda outra actividade, que dizem ser a mais rentável: a apanha de minhocas para isco (vendidas para Espanha).

As *cabanas* da Carrasqueira estão hoje na sua maioria ao abandono e já dificilmente se encontra quem seja capaz de construir uma de raiz. No





Fot. 20 - Carrasqueira - Barraca de habitação com uma fiada de plantas a delimitar um espaço em redor da habitação que, de facto, não é propriedade do habitante. À precariedade da habitação junta-se a precariedade desta delimitação com plantas. Fotografia obtida em 1988; actualmente já não é possível encontrar situações como esta.



Fot. 21- Aspecto das tradicionais barracas para habitação. Em 2ºplano, casas modernas. Repare-se no não alinhamento das barracas, cada uma virada para seu lado (1997).



Fot. 22 - Aspecto de outra barraca, já com um pequeno muro em tijolo a rodeá-la (1997).



Fot. 23 - Aspecto de uma construção destinada a cozinha, afastada da casa de habitação e onde é bem visível a mistura de técnicas de construção (1997).



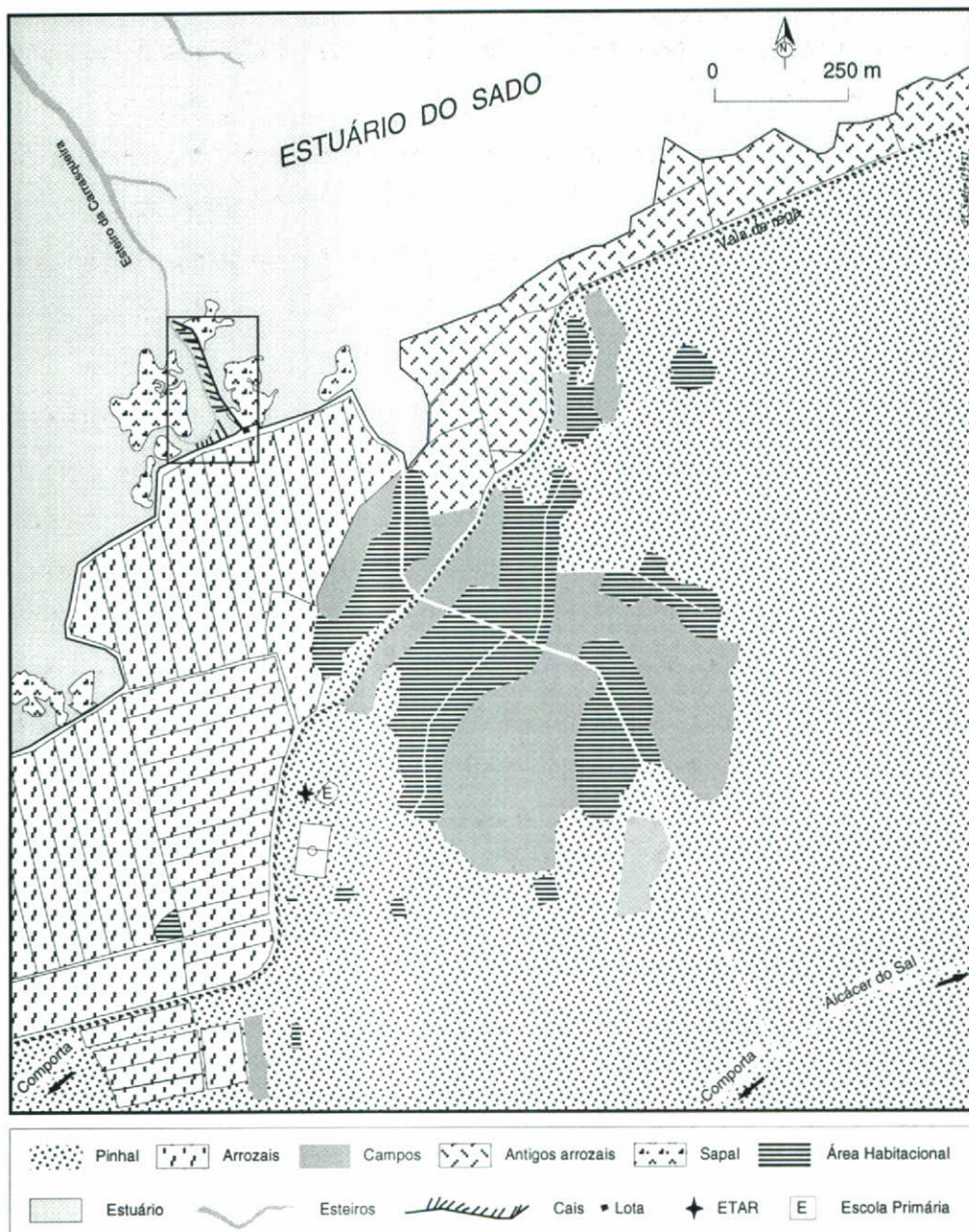


Fig. 31 - Enquadramento da aldeia da Carrasqueira no seu meio envolvente.

Desenhado a partir de fotografia aérea vertical, do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, à escala aproximada de 1/15 000 (1993), corrigida e actualizada no terreno durante o ano de 1997.



entanto, ainda é possível observar em algumas o cuidado que os seus habitantes punham na sua conservação e ver que quase todas possuíam uma cozinha exterior e afastada; em casas que ardiam facilmente o fogo era a maior preocupação<sup>82</sup>. Mas havia outros problemas: o frio, a humidade, os ratos e os insectos, a falta de electricidade e de água. Para o habitante desta aldeia a *barraca* representa a miséria, uma casa de alvenaria o seu sonho<sup>83</sup>.

Até 1974 o povoado foi crescendo espontaneamente com a construção de *barracas*, em terrenos da Herdade da Comporta, cujos proprietários “fechavam os olhos” a estas construções precárias e a cujos locatários iam cobrando uma pequena renda pelo uso de terras agrícolas. A revolução de Abril de 1974 trouxe consigo a “nacionalização” da aldeia e a construção espontânea das primeiras casas em tijolo. Mas a situação não se alterou muito até ao início dos anos 1990, altura em que os terrenos da aldeia foram desanexados definitivamente da Herdade a favor da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Contudo, dada a forma dispersa como evoluiu este aglomerado, ainda hoje há barracas em terrenos privados da Herdade (actualmente da “Atlantic Company”); da mesma forma, grande parte dos campos de cultura e dos arrozais se encontram arrendados à Herdade (esta adquire aos pequenos agricultores todo o arroz por eles produzido).

Finalmente, em 1997 a autarquia de Alcácer do Sal iniciou os trabalhos de infraestruturação da aldeia (redes de água e de esgotos e respectiva estação de tratamento, rede eléctrica e telefónica) e reconstruiu o cais principal, que se encontrava em muito mau estado de conservação<sup>84</sup>. Neste mesmo ano a autarquia estudava as formas de apoiar os habitantes na aquisição de lotes e na construção de habitações.

O aspecto que a aldeia hoje apresenta é já reflexo da intervenção camarária, com novos arruamentos e praças e já um certo “alinhamento”

---

<sup>82</sup> O cuidado com a habitação e a limpeza que apresentam denúncia a origem dos seus habitantes: o Alentejo. Contaram-nos a história de uma senhora idosa que tinha sempre à mão um balde de cal preparada com que caíava, todos os dias, as paredes enegrecidas pouco tempo antes pelo fogo da sua lareira.

<sup>83</sup> Ao ser dito a um habitante quão bonitas eram as cabanas este respondeu: “Está a referir-se às barracas? Nós chamamos àquilo barracas! São bonitas não são? Experimente ir viver para uma delas, com chão em terra, sem electricidade e sem água ...”

<sup>84</sup> A Carrasqueira encontra-se na área da Reserva Natural do Estuário do Sado, pelo que todas as intervenções carecem da concordância desta entidade. O cais foi reconstruído pela Câmara Municipal com o apoio da Reserva.

das construções, calcetamento de passeios e alcatroamento de ruas; mas ainda é possível notar a forma dispersa e espontânea como cresceu (fig.32). Quanto a comércio e serviços, apenas existe um pequeno “mini-mercado”, seis cafés/restaurante (as salas de refeição são para gente de fora que lá se desloca para apreciar as especialidades locais - chocos fritos e massa de peixe) e, esclarecedoramente, uma loja de materiais de construção. Também existem algumas pequenas oficinas (essencialmente para motorizadas) e as instalações de dois comerciantes de pescado locais. Na área que se pode considerar o centro da aldeia, por nela se concentrarem os restaurantes e por ser o local de venda ambulante, existe a única cabine telefónica pública.

A Carrasqueira é, sem dúvida, um caso único em Portugal e o resultado da conjugação feliz de diversos factores num espaço cujo isolamento permitiu que durante muitos anos se mantivesse desconhecido. A descoberta deste local deveu-se às suas peculiaridades, isto é, às *barracas* e à forma particular do seu cais palafítico, a que não era estranha a dimensão do lugar: em 1981 tinha 377 habitantes contra 556 da sede de Freguesia (Comporta), mas esta beneficia de longa história a seu favor (aqui se localizou sempre a sede da herdade do mesmo nome) e o lugar é ponto de passagem obrigatória para quem se dirige para Tróia ou de lá vem. Entre 1981 e 1991 a Carrasqueira perdeu 50 habitantes e, ao que tudo indica, continua a perder população. Actualmente alguns pescadores mais novos já trabalham em Setúbal e na aldeia já se diz que não há futuro. De facto, não há actividades alternativas às tradicionais e estas parecem render cada vez menos<sup>85</sup>. Para esta comunidade uma das salvaçãoes que antevêm é o turismo: esperam há muito o crescimento desta actividade na

---

<sup>85</sup> Os pescadores da Carrasqueira parecem ter uma atitude prudente e moderada face à exploração dos recursos, embora por vezes se diga que na apanha da minhoca os estragos provocados são muitos. No entanto, não utilizam nem nunca utilizaram artes lesivas como noutras comunidades: por exemplo, telas para o meixão - “só lá para cima em Alcácer”, dizem eles. E o Inverno é um período particularmente inactivo... Esta situação só é explicável pela sua pequena história enquanto pescadores e, indubitavelmente, pela complementaridade de tarefas.



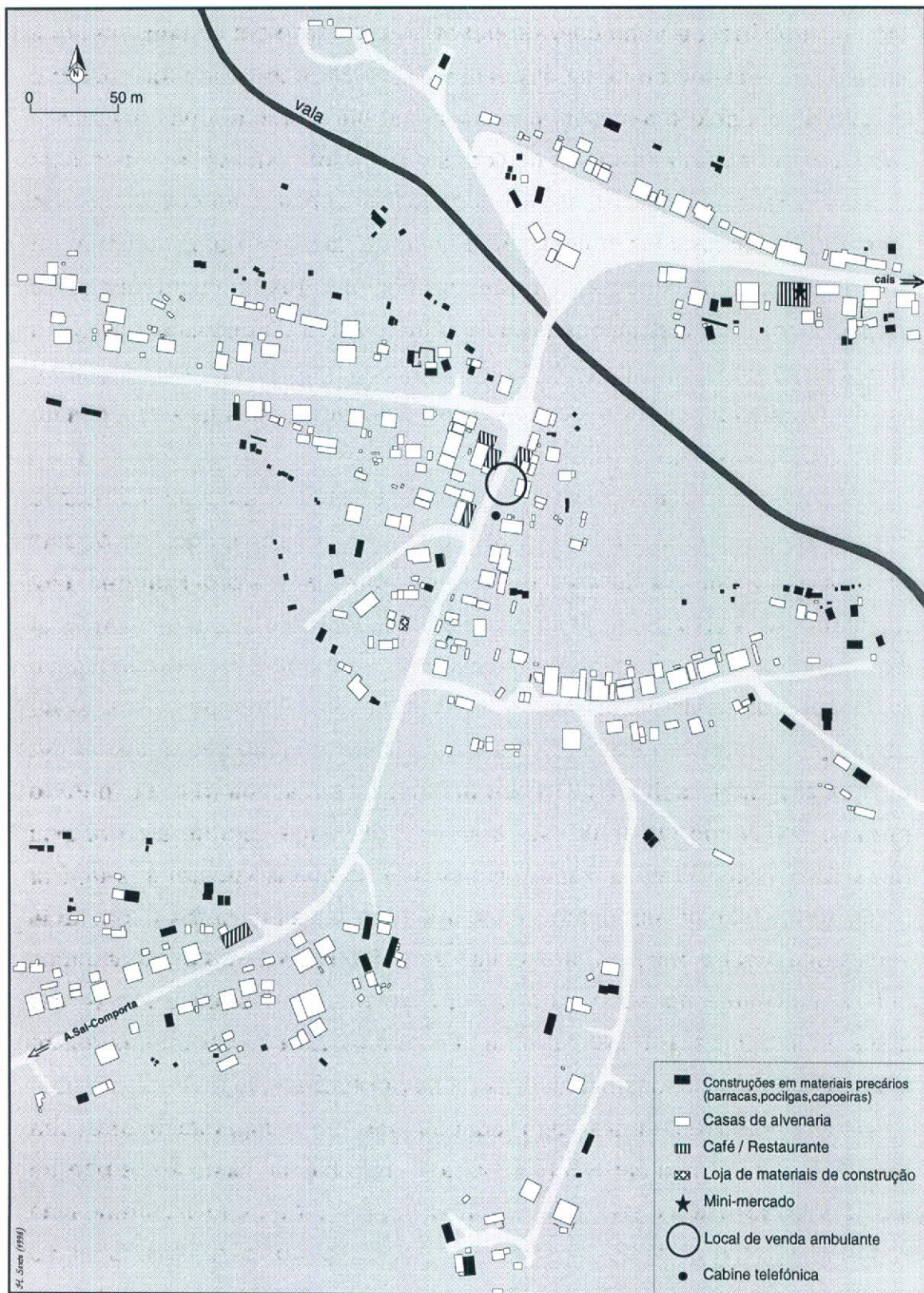


Fig. 32 - Aldeia da Carrasqueira (Janeiro de 1998).

Desenhado a partir de fotografia aérea vertical do Instituto Português de Fotografia e Cadastro, à escala aproximada de 1: 2500, de 1995, corrigida e actualizada no terreno em Janeiro de 1998 (com a colaboração de Fernando Martins).



península de Tróia e já há quem lá trabalhe (sobretudo em jardinagem).

Ao fim-de-semana os restaurantes locais enchem-se de forasteiros e no Verão é possível ver inúmeras embarcações de recreio no cais. Há já quem tenha 2<sup>a</sup> residência no povoado, sempre uma *barraca*, e isto mesmo sem estar resolvida a questão da posse do solo. A autarquia garante que não passa, nesta aldeia como nas redondezas, nenhuma licença de construção para não residentes, mas será capaz, resolvida a questão da propriedade dos lotes, de impedir a compra de casas já construídas pelos habitantes?

Na Carrasqueira não há hotéis nem pensões, mas já se anunciam quartos para alugar ...

Com a praia tão perto e um cais mesmo ao lado, será capaz a autarquia de preservar o espírito do lugar? Tememos ver o cais transformado em *marina* e as barracas em 2<sup>a</sup> residências de luxo! Esperemos que não.

### 3.2.2. A pesca na Carrasqueira

Os primeiros habitantes destas paragens a voltarem-se para o estuário começaram por explorar, a sacho nas margens, a ameijoa branca (*Spisula solida*) que vendiam a pessoas de fora que lá iam comprá-la. Por processos semelhantes, também apanhavam ostras e búzios. Com a natural escassez provocada por uma apanha excessiva e concentrada no espaço, porque nas proximidades do povoado, houve necessidade de ir procurar estes moluscos para áreas mais afastadas; tudo leva a crer que foi assim que apareceram os primeiros barcos na Carrasqueira.

O aparecimento de embarcações obrigou a algumas alterações importantes: deslocando-se para mais longe das suas habitações, e porque se tratava de casais jovens e era necessário o trabalho de ambos na apanha, os filhos eram levados com os pais. Por outro lado, como todas as margens do estuário nesta área são lodosas e o acesso aos barcos era difícil, alguns pescadores ter-se-ão lembrado de espetar umas estacas no lodo e por cima delas colocar tábuas. A estas, outros foram acrescentando sucessivamente mais estacas e mais tábuas, acabando cada casal por fazer o seu acostadouro; este processo ter-se-á iniciado nos anos 60. Como o



acesso à área central do estuário se faz ao longo de um esteiro, este cais palafítico, assim construído espontaneamente pelos pescadores, foi-se alongando para aproveitar a profundidade proporcionada pelo referido esteiro, acabando por apresentar a configuração que ainda hoje possui (fig.33).

Por apanha excessiva ou devido à crescente poluição do rio, desapareceu a ameijoia e a ostra<sup>86</sup>. Ao que tudo indica, foi a partir de 1972/73 que se desenvolveu a pesca propriamente dita.

Determinada pela disponibilidade de recursos, a pesca é sazonal e decorre de Março/Abril a Setembro, período que corresponde à maior abundância das espécies mais interessantes para os pescadores: o choco (*Sepia officinalis*) e o linguado (*Solea vulgaris*). A paragem da pesca em Setembro é quase completa e coincide com a necessidade de apanhar a batata-doce, principal produção agrícola da Carrasqueira e que é vendida localmente a compradores de fora. Entre Setembro e Março/Abril só uma ou outra embarcação continua a pescar, essencialmente polvo, para o que se usam alcatruzes ou pequenos covos.

Todos os pescadores da Carrasqueira pescam com *solheira*: rede de tresmalho fundeada, devendo existir cerca de 50 embarcações dedicadas a esta pesca a que correspondem cerca de 50 famílias<sup>87</sup>. De um modo geral as artes são lançadas de madrugada, aproveitando a enchente ou a vazante, e permanecem a pescar durante 4 a 5 horas.

Actualmente os pescadores queixam-se que o pescado escasseia e que os preços baixam: na realidade, e tanto quanto é possível saber pela informação disponível, a produção baixou 2/3 entre 1987 e 1991 e encontra-se estabilizada aos níveis desse ano; os preços, embora baixando nos anos de 1994 a 1996, duplicaram entre 1987 e 1994 (fig.34).

Também os pescadores se queixam que a "lota" só abre à tarde (às 14 horas), enquanto eles descarregam o pescado de manhã, por vezes

---

<sup>86</sup> De acordo com Bruxelas *et al.* (1992), as principais fontes poluidoras do Sado são os esgotos domésticos, os efluentes das fábricas de tomate, os lagares de azeite, as águas de escorrência das minas de pirites de Aljustrel, as mondas químicas dos arrozais e, sobretudo, os efluentes industriais de Setúbal, sendo as principais responsáveis as unidades de fabricação de papel e pasta de papel, químicas e de reparação naval.

<sup>87</sup> A determinação exacta do número de embarcações ou de artes existentes na Carrasqueira é tarefa praticamente impossível, dado que nenhuma entidade possui informação desagregada por comunidade no estuário do Sado.



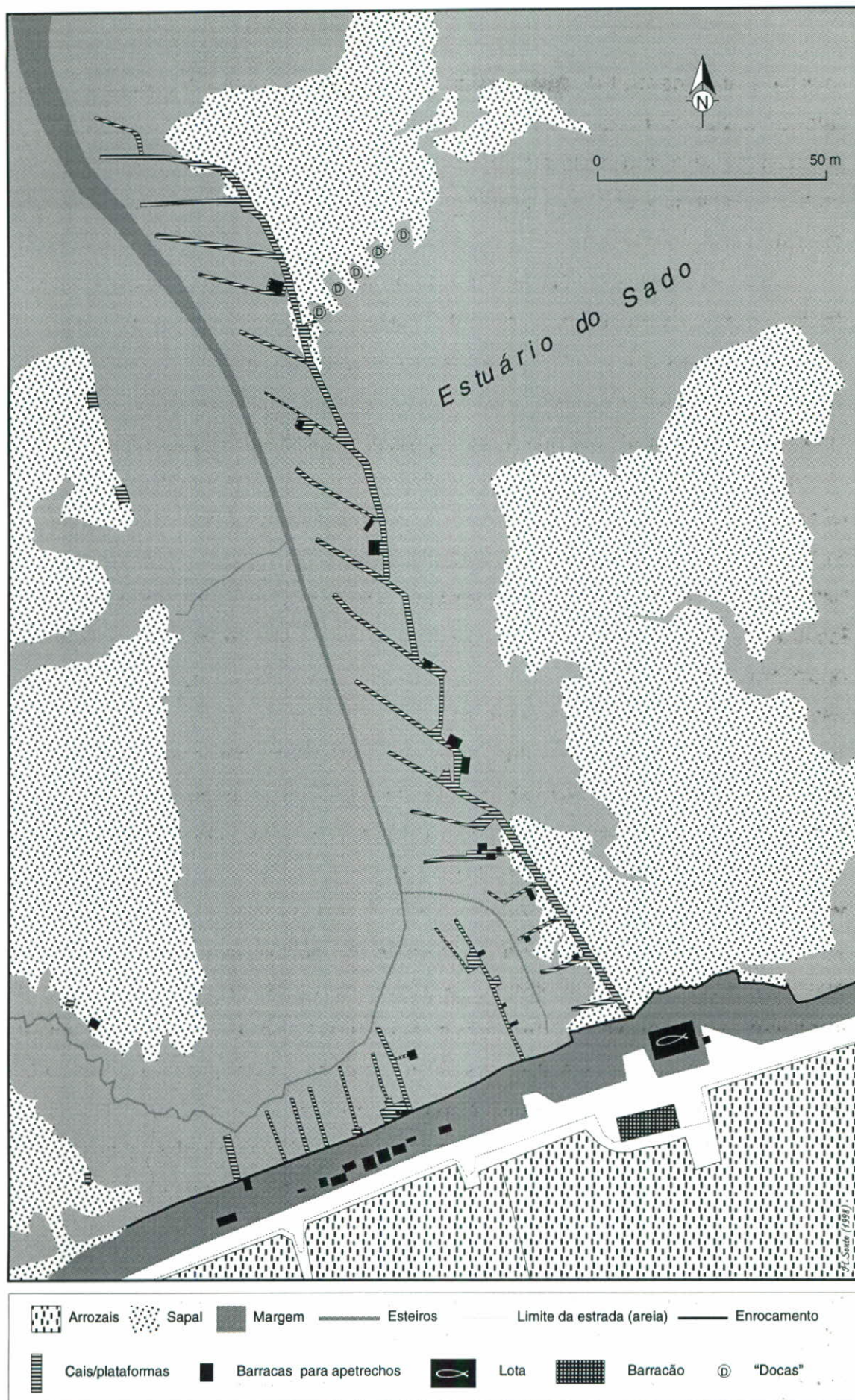


Fig.33 - Cais palafítico da Carrasqueira em Janeiro de 1998.

Desenhado a partir de fotografia aérea vertical do Instituto Português de Fotografia e Cadastro, à escala aproximada de 1: 2500, de 1995, corrigida e atualizada no terreno em Janeiro de 1998.



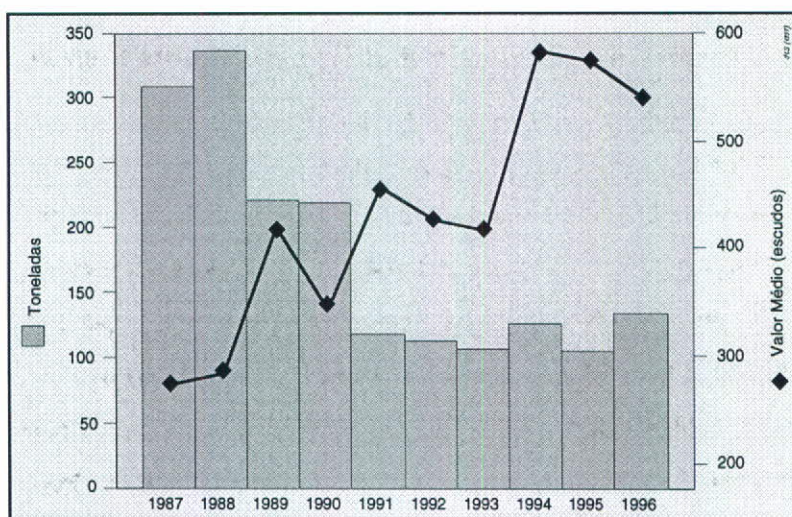


Fig. 34 - Pescado transaccionado em 1ª venda na Carrasqueira.

Fonte Estatística: GEPP e DGPA, *Recursos da Pesca - Série Estatística*, 1988 a 1996.

muito cedo; para mais, apesar de há muito prometida, a electricidade ainda não chegou à “lota”, logo não há instalações frigoríficas para conservar o pescado e só pode funcionar enquanto há luz solar. Por outro lado, nos últimos anos apenas dois comerciantes locais a costumam frequentar.

Mas não se ficam por aqui os problemas e um dos mais sentidos é a falta de um posto de abastecimento de combustíveis, o que obriga os pescadores a frequentes deslocações a Setúbal para encher os depósitos das embarcações, já que também não podem trazer reservas.

O período de pesca coincide com o da apanha de poliquetas para isco, actividade só permitida entre 1 de Abril e 30 de Setembro. Apanhada a sacho nas margens, todas as minhocas são vendidas localmente a compradores espanhóis, supondo-se que estes a revendam no seu país para ser utilizada como isco na pesca desportiva. Em 1997 a minhoca foi vendida a 4.000\$/litro, representando para os pescadores, no seu dizer, a actividade mais remuneradora.

Como a apanha da minhoca é efectuada na baixa-mar e a “entrada ou saída do porto” tem de ser feita com a maré cheia, por este não ter a profundidade suficiente, a pesca termina com a maré: o peixe é trazido para terra e imediatamente se sai de novo para a apanha de minhoca, aproveitando a baixa-mar que se avizinha. Como os próprios dizem, “tem de ser feito tudo a correr”.





Fot. 24 - Carrasqueira - Aspecto do "porto" com a maré cheia, (1997).



Fot. 25 - Carrasqueira - Aspecto do "porto" com a maré vazia, visto de terra (1997).



Fig. 26 - Carrasqueira - Aspecto do "porto" com a maré vazia, visto do extremo do cais (1997).

Fot. 27 - Carrasqueira - Aspecto do cais principal em Abril de 1988.





#### 4. Breve caracterização das lagunas costeiras e sua utilização.

As lagunas costeiras podem ser consideradas “como zonas costeiras deprimidas, separadas do mar por uma barreira que permite uma comunicação efémera ou permanente com o oceano e às quais chega um fluxo fluvial fraco ou nulo” (Freitas, 1996; 109). São assim sistemas mais fechados do que os estuarinos, não beneficiando na mesma medida, como aqueles, dos subsídios de energia gerados pelas constantes e importantes trocas de águas marinhas e continentais. A maioria das lagunas tiveram a sua origem na subida do nível do mar que culminou a transgressão flandriana há cerca de 5 000 anos (Barnes, 1980; Freitas, 1996; Orme, 1993). Essa subida, ao provocar o assoreamento de muitos estuários e o crescimento de restingas arenosas, terá dado origem à maioria das lagunas costeiras, as quais, uma vez formadas, têm o seu futuro condicionado pela variação do nível do mar e pela quantidade de sedimentos disponíveis, evoluindo no sentido de um crescente assoreamento, da redução da área ocupada e da profundidade (Freitas, 1996), situações que o Homem vem tentando contrariar, actuando em sentido oposto ao da sua evolução natural, através de dragagens, estabilização ou abertura de canais de comunicação com o oceano, etc.

As lagunas costeiras tal como os estuários, e pelos mesmos motivos, possuem um grande potencial de depuração de efluentes domésticos e de reciclagem de poluentes; todavia, o facto de receberem e de manterem menores trocas de águas pode conduzir a situações delicadas de carência de oxigénio dissolvido e de desenvolvimento de organismos patogénicos e diminuir drasticamente as populações bentónicas e o seu aproveitamento para a alimentação humana; situação esta comum, sobretudo no Verão, em algumas lagunas portuguesas.

A individualização das lagoas costeiras é função do tamanho, da forma, da amplitude da maré, da contribuição dos rios tributáveis, do clima local, do número e dimensão dos canais, da natureza e quantidade dos sedimentos disponíveis, da natureza e origem da depressão e das modalidades de construção e evolução da barreira (Freitas, 1996). Assim é que em Portugal se encontram situações muito variadas, de Norte para Sul: a laguna de Paramos (vulgarmente conhecida como “barrinha” de Esmoriz), a laguna de Aveiro (popularizada como “ria” de Aveiro), a laguna de S.Martinho do Porto (chamada “concha” por apresentar uma forma semelhante), a laguna de Óbidos (“lagoa” de Óbidos), a laguna de Albufeira (“lagoa” de Albufeira), as lagoas de Melides e de Santo André (também popularizadas como “lagoas”), a laguna de Alvor (“ria” de Alvor) e, finalmente, o sistema lagunar fechado por ilhas-barreira do Algarve oriental (designado como “Ria Formosa”) - fig.35.

#### *Laguna de Paramos (Barrinha de Esmoriz).*

Esta laguna separa as localidades de Paramos e de Esmoriz (que lhes dão, aliás, os nomes por que é conhecida), possui uma área de cerca de 1 km<sup>2</sup><sup>88</sup>, tem uma profundidade máxima de 2 m e a sua comunicação com o mar é fechada por uma barreira arenosa, aberta artificialmente durante alguns meses, geralmente no Inverno. Esta ligação ao oceano não se faz sem polémicas já que as suas águas, muito poluídas pela concentração de efluentes das indústrias de tanoaria e de cordoaria, características de Esmoriz e Cortegaça, respectivamente, e por diversos outros efluentes domésticos e industriais, tem contribuído para a poluição das praias daquelas localidades<sup>89</sup>.

A pesca é hoje interdita na laguna, tendo sido, contudo, noutros

---

<sup>88</sup> De acordo com informações prestadas por alguns pescadores de Esmoriz, não restam dúvidas de que a área da laguna tem diminuído nos últimos anos, como atestavam apontando os locais que as águas chegaram a atingir noutros tempos.

<sup>89</sup> Em 1997 a praia de Esmoriz perdeu a Bandeira Azul devido à poluição provocada na praia pela abertura da laguna.



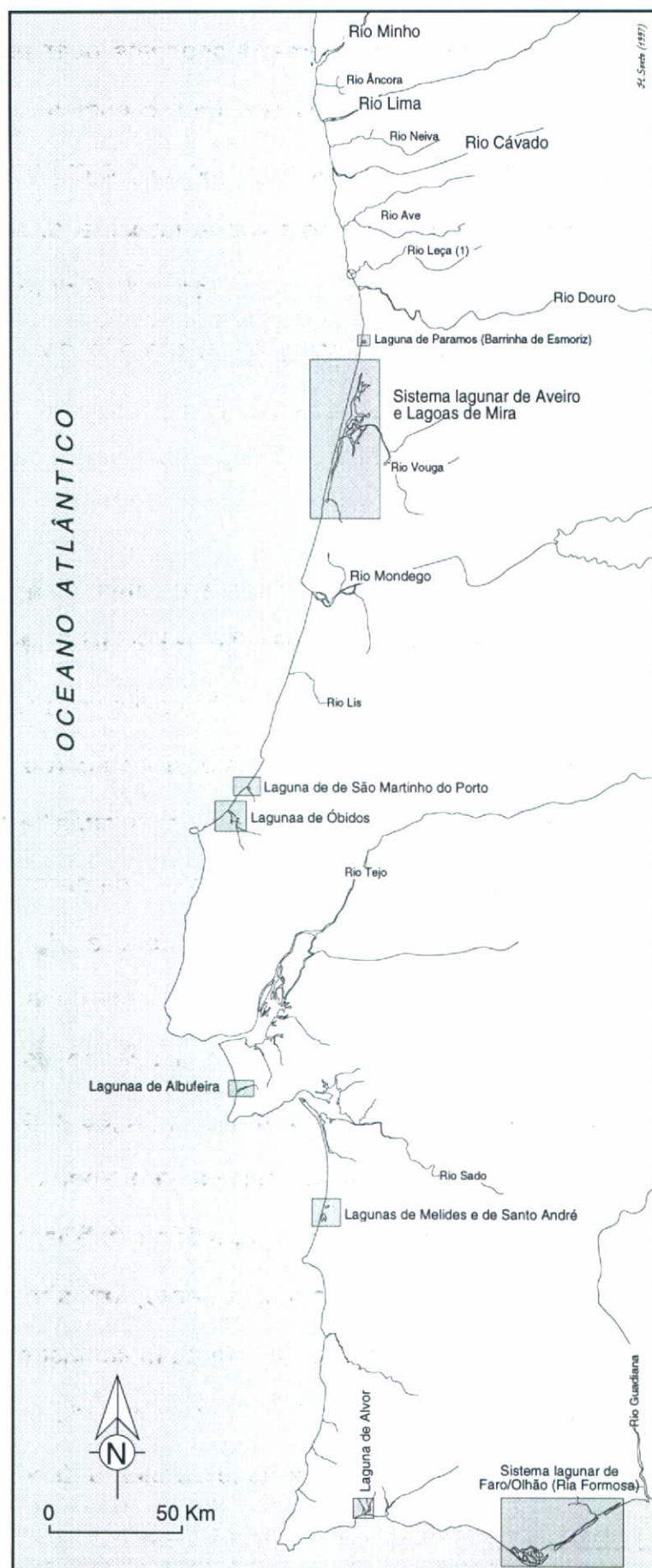


Fig. 35 - Localização das lagoas costeiras em Portugal.

tempos, frequentada quer por pescadores desportivos quer profissionais, utilizando estes últimos, sobretudo, *galrichos*, para a enguia, ou pequenas *chinchas* com que apanhavam linguados e solhas. Esta era uma pesca de complemento à pesca oceânica feita com a arte da xávega. Actualmente, estando a comunicação aberta, alguns pescadores dedicam-se à apanha de meixão com *rapeta* no canal de comunicação, como foi possível verificar no inverno de 1998.

#### *Laguna de Aveiro* (Ria de Aveiro).

Com uma área aproximada de 115 km<sup>2</sup> (60 dos quais permanentemente molhados) esta é a maior laguna costeira de Portugal<sup>90</sup>, uma das mais profundas (atinge 10 a 12 metros), a mais complexa e aquela cuja classificação é mais polémica. No entanto, e de acordo com Granja (1996; 88), o contraste morfológico e genético entre “laguna” e “ria” justifica para este sistema “o abandono da palavra *ria* e o uso da expressão *Laguna de Aveiro*, apesar da sua complexidade evolutiva estar ainda longe de ser compreendida”.

A comunicação estável da laguna com o oceano está garantida desde 1808 pela construção de dois molhes, cujas cabeças estão separadas de 500 metros, tendo o molhe norte sido prolongado entre 1949 e 1958. A construção destes molhes veio permitir a estabilização da barra, que até essa data ou assoreava completamente, ou abria em locais diferentes, tornando a comunicação oceano/laguna muito instável, o que se reflectia na economia local, cujos períodos de prosperidade ou decadência andavam a par com o estado da barra, e veio permitir o desenvolvimento,

---

<sup>90</sup> O comprimento máximo Norte-Sul da laguna é de 50 Km (de Ovar à Praia de Mira) e a largura máxima Oeste-Este de 10 Km (da Torreira à Murtosa)(Pereira, 1997).



na laguna, de importantes infraestruturas portuárias, quer para embarcações de comércio quer de pesca.

Tal como todas as lagunas costeiras portuguesas, também esta tem sido sujeita a alterações de natureza vária, relacionadas com o acréscimo de populações<sup>91</sup> e de indústrias na sua área<sup>92</sup>, com as consequentes poluições resultantes desses estabelecimentos. Actividades tradicionais da “ria” como a produção salineira e a apanha de plantas aquáticas (*moliço*) estão hoje moribundas : grande parte das marinhas de sal ou estão abandonadas ou foram reconvertidas para a aquacultura e a apanha de moliços é hoje uma actividade meramente residual<sup>93</sup>.

Apesar de todas as vicissitudes por que tem passado ao longo dos tempos, a região da laguna de Aveiro constitui, hoje, um dos mais importantes sistemas haliêuticos do país, a que se junta uma intensa actividade portuária comercial (fig.36). Na área da Capitania de Aveiro estão matriculados cerca de 2500 pescadores, registadas 3181 embarcações de pesca local (embora apenas cerca de 800 licenciadas para a pesca), 51 embarcações de pesca costeira (sobretudo arrastões) e 22 navios de pesca do largo (Pereira, 1997). A piscicultura tem-se desenvolvido sobretudo de forma extensiva em antigas marinhas, existindo cerca de meia centena a trabalhar.

A indústria relacionada com a pesca e a navegação é outro importante sector na região, e traduz-se quer em estaleiros tradicionais em

---

<sup>91</sup> Em 1991 residiam nos concelhos da laguna (Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Murtosa, Ovar e Vagos) mais de 220 000 habitantes (INE, *XIII Recenseamento Geral da População*).

<sup>92</sup> Embora as principais áreas industriais se localizem em Cacia e em Estarreja, bem como ao longo do eixo viário que as liga (EN 109), existem cerca de 6 mil unidades de indústria transformadora em todo o distrito de Aveiro, sobretudo pequenas e médias empresas.

<sup>93</sup> Segundo Reis (1993), o número de marinhas passou de 268, em 1954, a apenas 49, em 1992; Lopes (1997) refere 1 342 moliceiros registados em 1889, 666 em 1961 e apenas 27 em 1996!

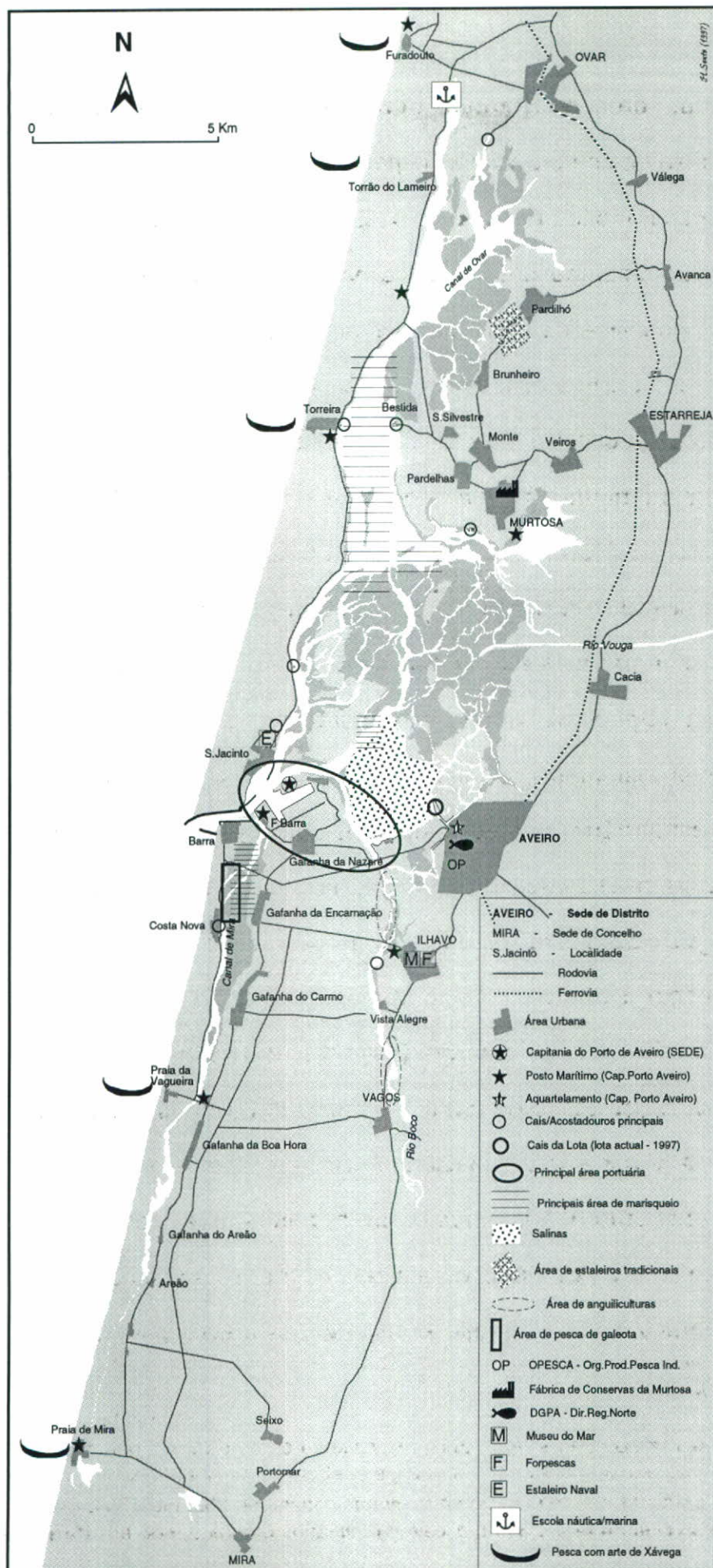


Fig. 36 - Carta haliêutica do sistema lagunar de Aveiro.

Realizada a partir de levantamentos de campo efectuados em 1997 e de informações fornecidas pela Capitania do Porto de Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, Juntas de Freguesia e Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte (Deleg. Aveiro). A base com os limites físicos foi desenhada a partir da *Carta de Navegação Costeira* (do Furadouro ao Cabo Carvoeiro), à escala 1:75 000, 1ª ed. de 1977, do Instituto Hidrográfico.



madeira, na área de Pardilhó, quer em grandes unidades, como os Estaleiros Navais de S.Jacinto, nesta localidade, e outros que se localizam em áreas do porto de Aveiro (4 grandes estaleiros sobretudo para reparação de embarcações de pesca e 11 unidades que constroem em fibra de vidro, sobretudo pequenas embarcações de recreio). Na área da Gafanha da Nazaré localizam-se diversas unidades de transformação de pescado (congelação) e mais de uma dezena de secas de bacalhau, o que demonstra a importância que outrora esta região teve no armamento de bacalhoeiros.

Apesar das actividades salineira, moliceira e de transporte de pessoas e mercadorias pela laguna terem praticamente desaparecido, existem ainda mais de cem desembarcadouros em toda a “ria”, muitos dos quais servem de suporte à pesca e à mariscagem praticadas no interior da área lagunar, embora nestas actividades se destaquem as comunidades da Torreira, de S. Jacinto, da Murtosa, de Ílhavo e da Costa Nova; mas também, sazonalmente, os pescadores que se dedicam no verão à pesca oceânica com a arte da xávega, como é o caso da Torreira. As principais artes utilizadas são os tresmalhos, diversas armadilhas (*galrichos*, *nassas*, *camboas*), *aparelhos de anzol* e *chinchorros*<sup>94</sup>. Curiosamente, a pesca de migradores, como a lampreia (prevista no regulamento de pesca da Ria) e o meixão (não autorizada no mesmo regulamento), não parece motivar particularmente os pescadores, excepto no rio Vouga, mas essencialmente já no seu troço fluvial e apenas a “caça” da lampreia.

---

<sup>94</sup> A Portaria nº563/90, de 19 de Julho, que regulamenta a pesca na “Ria” de Aveiro, autoriza a utilização de aparelhos de anzol fundeados, redes de tresmalho fundeadas e de deriva, xalavares, galrichos ou nassas, amostra, camboa, cana de pesca e linha de mão, sertela ou minhoqueiro e chinchorro; para a apanha de berbigão é ainda autorizado o uso da berbigoeira.

### *Laguna de S. Martinho do Porto (Concha de S. Martinho do Porto).*

Com menos de 1km<sup>2</sup> de área e uma profundidade máxima de cerca de 2,5 m, esta laguna é diferente de todas as outras em Portugal pela presença de uma barra rochosa que, por isso, permite a comunicação permanente com o oceano (Freitas, 1996). Tal como o nome por que é conhecida, suscita a forma quase perfeita de concha e possui praias arenosas em todas as margens, o que, a par da calma das suas águas, a torna apetecível para os banhistas. No entanto, o pequeno rio Tornada (ou Vau), que afluí à laguna, possui na sua bacia inúmeras instalações de suinicultura que não tratam os efluentes resultantes da sua actividade, o que contribui fortemente para a poluição que se concentra na área lagunar.

A pesca na “concha” está regulamentada desde 1990 pela Portaria nº566/90 (19 de Julho), estando apenas previstas as seguintes artes: *aparelhos de anzol fundeados, covos* (apenas para camarão e navalheira), *camaroeiros, amostra* ou *corrico* e cana de pesca e linha de mão; no rio Tornada é ainda permitido o uso de *rapeta* para a captura de meixão.

Nesta laguna fundeiam diversas embarcações que se dedicam à apanha submarina de algas no Oceano - são facilmente reconhecíveis por serem amarelas - e existe um pequeno cais, na margem Norte, utilizado quer por embarcações de pesca quer de recreio<sup>95</sup>.

### *Laguna de Óbidos.*

Esta laguna tem 6 km<sup>2</sup> de área e uma profundidade máxima de cerca de 4,5 metros (Freitas, 1996; 114); está completamente fechada por um cordão arenoso que até 1998 era aberto pelo Homem na Primavera, assim se mantendo durante alguns meses. Em 1998 foi realizado um concurso internacional “para adjudicação da empreitada da *aberta* (abertura) da Lagoa de Óbidos”<sup>96</sup>, que deverá estar concluída em 1999 e que tem por objectivo manter em permanência as trocas de águas oceano/laguna.

A pesca está regulamentada desde 1990 pela Portaria nº567/90 (de 19 de Julho) que prevê a utilização das seguintes artes: tresmalhos, galricho (para captura de enguia), amostra ou corrico, cana de pesca e linha

---

<sup>95</sup> Em S. Martinho do Porto existe uma Delegação Marítima na qual estavam matriculados, em 31.12.96, 58 pescadores.

<sup>96</sup> Informação disponibilizada pelo INAG (Instituto Nacional da Água).



de mão e chinchorro (para a captura de enguia e taíñas). A actividade de mariscagem tem, nesta laguna, alguma importância, estando na base da economia das comunidades piscatórias que aqui vivem (deverão exercer a pesca e a mariscagem cerca de 100 pescadores profissionais).

#### *Laguna de Albufeira.*

Esta laguna possui uma área de cerca de 1,5 km<sup>2</sup> e uma profundidade máxima de cerca de 15 metros (a maior de entre todas as lagunas portuguesas); é formada por duas zonas distintas: a “Lagoa Grande”, que ocupa cerca de 2/3 da área lagunar e está separada do oceano por um cordão arenoso que impede a sua comunicação permanente com o mar, e a “Lagoa Pequena”, a montante. A comunicação entre estas duas zonas é feita através de um pequeno e pouco profundo canal (Freitas, 1996; Ruano *et al.*, 1994).

De acordo com Ruano *et al.*, as condições de elevada produtividade que possui e a grande abundância de nutrientes permitem encontrar nesta laguna uma grande diversidade e abundância de espécies bivalves, como a ostra plana (*Ostrea edulis*), a amêijoia boa (*Ruditapes decussatus*), a amêijoia macha (*Venerupis pulestra*), a vieira (*Pecten maximus*) e, sobretudo, o mexilhão (*Mytilus edulis*) (1994; 201). Este último tem sido criado desde a década de 70, utilizando uma técnica de *cultura em suspensão*.

#### *Lagunas de Melides e de Santo André.*

Estas lagunas, localizadas a NNE de Sines, caracterizam-se por se encontrarem separadas do Oceano por uma barra arenosa, completamente fechada, sendo apenas abertas artificialmente e mantendo-se assim durante algum tempo; a primeira (Melides) ocupa uma pequena área de cerca de 0.4 Km<sup>2</sup> e tem uma profundidade máxima de 2 metros; a segunda (Santo André) possui uma área de 2,5 Km<sup>2</sup> e uma profundidade máxima de 2,5 metros (Freitas, 1996; 114).

#### *Laguna de Alvor (Ria de Alvor).*

A laguna de Alvor possui uma área de uns 4 km<sup>2</sup> e uma barra arenosa que se mantém aberta por estruturas rígidas artificiais (Freitas,

1996); nela vêm desaguar o Rio Alvor e a Ribeira de Odiáxere. Na localidade de Alvor existe uma pequena comunidade de pescadores, que pesca no Oceano, mas que aqui fundeia as embarcações, dadas as boas condições de abrigo. Também inúmeras embarcações de recreio, algumas de grande porte, utilizam a laguna como marina natural.

#### *Sistema de Ilhas-Barreira do Sotavento Algarvio (Ria Formosa).*

O sistema lagunar do sotavento algarvio vulgarizado com o nome de “Ria Formosa” é constituído por duas penínsulas<sup>97</sup> (Ancão e Cacela) e quatro ilhas (Barreta, Culatra, Armona e Tavira) que se estendem por cerca de 50 Km, entre as localidades de Ancão (a oeste) e de Manta Rota (a leste), e que fecham uma área lagunar com cerca de 85 Km<sup>2</sup> (fig. 37). A comunicação deste sistema com o oceano adjacente é feita através de 6 barras arenosas, duas das quais fixadas por estruturas rígidas (Faro e Tavira); a profundidade máxima na laguna é da ordem dos 6/7 m (Freitas, 1996).

Sistema de grande riqueza biológica, nele é explorado um vasto conjunto de espécies de moluscos, crustáceos e peixes, quer para a alimentação humana quer para isco<sup>98</sup>.

No interior da área lagunar localizam-se três das mais importantes cidades do Algarve (Faro e Olhão, na margem interior, e Tavira, no estuário do Gilão, que nela desagua), sujeitas a grande acréscimo populacional no Verão, o que tem contribuído para a poluição, também sazonal, do sistema<sup>99</sup>.

Dadas as boas condições de abrigo para as embarcações e a quantidade e variedade dos recursos explorados, esta região proporciona assento a uma das mais numerosas comunidades de pescadores do país: mais de 5 000, o que corresponde a cerca de 60% dos pescadores de toda a costa algarvia.

<sup>97</sup> Trata-se, de facto, de flechas litorais.

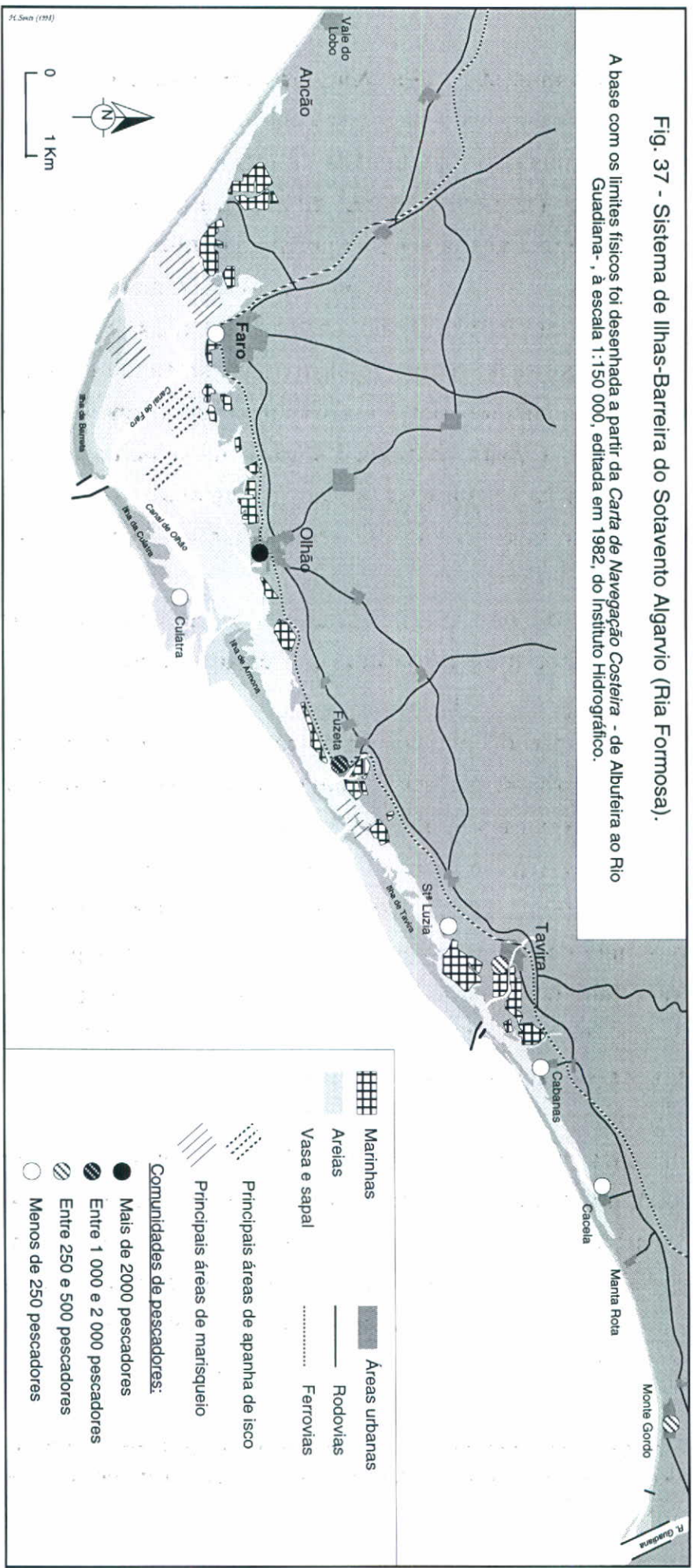
<sup>98</sup> Em viveiros de carácter extensivo são produzidos 80% dos bivalves de todo o país, nomeadamente berbigão (*Cerastoderma* sp.), ameijoas (*Ruditapes decussata* e *Venerupis* sp.) e lambujinha (*Scrobicularia plana*) (Rosado et al., 1995).

<sup>99</sup> De acordo com o *XIII Recenseamento Geral da População*, INE, 1991, residiam na área da laguna mais de 110 000 habitantes, número que pelo menos duplica no Verão.



Fig. 37 - Sistema de Ilhas-Barreira do Sotavento Algarvio (Ria Formosa).

A base com os limites físicos foi desenhada a partir da *Carta de Navegação Costeira - de Albufeira ao Rio Guadiana* -, à escala 1:150 000, editada em 1982, do Instituto Hidrográfico.



#### IV - A PESCA ARTESANAL EM COSTA BAIXA

Na costa ocidental, as comunidades de pescadores que se implantaram em regiões de costa baixa, fizeram-no inicialmente em situações de abrigo proporcionadas por cabos e promontórios rochosos localizados quase sempre a norte, pois os ventos e a ondulação dominantes são de N e NW; ou em enseadas, quase sempre, também, em situação de fácil entrada no mar, muitas vezes proporcionada por rochas que abrigam as praias da rebentação. Na costa Algarvia, grande parte da qual ocupada pela “Ria Formosa”, a localização inicial foi sempre no interior da laguna ou de um estuário, que proporcionavam óptimas condições de abrigo.

Em termos históricos, a implantação em praias abertas e desabrigadas é muito recente e correspondeu sempre à colonização dessas áreas por pescadores que utilizavam artes de arrastar para terra apenas no verão, findo o qual as praias eram abandonadas até à época seguinte. Durante a estação da pesca construíam-se “palheiros” para abrigar homens e artes a partir dos materiais existentes localmente. Foi assim que se formaram todos os “Palheiros” da costa ocidental<sup>100</sup>. No Algarve, as comunidades implantadas em praias abertas tiveram também origem quer nas artes de arrasto para terra, como na costa ocidental, quer nas armações fixas de pesca do atúm e da sardinha, que deram origem, nomeadamente, às comunidades de Armação de Pêra (que guarda no nome a sua origem) e de Monte Gordo.

A pesca exercida a partir da praia põe, *ipso facto*, aos pescadores vários tipos de problemas: a colocação da embarcação no mar e a sua movimentação entre a praia e o mar e vice-versa, a utilização da praia na alagem de artes de arrasto para terra e o espaço necessário para varar as embarcações e colocar as artes, além das necessidades de espaço decorrentes de todos os trabalhos a executar nas artes em terra.

---

<sup>100</sup> Palheiros da Cortegaça, Palheiros de Maceda, Palheiros da Torreira, Palheiros de S. Jacinto, Palheiros da Costa Nova do Prado, Palheiros de Mira, Palheiros de Tocha, Palheiros de Pedrógão, entre outros.



O primeiro destes problemas está relacionado com o estado do mar e da rebentação, que permite ou não que a embarcação seja capaz de “entrar no mar”<sup>101</sup>. Na maioria das comunidades que varam as embarcações em terra a actividade está, por isso, na total dependência destes factores, o que as impede de trabalhar em pelo menos metade do ano e o que obriga os pescadores a desenvolver “estratégias de sobrevivência” para o período em que não podem pescar. Estas estratégias passam quase sempre por um conjunto diversificado de actividades, que serão analisadas nos diferentes casos a apresentar neste trabalho. Para tentar resolver este problema, em algumas localidades os pescadores optam por levar as embarcações para portos artificiais, ou para áreas mais abrigadas, a partir das quais saiem para o mar no inverno (por exemplo, os pescadores de Vila Praia de Âncora levam as suas embarcações para o porto de Viana do Castelo, os pescadores da Costa da Caparica, que pescam durante o Verão sobretudo no oceano, fundeiam na Trafaria e pescam no estuário do rio Tejo durante o Inverno).

O segundo problema tem a ver com a mobilidade das embarcações em terra, problema comum a todas as comunidades que não possuem cais artificiais para acostar, o que obriga os pescadores a “molhar os pés” e as embarcações a possuírem fundos mais ou menos “chatos” e reforçados para poderem suportar o atrito provocado pela sua deslocação em terra. Na maioria dos casos, quando na praia, a deslocação faz-se ainda hoje sobre rolos e vigas de madeira flexível que se vão colocando debaixo da embarcação à medida que é puxada por tractores (o que é hoje a norma nas embarcações da xávega) ou por aladores mecânicos (sistema de cabos movidos por um motor eléctrico ou a gasolina).

O terceiro problema diz respeito exclusivamente à arte da xávega, que é alada para a praia normalmente com o auxílio de tractores. Embora as autoridades delimitem o espaço e o tempo para a utilização destas artes, o uso da praia pode, ainda assim, conflitar com o espaço utilizado pelos banhistas, o que acontece sobretudo quando o mar “arrasta a arte”<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> A maioria dos acidentes de trabalho verificados nestas comunidades ocorre na área de rebentação.

<sup>102</sup> Tivemos oportunidade de ver por diversas vezes e em diversas praias os tractores a serem obrigados a terminar a alagem da rede a centenas de metros do local onde era suposto trabalharem.

Finalmente, as embarcações (e as artes) ocupam uma porção da praia para vararem e apesar das autoridades marítimas delimitarem o espaço para “tráfego de embarcações e de artes de pesca”, em muitas praias, no Verão e sobretudo no Algarve, os banhistas “fazem praia” impunemente nas áreas das embarcações, o que para os pescadores constitui muitas vezes uma dificuldade suplementar.

## 1. Caracterização geral da costa baixa portuguesa.

Em Portugal continental podemos distinguir essencialmente 4 importantes troços de costa baixa (fig.38):

- A - Entre a foz do rio Minho e a foz do rio Douro;
- B - Entre a foz do Rio Douro e São Pedro de Moel (a sul do rio Lis);
- C - Entre a Península de Tróia e o Cabo de Sines;
- D - Todo o cordão litoral arenoso que fecha a laguna de Faro/Olhão (Ria Formosa), entre Vilamoura e a foz do rio Guadiana.

A estas grandes secções de costa baixa, essencialmente arenosa, há que acrescentar alguns grandes areais que se desenvolvem em região de costa de arribas, quase sempre praias de enseada desenvolvidas ao abrigo de cabos ou promontórios. Deste tipo são, por exemplo, a praia da Nazaré, as praias da Costa da Caparica e os extensos areais da baía de Lagos e da praia de Armação de Pêra, ambos no Algarve.

### A. O troço de costa entre a foz do rio Minho e a foz do rio Douro.

O troço de costa a norte do rio Douro apresenta diversas particularidades que o tornam distinto da restante costa portuguesa, seja pela presença das fozes de inúmeros rios, seja pela existência em quase toda a sua extensão de inúmeros afloramentos rochosos e leixões, tendo mesmo estes últimos dado o nome ao porto construído no pequeno estuário do rio Leça, entre Matosinhos e Leça da Palmeira.

Nos seus cerca de 80 quilómetros de extensão vêm desaguar



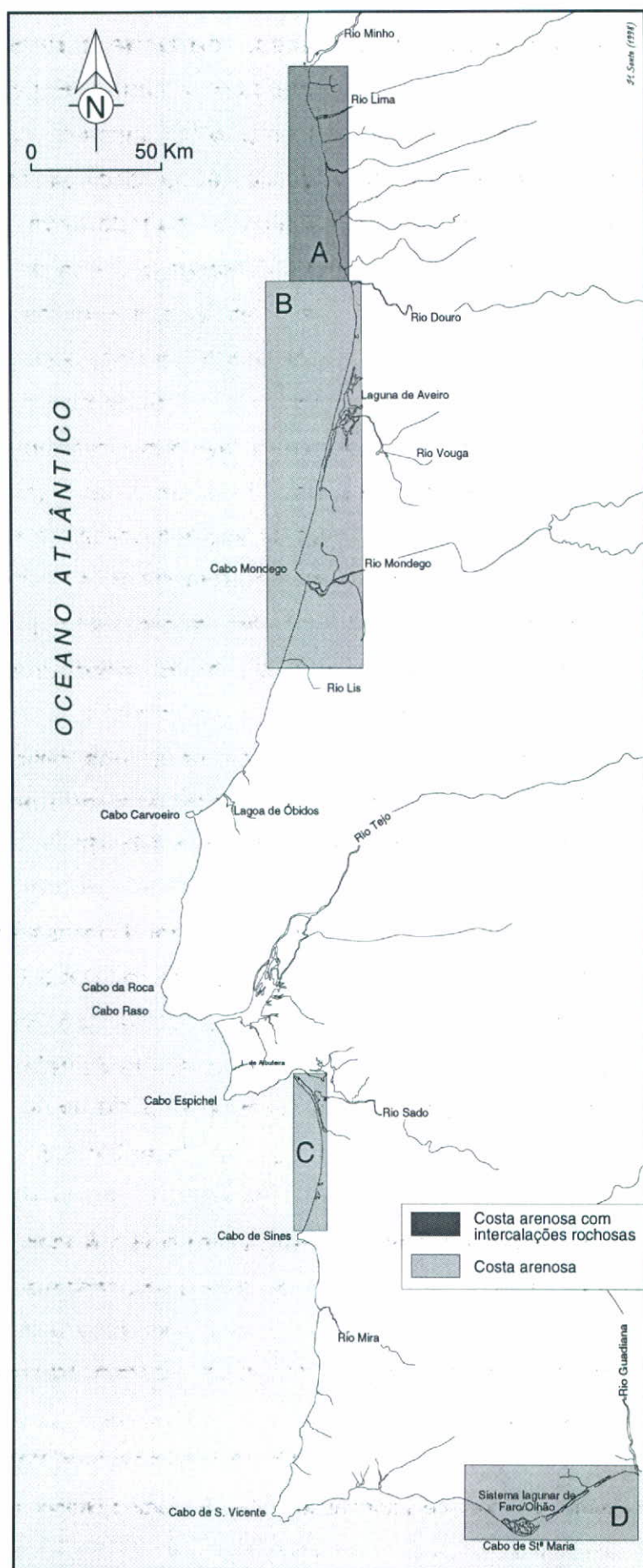


Fig.38 - Localização dos troços de costa baixa em Portugal continental.

inúmeros rios, sendo os mais importantes, de Norte para Sul, os rios Minho, Âncora, Lima, Neiva, Cávado, Ave, Leça e Douro. Estes rios, cujas bacias se localizam numa das regiões mais pluviométricas do país, injectam no mar adjacente importantes quantidades de água “doce”; esta “aligeira” a salinidade da água oceânica, que apresenta aqui os valores mais baixos de todas as águas costeiras portuguesas<sup>103</sup>. Todavia, a saída de sedimentos para o mar é pouco importante devido aos estuários se apresentarem em zonas de pequena inclinação e em vales muito abertos, o que favorece a deposição nessas áreas, como acontece nos estuários dos rios Minho e Lima (Abecasis, 1997;14); e também porque nas respectivas bacias hidrográficas se foram construindo diversas barragens, as quais funcionam como barreiras retentoras de sedimentos impedindo-os de atingirem as fozes dos rios, além de “regularizarem” os seus regimes e impedirem as grandes “enxurradas” de inverno que limpavam os estuários<sup>104</sup>. O transporte litoral de sedimentos é, assim, pouco importante, quer pela pequena alimentação aluvionar dos rios quer porque os inúmeros afloramentos rochosos, por vezes formando pequenos promontórios, e leixões funcionam como obstáculos ao seu transporte, que apresenta um nítido saldo positivo de Norte para Sul (Abecasis, 1997; 13).

Nesta secção costeira a plataforma continental apresenta-se quase sempre paralela à linha de costa, e dela distando entre 30 e 35 Km, apenas com uma ligeira reentrância correspondente ao Canhão do Porto (frente a Vila do Conde). A vertente continental apresenta, até àquele Canhão um declive acentuado, passando-se, por exemplo dos 200 aos 1000 m de profundidade em apenas cerca de 2 Km (medidos à latitude da Aguçadoura).

As secções mais próximas da costa, entre o Rio Âncora e Viana do Castelo, entre o Rio Cávado e a Apúlia e entre a Aguçadoura e Póvoa de

---

<sup>103</sup> Entre 33‰ e 35,4‰, contra 35,8‰ a 36‰ para o mar adjacente a Peniche e 36 a 36,3‰ para a costa algarvia - valores para as águas superficiais na Primavera, de acordo com diversos levantamentos do INIP/IPIMAR.

<sup>104</sup> Na bacia hidrográfica do rio Lima existem 2 barragens, na do Cávado 9, na do Ave 4, na do Douro mais de 30, considerando apenas a fracção portuguesa das bacias (informação disponível no Sistema Nacional de Informação Sobre Recursos Hídricos - SNIRH, em [www.inag.pt](http://www.inag.pt)).



Varzim/Caxinas, apresentam inúmeros escolhos litorais, de que são exemplo bem conhecido os “Cavalos de Fão”, junto à foz do Cávado. Entre Viana do Castelo e o Rio Neiva, a cerca de 5 a 10 Km da costa dispõem-se diversos relevos residuais com profundidades entre os 13 e os 20 m (conhecidos como Sumalha, Parcel e Moiteira), que bordejam, pelo interior, uma arribas submarina, também paralela à costa, e com um comprimento de cerca de 20 Km. Também entre os rios Ave e Leça, sensivelmente à mesma distância da costa dos referidos anteriormente, se dispõem, de Norte para Sul, os relevos conhecidos como Selir (58 m), Santana (53 m), Picoto (45 m) e Apetuado (45 m). Mais uma vez dispostos paralelamente à costa, mas a cerca de 25 Km, encontra-se uma série de relevos em escarpa ou em talude, conhecidos como Beiral de Caminha (frente a Caminha), Beiral de Viana (a Sudoeste de Viana do Castelo) e Pontal do Cerro (em frente a Vila do Conde/Póvoa de Varzim), todos com profundidades da ordem dos 70/80 metros. Pela diversidade de *habitats* que proporcionam para as espécies marinhas, todos estes relevos apresentam um grande interesse para a pesca, neles se localizando alguns dos mais importantes pesqueiros da região (fig. 39).

A secção da costa entre os rios Minho e Lima caracteriza-se pela presença de uma plataforma litoral baixa, coberta de sedimentos, que se estende para o interior numa extensão de cerca de três quilómetros, onde existe uma faixa quase contínua de arribas que interrompem a plataforma (Alves, 1997; 296). A linha de costa é aqui caracterizada pela alternância de pequenas praias de enseada com troços rochosos correspondentes a afloramentos graníticos (id.; 298), o que explica não se fazerem sentir aqui com grande intensidade fenómenos erosivos, embora o mar ataque por vezes fortemente algumas construções humanas incorrectamente implantadas, de que são exemplo os galgamentos pelo mar da marginal de Vila Praia de Âncora no inverno de 1990, numa situação de temporal de oeste coincidente com uma preia mar viva (Alves, 1997; 310).

Os afloramentos rochosos presentes nos fundos marinhos adjacentes limitaram desde sempre as artes de pesca possíveis de utilizar junto à costa (impedindo, por exemplo, qualquer tipo de arrasto para terra), e mesmo o desenvolvimento de comunidades de pescadores que aqui se



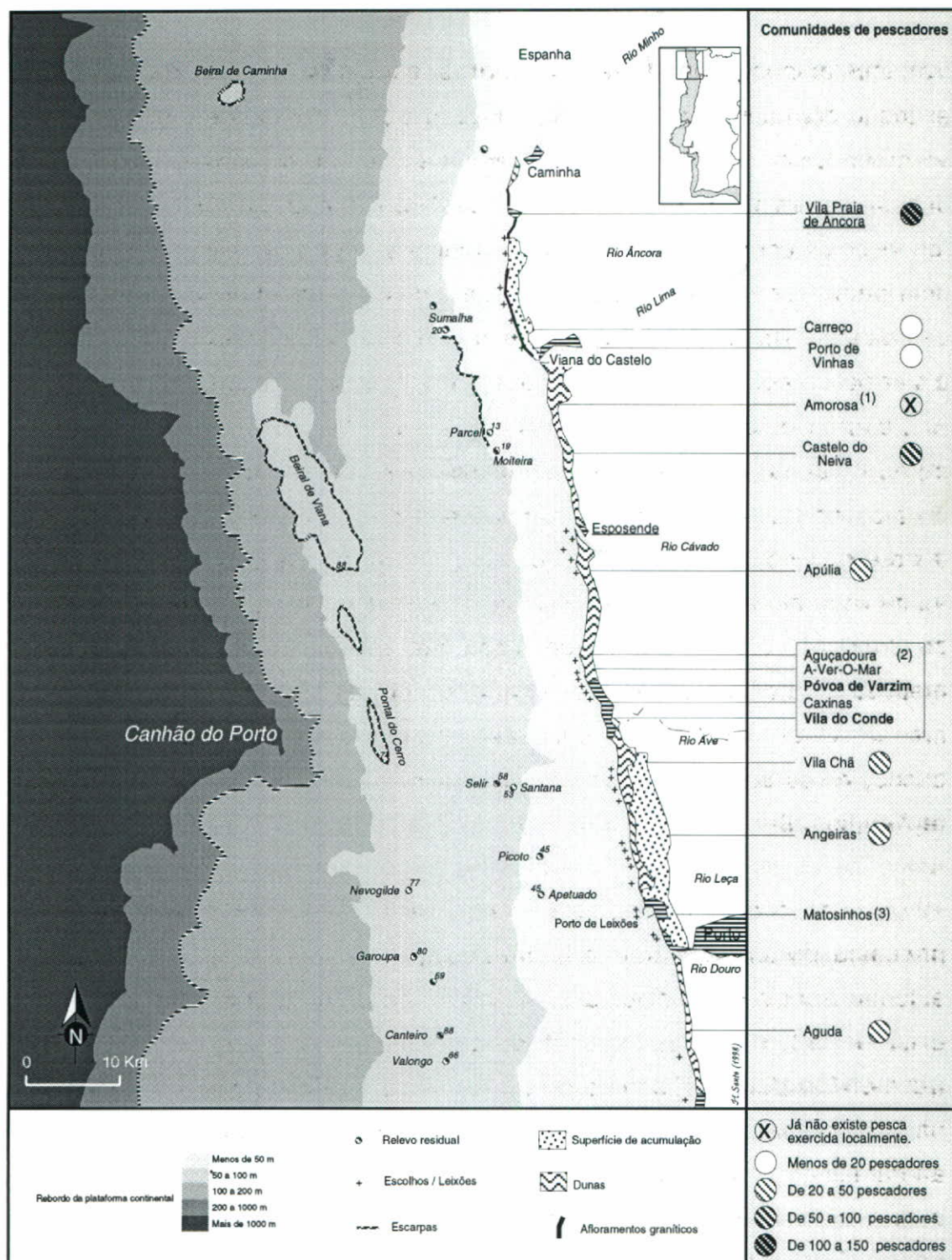


Fig. 39 - A costa e a plataforma continental, entre os rios Minho e Douro, e as comunidades de pescadores que nela exerciam a pesca a partir das praias no ano de 1997.

Notas: 1) A pesca exercida localmente a partir da praia deixou de se praticar, embora haja alguns pescadores residentes na Amorosa com embarcações fundeadas em Viana do Castelo; 2) Todos os pescadores que exerciam a pesca a partir da praia têm hoje as embarcações no porto artificial da Póvoa de Varzim e em vários ancoradouros existentes no estuário do Ave, em Vila do Conde - esta região constitui hoje um continuum urbano e piscatório no qual qualquer tentativa de separação se arrisca a ser artificial (nesta área estavam matriculados em 31.12.96 cerca de 2 400 pescadores, mais de metade dos quais deverão exercer a pesca local); 3) a comunidade de pescadores de Matosinhos exerce a pesca a partir do porto de Leixões- em 31.12.96 estavam matriculados 387 pescadores, dos quais cerca de 200 em embarcações de pesca local.

Desenhado a partir de VANNEY e MOUGENOT (1981), de informações fornecidas pelas Capitánias e Delegações Marítimas, de informação estatística do INE (dados não publicados) e de informações recolhidas localmente durante o ano de 1997.



concentram em Vila Praia de Âncora. Toda a plataforma litoral é, neste troço e desde há muito, objecto de intensa exploração agrícola, que sempre soube buscar no mar o adubo de que necessitava para as terras, explorando as algas e pilado (*Polybius henslowi*), muito abundantes, que foram no passado objecto de importantes campanhas. Actualmente esta actividade, embora ainda presente, tem reduzida importância e um âmbito estritamente local, estando presente em Moledo, Vila Praia de Âncora, Afife e Carreço.

Ao contrário da sub-secção referida anteriormente, o troço da costa a sul do Rio Lima é constituído essencialmente por uma faixa de dunas, com a presença de afloramentos rochosos e de leixões apenas na parte mais meridional, entre A-Ver-O-Mar e a foz do Ave, a partir do qual se prolongam as dunas até à praia do Mindelo. Toda esta secção de dunas é fortemente atacada pela erosão, que se intensificou, na sua secção mais próxima do Rio Lima (essencialmente até Castelo do Neiva) pela construção dos molhes de protecção do canal de navegação de acesso ao porto de Viana do Castelo, em 1979/80. Em algumas praias foi possível contabilizar um recuo de 40 metros entre 1983 e 1993, como na praia do Rodanho (Alves, 1997; 302). Na praia da Pedra Alta (Castelo do Neiva) houve mesmo a necessidade de construir 5 esporões com o objectivo de “defender” algumas construções, após graves problemas erosivos ocorridos entre 1982 e 1994 (id.), o que reduziu os fenómenos erosivos no local mas veio transferi-los para sul, sobretudo para a área de Ofir/Apúlia - actualmente muito afectada pela erosão e onde se encontram em perigo inúmeras casas de habitação - a erosão aumentou também pela construção de um pequeno molhe a Norte da foz do Cávado, e mais dois em plena restinga do mesmo rio, em Ofir, que retém os poucos sedimentos transportados de Norte para Sul.

Neste contexto, a comunidade de pescadores de Apúlia vê o seu quadro natural alterar-se rapidamente, com o recuo da praia e com o mar a ameaçar as tradicionais construções de pedra para armazenamento das artes.

Tal como no troço anterior, também neste a apanha de algas e pilado para utilização como adubo na agricultura teve outrora grande importância,

estando hoje reduzido a Castelo do Neiva, Apúlia e Aguçadoura/A-Ver-O-Mar, em pequena quantidade e apenas para utilização por alguns agricultores locais que o apanham numa base familiar. Os tradicionais *campos em masseira* da Aguçadoura, únicos no país e que deviam merecer protecção, estão hoje abandonados ou sub-aproveitados, encontrando-se a paisagem totalmente alterada pela extracção de areias de muitos deles e pela construção de grandes estufas no seu interior!

O sector costeiro entre a Aguçadoura e a foz do Ave constitui hoje um *continuum* urbano ao longo do qual se estendem estradas marginais que bordejam a praia entre A-Ver-O-Mar e Vila do Conde e onde a pressão urbanística é enorme. A meio deste sector foi construído, numa pequena enseada, o porto de pesca da Póvoa de Varzim, que concentra toda a frota da região, embora muitas embarcações utilizem ainda diversos pequenos cais existentes no estuário do Rio Ave. Esta região é, em termos haliêuticos ímpar em Portugal, pela enorme comunidade de pescadores que aqui vivem.

Constituído por um sistema dunar em quase toda a sua extensão, este troço assemelha-se em tudo ao da região Póvoa/Vila do Conde, nele se localizando um dos mais importantes portos portugueses - o porto de Leixões.

B. O troço de costa entre o Rio Douro e S. Pedro de Moel (a Sul do Rio Lis).

O sector costeiro entre os Rios Douro e Lis (mais precisamente até S. Pedro de Moel) é, com excepção do troço Douro/Espinho, essencialmente constituído por duas extensas praias separadas pelo Cabo Mondego, baía de Buarcos e foz do Rio Mondego (Abecasis, 1997;16). Num como noutro caso, trata-se de praias de areias culminadas do lado de terra por estruturas dunares (Vidinha *et al.*, 1997; 392). A primeira destas extensas praias, com cerca de uma centena de quilómetros, apenas é cortada pelo canal de entrada na Laguna de Aveiro, que se encontra estabilizado com molhes; a segunda praia tem cerca de 60 Km de extensão (fig.40).



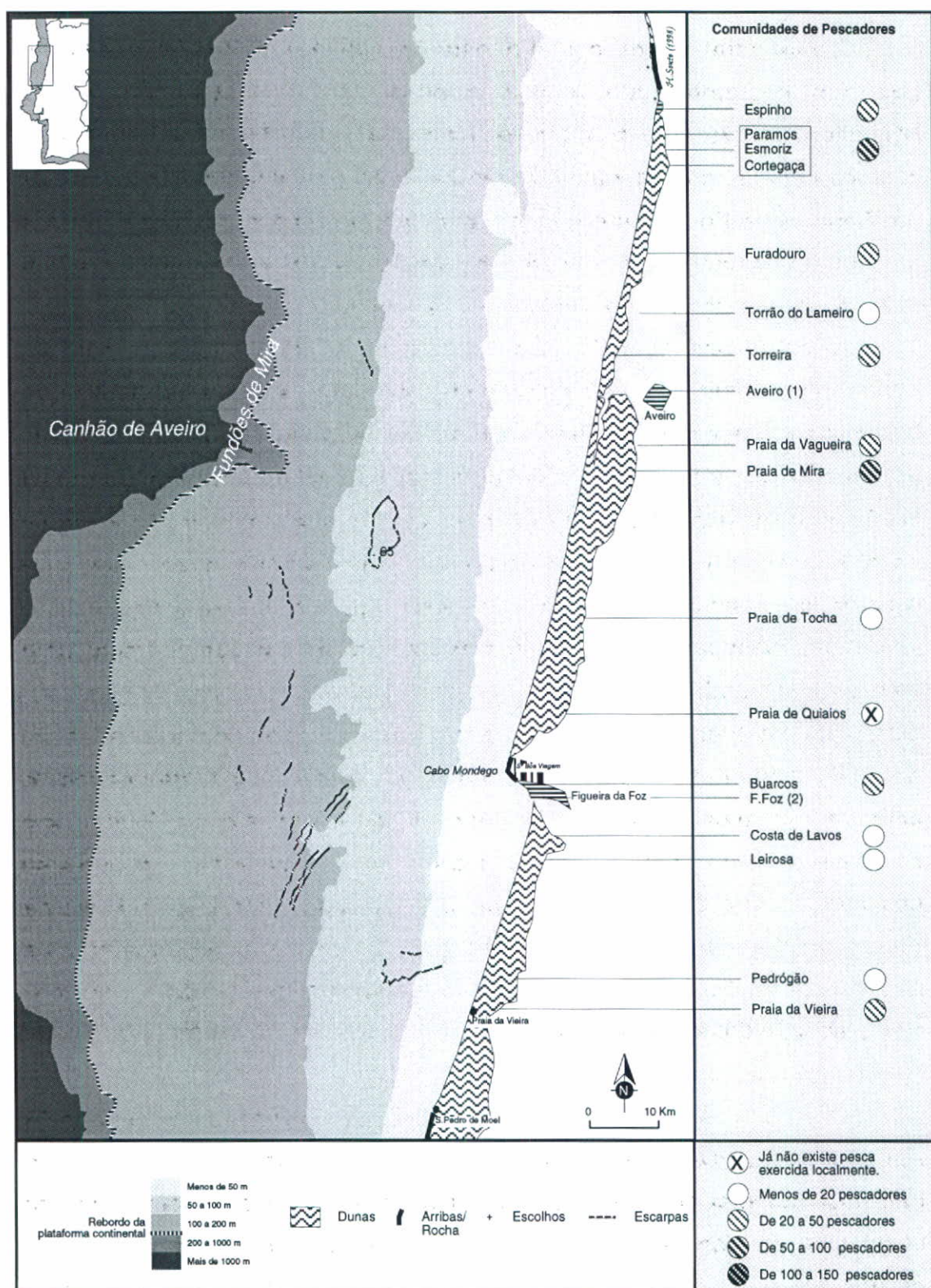


Fig.40 - A costa e a plataforma continental entre Espinho e S.Pedro de Moel e as comunidades que nele exerciam a pesca em 1997.

NOTAS: 1) O porto de Aveiro é no interior da laguna de Aveiro e nele estão matriculados cerca de 2500 pescadores (incluindo toda a área de jurisdição da respectiva Capitania) - cerca de 1000 trabalham na pesca de arrasto industrial, costeira e do largo; 2) O porto da Figueira da Foz localiza-se no estuário do Mondego e nele trabalham cerca de 600 pescadores, mais de 1/3 dos quais em embarcações de cerco (traineiras).

Desenhado a partir de VANNEY e MOUGENOT (1981), de informações fornecidas pelas Capitánias e Delegações Marítimas, de informação estatística do INE (dados não publicados) e por levantamentos de campo realizados no ano de 1997.



Todo este sector costeiro está sujeito a um processo erosivo generalizado, sobretudo devido à escassez de fontes aluvionares (Abecasis, 1997; 16), mas também às inúmeras obras de engenharia costeira pesada, construídas para facilitar o acesso aos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, mas das quais resultaram processos erosivos quase sempre a sotamar destas (o transporte longitudinal é positivo de Norte para Sul em quase todo este troço); a eles se devem juntar os inúmeros esporões de defesa de habitações, por sua vez geradores de mais erosão.

Nesta região, a plataforma continental atinge cerca de 47 Km às latitudes de Espinho e de Aveiro, 57 Km à do Cabo Mondego, mas só 43 Km à latitude de S. Pedro de Moel, onde se nota já a inflexão para Leste devida ao Canhão da Nazaré. Sem grandes acidentes a assinalar, é contudo possível registar à latitude da Praia de Mira um ligeiro “corte” no rebordo da plataforma que assinala o Canhão de Aveiro e os Fundões de Mira.

Os fundos marinhos são em quase toda a extensão deste troço, junto à costa, constituídos essencialmente por areias, o que explica que em toda esta área se tenham implantado em diversos pontos comunidades de pescadores para explorar a riqueza em peixe do mar adjacente através de artes de arrasto para terra. De facto, a distribuição destas comunidades pela costa dá-nos com precisão a extensão da costa baixa e arenosa, pois se desenvolveram entre Espinho (comunidade mais setentrional) e a Praia da Vieira (comunidade mais meridional), a cerca de duas dezenas de quilómetros de S. Pedro de Moel. Estas comunidades constituem um dos casos em estudo neste trabalho.

O sector costeiro entre a foz do rio Douro e Espinho, com cerca de 15 Km, é individualizado pela presença de uma estreita faixa dunar terminada pelo lado do mar por uma costa baixa granítica, que se prolonga por leixões, como na Aguda; apresenta-se fortemente degradado pelas actividades e edificações humanas, resultado evidente da proximidade da metrópole do Porto, cujos habitantes elegeram desde há muito esta região, bem como as suas praias, como destino próximo preferencial.

O sector costeiro entre Espinho e o Cabo Mondego é formado por praias arenosas, sem afloramentos rochosos, associadas a campos



dunares que se estendem, na sua maior extensão, até cerca de 20 quilómetros para o interior, no paralelo de Cantanhede (Correia *et al.*, 1997;356). Neste troço localizam-se as lagoas costeiras residuais de Paramos (vulgarmente designada por Barrinha de Esmoriz), de Aveiro (comummente chamada Ria de Aveiro), e a Lagoa da Praia de Mira (apelidada Barrinha por noutros tempos se ter localizado aqui a barra da laguna de Aveiro e que actualmente não possui comunicação com o oceano).

Quase todo este sector é caracterizado por importantes mudanças morfológicas na linha de costa, que se traduzem em recuos constantes da mesma pelo menos desde o início do século (é possível observar arribas activas talhadas em dunas sobretudo entre as praias de Cortegaça e do Furadouro). O sector Costa Nova - Vagueira sofreu um recuo de 3,7 m entre 1980 e 1990 e o sector Vagueira - Praia do Areão de 3,9 m no mesmo período (Boto *et al*, 1997; 452). Todas as comunidades de pescadores que aqui desenvolvem a sua actividade se confrontam quotidianamente com estas alterações e vão vendo as praias crescentemente defendidas com a construção de esporões e enrocamentos. Estão nestes casos as praias de Paramos, Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Furadouro, Torreira, Costa Nova, Vagueira e Mira. Acresce que a força da rebentação em áreas de forte erosão costeira é maior, o que, cada vez mais, dificulta a saída para o mar das embarcações.

Com excepção da baía de Buarcos, imediatamente a sul do Cabo Mondego, todo o troço de costa até S.Pedro de Moel é arenoso, sofrendo intensamente, tal como o sector a Norte do referido cabo, os efeitos da erosão costeira. Uma vez mais, as obras de engenharia costeira apresentam-se como as principais causas óbvias dessas alterações. Bem conhecido é o caso da praia da Figueira da Foz que, desde a construção do molhe norte da foz do rio Mondego, não pára de crescer; todavia, para Sul do rio, os fenómenos erosivos são muito importantes, atingindo, uma vez mais, todas as pequenas comunidades de pescadores que trabalham nas praias de Tocha, Costa de Lavos, Leirosa, Pedrógão e Vieira. A taxa de recuo medida para este sector entre 1984 e 1997 é de menos 1 a menos 2 metros por ano, apresentando a praia a 3 Km a sul da Praia da Vieira uma



taxa de -4,5 a -6,0 metros por ano, entre 1991 e 1997 (Cunha *et al.*, 1997; 495, 496).

### C. O troço entre a Península de Tróia e o Cabo de Sines.

O sector costeiro Tróia-Sines é constituído por uma extensa praia arenosa em forma de arco que apresenta, tal como o troço a norte do Cabo Espichel, uma grande estabilidade morfológica (Abecasis, 1997); nele não há acidentes naturais importantes a assinalar, nem fontes aluvionares significativas, sendo apenas de registar as lagunas costeiras de Melides, Santo André e Sancha (fig. 41).

Nesta secção não se assinala a presença significativa de comunidades de pescadores, havendo apenas a registar um pequeno número de homens, todos da mesma família, a trabalhar na praia do Carvalhal.

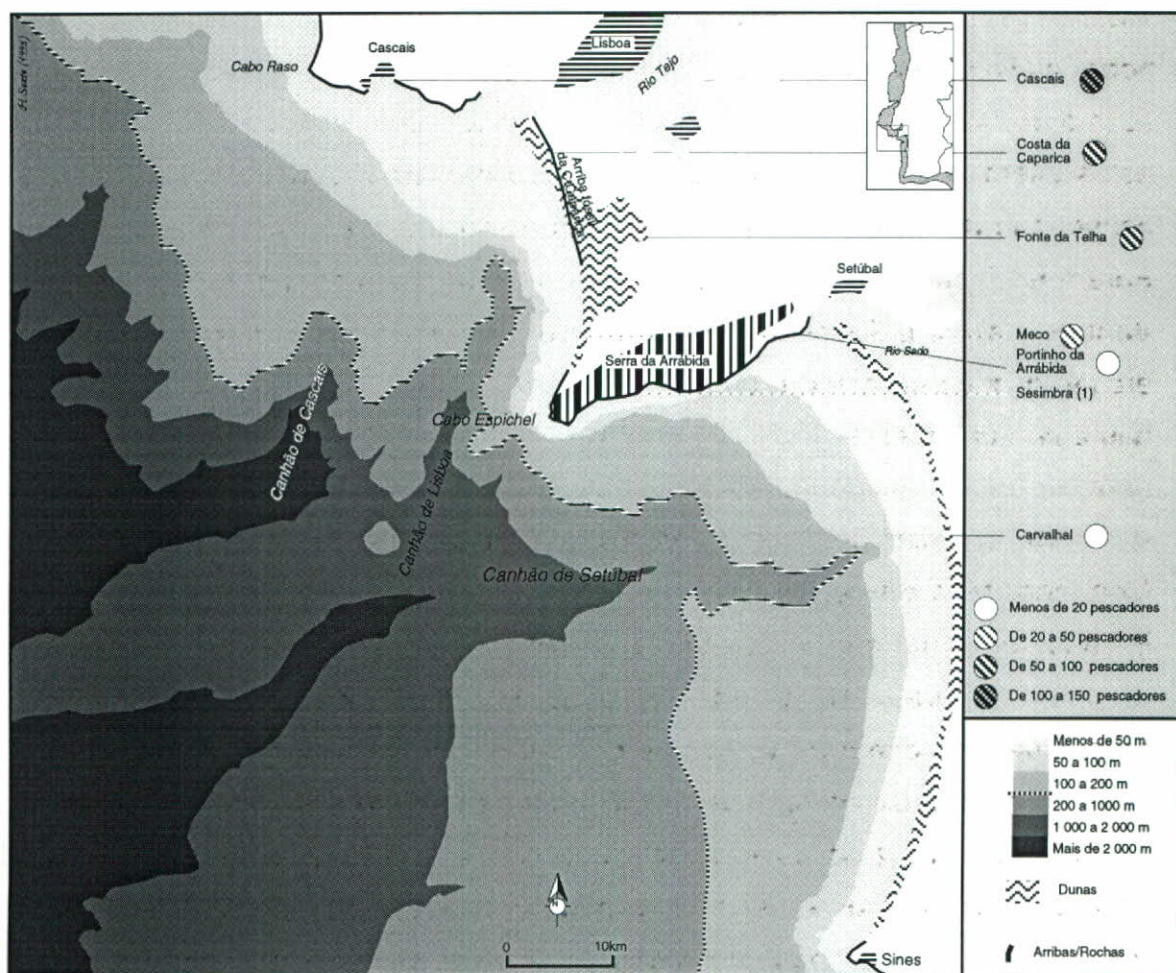


Fig. 41 - A costa e a plataforma continental, entre o Cabo Raso e o Cabo de Sines, e as comunidades de pescadores que nela exerciam a pesca no ano de 1997 (excluindo comunidades de estuários e lagunas costeiras).

Nota: 1) No porto artificial de Sesimbra estão matriculados cerca de 1200 pescadores, 75% dos quais em embarcações de pesca costeira que utilizam aparelhos de anzol e 10% em embarcações do cerco (traineiras).

Desenhado a partir de VANNEY e MOUGENOT (1981), de informações fornecidas pelas Capitânias e Delegações Marítimas, de informação estatística do INE (dados não publicados) e de informações recolhidas localmente durante o ano de 1997.



#### D. O troço entre Vilamoura/Quarteira e a Foz do Guadiana.

O sector costeiro entre Vilamoura/Quarteira é constituído, na sua quase totalidade, pelas concentrações de areias que formam as flechas litorais e as ilhas-barreira responsáveis pelo fecho da “Ria Formosa”, já referida no capítulo III.

As comunidades de pescadores que exploram o mar adjacente localizam-se no interior da laguna, com assento na borda terrestre da laguna, local onde também exercem a pesca, mas têm necessidade de passar uma das barras para se dirigirem ao oceano. As excepções são a comunidade de pescadores da Ilha da Culatra e, a leste das ilhas-barreira, a localidade de Monte Gordo, implantada numa praia aberta.

#### E. Grandes praias inseridas em regiões de costa de arribas.

Além dos grandes sectores costeiros referidos, aparecem-nos ainda algumas praias arenosas intercaladas em troços de costa de arribas. Estes areais localizam-se quase sempre a sotavento de cabos e promontórios rochosos que, por esse motivo, proporcionam melhores condições de abrigo para as embarcações. Nesta situação podemos encontrar a praia da Nazaré (protegida pelo promontório do Sítio), o extenso areal genericamente designado como Costa da Caparica, entre a Cova do Vapor e o Cabo Espichel (fechado pelos cabos Raso e Espichel), a baía de Lagos (protegida de barlavento pela Ponta da Piedade) e a praia de Armação de Pêra (extensa praia de enseada entre formações rochosas).

Nestas praias implantaram-se diversas comunidades de pescadores que utilizavam e/ou utilizam ainda o areal para varar as embarcações. Em alguns casos, a construção de portos tirou as embarcações do areal (como na Nazaré, cujo porto, velha aspiração da comunidade, foi concluído em 1980); noutros casos foi a atracção exercida por portos entretanto desenvolvidos nas proximidades que passou a dar abrigo às embarcações (na baía de Lagos, a comunidade de pescadores de Meia Praia utiliza o porto de Lagos, tal como os pescadores de Quarteira a área da marina de Vilamoura). Todavia, os pescadores da Costa da Caparica (que usam todo

o areal até à Cova do Vapor/Trafaria, já no rio Tejo) e da Fonte da Telha utilizam ainda a praia para varar as embarcações, tal como a comunidade de Armação de Pêra, no Algarve.

## 2. A pesca e os pescadores.

### 2.1. Comunidades do Norte.

Este grupo inclui todas as localidades de pesca artesanal a norte do rio Douro: Angeiras, Vila Chã, Caxinas, A-Ver-O-Mar, Aguçadoura, Apúlia, Castelo do Neiva, Porto de Vinhas, Carreço e Vila Praia de Âncora, e uma a sul do mesmo rio, Aguda. Caracteriza-se pela presença de formações rochosas (na praia e no mar, como na Aguda; apenas no mar, como em Castelo do Neiva) ou por ser exclusivamente rochosa, como em Vila Praia de Âncora<sup>105</sup>. Estes constrangimentos limitaram desde sempre o tipo de artes possíveis de utilizar; e, pelas dificuldades em “sair para o mar” em parte do ano, imprimiram grande sazonalidade à actividade. Praticamente todas estas comunidades foram, no passado, importantes núcleos de apanha de algas e pilado para utilização como fertilizante na agricultura.

Das referidas comunidades, Vila Praia de Âncora (outrora Portinho de Gontinhães ou da Lagarteira) e Castelo do Neiva são as que hoje registam maior movimento, quer de pescadores quer de embarcações, apesar de ambos apresentarem problemas: no primeiro caso grandes dificuldades no acesso ao porto, pelo contexto rochoso em que está implantado; no segundo por se tratar de uma praia fortemente atacada pela erosão, obrigando os pescadores a varar as embarcações num local elevado defendido por enrocamentos. Embora os pescadores destas comunidades utilizem diversas artes (covos, aparelhos de anzol, redes de emalhar) ambos apresentam a sua “especialidade”: no caso de Vila Praia

---

<sup>105</sup> Vila Praia de Âncora representa um caso particular já que o “porto” se localiza numa pequena reentrância da costa e sobre rochas. Também os fundos marinhos são aqui essencialmente rochosos, abundando os leixões, o que torna a navegação e a entrada no porto difíceis em situação de baixa mar.



de Âncora é a utilização de *sardinheiras*<sup>106</sup>, no de Castelo de Neiva de *redes camaroeiras*.

Também os pescadores da Apúlia se confrontam hoje com uma costa fortemente atacada pela erosão, que ameaça já as tradicionais construções em pedra por eles usadas como armazéns e os obriga a “puxar” as embarcações para o que resta da duna primária<sup>107</sup>.

Por seu lado, as comunidades de Vila Chã<sup>108</sup>, Angeiras e Aguda, distinguem-se não só por trabalharem num enquadramento físico semelhante (praias arenosas com intercalações de rochas) mas pela proximidade com o porto de Leixões e toda a particular dinâmica da pesca que gera - toda a região se constitui como importante área de comercialização do pescado e de comportamento muito semelhante, nomeadamente quanto a artes utilizadas, não deixando de ser revelador o facto da nova arte da *sombreira* se ter difundido, a partir dos pescadores de Matosinhos até Aguda (a sul) e Póvoa de Varzim (a Norte)<sup>109</sup>.

Neste grupo de comunidades não se pode deixar de referir as de Aguçadoura (designação que provém da existência de uma “ponta arenosa muito avançada para o mar”, de acordo com Baldaque da Silva, 1891), A-Ver-O-Mar (designada ainda por Baldaque da Silva como *Abremar*, que derivará de “Abra do mar”, no sentido de angra ou barra, de acordo com Alberto Sampaio), e Caxinas (que mais não é do que um grande bairro de pescadores “encravado” entre a Póvoa de Varzim e Vila do Conde, a cujo município pertence). Estas localidades, que no conjunto representam cerca de 2 400 pescadores e que até há poucos anos varavam as embarcações

---

<sup>106</sup> Os pescadores de Vila Praia de Âncora garantem que a sua sardinha é a melhor de Portugal precisamente por ser pescada com *sardinheiras* (redes de emalhar).

<sup>107</sup> Mais do que a actividade da pesca, exercida sobretudo no verão com covos ou redes de emalhar em embarcações de boca aberta, o que hoje se observa na Apúlia é uma enorme promiscuidade, com as tradicionais construções em pedra (que à primeira vista lembram moínhos por serem redondas), as casas de veraneio de qualidade e dimensão variável, as barracas em madeira para armazenamento de artes, os tractores, as embarcações e as artes, tudo implantado e misturado em cima da duna primária e e todo este conjunto fortemente atacado pela erosão!

A propósito de Apúlia veja-se Matos (1973).

<sup>108</sup> A propósito de Vila Chã veja-se o estudo de Cole (1994).

<sup>109</sup> A pesca com *sombreira* é tratada no capítulo VI.

nas praias, utilizam hoje o porto artificial da Póvoa de Varzim<sup>110</sup>.

Todos estes “portos” apresentam, também, uma notável continuidade no tempo, existindo muitas delas há centenas de anos, como facilmente o constata Alberto Sampaio, nas suas *Póvoas marítimas*. Mesmo algumas das mais pequenas “teimam” em existir, como é o caso de Carreço, a norte do rio Lima. Descrito por Baldaque da Silva (1891) que diz nele existirem “seis armazens para arrecadação de embarcações de pesca, construídos dois a dois, tendo uma parede comum” (p.86). A descrição que este autor dá do local é perfeitamente transponível para os nossos dias, existindo ainda os referidos armazéns (que constituem uma nota peculiar na paisagem e que, à primeira vista, nos levam a interrogar sobre a sua utilização) e com a mesma função, embora o número de embarcações e de pescadores seja hoje menor (cerca de uma dúzia de pescadores contra os 48 referidos para 1886).

Todos os pescadores que exercem a pesca nestes “portos” defrontam-se com a impossibilidade de exercer a pesca durante pelo menos 5 meses devido ao mau estado do mar, o que obriga os que não são simultaneamente lavradores (que ainda os há, nomeadamente em Castelo do Neiva) a recorrerem ao *fiado*, que é, ainda hoje, a norma em muitas destas comunidades. Nas praias mais procuradas pelos banhistas no verão algumas famílias alugam as casas à temporada, o que constitui um importante rendimento<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> Este facto leva os pescadores que utilizam o porto da Póvoa de Varzim a dizer que o poveiro, com as conotações que tal designação acarreta e que foram difundidas por estudiosos como Santos Graça, já quase não existe (“Isto é tudo pessoal de Caxinas. Olhe, barcos de poveiros já não se vêem - está ali um...” No entanto, se as embarcações poveiras não estão na Póvoa é possível vê-las, com frequência e em grande número, em Leixões, em Aveiro ...

<sup>111</sup> O aluguer da casa a banhistas é comum a todas as comunidades de pescadores inseridas em praias. No entanto, apenas alguns pescadores se “podem dar ao luxo” de possuir uma casa para alugar. Embora se encontrem diversas situações por toda a costa portuguesa, no geral a casa resulta de uma poupança conseguida graças à emigração (geralmente para a Alemanha ou para França, relacionada ou não com a pesca) ou ao trabalho, durante alguns anos, em embarcações de pesca longínqua portuguesas, nomeadamente no bacalhau. Reveladoramente, e ao contrário de uma ideia muito difundida, o pescador português não gosta de passar muito tempo no mar, preferindo *marés* de poucas horas e encarando a participação na pesca longínqua com o mesmo espírito da emigração, isto é, apesar de não gostar da situação ela representa sempre um investimento no futuro que se traduz sempre e em primeiro lugar pela construção da casa. No caso dos pescadores, a casa inclui quase sempre um anexo, onde vive com a família, ficando a “moradia” disponível de verão e de inverno.



## 2.2. Comunidades da Área Metropolitana de Lisboa<sup>112</sup> .

As comunidades que praticam a pesca no oceano na área metropolitana de Lisboa estão hoje limitadas às praias da Costa da Caparica e da Fonte da Telha, se excluirmos os pescadores de Cascais.

Tanto na Costa da Caparica como na Fonte da Telha, embora trabalhem ainda algumas xávegas, as artes dominantes actualmente são as redes de tresmalho.

## 2.3. Comunidades do Algarve.

Existem em extensas praias desta região essencialmente duas comunidades de pescadores que “varam na praia” com o auxílio de tractores: Monte Gordo, no Sotavento, e Armação de Pêra, no Barlavento. Trata-se de dois centros de pesca importantes, com cerca de 200 pescadores a trabalhar em cada um deles, utilizando embarcações de *boca aberta* e pescando essencialmente com redes de emalhar (tresmalhos), diversos tipos de armadilhas e aparelhos de anzol. Não estando sujeitos a tantas paragens por mau tempo como na costa ocidental, estas comunidades revelam-se de “boa saúde” como o demonstra a reconversão quase total da frota de Monte Gordo para embarcações em fibra de vidro, a que não é estranha a presença de um estaleiro em Vila Real de Santo António que constrói neste material .

A sua inserção na mais turística das regiões portuguesas assegura um mercado local para o pescado, sobretudo no Verão; mas, por outro lado, exerce-se nesta época do ano enorme pressão sobre as praias o que, por vezes, dificulta a vida aos pescadores, já que alguns banhistas se introduzem na área das embarcações dificultando a sua movimentação e podendo originar acidentes graves. Na figura 42, dá-se conta da localização, na praia, da área para as embarcações e da área com maior densidade de banhistas (esta foi delimitada a partir de fotografia aérea vertical de Agosto de 1995) - realce-se, na área edificada, as manchas utilizadas para estacionamento automóvel.

---

<sup>112</sup> Foram excluídas as comunidades de “estuário”.

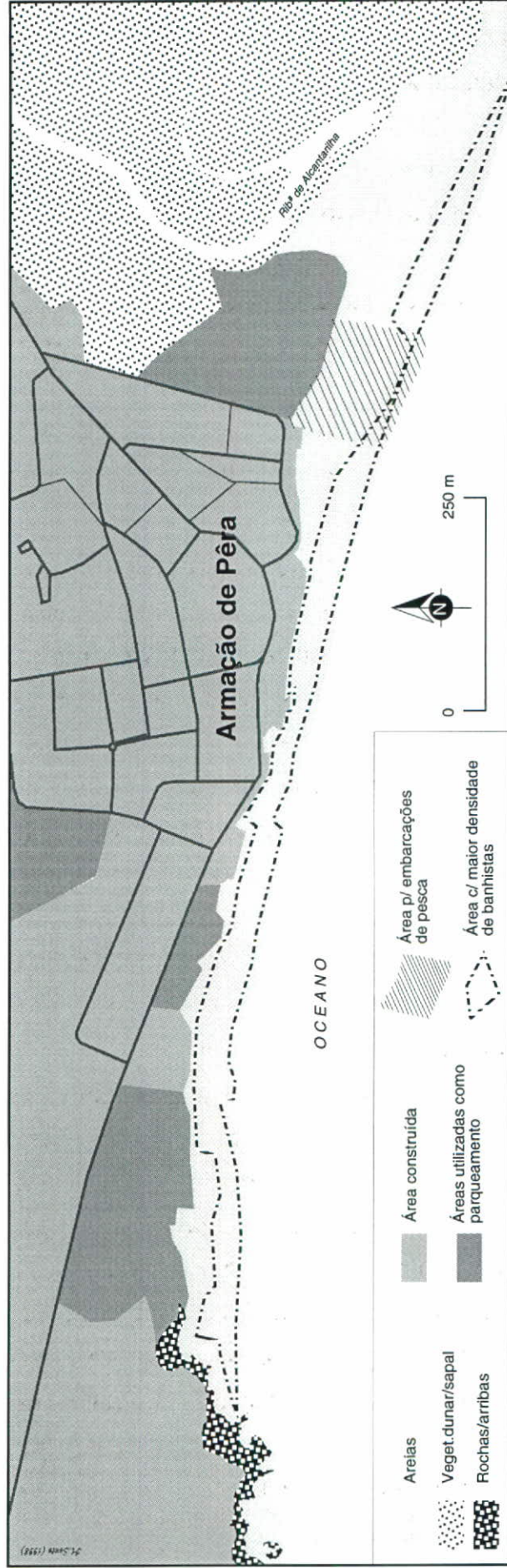


Fig. 42 - Enquadramento e utilização do espaço na praia de Armação de Pêra.

Desenhado a partir de fotografia aérea vertical, à escala aproximada de 1/5 000 (Agosto 1995), do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, corrigida no terreno em Maio de 1998.



Entre as praias de Espinho e da Vieira, todas as comunidades de pescadores desenvolveram-se em função de artes de arrasto para terra, tipo *xávega*, que é, ainda hoje, a arte utilizada e a vida destas praias (além do veraneio).

### 3. A pesca com a arte da *xávega*.

“Já um que outro peixe de prata reluzente estrebucha entre as malhas. O alarido sobe de ponto. Homens e mulheres, massa escura e uniforme, agita-se, remexe, comprime-se junto à rede que começa a sair das ondas. O mar revoltado e o sol poente nimbam de maresia e ouro a grande cena. O esforço, a vozeria, a esperança ansiosa, aumentam a cada passo. Num momento o entusiasmo atinge o auge. Os homens saltam com frenesim. A sarabanda precipita-se nas ondas. É uma espécie de ritual consagrado a Neptuno. Há qualquer coisa de primitivo, de sagrado e homérico na faina tumultuosa, junto do grande barco escuro de proa alta, à beira das vagas e contra a luz do ocaso em chamas.”

Jaime Cortesão, *Portugal, a Terra e o Homem*.

#### 3.1. A *xávega* - antecedentes e evolução.

A arte da *xávega* é basicamente do mesmo tipo de todas as artes envoltentes-arrastantes de alar para a praia e que, com inúmeras variantes, se encontram em todos os continentes. Na sua forma mais simples, esta rede é constituída por duas mangas (também designadas por asas ou alares), um saco, onde fica aprisionado o peixe, e dois cabos de alagem que se prolongam às mangas (fig.43). O seu princípio de funcionamento é simples<sup>113</sup>: uma embarcação larga da praia deixando em terra um dos cabos de alagem e dirige-se para o largo, de forma a envolver uma porção de mar ao mesmo tempo que vai calando o aparelho, primeiro o cabo,

<sup>113</sup> Descreve-se a utilização de apenas uma embarcação mas por vezes eram utilizadas duas basicamente devido à dimensão do aparelho de pesca, que não cabia na sua totalidade em apenas um barco. Aliás, este era o processo utilizado em Portugal até ao aparecimento do grande *barco de mar* que passou, pelas suas dimensões, a transportar toda a arte.

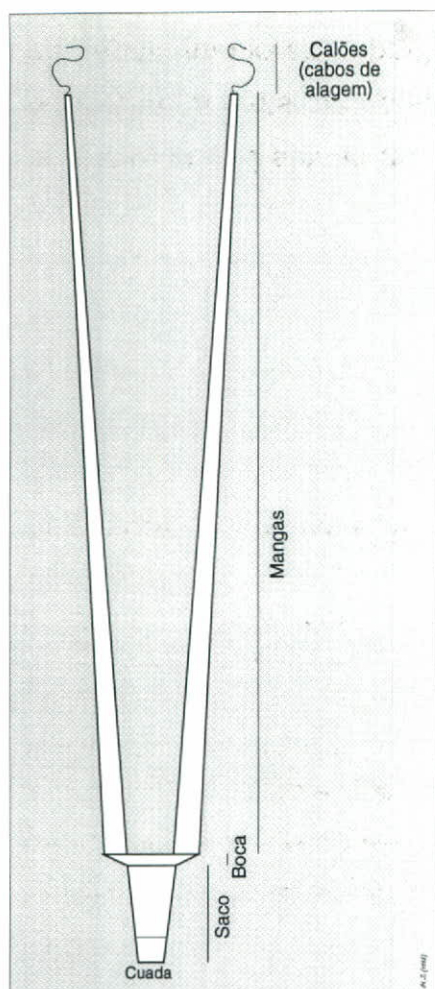


Fig. 43 - Esquema de uma rede de xávega.

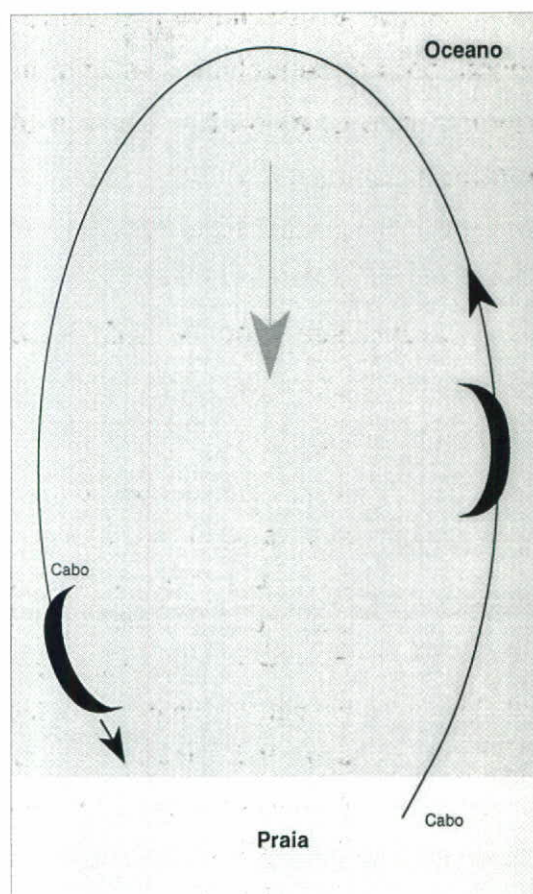


Fig. 44 - Esquema da utilização da xávega.

depois uma asa, o saco, a segunda asa e o segundo cabo que regressa com a embarcação à praia; uma vez o segundo cabo na praia procede-se à alagem sincronizada dos dois cabos, arrastando, assim, a rede até à praia e aprisionando os peixes que se encontram na área envolvida, dirigido-os para o saco pelas duas compridas asas da rede (fig.44).

Brandt (1984) e Saharage *et al.* (1992) referem o uso de redes deste tipo desde há pelo menos 3000 AC em várias regiões do Mediterrâneo, tendo a sua difusão sido incrementada com o Império Romano. Nenhum dos citados autores consegue porém estabelecer a origem precisa deste tipo de artes, sendo de supor o aparecimento, com variantes, em diversas partes do Planeta, já que o seu princípio de utilização é simples e lógico. Também em Portugal há testemunhos antigos da utilização, sobretudo em estuários e lagunas, de diversas artes envolventes arrastantes de alar para terra, como refere Pedrosa (1985).



Pela forma como trabalham, estas artes apresentam uma limitação: só podem ser utilizadas em áreas onde os fundos marinhos sejam arenosos - a tralha inferior da rede arrasta pelo fundo - e onde existam praias que permitam todas as manobras da embarcação e das redes. Em Portugal existiram ou ainda são utilizadas redes envolventes arrastantes de diversos tipos e com várias designações e objectivos, de que são exemplos: as *bargas* (utilizadas outrora para a captura do sável nos estuários e rios), as *varinas* (utilizadas até meados do presente século para captura do sável no rio Tejo), as *chinchas*, os *chinchorros*, as *pimpoeiras*, as *escaleiras*, os *rapões*, as chamadas artes de *arrasto* (tipo *xávega*), as *xávegas* (ou *chávegas*), as *murgeiras*, as *solheiras* (não os tresmalhos que hoje existem com esta designação mas uma rede sem saco mas com um seio ao centro das asas e que era utilizada no Algarve, de acordo com nota de Baldaque da Silva (1891), as *redes-pé*, etc.

Devido à dimensão do aparelho de pesca, a embarcação especificamente utilizada com esta arte deve possuir espaço interior suficiente para transportar as longas redes sendo ainda, caracteristicamente, de popa e proa anormalmente elevadas, para mais facilmente vencer a rebentação quando entra no mar (a figura 45 apresenta o desenho de um barco de *xávega* actual).

A arte da *xávega* que hoje se utiliza em praias arenosas portuguesas terá sido introduzida no país em meados do século XVIII, quando a proibição (1725) da pesca do arrasto para a praia na Catalunha (Espanha) dispersou os pescadores para o Rosilão, Languedoc, Galiza, Andaluzia e Portugal (Cavaco, 1976). Assim introduzidas no Algarve por andaluzes e catalães, que se estabeleceram em Monte Gordo (Pedrosa, 1985), começa a haver notícias deste tipo de artes em Buarcos (1750) e em Ovar (1776), ao que tudo leva a crer introduzidas nesta área por um francês que aqui se fixou, trazendo consigo alguns catalães instruídos na sua utilização (Pedrosa, 1985). Embora não seja possível seguir com grande precisão a difusão da arte pelas restantes praias, tal processo parece ter sido da responsabilidade simultânea de algarvios, que a terão levado até à Costa

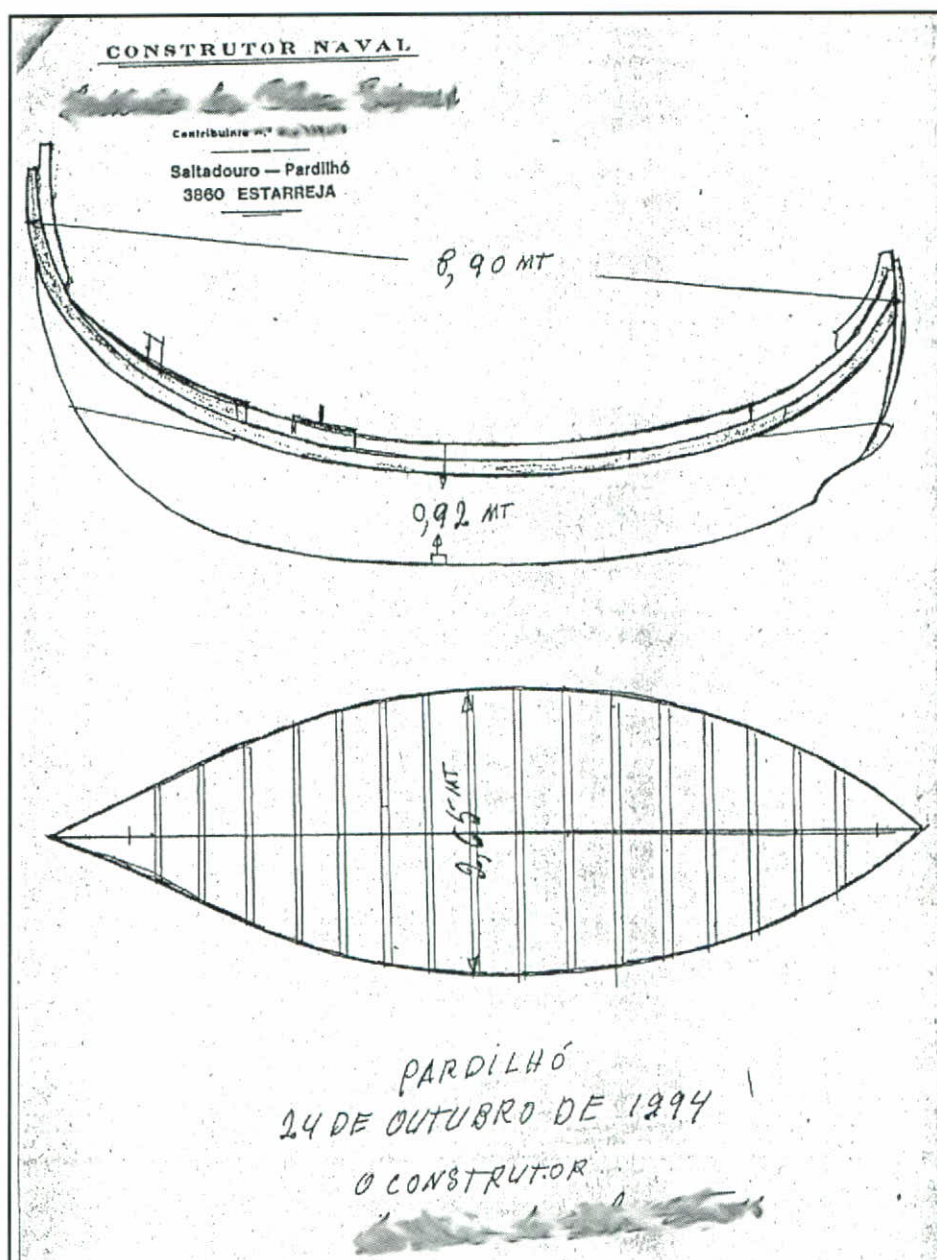


Fig. 45 - Barco de mar ou meia-lua actual.

Desenho fornecido pelo construtor naval.



da Caparica, e de pescadores da área lagunar de Aveiro (Varinos, Ilhavos e Murtoseiros) que a terão difundido para Norte até Espinho e para Sul até à Costa da Caparica, local onde se cruzaram com os pescadores algarvios<sup>114</sup>.

As redes do tipo xávega existirão nas costas do sul de Portugal pelo menos desde o século XV, havendo notícias do seu uso, por castelhanos, na costa algarvia desde pelo menos 1410 (Pedrosa, 1985; 296). Tanto quanto é possível saber, durante muito tempo terão coexistido, a sul de Lisboa, diversas artes de arrasto para terra designadas como *chinchas* e *chinchorros*, artes de menores dimensões e malhagem mais reduzida do que a xávega moderna. Estas artes, utilizadas sobretudo nos estuários, foram as precursoras das artes homónimas actuais. O verdadeiro precursor da xávega moderna foi o *grande chinchorro*, que só terá aparecido no século XVI, entre a foz do Douro e a Caparica (*id.*). Pelas suas grandes dimensões, a introdução do grande chinchorro só foi possível em associação com um novo tipo de embarcação: o *Meia-lua*, *saveiro* ou *barco do mar*. Estes, de acordo com Laranjeira (1984; 391), apresentam “uma proa arrogante, altiva, muito elevada, como a desafiar o mar, quando varados na quietude da praia, e uma popa com uma elevação fora do usual.”

Em algumas praias os grandes chinchorros coexistiram com as xávegas modernas, estas últimas chamadas “artes novas” e os chinchorros “artes velhas”, até ao desaparecimento total destes últimos (*id.*).

No levantamento que efectuou da pesca em Portugal, Baldaque da Silva (1891) refere “artes de arrastar” usadas na pesca costeira da sardinha desde o Douro até à Nazaré e Costa da Caparica, e *Chávegas* na costa algarvia, estas de malha mais miúda e de menores dimensões<sup>115</sup>, sendo de destacar a sua conclusão de estes aparelhos não serem nocivos à conservação dos fundos, porque se empregam “em sítios onde o curso do mar é mais violento” (p. 246).

Os *grandes chinchorros* terão sido os principais responsáveis pelo

---

<sup>114</sup> A Costa da Caparica foi fundada simultaneamente por pescadores do Algarve e do Norte, que se terão aqui fixado no fim do século XVIII (a este propósito veja-se Lisboa, 1951).

<sup>115</sup> Não deixa de ser curioso notar que esta arte tenha hoje várias designações entre os pescadores, como *xávega*, nas comunidades do Norte, *arrasto*, na Praia da Vieira, e *arte*, na Costa da Caparica.

povoamento dos areais da costa centro portuguesa, entre Espinho e a Praia da Vieira, correspondendo à procura de novos lugares para pescar pelas populações da área lagunar de Aveiro, num movimento que parece ter sido gradual e paralelo. Assim, os pescadores de Ovar terão sido os reponsáveis pelo povoamento e desenvolvimento da pesca desde o Furadouro até Espinho (Laranjeira, 1984); os da Murtosa pelo povoamento de todo o areal entre a Torreira e S. Jacinto (Afonso e Cunha, 1994) e os de Ílhavo pela área da Costa Nova do Prado até à Praia de Mira (Rezende, 1944; Soeiro de Brito, 1960).

Curiosa é a evolução da pesca com redes de alar para a praia que nos dá Laranjeira (1984) para a praia do Furadouro (Ovar). De acordo com este autor, a notícia mais antiga sobre a pesca nesta praia data de 1600, ano em que existiam quatro chinchorros a pescar; para 1757 são referidas quinze companhias e para 1887 apenas 6 (este ano marcou o início da utilização de juntas de bois na alagem dos aparelhos)<sup>116</sup>. Em 1906 dá-se uma importante inovação: a pesca que até então era executada com o auxílio de duas embarcações passa a utilizar uma única<sup>117</sup>, de maior dimensão, o que lhe permite levar todo o aparelho: “os novos Xávegas apresentam-se com maior envergadura, vão a distâncias maiores da costa, têm dois ou quatro remos e uma tripulação que oscila entre 36 a 46 homens, conforme, repartidos pelos remos do barco” (*id.*; 431). Esta modificação, já então introduzida em S.Jacinto e na Costa Nova, veio a generalizar-se por todas as praias. No Furadouro, mantiveram-se a pescar anualmente uma ou duas xávegas até 1967, mas em 1968, 1969, 1972 e 1973 nenhuma companhia trabalhou, o que vem confirmar informações de outras praias de que as décadas de 1960 e 1970 foram aquelas em que se verificou maior crise neste tipo de pesca, provavelmente por falta de mão-de-obra (recrutamento para a guerra colonial, emigração, trabalho em embarcações de pesca industrial), o que marcou o fim do período das

---

<sup>116</sup> A partir do século XVIII as designações de *artes* e de *chinchorros* são substituídas por *companhas*, tornando hoje impossível saber de que artes se tratava, chinchorros ou xávega..

<sup>117</sup> Como as embarcações eram mais pequenas, uma delas levava os cabos para a ida, a rede e o saco, a outra levava o cabo para a volta; este era amarrado à rede iniciando-se então a alagem. Curiosamente, houve a oportunidade de presenciar em Fevereiro de 1998 os pescadores de Espinho a utilizarem este processo.



grandes xávegas, processo que ocorreu por essa época em todas as praias. Este período corresponde à redução na dimensão das embarcações, que mais não foi do que um ajuste a essa falta de pescadores (até à década de 1970 as embarcações eram movidas a remos, tendo-se iniciado a motorização de algumas apenas no fim dessa década). A década de 1980 parece ter feito renascer esta arte, em parte graças à crise da pesca longínqua, e armaram-se novas companhas. No Furadouro, por exemplo, trabalharam quatro em 1981 e 1982 parecendo ter sido o ressurgimento deste tipo de pesca.

A adesão à Comunidade Económica Europeia e as decorrentes alterações legislativas vieram limitar a possível expansão desta arte, que só foi regulamentada em 1996 (Portaria nº488/96, de 13 de Setembro). O número 1 do artigo 10º refere: “Não são concedidas novas autorizações nem licenciamento inicial para o exercício da pesca com xávega”. Neste contexto legal não se assistirá ao desenvolvimento da pesca com este tipo de arte, mas apenas a eventuais rearranjos das embarcações existentes, nomeadamente com mudanças da propriedade e do local onde trabalham. Assim, esta portaria, ansiosamente esperada pelos pescadores, mais não é do que a “morte anunciada” da pesca com arte da xávega em Portugal.

### 3.2. A xávega na actualidade - definição e limitações legais.

A portaria referida no ponto anterior define arte de xávega como “uma rede envolvente de alar para a praia” manobrada por uma embarcação: a alagem da rede pode ser efectuada mecanicamente, com tracção animal ou com força braçal humana.

Os comprimentos máximos admitidos para o aparelho são de 3000 m para os cabos de alagem, 380 m para as mangas e 50 m para o saco; o vazio de malha não pode ser inferior a 20 mm, no saco, menor do que 120 mm, junto à boca do saco (*alcanelas*), e de 500 mm junto às *calas* (*claros*).

Dado tratar-se de uma actividade que ocupa parte importante das praias, também o seu uso tem limitações temporais e materiais: não pode ser exercida, durante a época balnear, em áreas concessionadas e aos fins

de semana e feriados, entre as 10 horas e 30 minutos e as 18 horas e 30 minutos; o uso de tractores está limitado a 3 por embarcação (para movimentação dos barcos e alagem das redes), podendo apenas movimentar-se nos locais determinados pelas autoridades no início de cada safra<sup>118</sup>.

Finalmente, deve considerar-se o artigo 6º da Portaria, que determina que quando predominem espécies subdimensionadas nas capturas de um lanço a actividade deverá ser interrompida até ao virar da maré.

### 3.3. As comunidades da xávega.

Em 1997 trabalharam em Portugal cerca de 60 embarcações com arte de xávega, distribuídas por dois sectores da costa: o primeiro englobando a Costa da Caparica, a Fonte da Telha e a Praia do Meco (Península de Setúbal)<sup>119</sup>, o segundo entre Espinho e a Praia da Vieira. Se comparada com a situação encontrada por Baldaque da Silva, verifica-se o desaparecimento total desta arte da costa algarvia, de que Monte Gordo era o expoente, da Costa da Galé e Melides e ainda da Nazaré<sup>120</sup> (fig.46). Embora o Algarve tenha sido uma das áreas de introdução da xávega em Portugal, também o seu desaparecimento foi aí mais rápido, de tal forma que hoje quando questionados sobre esta arte a maioria dos pescadores não a conhece ou a conhece apenas “como aquela rede que usam no Norte e que alam para a praia com bois”<sup>121</sup>. No entanto, ainda no ano de 1996 houve 2 matrículas de xávegas no Algarve (uma em Lagos, outra em

---

<sup>118</sup> Safra é o período do ano em que decorre a pesca, geralmente entre a Primavera e o Outono, embora as embarcações sejam licenciadas para todo o ano.

<sup>119</sup> O levantamento das embarcações foi efectuado localmente pelo autor deste trabalho, no ano de 1997, e considerou as embarcações existentes e as activas para cada praia. Na maior parte dos casos cruzou-se a informação existente nas autoridades marítimas locais com a situação existente, de facto, nas praias, o que em algumas revelou discrepâncias consideráveis (por exemplo, na Trafaria as autoridades referiram 23 embarcações a utilizar redes de xávega quando apenas trabalharam 7!).

<sup>120</sup> Na Nazaré chegaram a trabalhar mais de 100 *netas* (designação local para xávega), o que obrigava a um sistema de rotatividade das embarcações. O desaparecimento total das artes de arrasto para a praia na Nazaré ocorreu já nos anos 1990; em 1998 começou a trabalhar uma “arte tradicional” anunciada nos meios de comunicação social nos seguintes termos: “venha à praia da Nazaré assistir à pesca tradicional com a arte da xávega, todos os sábados à tarde!”

<sup>121</sup> Como foi dito ao autor deste trabalho por um pescador algarvio (de Monte Gordo!). A propósito da arte da xávega no Algarve, veja-se Cavaco (1974 e 1976).



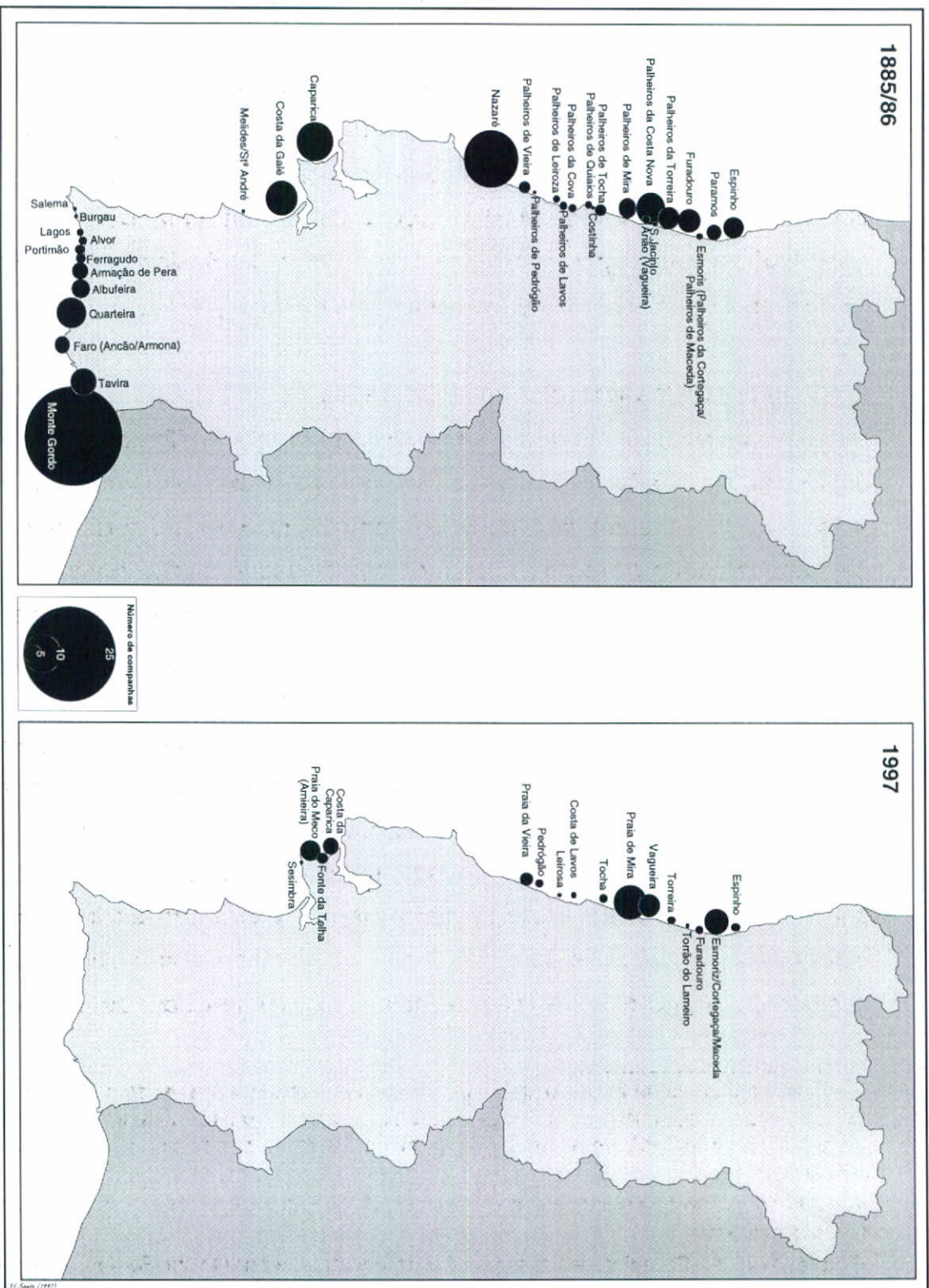


Fig. 46 - Distribuição das companhias de “artes de arrasto”/“xávegas” em 1885/86 e em 1997.

Realizado a partir de BALDAQUE DA SILVA (1891), para os dados de 1885/86, e de informações recolhidas localmente em Capitânias, Delegações Marítimas, associações profissionais, armadores e pescadores da arte, para os dados de 1997. Note-se que o citado autor distingue, no seu trabalho, artes de arrasto de xávegas, correspondendo as primeiras às utilizadas entre a Caparica e Espinho.

Quarteira), embora não se tenha podido confirmar se trabalharam ou não.

### 3.3.1. A xávega nas praias da Península de Setúbal.

No Verão de 1997 trabalharam nas praias da península de Setúbal 13 *xávegas*: 4 na Costa da Caparica, 3 na Fonte da Telha, 5 na Praia do Meco e 1 em Sesimbra<sup>122</sup>. Esta última, no entanto, dificilmente se poderá considerar par das restantes já que se trata de uma pequena rede trabalhada por dois pescadores junto ao Forte de Sesimbra, ou seja, é muito mais uma *chinha* do que uma verdadeira xávega<sup>123</sup> ...

#### a) Costa da Caparica e Fonte da Telha.

Nas praias da Costa da Caparica e da Fonte da Telha a xávega<sup>124</sup> está longe de ter a importância que assume no Centro e Norte do país, quer pelo número de embarcações e pescadores envolvidos, quer pela não dependência total dela; de facto, a xávega é, nesta região, integrada num sistema de pesca caracterizado pela rotatividade no uso de diversas artes, das quais actualmente as redes de tresmalho (*redes do linguado*) são dominantes. Tal facto deriva basicamente das características do mar, que nestas praias se apresenta muito mais sereno permitindo mais facilmente a entrada das embarcações, que evoluíram das tradicionais *meias-luas* para embarcações, também de convés aberto, mas polivalentes (o que permite que o mesmo barco utilize alternadamente diferentes artes, o que não acontece com as meias-luas ou *barcos de mar* que são exclusivamente utilizados com aparelhos de xávega). O perfil destas embarcações, quando comparado com o das tradicionais meias-luas, mostra bem as diferenças:

---

<sup>122</sup> Em Sesimbra, se bem que haja notícias do uso regular de xávegas, elas nunca tiveram grande importância, sendo curioso notar que funcionavam como o último recurso para pescar quando o “mau tempo”, no inverno, não permitia o uso de outras artes fora da área da enseada.

<sup>123</sup> Curioso é notar que o regulamento da xávega determina a dimensão máxima do aparelho mas não a mínima!

<sup>124</sup> Na Costa da Caparica designam a xávega por *arte* enquanto na Fonte da Telha lhe chamam habitualmente *arrasto*. Este facto não deixa de ser peculiar já que a Fonte da Telha foi fundada por dois pescadores da Costa, que para aqui se deslocavam para pescar, eventualmente por desavenças tidas na Costa, acabando por aqui se sedentarizarem. Ainda hoje os pescadores da Fonte da Telha evitam deslocações à Costa da Caparica já que, dizem eles, são aí mal recebidos pelos colegas.



proa menos levantada, dado que a rebentação não é aqui tão difícil de vencer, e popa “cortada”, o que permite mais facilmente a utilização de motores fora-de-borda e ser “empurrada” pelos tractores utilizados nas manobras das embarcações na praia (fig.47).

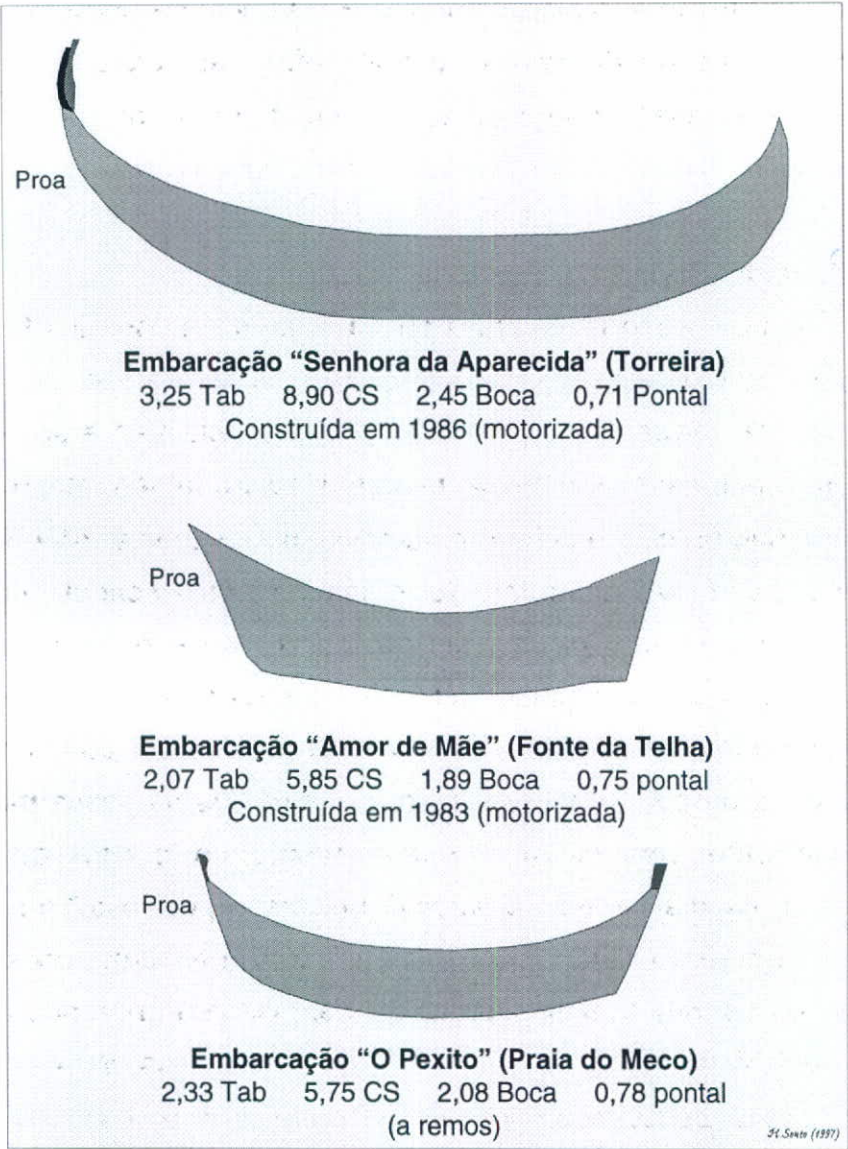


Fig. 47 - Comparação dos perfis e das dimensões de embarcações representativas das utilizadas na pesca com a arte da xávega (sendo tab = toneladas de arqueação bruta; CS = comprimento de sinal).

Os perfis foram desenhados com base em fotografias das embarcações, mantendo-se a proporcionalidade entre elas.

A operação da pesca não difere substancialmente da praticada no Norte do país, quer no que respeita às companhias (normalmente entre 8 a 12 homens, 5 dos quais vão habitualmente ao mar), à alagem da rede (executada com dois tractores, enquanto um terceiro manobra a embarcação, as caixas para peixe, etc.) ou “às partes” (tradicionalmente 50% para “barco, redes e tractores” e 50% para a companhia). A particularidade da pesca com xávega nestas praias reside no facto de ela ser praticada tanto de dia como de noite<sup>125</sup>. Neste caso acrescem os problemas de segurança já que em situação de perigo tudo é mais complicado<sup>126</sup>.

b) Praia do Meco.

Na praia do Meco (Amieira) a pesca é exercida com fins totalmente distintos do descrito para as praias anteriores já por serem diferentes as embarcações, já por se tratar de uma pesca essencialmente praticada por reformados e por assalariados da indústria ou trabalhadores rurais que pescam “a tempo parcial” e onde o auto-consumo é importante<sup>127</sup>. Todas as embarcações são movidas a remos (6 remos, um por pescador) e a alagem é “a tirante”, isto é, a força braçal humana, embora se usem tractores (velhos!) na movimentação das embarcações em terra.

A não motorização das embarcações e da alagem reduz ao mínimo as despesas da pesca, já que o essencial dos gastos na pesca motorizada é absorvido pelo combustível. Esta situação só ocorre quando os pescadores já o são só a “tempo parcial” e pescam “por gosto” e o eventual rendimento da pesca é apenas um complemento à reforma, ao salário na indústria ou na actividade agrícola e não determinante para a sobrevivência do pescador. Situação semelhante existe na Praia da Vieira, onde os

---

<sup>125</sup> No Centro e Norte do país a pesca pode começar antes do nascer do sol ou terminar já depois do pôr-do-sol, mas nunca é nocturna no sentido em que o é na Caparica: iniciada e terminada de noite (a *lota* abre para permitir as vendas).

<sup>126</sup> Um dos últimos acidentes graves deu-se em Setembro de 1991 na Fonte da Telha: ocorreu perto da meia-noite, a 300 metros da praia, e nele faleceram os dois pescadores reformados que iam na embarcação (um com 72, outro com 78 anos), tendo os restantes 4 pescadores, em idade activa, conseguido nadar até à praia (notícia assinada por Victor Bandarra no diário *Público*, de 5.9.91).

<sup>127</sup> Ao ser interpelado sobre os motivos que o levavam, em pleno mês de Janeiro, a aparelhar a embarcação, um pescador reformado desta praia respondeu que a companhia “estava farta de comer peixe podre!”



moldes da pesca são os mesmos: embarcações a remos, alagem a tirante, pescadores assalariados da indústria, pesca ao fim do dia, após o período de trabalho na fábrica, e ao fim-de-semana.

### 3.3.2. A xávega entre a Praia da Vieira e Espinho.

Em toda a costa arenosa do Centro e Norte do país existiam, em 1997, cerca de 50 companhias, repartidas pelas Capitánias da Nazaré, da Figueira da Foz, de Aveiro e do Douro, das quais 40 pescaram (fig.48).

O maior número de companhias trabalha entre as praias de Mira e de Espinho, região que é hoje a mais importante pelo número de embarcações e homens envolvidos, com natural evidência para dois núcleos: conjunto Praia de Mira/Vagueira e Esmoriz/Cortegaça/Maceda/Furadouro. Trata-se do sector onde a pesca com xávega é ainda determinante para a sobrevivência de muitos pescadores e aquele que apresenta uma melhor organização, visível nomeadamente pela existência de “postos de vendagem” que cobrem toda a área de actuação das embarcações, com excepção da praia de Espinho<sup>128</sup>.

#### a) Praias da Vieira e de Pedrógão.

Tendo desaparecido da praia da Nazaré, na área da capitania deste porto mantêm-se companhias nas praias de Pedrógão e da Vieira: num como noutro caso a pesca é exercida a tempo parcial, com embarcações a remos ou motorizadas, mas com a alagem sempre a tirante. Na praia de Pedrógão das duas embarcações que restavam em 1997, apenas uma conseguiu trabalhar aos fins de semana, por falta de pessoal, já que aqui a pesca tem sido praticada essencialmente por reformados. Na Praia da Vieira, a pesca é assumidamente exercida a tempo parcial por trabalhadores na indústria. Por exemplo, uma das companhias (*Princesa do Lis*) é composta por 22 elementos, 9 dos quais vão ao mar; destes, o *arraiz* é reformado da “Empresa de Limas” de Vieira de Leiria e os seus quatro filhos que integram a companhia (mar) trabalham em fábricas de moldes de plástico na Marinha Grande; do restante pessoal do mar, 3 trabalham na

---

<sup>128</sup> Apesar das tentativas não foi possível implantar um posto de vendagem em Espinho, por forte oposição da comunidade de pescadores locais, tida como a mais pobre e difícil.

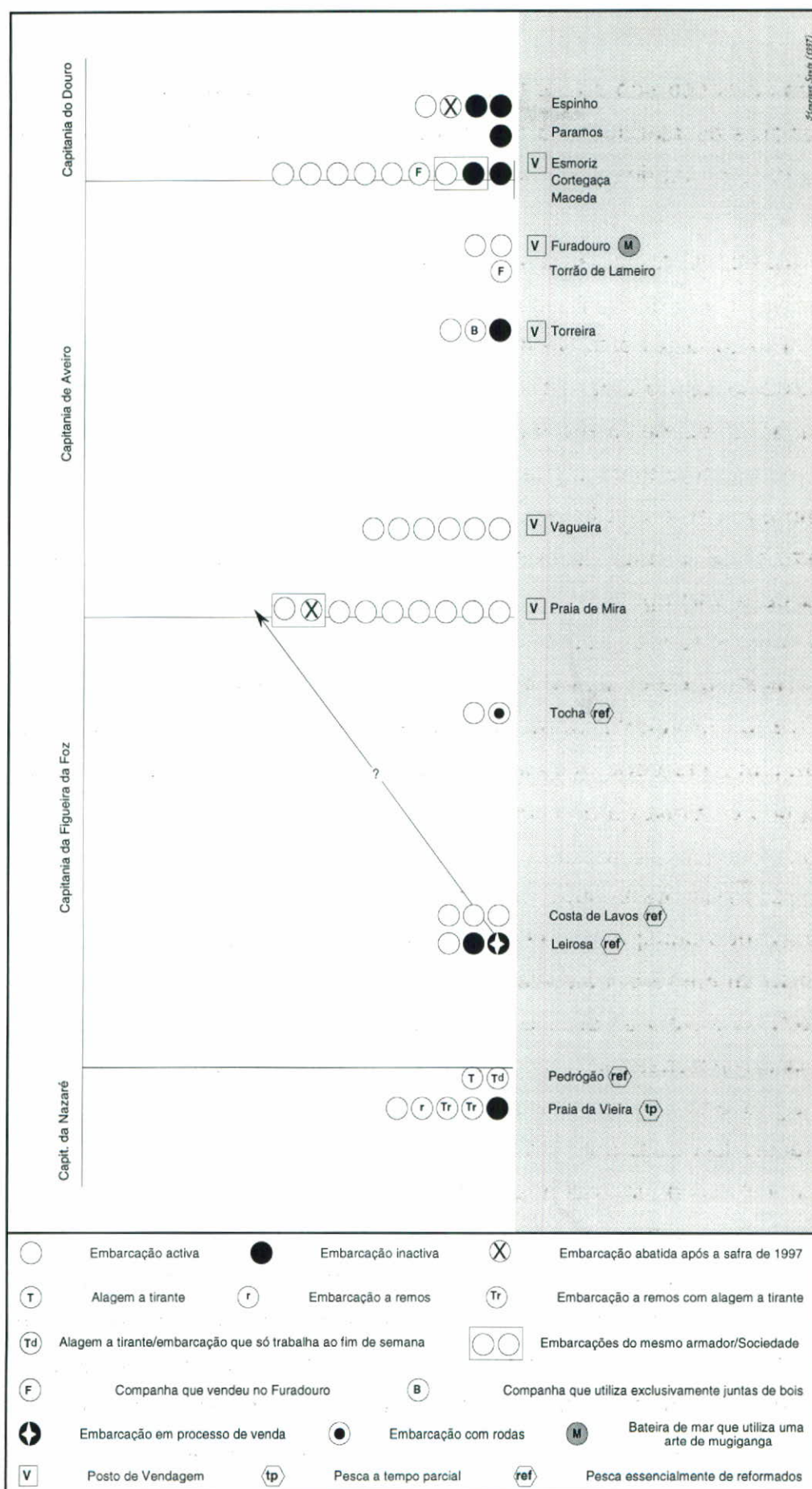


Fig. 48 - A arte da Xávega entre Espinho e a Praia da Vieira no ano de 1997 (cada círculo representa uma embarcação).

Elaborado com base em informações de armadores, pescadores, autoridades marítimas locais e do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca da Zona Norte.



“Empresa de Limas” e 1 na Câmara Municipal da Marinha Grande; ainda o contabilista da companhia é reformado de uma unidade fabril de Vieira de Leiria.

Esta relação pesca/indústria tem possibilitado a manutenção da xávega nesta praia, complementada ainda, por alguns, com redes majoeiras e branqueiras, com a apanha do meixão<sup>129</sup> e a pesca no rio Lis, o aluguer da casa a veraneantes, e pelo auxílio das mulheres (como na Nazaré), no comércio de peixe, incluindo a secagem ao sol de carapau para posterior venda. Noutros tempos, os pescadores da Praia da Vieira iam, fora da temporada da xávega, trabalhar para as serrações da Beira Alta (os que sabiam serrar) e alguns deslocavam-se para o rio Tejo (para a pesca do sável), onde muitos se acabaram por fixar, sendo aí conhecidos por *avieiros*<sup>130</sup>.

#### b) Praias de Leirosa, Costa de Lavos e Tocha.

Nas praias da área da Figueira da Foz a pesca com xávega encontra-se em completo retrocesso, sendo exercida essencialmente por reformados, dada a dificuldade em arranjar pessoal para trabalhar. Em Quiaios já desapareceu a última companhia e na praia da Tocha há mesmo uma embarcação com rodas, para facilitar a sua manobra no areal! De facto, os pescadores destas praias têm preferido o trabalho no porto da Figueira da Foz, geralmente em traineiras, e algumas xávegas têm sido adquiridas por armadores de outras localidades, nomeadamente da Praia de Mira e da Vagueira.

#### c) Praia de Mira.

A Praia de Mira é hoje, juntamente com a praia de Esmoriz, o local onde a pesca da xávega tem maior importância; em 1997 trabalharam nove companhias, o que é um número considerável, mesmo em termos históricos. De facto, muito poucas vezes se verificou no passado a ocorrência de tantas embarcações numa praia. Este número permite que a 1ª venda seja muito concorrida, atraindo compradores, pois há sempre peixe para vender,

---

<sup>129</sup> Alguns, poucos, pescadores dedicam-se à apanha do meixão com um instrumento de levantar, denominado sarrico, e que é utilizado não no rio Lis mas na praia para sul do foz, que é o “encaminhamento” da água fluvial quando chega ao oceano.

<sup>130</sup> Este assunto foi tratado no capítulo III.



Fot. 28 - Praia de Tocha - A colocação de rodas na embarcação facilita a sua manobra em terra e supera a falta de mão de obra (1997).



Fot. 29 - Praia de Pedrógão - Embarcação varada na praia entre os banhistas; a falta de mão de obra apenas permite que esta embarcação trabalhe aos fins de semana (1997).



Fot. 30 - Costa de Lavos - Embarcação e redes a secar na praia. Nesta praia a pesca é exercida quase em exclusivo por reformados, que assim buscam um complemento para as suas magras reformas (1997).



desde que o mar deixe pescar.

Para além das particularidades ligadas à área onde se estabeleceu este núcleo, no qual a lagoa - a que os habitantes locais chamam *Barrinha* - desempenha um papel fundamental na morfologia e dá um ar característico à terra, a pesca apresenta hoje algumas particularidades face ao que ocorre noutras praias<sup>131</sup>. Em primeiro lugar pela dimensão das embarcações, que nesta praia são as maiores de toda a costa (quadro 2); em segundo, porque

Quadro 2 - Comparação das dimensões máximas e mínimas dos *barcos de mar* de algumas praias (considerou-se o valor da maior e da menor embarcação activa em cada praia).

Praias Características	Tonelagem de arqueação bruta	Comprimento de sinal (m)	Boca (m)	Pontal (m)
Praia de Mira (valor máximo/v. mínimo)	4,46 / 4,29	9,42 / 8,95	2,84 / 2,75	0,93 / 0,87
Vagueira (valor máximo/v. mínimo)	5,00 / 2,24	9,85 / 7,00	2,94 / 2,24	0,97 / 0,65
Esmoriz (valor máximo/v. mínimo)	3,90 / 2,49	8,70 / 7,90	2,50 / 2,25	0,95 / 0,72
Praia da Vieira (valor máximo/v. mínimo)	2,42 / 1,17	7,15 / 3,85	2,22 / 1,94	0,80 / 0,65

aqui se desenvolveu um sistema de “braços” acoplados aos tractores que, encaixando na ré das embarcações, as impulsiona para mais facilmente vencerem a rebentação<sup>132</sup>. Por outro lado, as companhias de Mira possuem e utilizam, no Inverno, embarcações mais pequenas para calar redes *branqueiras* (*emalhos*), perpendicularmente à praia; fundeadas pelo lado do mar com sacos de areia, estas redes são aladas para a praia com os aladores dos tractores através de um dos cabos (cabo de terra) que fica preso junto ao armazém da companhia<sup>133</sup>.

131 A Praia de Mira, ou Palheiros de Mira, como ainda hoje devia ser designada, teve a sorte de ter tido uma monografia a ela dedicada num momento particularmente infeliz da sua evolução como terra de pescadores. Referimo-nos, obviamente, ao trabalho da Profª Raquel Soeiro de Brito, que descreve com detalhe a localidade e a sua vida, sendo determinante para a sua compreensão (Soeiro de Brito, 1960). Apesar de todo o crescimento e alterações subsequentes, a localidade mantém ainda hoje a atmosfera que nos é transmitida no referido estudo

132 Devido à utilização destes braços a proa das embarcações é guarnecida de chapas metálicas para não se ferir o casco em madeira; apesar deste reforço, este sistema origina frequentemente acidentes na ré, que “parte”.

133 A utilização destas redes a menos de 1/4 de milha da praia é interdita por lei.

d) Praia da Vagueira.

A praia da Vagueira é outro dos locais onde a xávega possui, ainda hoje, grande importância, tendo nela trabalhado 6 companhias em 1997, com a particularidade de 2 delas utilizarem para além dos tractores uma junta de bois. A área da Gafanha<sup>134</sup>, na qual se insere esta praia, com o seu peculiar povoamento alongado e periférico, associou desde sempre a pesca à agricultura, numa complementaridade quase perfeita, sendo ainda hoje possível encontrar *patrões* de xávega agricultores e com uma longa tradição familiar na pesca da xávega.

A título exemplificativo, é possível ver no exemplo da fig.49 a complementaridade referida no seio de um alinhamento familiar, que parece estar já quebrado, uma vez que no caso ilustrado os filhos, embora possuindo ainda formação nas pescas (um deles de nível muito avançado pois possui carta de mestre do largo), já abandonaram a profissão e trabalham hoje na indústria. Note-se, também, que este agricultor-pescador e proprietário agrícola, ainda trabalhou sazonalmente como salineiro no rio Sado durante vários anos e participou em várias campanhas do bacalhau.

e) Torreira.

Nesta praia trabalharam regularmente em 1997 duas companhias de xávega, uma das quais utilizando exclusivamente juntas de bois na alagem da rede. Esta situação, anacrónica no panorama actual, justifica-se, na palavra dos pescadores, por a alagem com tracção animal ser mais cadenciada, já que os bois “apanham o ritmo do mar” e, por isso, o peixe não vem tão “amassado”.

Nesta localidade os pescadores das companhias trabalham em complementaridade na “ria” no outono e no inverno, sobretudo na apanha de berbigão, a que chamam *crico*.

Ao que tudo indica fundada por Murtoseiros, a Torreira teve

---

<sup>134</sup> O Padre João Vieira Rezende, na sua *Monografia da Gafanha* (1944), diz que Gafanha é “tôda a região arenosa dos concelhos de Ílhavo e Vagos com cerca de 25 quilómetros de comprimento por 5 de largura, abraçada do Norte ao Sul (lado poente) pelo rio Mira e do Norte ao Sul (lado nascente) pelo rio Boco, afluentes da Ria-de-Aveiro, e confinando pelo Sul com uma linha que, saindo dos Cardais de Vagos, vai fechar ao Norte do lugar do Poço-da-Cruz, freguesia de Mira. Pela identidade da sua origem, topografia, condições de vida, costumes, etc., consideramos como uma continuação da Gafanha a duna situada naqueles dois concelhos, entre o Oceano e a Ria.” (p.1)



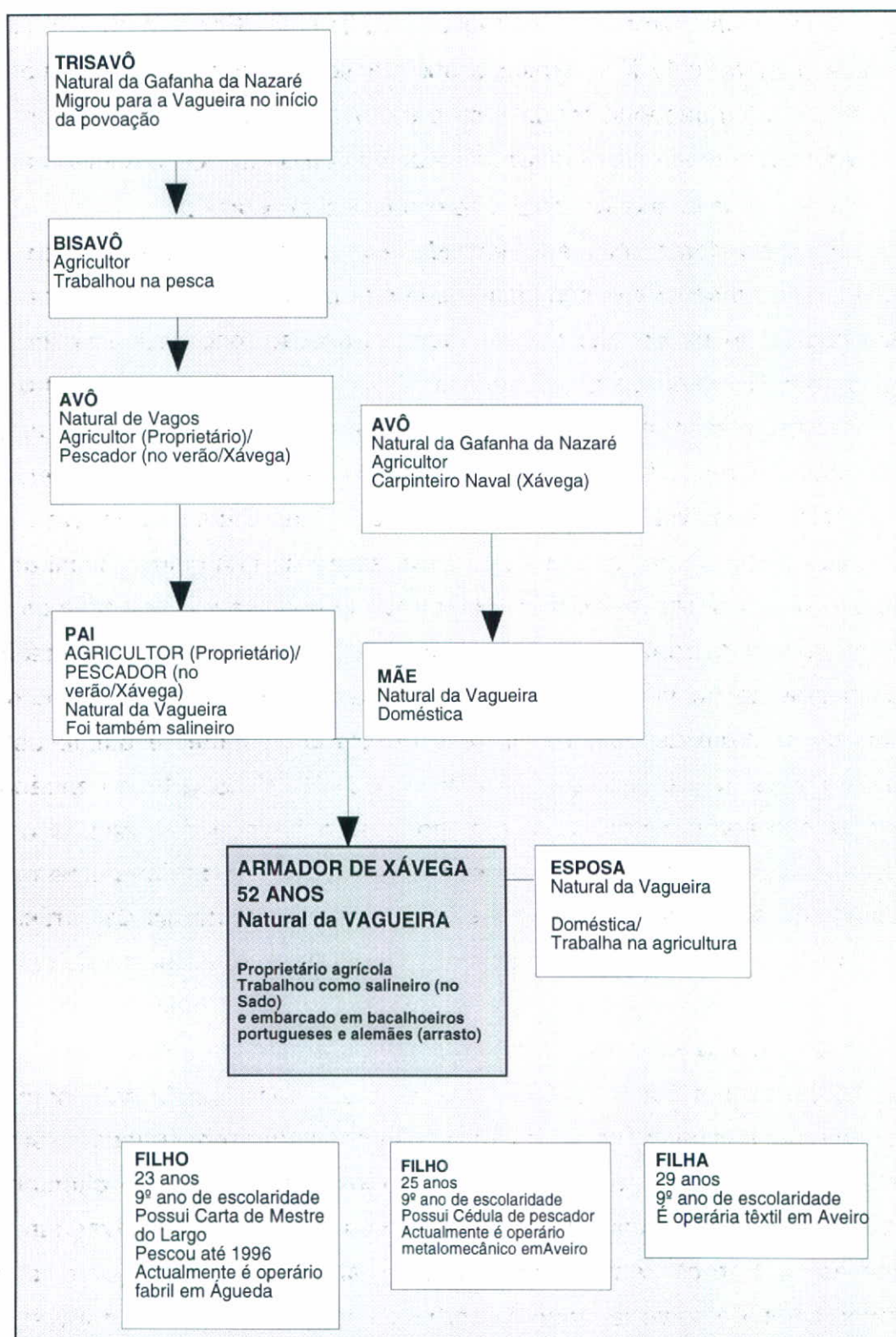


Fig. 49 - "Ligações familiares" de um armador de xávega da Vagueira (informação recolhida em 1997).

subjacente desde sempre a ligação oceano/laguna. Por exemplo, numa escritura datada de 1752 e transcrita por Afonso e Cunha (1994; 39) pode ler-se: (...) “diz o senhorio ter uma *rede ou arte para com ela se haver de pescar na costa dos mares das Areias e ainda no rio (...)*”. O rio é a laguna e Areias a designação que, ao tempo, se dava a esta costa<sup>135</sup>.

Esclarecedoramente, esta localidade foi fundada no troço de costa mais estreito no sentido oceano/laguna, já que era necessário transportar o peixe capturado no oceano para a margem da “ria” onde era salgado e conservado em canastras, após o que era expedido, por barco, para o interior. Havia assim, originalmente, uma fiada de *palheiros do mar* e uma fiada de *palheiros da beira-ria*, entre os quais ficava um deserto sem gente. Ainda hoje é possível ver na configuração da Torreira uma longa avenida (Avenida Hintz Ribeiro) ligando o mar à ria, e ao longo da qual se localizam hoje os principais serviços e equipamentos; e uma frente de ria bem mais estendida que a frente de mar, já que este só era (e ainda é) usado exclusivamente de verão, apresentando fora da época de banhos e da pesca de mar um aspecto desértico e desolado, fortemente batido pelo vento e com a avenida marginal invadida por areias (fig.50). Pelo contrário, na laguna o inverno apresenta um movimento intenso de bateiras nas diferentes fainas de pesca a que se dedica a sua muito numerosa comunidade de pescadores, bem visível nos inúmeros bairros de carácter social<sup>136</sup>.

#### f) Furadouro

O Furadouro é a praia de Ovar e em 1997 apenas nela trabalharam duas companhias de xávega, embora também aqui tenha pescado uma *bateira de mar* (embarcação de menores dimensões do que o chamado *barco de mar*), que utilizou *mugiganga* (rede do mesmo tipo da xávega mas alada para bordo). Actualmente esta praia tem, no conjunto das comunidades de xávega, uma importância menor, nada comparável à situação que já viveu no passado quando Baldaque da Silva (1891) se lhe referiu tendo 6 companhias com 12 barcos e um total de 600 pescadores!

---

<sup>135</sup> De acordo com o citado autor (p.201), em documentação antiga a “ria” tanto aparece citada como rio ou como mar, conforme a consideravam acidente terminal do Vouga ou a tomavam por uma parte estrangulada do mar.

<sup>136</sup> A propósito da Torreira deve ver-se o trabalho de Moreirinhas (1998).





Desta região saíram pescadores responsáveis pelo povoamento de muitas praias, tanto a Norte como a Sul e os *varinos* e *varinas* (de Ovar) estão omnipresentes em toda a bibliografia sobre pesca em Portugal. Caracteristicamente, deslocavam-se no Verão, aos casais, nas suas bateiras, onde também pernoitavam, pescando ao longo de toda a costa pelo menos até aos rios Tejo e Sado (no quais penetravam na temporada do sável); para Norte distribuíram-se pelo menos até ao rio Leça (Matosinhos) e fundaram, no rio Douro, a Afurada (Baldaque da Silva, 1891). Como tradicionalmente as mulheres eram também peixeiras (vendendo porta-a-porta), a designação *varina* refere-se, ainda hoje, às vendedoras de peixe que se deslocam a pé apregoando o seu peixe, independentemente da sua origem.

g) Praias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda.

Baldaque da Silva (1891) refere que alguns habitantes de Esmoriz e de Cortegaça desciam no verão até aos Palheiros de Cortegaça e aos Palheiros de Maceda, onde, muitas vezes juntos, pescavam com redes de arrasto para terra.

O sector costeiro Esmoriz / Maceda tem hoje mais importância do que há um século, tendo nele trabalhado em 1997 sete companhias. Curiosamente, uma destas companhias vendeu sempre o seu peixe no posto de vendagem do Furadouro, ao que tudo indica por serem os seus pescadores originários dessa praia.

Com forte ligação à pesca e com estreitas ligações familiares e profissionais a vários núcleos de pescadores até Matosinhos, a Norte, mas também à região da laguna de Aveiro, a Sul, esta é uma região costeira onde inquestionavelmente a xávega é importante para a sobrevivência dos pescadores, que apresentam aqui uma determinação e carácter fora do vulgar, talvez por ser de todas as comunidades da xávega a que apresenta um maior número de jovens.

A título de exemplo apresenta-se na fig. 51 as “ligações familiares” de um arrais de xávega da praia de Esmoriz, onde é bem visível a total dependência da pesca, norma nesta como noutras comunidades de pescadores, sendo a única excepção a emigração. São também os pescadores destas praias os que mais dependem das redes *majoeiras* para



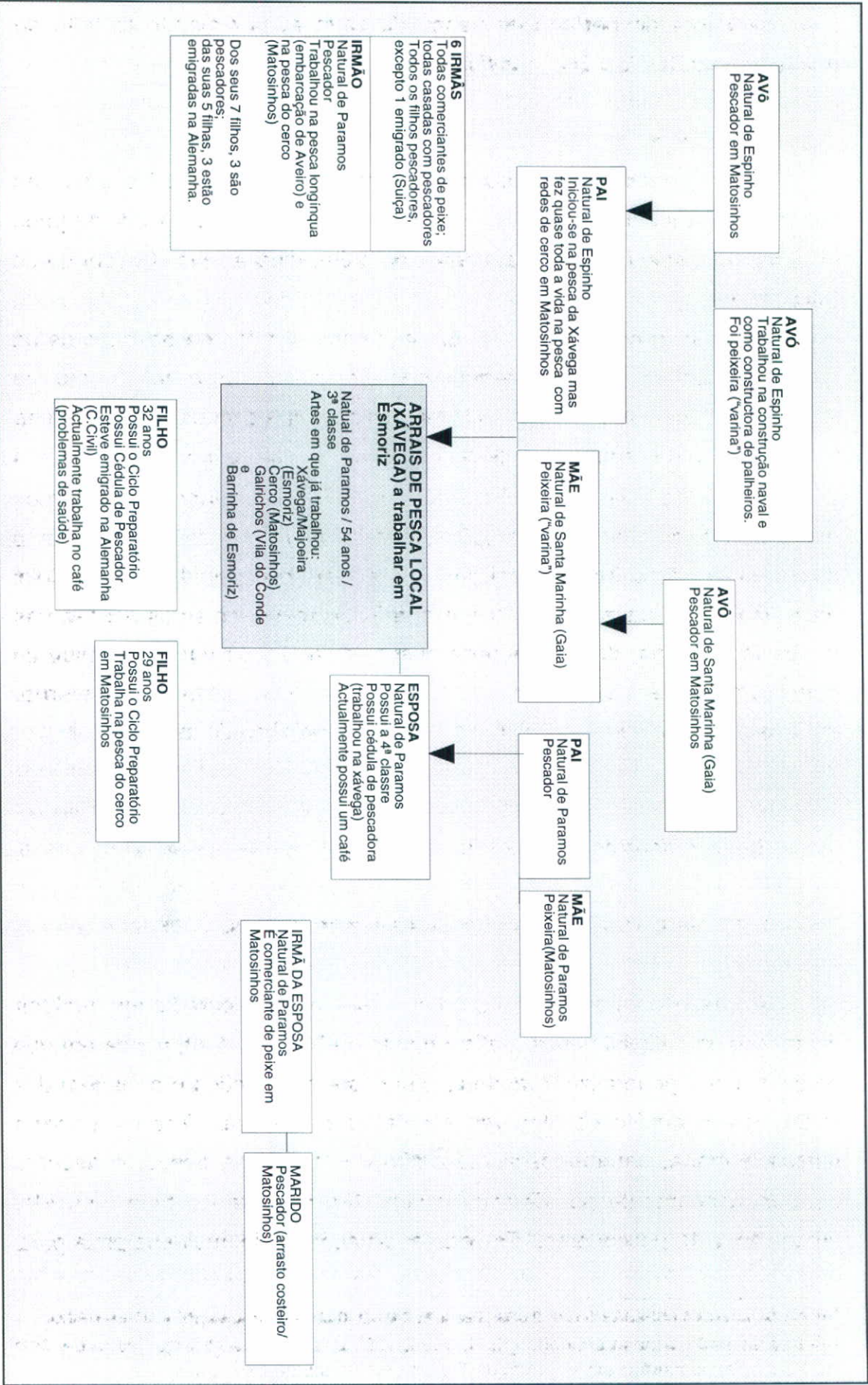


Fig.51 - "Ligações familiares" de um arrais de xávega da praia de Esmoriz (informação recolhida em 1997).

sobreviver fora do período da pesca da xávega, por manifesta falta de outras actividades locais alternativas.

#### h) Espinho.

Com apenas duas companhas a trabalhar em 1997, Espinho não deixa hoje perceber a importância que já teve no passado, pois desta praia saía sardinha salgada ou em salmoura para Espanha e Brasil (Baldaque da Silva, 1891).

Conhecida como a mais pobre das comunidades de pescadores da xávega, onde não se conseguiu sequer implementar um “posto de vendagem”, Espinho representa a praia mais setentrional da costa onde se utilizam redes de arrasto para terra. Foi também o único local onde tivemos oportunidade de assistir, em Fevereiro de 1998, a um *lanço*<sup>137</sup> de xávega executado com duas embarcações, sendo a alagem efectuada com o auxílio de um terceiro tractor, quando o normal é o uso de apenas dois. Fevereiro não é, na maioria das praias, mês de xávega, mas os pescadores de Espinho gozam do privilégio de pescarem a Sul de um longo esporão que permite a entrada no mar das embarcações, mesmo no Inverno, entrada essa que se faz paralelamente e muito próximo do mesmo.

### 3.4. A organização da pesca.

#### 3.4.1. As companhas, a pesca e as remunerações.

A pesca com *xávega* é, na actualidade, executada em moldes completamente distintos dos praticados até ao fim dos 1980, época em que se começou a generalizar a motorização das embarcações e a alagem das redes com o auxílio de aladores acoplados a tractores. Toda a enorme massa humana, característica até então deste tipo de pesca, e descrita pormenorizadamente por diversos autores<sup>138</sup>, encontra-se hoje reduzida, em média, a 12 pescadores. Embora a situação varie muito de praia para

---

<sup>137</sup> Na pesca com esta arte o *lanço* designa uma ida ao mar com “lançamento” do aparelho.

<sup>138</sup> Por exemplo, Afonso e Cunha (1994, 1995, 1995a), Laranjeira (1984), Soeiro de Brito (1960), respectivamente para as praias da Torreira, do Furadouro e de Mira.





Fot. 31 - Espinho - Início do lançamento das cordas. Repare-se que todo o convés da embarcação está ocupado com a rede e os cabos, mal havendo espaço para se colocarem os pés (1991).

Fotografias do autor



Fot. 32 - Espinho  
- Aproximação do saco.



Fot. 33 - Espinho - O arrais espera pacientemente a chegada do saco.



Fot. 34 - Espinho - A praia dos pescadores (a sul) está separada das praias de banhos (a norte) por um pequeno esporão. Ao fundo são bem visíveis dois grandes hotéis (1991).

Fot. 35 - Peixeira tradicional vendendo petinga no mercado de Espinho (1991).



Fot. 36 - Processo muito antigo em Espinho é a pesca de xávega realizada em conjunto por duas embarcações, que saiem para o mar em linha paralela, conduzindo uma delas as cordas para a ida, a rede e o saco e a outra as cordas para a volta. Apesar de referida como uma prática em desuso, foi possível observar tal prática em Fevereiro de 1998.

praia e mesmo, na mesma praia, com a companhia<sup>139</sup>, no geral vão apenas ao mar entre 3 a 5 pescadores. De facto, actualmente apenas 3 pescadores são suficientes para manobrar e calar o aparelho: o *arraís do mar* (responsável pela embarcação e pela escolha do local de pesca), o *motorista* ou *homem do mar* (responsável pelo motor) e o *calador* (responsável por calar o aparelho)<sup>140</sup>. A maioria do trabalho é executado em terra na preparação do aparelho para o lanço seguinte e, sobretudo, na separação do peixe para a venda.

Por norma, mal a embarcação vara na praia após ter feito um lanço, e enquanto os tractores procedem à alagem do aparelho, é colocada nova rede no barco (cada companhia utiliza duas redes), ficando este pronto para o lanço imediato<sup>141</sup>. Esta tarefa, bem como todas as outras a executar em terra, são da responsabilidade do pessoal de terra (companhia de terra), que inclui o *arraís de terra* (responsável pelas operações de pesca na praia), o *redeiro* (responsável pelas redes), o *leiloeiro* (também designado por *contabilista* ou *apontador*)<sup>142</sup> e os *camaradas*. Por norma o *arraís* (“patrão” do barco e da tripulação é o responsável pelas operações de pesca em terra).

Embora variável, cada lanço de xávega demora entre 3 a 4 horas, desde a entrada da embarcação no mar até à colocação do peixe à venda, assim repartidas: entre 30 a 40 minutos para efectuar o cerco (tempo decorrido desde a saída da embarcação da praia e o seu retorno à mesma), entre 1 hora e 30 a uma 1 e 45 minutos para alar o aparelho e ainda entre 1 hora e 30 minutos a 2 horas para separação do peixe (numa captura

---

<sup>139</sup> Na pesca com a arte da xávega, *companhia* refere-se ao conjunto constituído pela embarcação, aparelhos e pessoal.

<sup>140</sup> Na realidade as situações encontradas hoje dificilmente se deixam classificar, já que frequentemente o *arraís* funciona como *motorista*, tem uma parte na sociedade, e participa, obviamente numa série de outras funções. Há mesmo *arraís* que se afirmam capazes de ir ao mar sózinhos. Também se podem encontrar situações em que o armador vai ao mar, mas não é *arraís* nem *motorista*, contratando outros para executar essas tarefas; ou ainda, armadores que ao mar, só vendo-o de longe...

<sup>141</sup> É preciso considerar que antes de colocar o aparelho na embarcação este deve estar seco e limpo de areias, caso contrário o seu peso aumenta consideravelmente tornando a navegação mais difícil.

<sup>142</sup> O *leiloeiro* desempenha um papel fundamental já que, habitualmente, além de dirigir o leilão (a venda do peixe), tem a seu cargo a contabilidade, elemento indispensável em companhias numerosas.



normal).<sup>143</sup> Por norma, se o mar deixar, se se estiver a pescar e a vender bem, podem fazer-se até 5 ou 6 lanços por dia.

Conquanto apresente inúmeras variações, o sistema de *partes* praticado destina habitualmente entre 40 a 50% do produto para o armador (embarcação, aparelhos e tractores)<sup>144</sup> e o restante para o pessoal, atribuindo-se em regra duas partes para o arrais, duas partes ou parte e meia para o pessoal com tarefas mais importantes abaixo do arrais (por exemplo, no caso de os haver, motorista, redeiro) e uma parte a cada camarada. Como a companhia varia em número de pessoal (camaradas) durante o decorrer da safra, a parte que cabe a cada um será tanto maior quanto menor for a companhia, já que o produto é dividido em menos partes (neste caso, o maior ganho corresponde a mais trabalho, o que é justo e lógico). No entanto, como, de uma forma geral, a propriedade das embarcações assenta em sociedades de vários sócios, muitos dos quais vão ao mar, quando não são mesmo arrais de mar da embarcação, a maior parte do rendimento da pesca fica nas mãos dos sócios, que, ainda assim, argumentam que aquilo que ganham não chega para as despesas de combustível e de manutenção<sup>145</sup>.

Assim, o número reduzido de homens que hoje integram uma companhia de xávega não é, apenas, o resultado da mecanização das tarefas, nem a consequência da falta de pessoal mas é devido aos poucos ganhos desta arte, o que leva os pescadores a procurar pescas mais remuneradoras, frequentemente nos principais portos da área da xávega (Figueira da Foz, Aveiro, Leixões). De facto, na xávega, os níveis de remuneração do pessoal são muito baixos e não permitem a sobrevivência sem uma fonte de rendimentos complementar para o pescador.

A título de exemplo, o arrais do mar de uma companhia da xávega da

---

<sup>143</sup> Tempos contabilizados em vários lanços, de diferentes dias do mês de Agosto de 1997, na Praia de Mira (embarcações motorizadas e alagem mecânica).

<sup>144</sup> O armamento de uma companhia de xávega exige, obviamente, um considerável investimento, já que é preciso adquirir a embarcação e os aparelhos, os tractores e os aladores. Nalguns casos, porém, o armador é simultaneamente agricultor, o que lhe permite utilizar os tractores em complementaridade na pesca e na agricultura.

<sup>145</sup> Numa safra normal, como a de 1997, as melhores embarcações da Praia de Mira fizeram mais de 15 mil contos de vendas; o combustível utilizado (gasolina) não é subsidiado, sendo esta uma das maiores reivindicações dos pescadores.

área da laguna de Aveiro, que participou em todos os lanços da safra, ganhou em 1995 pouco mais de 450 contos, o que dá um rendimento mensal de 37.500\$00; quanto aos camaradas, presumindo que trabalharam também em todos os lanços, o que na prática nunca acontece, a sua remuneração foi de cerca de 225 contos, ou seja, 18.750\$00 por mês, o que, mesmo tratando-se do ano de 1995, se pode considerar muito pouco!<sup>146</sup> É certo que, dada a variabilidade da pesca de ano para ano, estes valores podem ser muito mais elevados, ou ainda menores, mas para os camaradas os rendimentos mensais são sistematicamente inferiores ao valor do “salário mínimo nacional”.

Outro exemplo. No mês de Agosto de 1997 as 3 melhores companhias da praia de Esmoriz fizeram vendas dos seguintes valores: 1.150.300\$, 1.128.500\$ e 924.400\$00. Com o sistema de partes utilizados nesta praia (40% para o armador e 60% para o pessoal) e para uma companhia de 12 camaradas (terá sido certamente de mais), o arrais de mar da embarcação que mais vendas efectuou ganhou pouco mais de 100 contos no mês e um camarada cerca de 50 contos!

Dados estes níveis de ganhos e como a pesca da xávega só é praticável durante cerca de 5 meses do ano, gira em torno desta arte uma “nebulosa” de reformados, que acrescentam um pequeno complemento às reformas, geralmente miseráveis, e peixe para comer, e de pescadores que não conseguem, por diversos motivos, sair do pequeno horizonte da pesca na praia, migrando para pescarias mais estáveis e remuneradoras. Em alguns casos, entra-se mesmo no domínio da exclusão social, com níveis de pobreza gritantes e onde, por vezes, o alcoolismo impera.

Para sublinhar o que se tem afirmado, a observação do registo de uma companhia durante uma safra completa permite-nos verificar que o número de camaradas a participar na pesca variou de um mínimo de 8 pessoas e um máximo de 18 (situando-se a média da companhia em 12 pescadores, tendo participado nela, durante o ano, um total de 37 pessoas) - fig. 52. Destes, apenas 4 se mantiveram na companhia durante todo o período, incluindo-se neste pequeno grupo o arrais do mar, o motorista e o armador; os restantes, com excepção de dois ou três, parecem “flutuar” em

---

<sup>146</sup> Informação prestada por um armador de xávega que solicitou o anonimato.



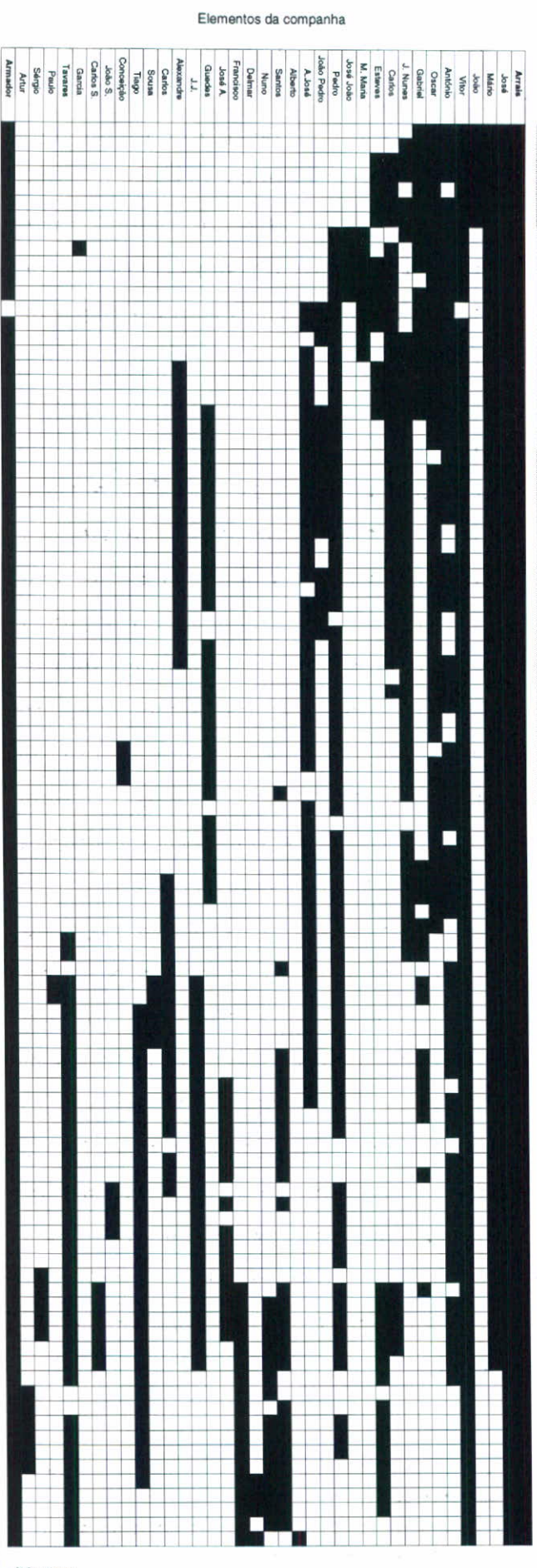
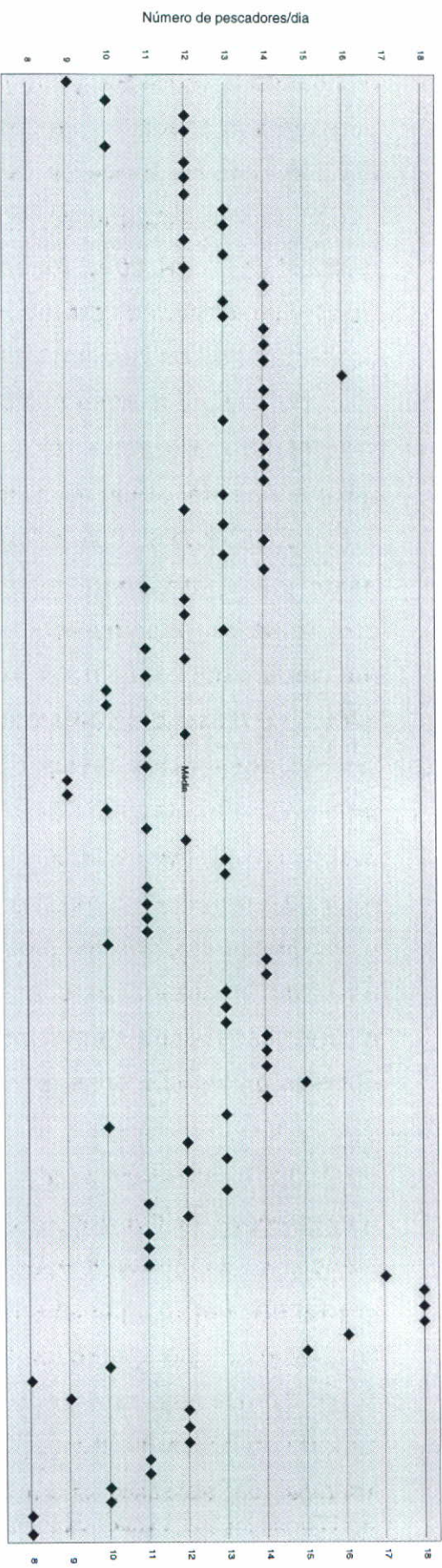


Fig. 52 - Número de pescadores/dia de uma companhia de xâvega da Praia da Vagueira, no ano de 1995 (consideraram-se apenas os dias efectivos e consecutivos de pesca).  
Elaborado a partir de elementos gentilmente cedidos pelos respectivo armador, que solicitou o anonimato (os nomes dos elementos da companhia não correspondem aos reais).



torno da companhia, substituindo-se uns aos outros sem razão aparente<sup>147</sup>, mas que certamente se prende com os motivos anteriormente apontados (reformados, alcoólicos, indigentes)<sup>148</sup>. Este “mapa” permite ainda verificar que entre Abril e Outubro esta companhia apenas teve 97 dias de trabalho efectivo (isto é, de pesca), o que remete para outra das características da pesca com arte da xávega: a dependência do estado do mar que dá origem à grande variabilidade desta arte; noutra perspectiva, pode considerar-se que trabalhou 3 meses em 12!

Muito dependente das condições do mar e da rebentação que permite ou não a entrada do barco na água, a pesca com a xávega só se torna praticável durante cerca de metade do ano, geralmente entre Abril e Setembro/Outubro, com muitos dias de inactividade, mesmo nos melhores meses. De uma forma geral estes são os de Junho a Agosto, quer no número de dias de trabalho quer no número de lanços; contudo, mesmo nestes meses, em média, uma embarcação apenas consegue trabalhar cerca de 17/18 dias, sendo a variação de ano para ano muito acentuada, revelando-se, curiosamente, o mês de Junho o que permite maior número de lanços (fig.53). Esta instabilidade tem consequências no rendimento da pesca, que se torna assim muito irregular de ano para ano (fig.54).

No entanto, a actividade de uma companhia depende também da audácia do respectivo arrais, das previsíveis vendas (quanto menos companhias trabalharem maior será, em princípio, o valor do peixe) ou mesmo da robustez da embarcação, o que explica que, por vezes, umas companhias pesquem e outras não. Quando se compara a situação entre duas praias, então as diferenças são ainda maiores. Assim, no mês Agosto de 1997, a comparação dos dias de pesca e número de lanços de duas embarcações da Praia de Mira com duas embarcações da praia de Esmoriz, escolhidas ao acaso, mostra: maior número de lanços na Praia de Mira (91 contra 75), menos dias de inactividade total (8 contra 10), mais dias em que trabalharam as duas companhias (17 contra 15) - fig.55.

---

<sup>147</sup> Esta companhia, de que não se identifica o nome e a praia a pedido expresso do armador, trabalhou numa praia onde existiam mais embarcações.

<sup>148</sup> O armador desta xávega vendeu a embarcação no fim da safra do ano de 1995 por, nas suas palavras, não suportar ver elementos da sua companhia a passar fome!



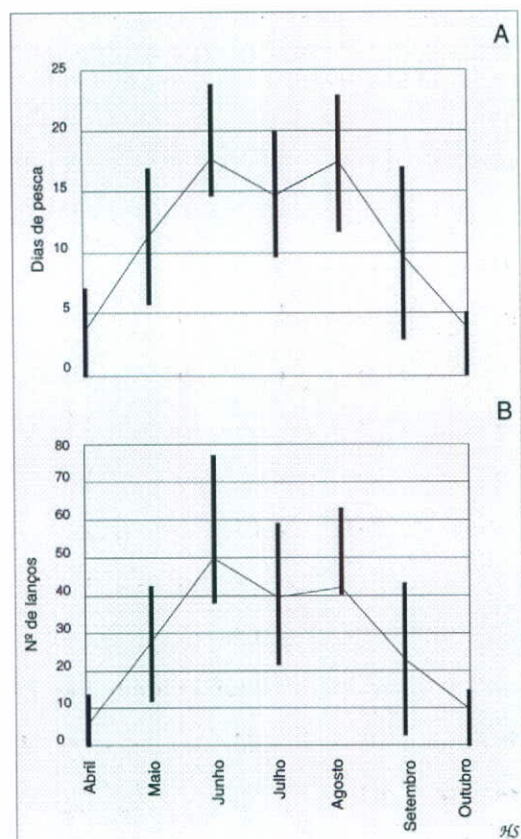


Fig.53 - Variação mensal média no período 1992/95 do número de dias de pesca por mês (A) e do número de lanços por dia (B) de uma companhia da praia da Vagueira.

Elaborado a partir de elementos gentilmente cedidos pelo respectivo armador, que solicitou o anonimato.

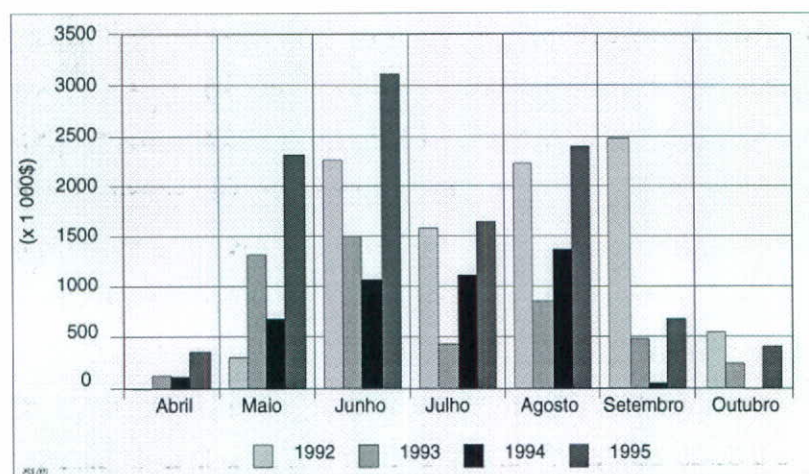


Fig. 54 - Rendimento mensal dos anos 1992 a 1995 de uma companhia de xávega da Praia da Vagueira.

Elaborado com base em elementos gentilmente cedidos pelo respectivo armador, que solicitou o anonimato.

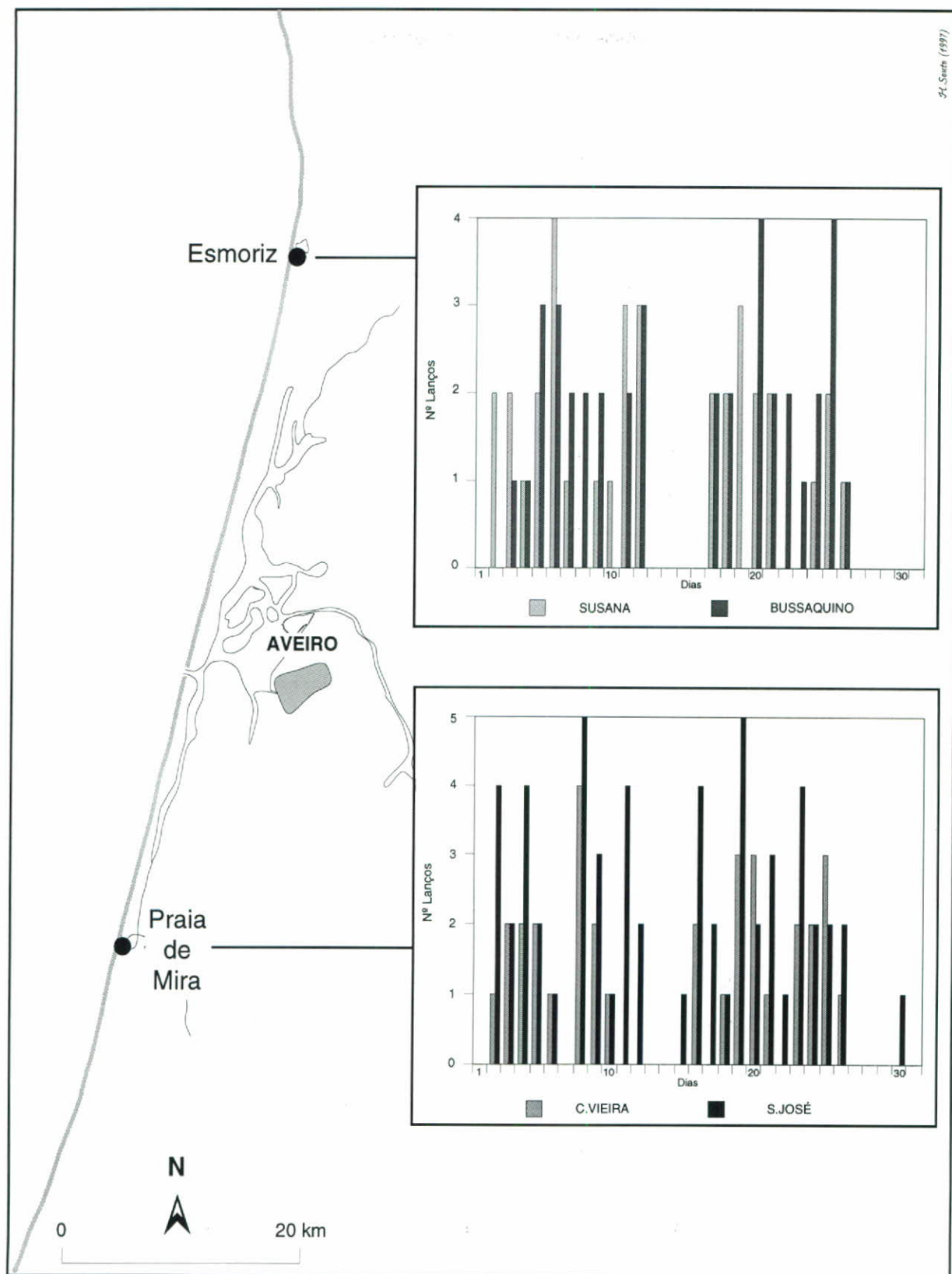


Fig. 55 - Comparação da variação diária do número de lanços de duas companhias da Praia de Esmoriz e de duas companhias da Praia de Mira durante o mês de Agosto de 1997.

Elaborado a partir de informações gentilmente cedidas pelos respectivos armadores.



### 3.4.2. A comercialização

Em todas as actividades produtivas o processo de comercialização do produto é sempre determinante para o sucesso ou não da actividade. Na pesca da xávega, o pescado é comercializado pelo tradicional processo de venda em leilão, mas com algumas diferenças de praia para praia. Actualmente distinguem-se duas situações: praias sem “posto de vendas” e praias onde existem os referidos “postos”. No primeiro caso incluem-se todas as comunidades entre a Praia da Vieira e a Praia de Tocha e ainda Espinho; no segundo integram-se as comunidades entre a Praia de Mira e a praia de Esmoriz.

Nas comunidades a sul da Praia de Mira a venda do peixe faz-se ainda na praia por processo tradicionais: o pescado é separado por montes e vendido ali mesmo, geralmente a peixeiras tradicionais que o revendem na própria localidade ou nas aldeias e vilas mais próximas, muitas vezes ainda de porta a porta; nos meses de maior afluência de banhistas, o consumo é efectuado maioritariamente por estes. Na Praia da Vieira, tal como na da Nazaré, onde existe grande tradição na secagem de carapau, parte das capturas são adquiridas por peixeiras locais com o objectivo expresso da secagem para posterior comercialização. Aliás, na Praia da Vieira, a comercialização do pescado (adquirido localmente ou na Nazaré) e a secagem ao sol, sobretudo de carapau, é parte importante da economia local, já que a maioria das mulheres de pescadores, sobretudo as mais velhas, se dedicam a estas tarefas<sup>149</sup>.

A Norte da Praia de Mira, incluindo esta, todas as praias têm um “posto de venda” no local ou próximo do local onde pescam. Estes postos só foram implementados a partir de 1996 e são constituídos por pequenas construções de madeira em cujo exterior se procede à venda do pescado (Esmoriz, Furadouro, Mira) ou por edifícios em alvenaria com espaço interior para a venda (Vagueira, Torreira). O funcionamento destas estruturas é garantido por um *comissionista*<sup>150</sup>, responsável pelo

---

<sup>149</sup> Dizem os da Praia da Vieira que o seu carapau seco é o melhor do país e que vem gente de todo o lado para o adquirir.

<sup>150</sup> O comissionista percebe 1% das vendas efectuadas e de uma forma geral é natural da localidade onde está implantado o posto e também pescador (neste caso, não pescando simultaneamente) ou mesmo sócio de uma companhia.

posto e pelo cumprimento de todas as normas legais associadas à primeira venda de peixe (quantidades transaccionadas, impostos, descontos para a segurança social, etc.). O papel deste elemento termina aqui, já que a venda é feita pelos leiloeiros de cada companhia nos moldes tradicionais, isto é, por leilão. Este tanto pode decorrer em lances decrescentes como crescentes, conforme haja menos ou mais compradores interessados, num processo dinâmico que demonstra uma grande adaptabilidade às circunstâncias do momento. De facto, parece-nos não se justificar a norma dos leilões de primeira venda de pescado se efectuarem quase sempre por lances decrescentes, situação que manifestamente prejudica o produtor.

Nas comunidades onde existe mais quantidade de pescado devido ao maior número de companhias a trabalhar, o movimento nos postos de vendagem é, nos melhores dias, considerável e atrai grande número de compradores, da terra ou de fora. Por exemplo, ao posto da Praia de Mira, o mais concorrido de todos, acorrem, em média, mais de 30 compradores por dia, sendo mais de metade deles “de fora”, alguns dos quais considerados “grandes compradores” (vêm de locais como Figueira da Foz, Tondela, Seia, Aveiro, Leiria, Coimbra, Leirosa)<sup>151</sup>. Além destes, também ali compram inúmeras peixeiras locais, sobretudo para revenderem localmente ou nas proximidades (porta a porta, mercados). Também não é raro encontrar representantes locais de grandes empresas “de fora”<sup>152</sup>.

Todavia, grande número de compradores não significa melhores vendas já que os grandes compradores, pelo seu maior poder de compra e venda, arrebatam entre eles o essencial do peixe colocado em lota, e, esclarecedoramente, dada a sua capacidade de distribuição, não “saturam”. Trata-se de compras destinadas à indústria conserveira (cavala) ou a consumo em fresco (carapau). Por seu lado, o pequeno comerciante que se contentaria com a compra de um ou dois cabazes de carapau, para o que eventualmente estaria disposto a pagar mais por quilo, fica de fora pois, por exemplo, não tem interesse em comprar de uma só vez 300 quilos (não o conseguiria vender expeditamente, não tem capacidade para o conservar,

---

<sup>151</sup> Em 1995 a grande ocorrência de biqueirão (*Engraulis encrasicolus*) junto à costa e as quantidades capturadas atraíram mesmo vários compradores espanhóis.

<sup>152</sup> No posto desta praia o telefone não pára de tocar já que constantemente os compradores procuram saber se há embarcações no mar, o que está a sair (isto é, que tipo de peixe se está a pescar), a que horas será previsível a venda, etc.



nem para o distribuir), admitindo que teria capacidade económica para efectuar a aquisição. Assim, o pequeno comerciante só compra o que os maiores não querem comprar (por exemplo, espécies em que não têm interesse, lanços que só dão um ou dois cabazes de carapau, etc.)

No posto da praia de Esmoriz foi possível contabilizar, durante o mês de Agosto de 1997, mais de 50 compradores, vindo alguns de locais tão distantes como Leça da Palmeira, Figueira da Foz, Peniche ou Portimão, embora a maioria fosse de Ovar e de Espinho (fig. 56). Apesar de este número de compradores ser considerável, as compras foram dominadas por dois ou três comerciantes. Assim, no mesmo mês e praia, 92% da cavala foi adquirida por apenas 2 compradores e mais de 50% do carapau por apenas um; no primeiro caso foram aquisições destinadas à indústria conserveira, no segundo de uma grande comerciante local, que depois o distribui por toda a região norte do país, naquilo que constitui um bom exemplo da integração das capturas locais nos mercados regional, nacional e internacional (via indústria conserveira), sem grandes benefícios para os pescadores.

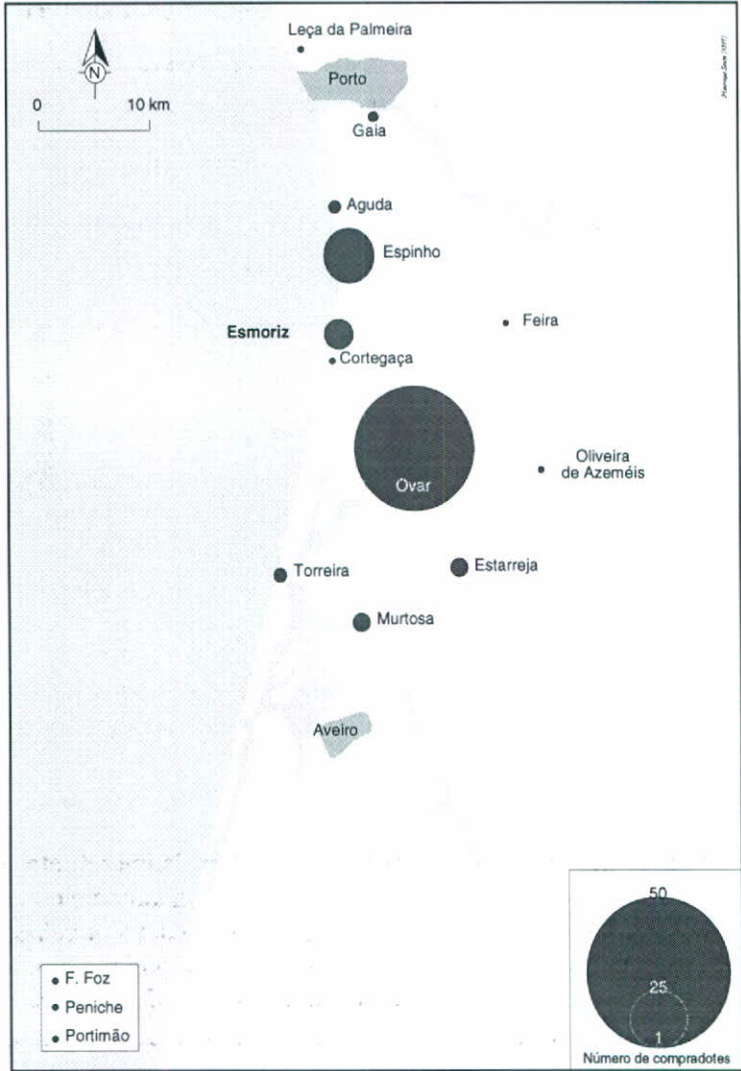


Fig. 56 - Número e origem dos compradores no posto de vendagem de Esmoriz durante o mês de Agosto de 1997.

Fonte: Posto de Vendagem de Esmoriz.

Ao contrário do verificado no passado, em que a sardinha era a espécie alvo, o principal peixe capturado hoje, e aquele que atinge o preço mais interessante para os pescadores, é o carapau. De facto, a sardinha já só ocorre em pequena quantidade e, frequentemente, abaixo da dimensão mínima legal de captura<sup>153</sup>.

A observação do quadro 3, referente às transacções num dia de Julho de 1997 no posto da praia de Esmoriz, permite confirmar o que foi dito. Nesse dia, as cinco companhias que venderam em Esmoriz colocaram 4275 kg de peixe em lota, que rendeu menos de 200 contos, devido à predominância de cavala, que foi comprada por 25\$00/Kg<sup>154</sup>, enquanto o carapau atingiu mais de 200\$00/Kg; apenas 3 comerciantes adquiriram peixe! Este exemplo de um dia de pesca escolhido ao acaso permite confirmar os baixíssimos rendimentos que esta pesca origina, o que é também bem visível na fig.57: só em dez dias do mês de Agosto as vendas ultrapassaram os 200 contos, em seis foram inferiores a 100 contos e registaram-se 10 dias de inactividade total!

---

<sup>153</sup> A sardinha sempre foi na costa portuguesa a pescaria mais importante e constituía nas comunidades da xávega, a espécie visada. Nestas, era maioritariamente conservada pelo sal e enviada para consumo em barricas de madeira, processo que dava trabalho a muita gente e no qual se baseou a estrutura e o desenvolvimento de muitas praias, de que a Torreira é, talvez, o melhor exemplo (veja-se, sobre este assunto, Afonso e Cunha, 1994 e 1995a).

<sup>154</sup> Nesta mesma altura a cavala do mesmo tipo era vendida no porto de Leixões por valores da ordem dos 80/90\$00 por quilo!



Quadro 3 - Movimento registrado no posto de vendaem de Esmoriz no dia 16/7/97

Companha*	Espécie	Cabazes/Kg	Valor	Comprador*
A	Cavala	3/65	1 500\$	1
A	Cavala	4/80	2 000\$	1
B	Cavala	2/50	1 000\$	1
B	Carapau	4/80	14 700\$	2
C	Cavala	51/1 020	25 500\$	1
D	Cavala	2/40	1 000\$	1
C	Cavala	20/400	10 000\$	3
A	Cavala	18/360	9 000\$	3
D	Carapau	1/20	2 000\$	2
C	Carapau	10/200	48 000\$	2
C	Cavala	40/800	20 000\$	1
E	Carapau	1/20	2 000\$	2
D	Cavala	10/200	5 000\$	3
D	Carapau	8/160	36 800\$	2
C	Cavala	11/220	5 500\$	1
C	Cavala	9/180	4 500\$	3
A	Cavala	15/300	7 500\$	1
E	Cavala	4/80	2 000\$	1
		213/4 275	198 000\$	

\* Por motivos óbvios, as companhias e os compradores não estão identificados.  
Fonte: Posto de vendaem de Esmoriz.

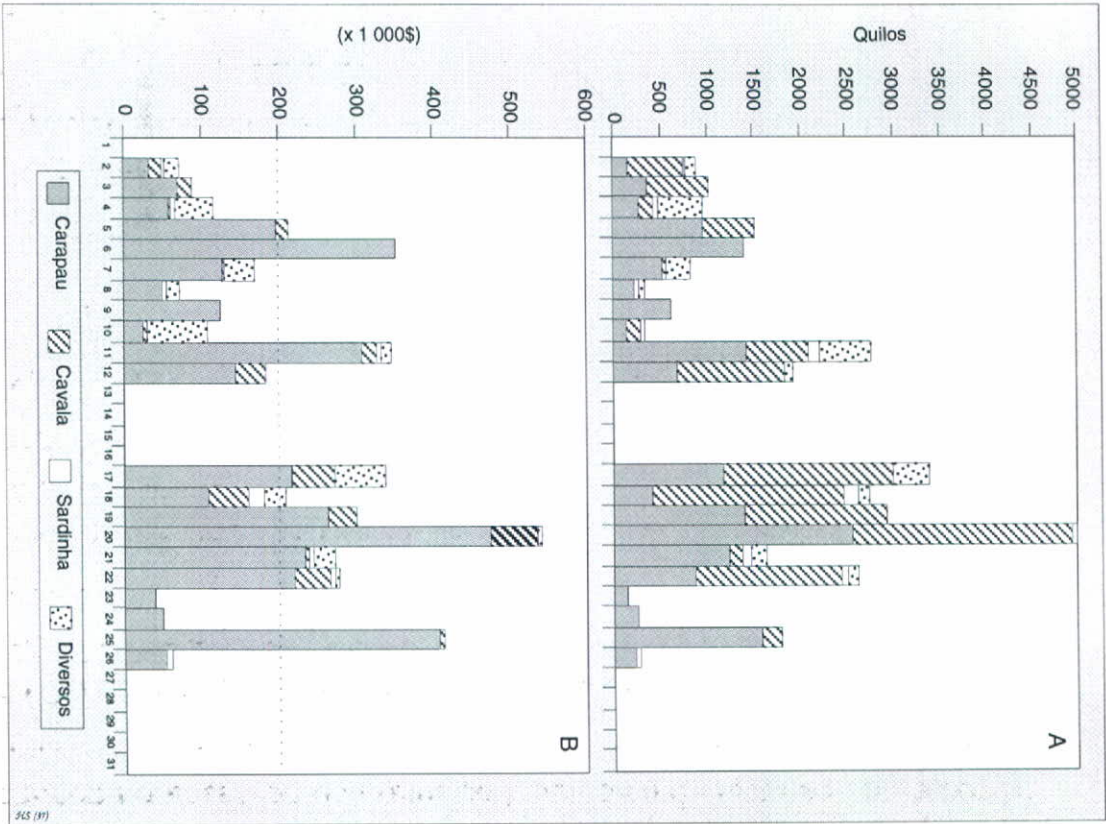


Fig. 57 - Variação das quantidades transaccionadas (A) e respectivo valor (B) no posto de vendaem da Praia de Esmoriz, durante o mês de Agosto de 1997.

Fonte estatística: Posto de Vendaem de Esmoriz.

### 3.5. Conseguirá a arte da xávega sobreviver?

*"O maior erro da minha vida foi ter dado sociedade na companhia aos meus filhos. Amarrei-os a esta miséria!"*

Testemunho de um patrão de xávega (1997).

Como se referiu anteriormente, a pesca com a arte da xávega tem "a morte programada" e em contagem decrescente. Tecnicamente ultrapassada, tem resistido graças à vontade de alguns armadores que a mantêm viva e de reformados que vão fornecendo a mão de obra, em muitas praias essencial, para a sua manutenção. A introdução da motorização, quer nas embarcações quer no processo de alagem da rede, apenas reduziu o esforço humano necessário e facilitou as tarefas; por outro lado, veio aumentar em muito o seu custo, já que o essencial das despesas vai para o combustível, que os armadores querem subsidiado; mas o subsídio não resolverá nenhum problema de fundo, não só a manterem-se os níveis remuneratórios desta pesca como em grande parte também à organização da comercialização. Este processo é dominado pelos comerciantes de peixe, que compram pelo preço que querem, não parecendo os pescadores serem capazes de arranjar estratégias para alterar a situação (por exemplo, indo vender o pescado às lotas mais movimentadas).

Para além destes factores, existe todo um conjunto de indicadores que não auguram bom futuro para esta arte, pelo menos enquanto actividade a tempo inteiro; destacam-se:

1. Uma evidente menor ocorrência de peixe na área de actuação destas artes, sendo hoje frequentemente de indivíduos subdimensionados.

2. Cada vez menor número de pescadores, no que é uma tendência geral no país e em todas as artes, sendo já hoje difícil recrutar pessoal para diversos tipos de pesca em várias regiões do país; sendo a xávega pouco remuneradora, acrescem estes problemas de recrutamento, sendo já evidente que os mais aptos optam por outro tipo de pesca ou abandonam,



pura e simplesmente, a actividade, indo trabalhar para a indústria ou para a construção civil ou, ainda, emigrando para o estrangeiro.

3. Evidentes alterações no clima destabilizam e desregulam os calendários habituais de pesca, como tem ocorrido nos últimos anos com situações cada vez mais comuns de “mau tempo” durante o Verão, impossibilitando o trabalho, enquanto em pleno Inverno o mar apresenta, muitas vezes durante semanas seguidas, um aspecto calmo e sereno!

4. Evidentes alterações na linha de costa, com o recuo das praias em toda a área de actuação das xávegas, o que, simultaneamente, torna mais difícil a entrada das embarcações no mar (como é óbvio, o mar “ataca” a praia com tanta mais intensidade quanto maior é o seu efeito erosivo), sendo hoje muitas localidades costeiras autênticas fortalezas defendidas por esporões e enrocamentos, constantemente acrescentados (no que se gastam milhões de contos anualmente). A este propósito veja-se a figura 58, referente às praias de Esmoriz e de Cortegaça: a praia praticamente desapareceu e as construções mantêm-se graças às obras de defesa (a Escola Primária da praia de Cortegaça, visível na figura, estava ainda há poucos anos a centenas de metros do mar!). Mas também se podia dar o exemplo de Espinho, de Paramos, do Furadouro, da Praia de Mira, da Praia da Vieira ... e de todos os sectores costeiros entre elas.

5. Simultaneamente, e apesar do que se disse no ponto anterior (e que é visível na figura nele referida), a ocupação do espaço costeiro continua a fazer-se em situação de risco e à custa de mata e de dunas, gerando novas actividades relacionadas com o veraneio balnear (apesar da praia estar a desaparecer!), infelizmente não geradoras, na maioria dos casos, de empregos alternativos para os pescadores.

De entre as já antigas reivindicações dos pescadores conta-se a atribuição de um subsídio para o combustível; alguns reclamam ajudas das autarquias locais sob a forma de melhoramentos e de subsídios (já que utilizam a imagem dos pescadores na propaganda turística seria lógica uma compensação por esse uso); há quem reclame portos de abrigo ... Infelizmente, estamos em crer que com os níveis remuneratórios actuais, a perigosidade deste tipo de pesca e a sua irregularidade não serão compensadas com eventuais subsídios que, se bem que justos, não

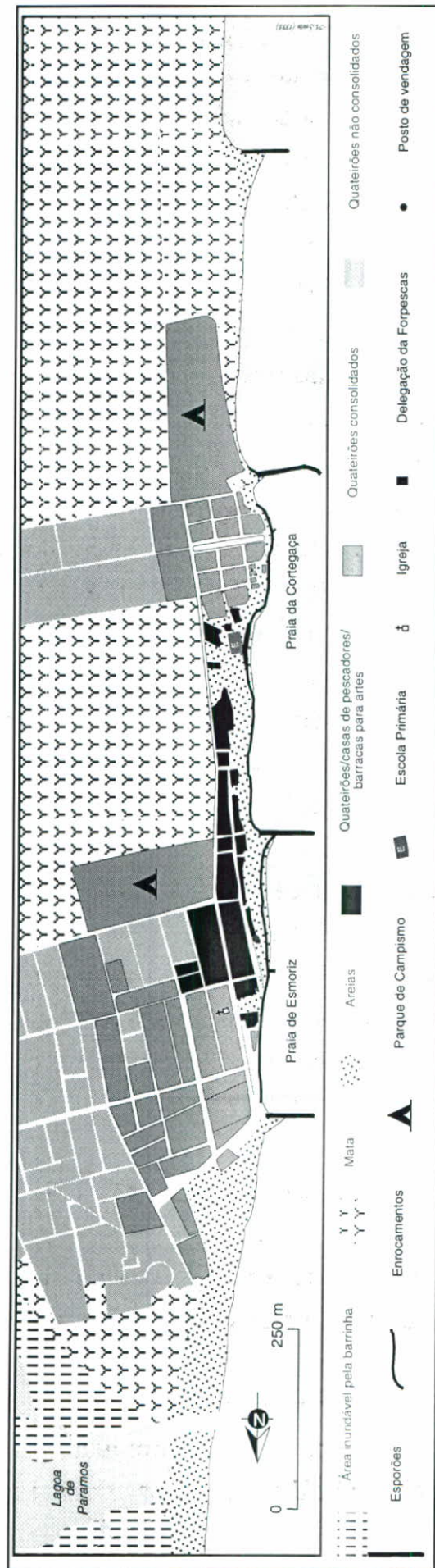


Fig. 58 - Configuração da linha de costa entre a Laguna de Paramos (Barreira de Esmoriz) e a Praia de Cortegaça.

Desenhado a partir de fotografia aérea vertical do Instituto Português de Cartografia e Cadastro (rolo nº94.12, fiada T4) à escala aproximada de 1/8 000, corrigida e actualizada no terreno em Fevereiro de 1998



alterarão o essencial do quadro.

Em algumas comunidades da xávega a situação social é já hoje preocupante e não se vislumbram grandes melhorias sem uma intervenção de fundo especificamente a elas dirigidas. De facto, a baixíssima escolaridade de muitos dos seus membros aliada à total falta de actividades alternativas, para além do trabalho precário na construção civil, para não falar na absoluta falta de ocupação para as mulheres, exige que se faça claramente alguma coisa. E quase nada tem sido feito, além de penalizar os pescadores, impedindo-os de comercializar espécies subdimensionadas de consumo tradicional (como a *petinga* em Espinho), quando é do conhecimento comum que todos os dias os *arrastões* apanham toneladas de juvenis das mais variadas espécies ao longo da costa, impedindo-os de utilizar artes tradicionais apesar de selectivas (como as *majoeiras*), etc.

Pode-se sempre fazer alguma coisa; mas não muito ...

E no quadro descrito não se augura grande futuro. Com limitações de toda a ordem, assistir-se-á certamente, numa primeira fase, à concentração das embarcações existentes (recorde-se que a legislação actual não autoriza novos licenciamentos) em duas áreas, o que é benéfico em termos de mercado pelas economias de escala que origina, e ao que tudo indica (e o que já se verifica, na área de Esmoriz e da Praia de Mira/Vagueira), seguir-se-á, certamente, o seu abandono, à medida que os pescadores mais idosos forem deixando de pescar e os mais novos forem encontrando actividades alternativas. Ficarão as xávegas para os turistas apreciarem, como já hoje na Nazaré, e nessa altura subsidiadas pelas autarquias locais... É triste, mas vai ser certamente assim...

### 3.6. Estratégias de sobrevivência.

Movimentando-se num quadro de extrema variabilidade e sazonalidade, e onde os ganhos são, como se demonstrou, baixíssimos, a sobrevivência - trata-se, de facto, de sobrevivência - só é possível se o pescador exercer complementarmente outra actividade, possuir outra fonte de rendimentos (por exemplo, alugando a casa no verão a veraneantes e tentando “esticar” o que se ganhou no verão para sobreviver no inverno) ou



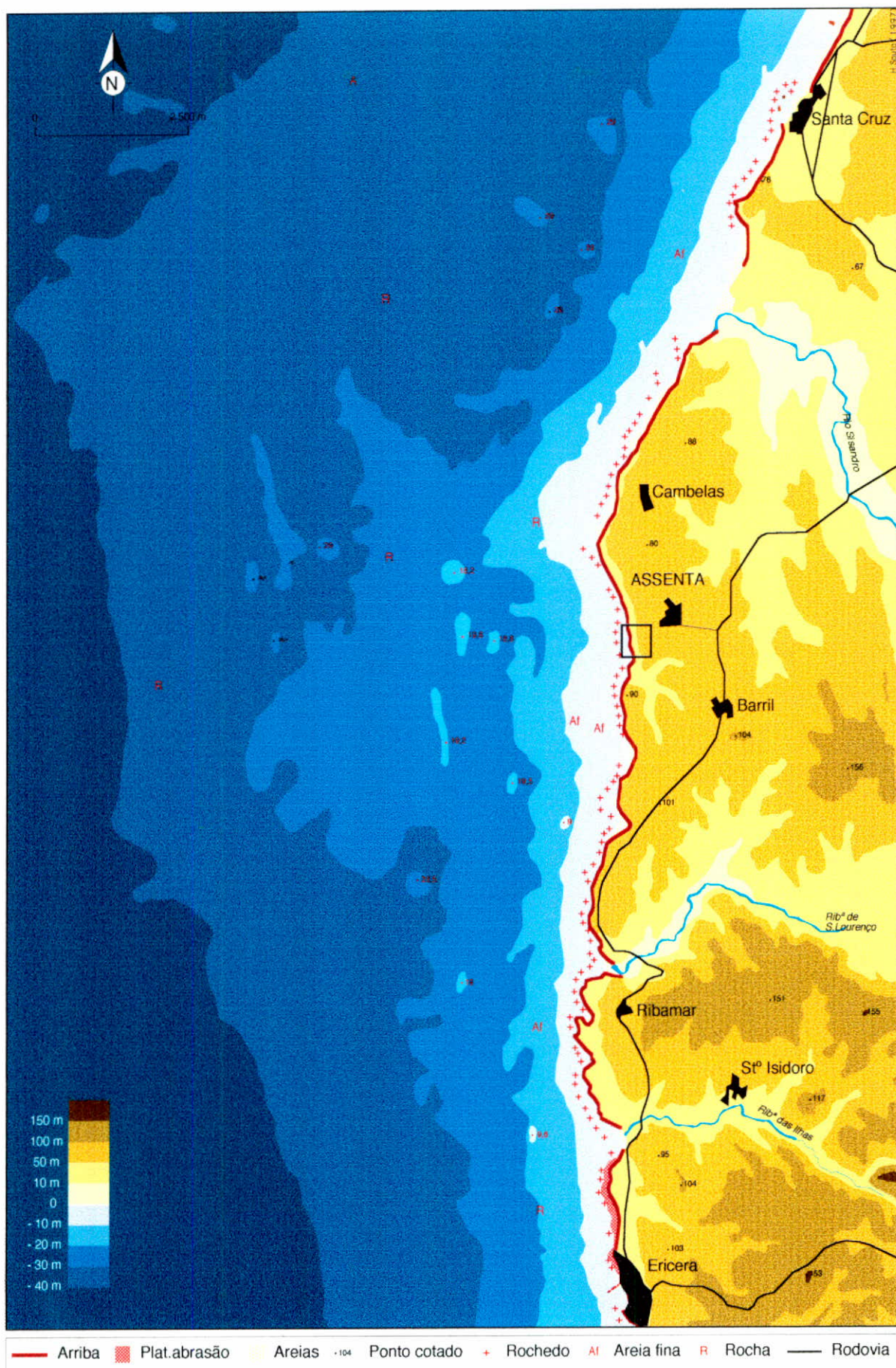


Fig. 73 - Enquadramento fisiográfico da região de Assenta (Ericeira).

Desenhado a partir da Carta de Navegação Costeira (Cabo Carvoeiro ao Cabo da Roca), Instituto Hidrográfico, Lisboa, 1997.



viver à custa do *fiado*<sup>155</sup>. Para a maioria, a estratégia passa pela diversificação das actividades, muitas vezes à custa de comportamentos “oportunistas”, no sentido em que é necessário aproveitar as possibilidades que no momento aparecem. Neste conjunto de actividades não se pode esquecer o papel da mulher, que em muitos casos garante algum rendimento, por exemplo quando consegue um emprego na indústria (o que é raro, já que na maioria dos casos nas áreas onde vivem ela não existe) ou trabalha como *peixeira*<sup>156</sup>.

Antes da introdução da mecanização na agricultura, as migrações internas foram parte importante destas estratégias, sobretudo na área das Gafanhas (Vagueira e Praia de Mira), de onde se deslocavam *ranchos* de homens e mulheres principalmente para o rio Sado, região de baixíssima densidade populacional, onde se integravam nos trabalhos sazonais da agricultura ou mesmo da salinicultura<sup>157</sup>.

Neste contexto, não admira, pois, que em muitas regiões a pesca da xávega só seja praticada por reformados (como a sul da Figueira da Foz e na Praia do Meco) ou em regime de tempo parcial (como na Praia da Vieira). Contudo, para Norte da Praia de Mira as comunidades da xávega ainda apresentam uma grande dependência desta arte sendo possível constatar uma série de actividades que asseguram ou tentam assegurar a sobrevivência das pessoas no período de inactividade da xávega (entre Outubro e Março/Abril), já que durante a safra todas as inúmeras tarefas a executar deixam pouco tempo para outra actividade<sup>158</sup>.

Nos nossos dias encontram-se diversas situações de acordo com as possibilidades naturais da região onde se integra a comunidade de pescadores, distinguindo-se essencialmente duas situações: as comunidades da área lagunar de Aveiro e as comunidades no exterior dessa área. No primeiro grupo já só se pode incluir hoje a Torreira, uma vez

---

<sup>155</sup> Isto é, a crédito do pequeno comércio.

<sup>156</sup> Na maior parte dos casos a mulher não consegue encontrar qualquer emprego, quer porque ele não existe na sua área de residência, quer pela sua muito baixa escolaridade.

<sup>157</sup> Veja-se Soeiro de Brito (1960).

<sup>158</sup> Obviamente que os *patrões* das companhias possuem, no geral, rendimentos de outra actividade, seja a agricultura (caracteristicamente na área das Gafanhas, na parte sul da laguna de Aveiro), seja um café/restaurante (geralmente conseguido com poupanças resultantes de temporadas na pesca industrial costeira ou longínqua - nesta última, sobretudo do bacalhau, ou de um período de emigração).

que todas as outras praias onde se praticava a arte da xávega (Costa Nova, S.Jacinto, por exemplo) se voltaram exclusivamente para a pesca na “ria” ou mesmo para a pesca fora da barra da laguna. No segundo grupo podem encontrar-se situações diversificadas, em função basicamente da existência ou não de pequenos rios ou lagunas na área das praias. Assim, os pescadores da Praia de Mira costumavam pescar na lagoas de Mira (essencialmente naquela que designam por *Barrinha*, onde utilizavam sobretudo *chinchas*)<sup>159</sup>, os da Praia da Vieira usavam *tarrafas de mão*<sup>160</sup> para a pesca do robalo e de taíñas na foz do mesmo rio, alguns dos quais ainda hoje apanham meixão no mar junto à foz do rio Lis, os de Esmoriz pescavam na Laguna de Paramos (onde ainda hoje se apanha meixão), etc.

Para além desta complementaridade dentro da pesca, com o uso alternado de artes em locais diferentes, mas mantendo-se sempre o mesmo tipo de actividade, é possível encontrar pescadores que procuram emprego na construção civil, geralmente como trolhas e em situação laboral muito precária, outros que tentam sobreviver apanhando lenha nas matas adjacentes a algumas praias (o que é proibido) e ainda há quem procure ganhar dinheiro colhendo *míscaros* (um cogumelo comestível) nas referidas matas.

No entanto, a particularidade de muitas destas praias é o uso de artes de mar complementares da xávega.

Nas praias onde não existe fora da pesca qualquer outra possibilidade de ganhos, os pescadores, a título individual ou colectivo, desenvolveram e implementaram artes que lhes permitem pescar no período desfavorável. Destas, as que hoje têm mais representatividade são as *majoeiras* - redes de tresmalho caladas na baixa-mar nas areias da praia e verificadas na baixa-mar seguinte, precisamente na zona frequentada pelo robalo, para o qual esta rede é dirigida. As majoeiras são de utilização generalizada entre a Leirosa e Espinho, não só por pescadores da xávega

---

<sup>159</sup> Apesar de proibido, ainda hoje o fazem quando o mau tempo persiste, usando redes de tresmalho.

<sup>160</sup> A *tarrafa de mão*, também chamada *chumbeira*, é uma arte de arremeço, envolvente, que se utiliza de terra ou de embarcações; foi utilizada no rio Lis até 1987 em pescarias que decorriam durante toda a noite e onde participava a mulher do pescador.



como também por quem trabalha em traineiras, cuja paragem anual de inverno (o chamado *defeso*) deixa os pescadores desocupados. Embora em desuso, em algumas praias também se usam redes *branqueiras*<sup>161</sup>, igualmente tresmalhos, fundeadas perpendicularmente à praia e caladas por uma pequena embarcação (que entra mais facilmente no mar); estas redes, que são dirigidas ao carapau, são fundeadas ficando com um cabo em terra para onde são aladas sem necessidade de “ir ao mar”. Ao contrário das majoeiras, as branqueiras são, por vezes, pertença das sociedades de xávega e interessam a toda a companhia.

Das duas redes referidas, as majoeiras são inquestionavelmente as mais importantes do ponto de vista social, já que a sua utilização não requer o uso de uma embarcação, sendo por isso acessível aos pescadores de menores recursos. De acordo com Pedrosa, as redes deste tipo são utilizadas em toda a costa portuguesa desde a primeira dinastia e “constituíam a arte quase exclusiva das praias desabrigadas antes da chegada das grandes redes de arrasto” (1985; 294). Por seu lado, Baldaque da Silva (1891), que dá uma descrição pormenorizada desta rede, chama-lhe “engenhosa”. Contudo, a publicação do Decreto Regulamentar 43/87 vem proibir “o exercício da pesca com redes de emalhar fundeadas a uma distância inferior a 1/4 de milha da linha de costa” (nº1 do artigo 16º), lançando para a ilegalidade todos os pescadores que dela dependiam no Inverno e que, por esse motivo, a continuaram a utilizar<sup>162</sup>.

As majoeiras têm 10 metros de comprimento por dois de altura e um *miúdo* de 110 mm, possuem na tralha superior um conjunto de flutuadores em forma de *barquinhas* e na tralha inferior chumbadas em igual número das barquinhas (geralmente 11). Para serem colocadas na areia estão providas de duas estacas de madeira, uma em cada extremidade, estacas essas que são enterradas com o recurso a dois instrumentos: o *repuxo* e o *maço*. O *repuxo* é uma vara que possui num dos extremos uma cavidade onde entra o topo da estaca; o *maço* serve para bater no repuxo de forma

---

<sup>161</sup> *Branqueira* designa também redes de tipo diferente destas, conforme a região; Baldaque da Silva refere o uso de branqueiras associado ao *bater nas águas* para forçar o peixe a emalhar.

<sup>162</sup> Na fase de conclusão deste estudo (1998) encontrava-se em fase de consulta a nova regulamentação da pesca que prevê a permissão do uso das *majoeiras*.

que este penetre o mais fundo possível na areia, após o que é retirado (fot.37 a 42).

Estas redes empregam-se, como se disse, na pesca do robalo, espécie que frequenta a área da rebentação; são muito selectivas e capturam apenas exemplares de dimensão legal (fig. 59 e 60). De um modo geral, cada pescador fundeia várias destas redes paralelamente umas às outras e embora sejam pertença dos pescadores a título individual é frequente entreajudarem-se uns aos outros, até porque se trata de uma actividade dura que decorre no Outono e no Inverno e que obriga o pescador a entrar na água muitas vezes até à cintura. Por outro lado, é preciso considerar que estas redes se tornam impraticáveis em situações de grande agitação marítima, pois a força do mar as pode arrancar e destruir.

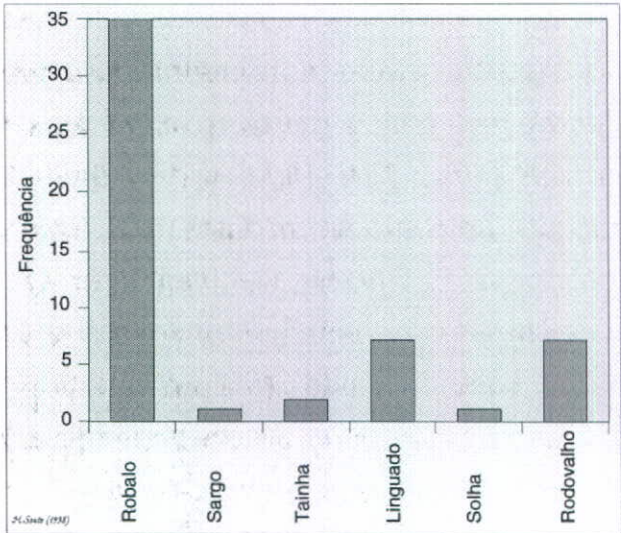


Fig. 59 - Frequência de espécies capturadas com rede majoeira, por 15 pescadores, numa maré do mês de Janeiro de 1995 (Praias de Esmoriz e de Cortegaça).

Fonte: S.T.P.Z.N.

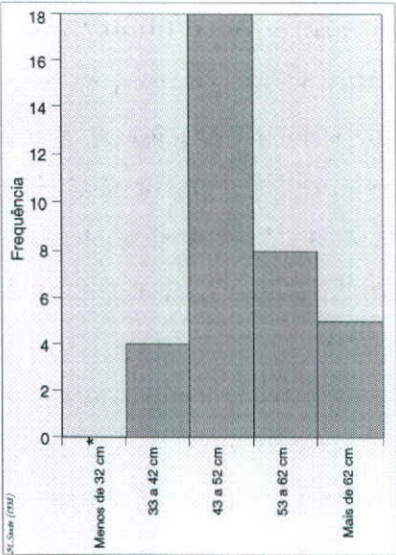


Fig. 60 - Classes de comprimento dos robalos capturados com rede majoeira, por 15 pescadores, numa maré do mês de Janeiro de 1995 (Praias de Esmoriz e da Cortegaça). \*) a inclusão desta classe, embora vazia, foi deliberada no sentido de mostrar que não se capturam exemplares abaixo do tamanho mínimo de captura de 32 cm.

Fonte: S.T.P.Z.N.

A proibição que recai sobre o uso destas redes é bem um exemplo de uma medida regulamentar da pesca totalmente injusta, não fundamentada e arbitrária, que tem provocado em diversas comunidades situações de injustiça gritantes. Acresce que a actuação das autorizadas face ao seu uso





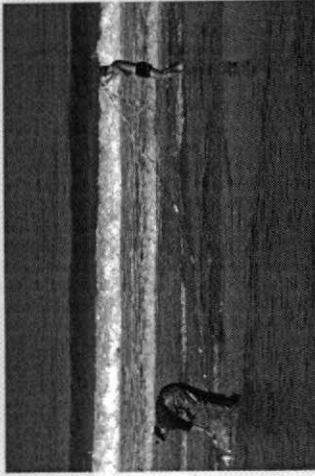
Fot. 37 - O repuxo é colocado em posição, sobre a estaca.



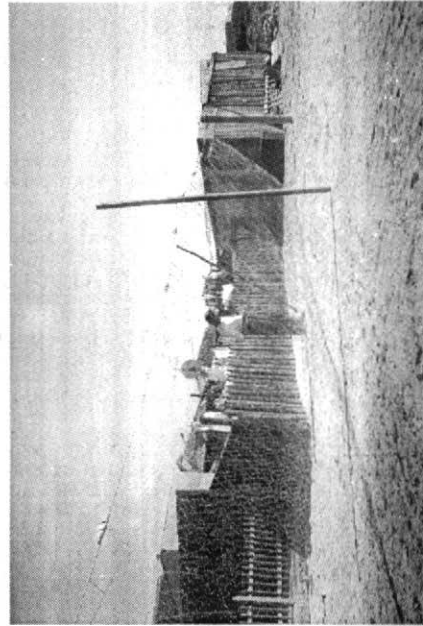
Fot. 38 - O repuxo é batido com o maço até a estaca estar enterrada



Fot. 39 - Depois da estaca bem ferrada, retira-se o repuxo.



Fot. 40 - Finalmente, reverifica-se a rede e espera-se que a maré suba.



Fot. 41 - Rede majoeira sendo remendada. É possível ver na tralha superior as *barquinhas* (bóias).



Fot. 42 - A rede majoeira é facilmente transportável e operável por um único pescador.

tem sido muito variável, de acordo com as respectivas chefias, existindo situações de forte repressão, de tal forma que, em algumas praias, o pescador vive num regime de total apreensão e sempre que verifica as redes está atento às patrulhas da polícia marítima que, em alguns casos, envia homens armados que se deslocam em viaturas todo-o-terreno sobre dunas e praias, sobre as quais se deslocam “como se se tratasse de auto-estradas”, no dizer dos pescadores<sup>163</sup>.

Esta arte não nos parece de incluir entre as ilegais; carecendo sim de uma correcta regulamentação que tenha em consideração a componente humana e social da pesca e não apenas a biológica<sup>164</sup>, o que na legislação nacional parece nunca acontecer, levando os pescadores a afirmar que “quem manda só se preocupa com os peixes, nós podemos morrer à fome!”. Esta situação revela sobretudo a pouca importância que é dada à investigação na área das Ciências Sociais e Humanas, baseando-se sempre e exclusivamente a regulamentação das pescas em pareceres da área da Biologia.

---

<sup>163</sup> Se as autoridades descobrirem redes, queimam-nas; se identificarem o seu dono, queimam-nas e autuam o proprietário. A multa é, no mínimo, de 40.000\$00.

<sup>164</sup> Por exemplo, licenciando-se apenas pescadores das companhias da xávega e de outras pescas sazonais com manifestas carências; limitando o seu uso a um máximo de redes; etc. Por outro lado, deve-se de todo impedir a sua utilização por amadores, fiscalizando e punindo os prevaricadores.



## V - A PESCA EM COSTA DE ARRIBAS

As comunidades de pescadores englobadas neste capítulo exercem a pesca sobretudo a partir de pequenas praias de enseada localizadas sempre entre arribas<sup>165</sup>. Tal como as comunidades que trabalham a partir de “praias abertas” em costa arenosa, também a estes pescadores se coloca o problema de pôr e retirar as embarcações do mar; o envolvimento rochoso pode tornar ainda mais problemáticos esses movimentos e dificultar a navegação junto à costa, embora a rocha funcione em muitos casos como quebra-mar e proporcione “canais” que facilitam o acesso ao mar. Aspecto limitante é também o da exiguidade das praias, quando as há, e a sua configuração, para varar as embarcações em terra, o que por vezes obriga a soluções engenhosas de amarração, entre as quais a necessidade de utilizar sistemas mecânicos para alar os barcos. Finalmente, deve considerar-se a dificuldade em vencer o desnível existente entre o topo da arriba e o “porto”, quase sempre superior a 50 m. De um modo geral, o acesso é feito por uma rampa ou por um conjunto rampas abertas entre as arribas e com piso de terra, situação que evolui com o seu alcatroamento<sup>166</sup>. Trata-se sempre de situações de grande instabilidade, já que as chuvas e a acção do mar originam quedas frequentes de materiais das arribas e abrem sulcos nas rampas de acesso ao mar.

A trabalhar num contexto ambiental extremamente difícil, estes

---

<sup>165</sup> Estes troços de costa são caracterizados pela existência de arribas, formações que evoluem “por movimentos de massa de vertente de diferentes tipos (desmoronamentos, escorregamentos) cuja ocorrência é preparada, a prazo mais ou menos longo, pela erosão marinha de sopé, pela degradação das características de resistência dos materiais que compõem as arribas e pela erosão sub-aérea.” (Marques, 1997; 68) A implantação humana nestas áreas constitui um risco, que é agravado pela forma geralmente incorrecta como é realizada (por exemplo, construindo no topo da arriba, abrindo rampas de acesso às pequenas praias existentes no sopé de algumas arribas). Em muitas situações, a sua grande instabilidade desaconselha mesmo a sua utilização como locais para pescar, não sendo, infelizmente, raros os acidentes verificados nestas situações.

<sup>166</sup> As excepções são, na costa ocidental, os casos de Porto da Barcas, a sul de Peniche, um pequeno promontório a que se tinha acesso exclusivamente por uma escadaria, e da Zibreirinha (Carrapateira), área de arribas altas, em que as embarcações (botes) são varadas em plataformas de madeira construídas sobre as águas fazendo-se o seu acesso ao mar através de sistemas elevatórios manuais.

“portos” de pesca só têm o futuro assegurado quando a sua importância e o seu sítio justificam grandes investimentos em infraestruturas portuárias por parte do Estado, como aconteceu em Sagres, com a construção do porto na enseada da Baleeira.

### 1.Caracterização sumária da costa de arribas em Portugal.

Pelas suas semelhanças morfológicas podemos distinguir em Portugal essencialmente 3 importantes troços de costa de arribas (fig.61):

- A. Entre S.Pedro de Moel (a sul do rio Lis) e o Cabo Raso;
- B. Entre o Cabo de Sines e o Cabo de S.Vicente;
- C. Entre o Cabo de S.Vicente e Vilamoura/Quarteira.

A estes sectores há que acrescentar o troço entre o Cabo Espichel e a foz do rio Sado, marcado pelo flanco rochoso da Serra da Arrábida, onde se abre o vale tifónico de Sesimbra, troço que apresenta a particularidade de ter uma orientação W-E<sup>167</sup>, o que, conjugado com a presença da referida serra, lhe confere um clima único, muito mais próximo do existente na costa algarvia do que na costa ocidental.

#### A. De S.Pedro de Moel ao Cabo Raso.

O sector costeiro mais complexo da costa portuguesa localiza-se na parte central e caracteriza-se por uma grande diversidade, quer nos tipos de costa que apresenta (arribas, afloramentos rochosos, extensas praias, cabos e promontórios) quer nas características da plataforma continental adjacente, que aqui revela o seu mais importante acidente (o canhão submarino da Nazaré), a par da sua maior extensão - cerca de 65 Km no paralelo da Lourinhã - constituindo o Promontório da Estremadura.

Nesta área é possível individualizar duas secções:

---

<sup>167</sup> Na costa ocidental, o outro troço com orientação geral W-E é entre o Cabo Raso e S.Julão da Barra.



a) de S. Pedro de Moel ao tómbolo de Peniche, costa essencialmente constituída por formações rochosas duras com intercalação de areais, como o da praia da Nazaré; nele são de assinalar duas lagunas costeiras (a Concha de S.Martinho do Porto e a Laguna de Óbidos) e, na plataforma continental, o Canhão da Nazaré (que se abre a umas 5 centenas de metros da praia do mesmo nome) e os ilhéus costeiros das Berlengas, Estelas e Farilhões (a cerca de 10/15 Km a NW do Cabo Carvoeiro). A sua diversidade morfológica e os diversos “fundões” e “bancos” que o caracterizam proporcionam às espécies marinhas diversos *habitats*, explorados há longa data pelas comunidades de pescadores de Peniche e da Nazaré (fig. 62).

b) do tómbolo de Peniche ao Cabo Raso, costa maioritariamente constituída por arribas altas, onde se intercalam magras praias de enseada

de difícil acesso por terra, numa das quais se desenvolveu o centro piscatório e de veraneio da Ericeira, que constitui a mais antiga e mais importante comunidade de pescadores deste sector, e onde se abre, na plataforma continental, o Esporão da Estremadura (fig.63).

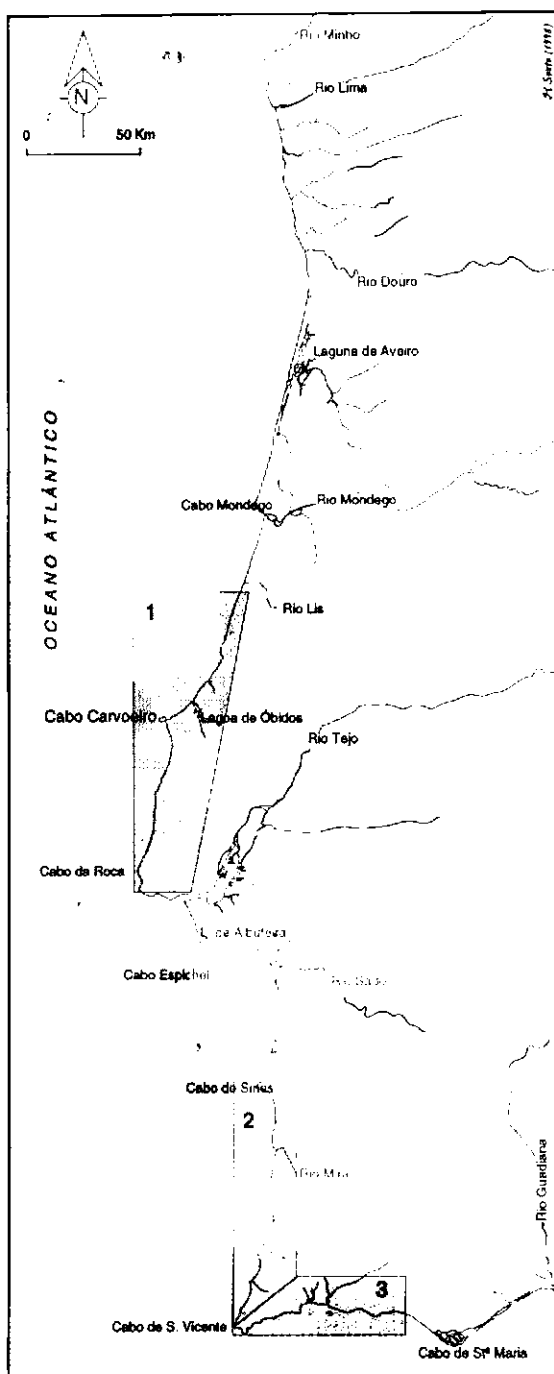


Fig. 61- Localização dos troços de costa alta em Portugal continental.

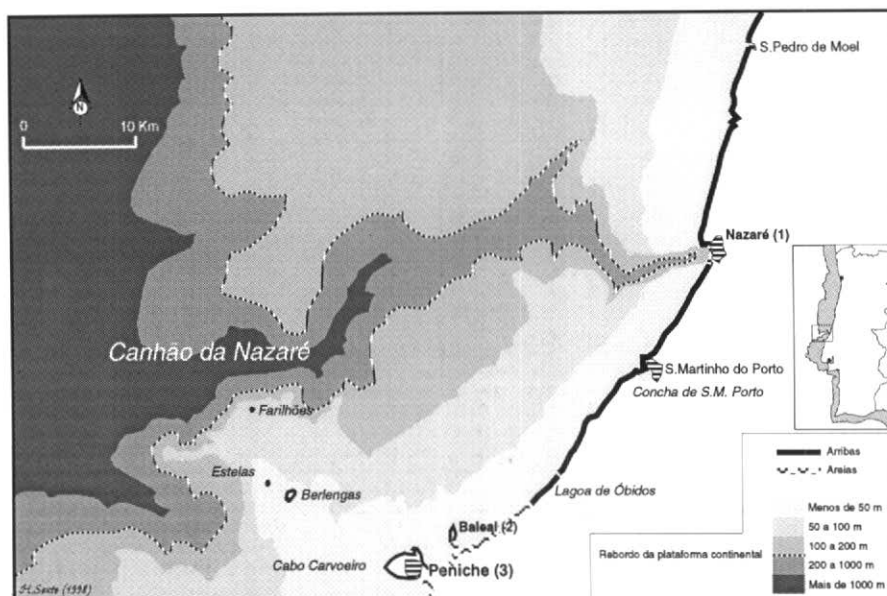


Fig. 62 - A costa e a plataforma continental, entre S.Pedro de Moel e o tómbolo de Peniche, e as comunidades de pescadores que nela exerciam a pesca no ano de 1997.

Notas: 1) A Nazaré conta com uma comunidade de pescadores de cerca de 500 indivíduos; 2) O tómbolo do Baleal apenas é utilizado como abrigo por alguns botes; 3) Em Peniche trabalham cerca de 1200 pescadores, metade dos quais em embarcações de cerco, pesca dominante neste porto - contudo, existem mais de 400 embarcações de pesca local.

Desenhado a partir de VANNEY e MOUGENOT (1981), de informações fornecidas pelas Capitânias e Delegações Marítimas, de informação estatística do INE (dados não publicados) e de informações recolhidas localmente durante o ano de 1997.

## B- Do Cabo de Sines ao Cabo de S.Vicente

Este sector costeiro é constituído por rochas duras que contactam com o mar com diversas planimetrias, mas no geral constituindo arribas altas (mais de 50 metros); o seu traçado rectilíneo e a ausência de fontes aluvionares importantes (cursos de água quase inexistentes e de regime torrencial) que, aqui, são retidos nas inúmeras rochas e leixões, apenas permitem a formação de pequenas praias, geralmente associadas a fozes de rios (rio Mira, ribeiras de Odeceixe e da Carrapateira). O limite da plataforma continental apresenta-se a cerca de 20 Km da costa, com a qual apresenta um grande paralelismo (fig. 64).

Se exceptuarmos Sines, que apresenta a maior comunidade piscatória de todo este troço, os restantes "portos" situam-se em pequenas praias entre arribas e são, por isso, de difícil acesso. Algumas destas comunidades



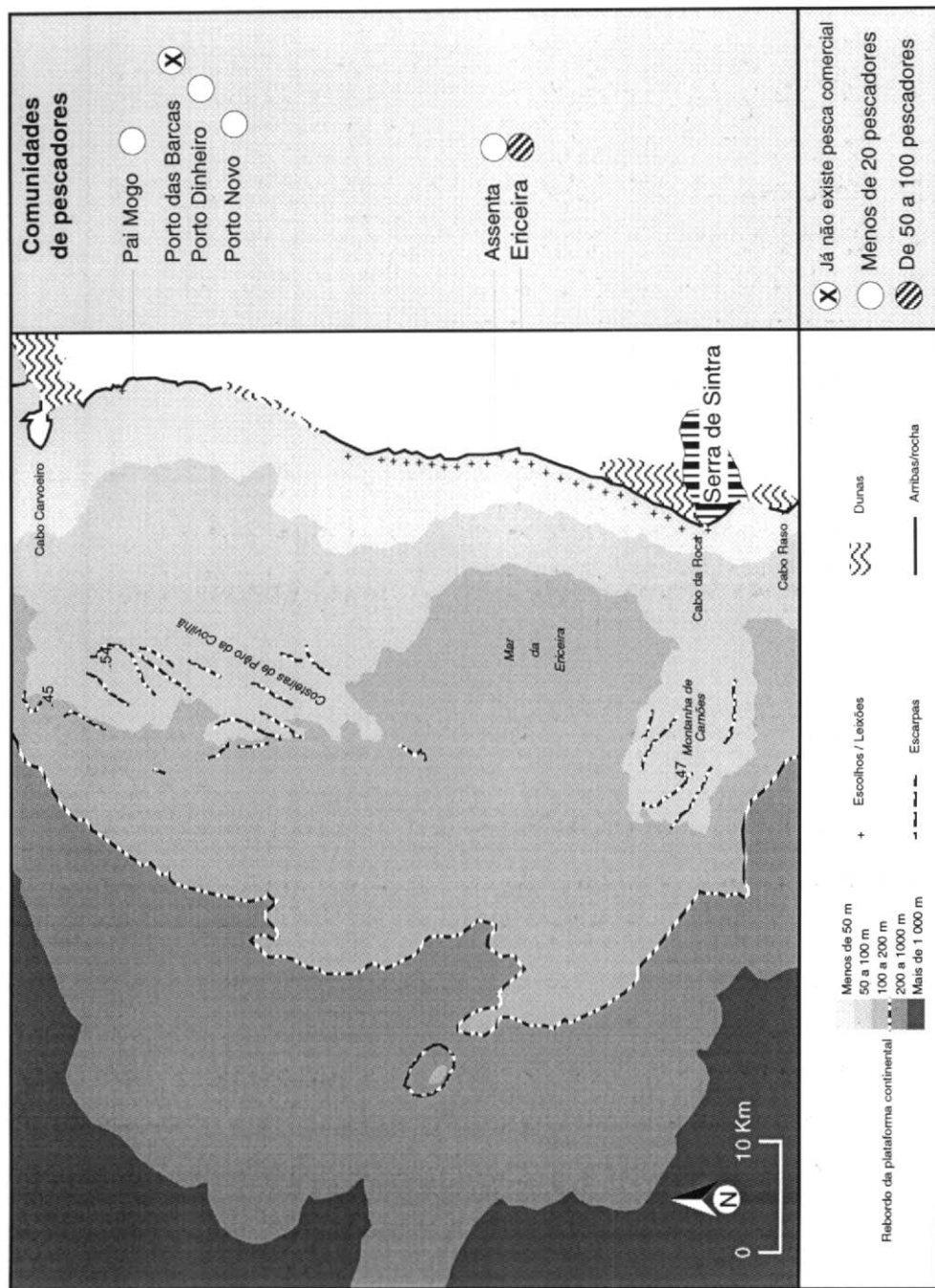


Fig. 63 - A costa e a plataforma continental, entre a península de Peniche e o Cabo Raso, e as comunidades de pescadores que nela exerciam a pesca em costa de arribas no ano de 1997.

Desenhado a partir de VANNEY e MOUGENOT (1981), de informação estatística do INE (dados não publicados) e de informações recolhidas localmente durante o ano de 1997.

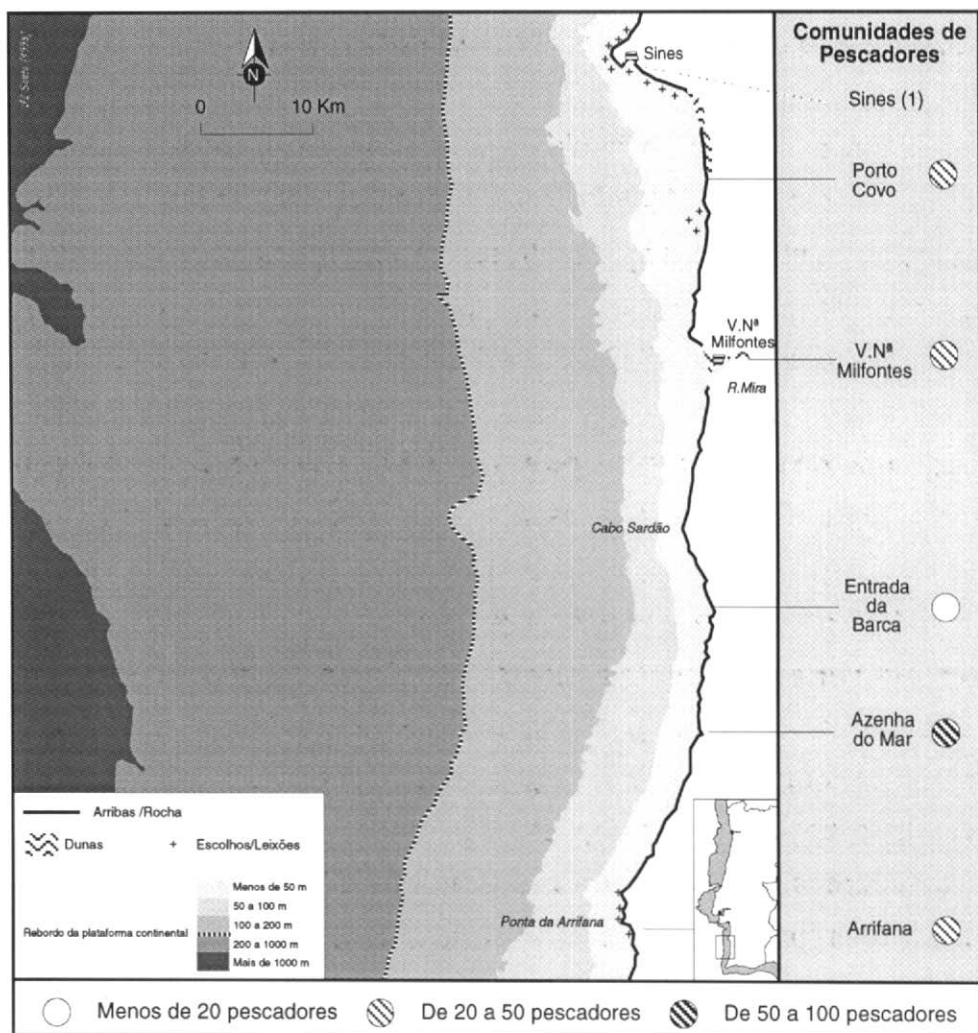


Fig.64 - A costa e a plataforma continental, entre o cabo de Sines e a Ponta da Arrifana, e as comunidades de pescadores que nela exerciam a pesca no ano de 1997.

Nota: 1) No porto artificial de Sines trabalham cerca de 500 pescadores. Desenhado a partir de VANNEY e MOUGENOT (1981), de informação estatística do INE (dados não publicados) e de informações recolhidas localmente durante o ano de 1997.

de pescadores são de formação muito recente (algumas dezenas de anos<sup>168</sup>) e trabalham num enquadramento particular na costa portuguesa, isto é, em regiões de baixíssima densidade populacional e com uma forte dominante agrícola, distando muitos quilómetros dos principais centros consumidores.

<sup>168</sup> Como é o caso de Azenha do Mar (Odemira)



## C. Do Cabo de S.Vicente a Vilamoura/Quarteira.

Limitado a oeste pelo conjunto formado pelo Cabo de S.Vicente e pontas de Sagres e da Atalaia, que separa a costa algarvia da costa ocidental, o presente sector apresenta uma grande variedade de formas, em grande parte devidas à acção conjugada do mar e das chuvas sobre formações rochosas de resistência variada à acção dos agentes erosivos (fig.65).

Do Cabo de S.Vicente até próximo de Lagos, o litoral é dominado por arribas constituídas por materiais muito variados e de diferentes idades (Marques, 1997); no fundo de algumas delas, em ligeiras reentrâncias do seu desenho, abrem-se pequenas praias, como as de Salema ou de Burgau (para dar exemplos de praias onde existem pescadores).

A partir da área de Lagos (Praia do Canavial) até Olhos de Água, “as arribas são cortadas em rochas (...) afectadas por carsificação antiga, que se encontra preenchida por depósitos arenosos avermelhados (...) muito menos resistentes à erosão que o substrato (...)” (Marques, 1997; 72); a costa é aqui de grande beleza paisagística, com muitos recortes, leixões, arcos, pontes naturais e galerias<sup>169</sup>. Neste sector intercalam-se duas extensas praias, a primeira na Baía de Lagos (cerca de 12 km de extensão), a segunda, a leste, em Armação de Pêra (cerca de 2 km).

### 2. As pequenas comunidades de pescadores em costa de arribas.

#### 2.1. Entre a península de Peniche e o Cabo da Roca.

Com excepção da Ericeira, trata-se de “portos” muito pequenos de actividade marcadamente sazonal (pesca exclusivamente de Primavera/Verão). O pequeno número de pescadores que aqui trabalham

---

<sup>169</sup> Não é certamente por acaso que se localiza neste sector da costa algarvia o concelho mais procurado pelos turistas - Albufeira.

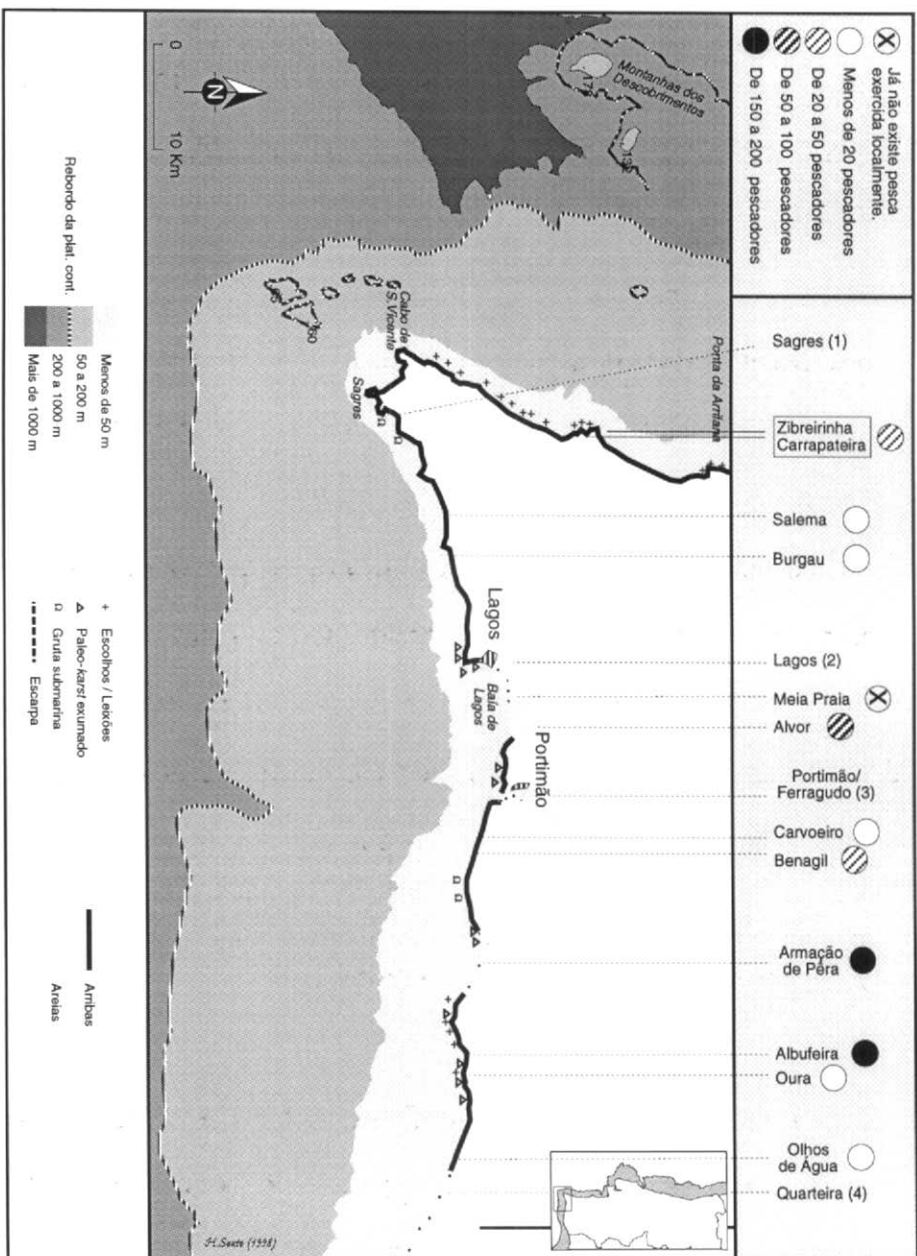


Fig. 65 - A costa e a plataforma continental, entre a Ponta da Arrifana e Quarteira, e as comunidades de pescadores que nela exerciam a pesca no ano de 1997.

Notas: 1) A partir do porto artificial da Baleeira, em Sagres, exercem a pesca cerca de 400 pescadores; 2) A partir do porto de Lagos exerciam a pesca cerca de 300 pescadores; 3) A partir do porto de Portimão e do fundeadoiro de Ferragudo trabalhavam cerca de 400 pescadores; 4) Em Quarteira exercem a pesca cerca de 650 pescadores - estes utilizam a área da marina de Vilamoura como porto.

Desenhado a partir de VANNEY e MOUGENOT (1981), de informações fornecidas pelas Capitânias e Delegações Marítimas, de informação estatística do INE (dados não publicados) e de informações recolhidas localmente durante o ano de 1997.



no Verão dedica-se a outras actividades durante o restante período do ano, sobretudo tarefas agrícolas (por vezes, são mesmo pequenos proprietários agrícolas) e construção civil. Característica distintiva é o facto destes pescadores não viverem nos locais onde exercem a pesca, apenas se deslocando até lá para pescar, em alguns casos construindo mesmo pequenas barracas em madeira onde, em alguns casos, pernoitam. Em todos estes “portos” são visíveis viveiros construídos na rocha para a lagosta, o que explica que, mesmo num contexto ambiental extremamente difícil, se tenham desenvolvido e mantido.

As artes mais utilizadas são os covos, em parte dirigidos aos crustáceos, e os aparelhos de anzol; as redes de emalhar estão totalmente ausentes, à excepção da Ericeira.

Factor comum a todos eles é também o seu uso, no verão, por embarcações de recreio e por pescadores desportivos, que muitas vezes aproveitam as infraestruturas existentes (por exemplo, rampas, aladores mecânicos); da mesma forma, muitas embarcações de pesca têm sido “reconvertidas” para embarcações de recreio.

## 2.2. Nas costas alentejana e vicentina.

As comunidades da costa ocidental a sul do Cabo de Sines são de desenvolvimento recente, com excepção de Porto Covo e de Arrifana<sup>170</sup>, já referidas por Baldaque da Silva (1891). Tanto quanto é possível saber, por documentação escrita ou por testemunhos de pescadores mais idosos, todas estas comunidades terão resultado da fixação de assalariados

---

<sup>170</sup> Vila Nova de Milfontes também se inclui neste grupo, estando implantada no estuário do rio Mira.

agrícolas que, inicialmente, apenas exerciam a pesca no Verão, com linhas e anzóis, tendo posteriormente optado por ela como ocupação principal, embora ainda hoje se encontrem alguns pescadores-agricultores. Tais terão sido os casos de Porto Covo<sup>171</sup>, Entrada da Barca, Azenha do Mar<sup>172</sup>, Arrifana e Carrapateira. O factor de localização principal terá sido a existência de pesqueiros pouco ou nada explorados na proximidade da costa, para além, naturalmente, de *sítios* com o mínimo de condições para estabelecer o “porto”, quase sempre em pequenas enseadas bem protegidas a Norte por saliências rochosas (*pontas*) e pelo desenho da costa - os pescadores de Porto Covo utilizam a *calheta* ou *barranco* homónimo para fundear as embarcações.

Inseridos em regiões de baixas densidades populacionais e de ainda pouca procura turística, o preço da primeira venda do pescado em lota não atinge valores muito elevados, sobretudo se considerada a sua qualidade (demersais pescados essencialmente com aparelhos de anzol e com covos), já que a procura é diminuta: o pescado comercializado em lota nos pequenos “portos” é adquirido por poucos compradores (geralmente 1 ou 2) que determinam entre eles o preço a praticar. Nestas situações de poucos comerciantes nos postos de vendagem locais a solução mais praticável para os pescadores seria fazer a primeira venda numa lota mais concorrida e localizada nas proximidades, o que nesta região, com excepção de Porto Covo, é impraticável dada a distância da única (Sines) em que tal seria viável. Também a “fuga” ao sistema legal de vendagem não parece ser muito favorável, dado o relativamente pequeno número de restaurantes e sua procura essencialmente nos fins-de-semana e no verão.

---

<sup>171</sup> A este propósito veja-se Polanah (1969).

<sup>172</sup> A propósito da Azenha do Mar veja-se o estudo de Meneses *et al.* (1996).



### 2.3. No Algarve ocidental.

Entre o Cabo de S.Vicente e a “ria Formosa” existem diversas comunidades de pescadores implantadas em pequenas praias de enseada - Salema, Burgau, Carvoeiro, Benagil, Albufeira, Oura e Olhos de Água. Fortemente condicionadas pela exiguidade do espaço (fig.66) - disputado com a utilização balnear e edificações afectas ao seu uso, o trabalho na pesca vê-se aqui em concorrência com outras oportunidades de emprego em sectores relacionados com o grande desenvolvimento do turismo (sobretudo na restauração), verificando-se um fenómeno quase único na costa portuguesa: não é o pescador a procurar uma actividade complementar mas o empregado na indústria hoteleira - geralmente oriundo de famílias de pescadores - que procura “arredondar o orçamento” com uma ou outra *maré*.

Nestes “portos”, de número de pescadores profissionais variável entre cerca de uma dezena (Salema, Burgau) e perto de 200 (Albufeira)<sup>173</sup>, a pesca é essencialmente dirigida a demersais de elevado valor comercial e de escoamento garantido, graças à enorme procura por restaurantes e hotéis, pelo que as artes mais utilizadas são sobretudo aparelhos de anzol e covos, propícios àquelas espécies, estes também usados para capturar polvos. Na figura 67 é bem visível a diferença do preço médio da primeira venda legal de pescado entre estes “portos” e os “industriais” (Portimão e Olhão, por exemplo).

---

<sup>173</sup> A determinação do número de pescadores envolvidos na pesca a partir de determinado local e em dado momento é sempre muito difícil. Todavia, em regiões como o Algarve a situação é complicada pela *promiscuidade* existente entre o pescador profissional a tempo inteiro, o pescador a tempo parcial ou ocasional, o pescador reformado e o pescador dito desportivo, que em alguns casos utiliza artes não autorizadas para a pesca desportiva.

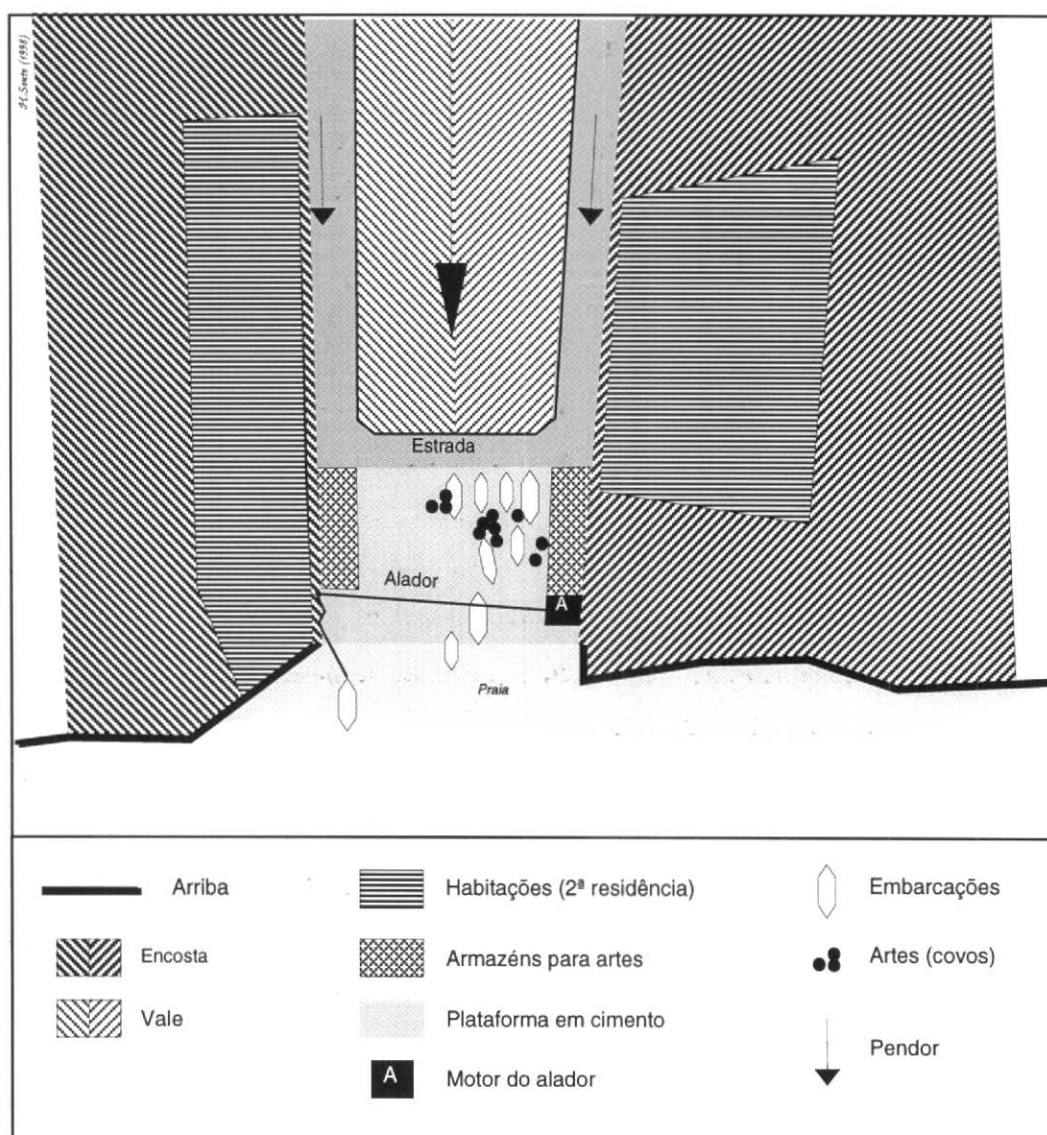


Fig. 66 -Utilização da pequena praia de Benagil pela comunidade local de pescadores. Desenhado a partir da observação no local em Abril de 1998 e sem recurso a mapas ou a fotografias.

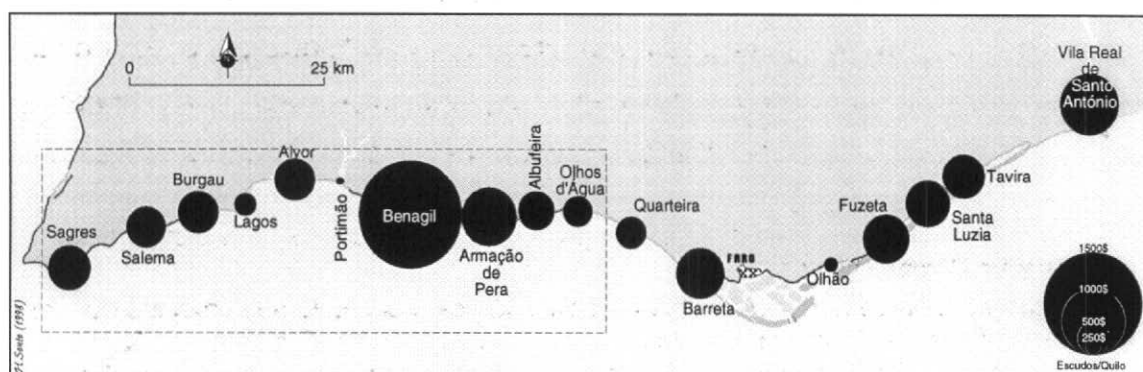


Fig. 67 - Comparação dos preços médios praticados na primeira venda legal do pescado nos portos do Algarve, em média do período 1994/96.

Fonte Estatística: DGPA, *Recursos da Pesca - Série Estatística*, 1994 a 1996.



### 3. A “decadência” da pesca na Ericeira.

Localizada a cerca de 40 quilómetros de Lisboa, no troço de arribas altas que se estende desde as imediações do Cabo da Roca até Peniche (Ponta da Consolação), a Ericeira é terra muito antiga (recebeu foral em 1229) e desde sempre albergou uma comunidade piscatória, cujas origens são hoje impossíveis de determinar.

Conhecida como praia de banhos, de que foi até meados da década de 60 uma das preferidas dos lisboetas, alia hoje a essa função um forte poder atractivo relacionado com a prática de novos desportos náuticos, de que o melhor exemplo é a prática de *surf* sobretudo na praia de Ribeira de Ilhas<sup>174</sup>, a Norte da Vila. Por outro lado, a forte procura turística motivou o aparecimento de inúmeros restaurantes<sup>175</sup>, especializados em pratos de peixe e marisco, que são hoje outro seus dos atractivos pois a proximidade a Lisboa e a agradabilidade da área em que se insere, transformaram-na num dos locais eleitos para passeios de fim-de-semana. A vida desta localidade está pois condicionada pelos forasteiros, apresentando-se, como todas as áreas de veraneio, fortemente povoada no Verão, enquanto no resto do ano os dias de semana são calmos mas os fins-de-semana muito concorridos<sup>176</sup>.

A comunidade de pescadores da Ericeira, fornecedora da matéria-prima aos restaurantes locais, utiliza um *sítio* portuário com enormes constrangimentos físicos, só ultrapassáveis com grandes investimentos em infraestruturas portuárias, o que até se tem feito se se atender aos poucos rendimentos gerados pela pesca. Basicamente, o “porto”, localizado na praia da Ribeira ou do Peixe, é constituído por uma plataforma em cimento onde varam as embarcações, à qual acedem através de uma rampa com o

---

<sup>174</sup> Em 1989 realizou-se nesta praia e pela primeira vez em Portugal uma prova de *surf* a contar para o Campeonato do Mundo.

<sup>175</sup> A Ericeira sempre apresentou uma gastronomia rica e baseada nos produtos do mar, independentemente da oferta dos restaurantes. Exemplo disto é a famosa *Caneja de Infundice*, prato só existente na Ericeira e preparado e consumido apenas no âmbito de grupos e tertúlias, constituídos basicamente por homens acima dos 40/50 anos. A caneja é um cação (*Scyliorhinus canicula*) e a sua preparação exige a curtição prévia da sua carne durante vários dias (geralmente oito) num quarto escuro ou por enterramento no solo.

<sup>176</sup> Algum comércio encerra mesmo durante vários dias úteis, abrindo apenas de 5ª feira a Domingo, fora da época balnear!

auxílio de tractores; esta área está protegida da ondulação de Norte por um molhe com cerca de 400 metros; a secção terminal deste molhe é sistematicamente destruída pelo oceano no Inverno, o que bem atesta não se tratar de um mar “fácil” (fig.68).

A pesca na Ericeira resume-se hoje a pouco mais de 60 pescadores e a dúzia e meia de embarcações activas, quase todas pequenas *lanchas* com menos de 5 toneladas de arqueação bruta, mas geralmente de convés fechado. A acreditar nos registos da Delegação Marítima local, com os quais se elaboraram as figuras 69 e 70, estes valores têm oscilado muito ao longo das últimas décadas. Contudo, nunca como no período pós-adesão à Comunidade Económica Europeia (hoje União Europeia) a queda foi tão acentuada, no que segue de perto, aliás, a tendência geral do país. As embarcações foram *abatidas* ou reconvertidas para náutica de recreio pelos próprios pescadores ou por quem as adquiriu, representando hoje a maioria da frota local.

Seguindo os decréscimos da frota e da mão-de-obra também as vendas em lota têm vindo a cair, apesar do valor médio da primeira venda ser elevado (quase 800\$00 por quilo) - fig.71.

A pesca na Ericeira encontra-se em agonia. No local, aponta-se o dedo aos pescadores, aos restaurantes e às entidades responsáveis pela manutenção do molhe do porto: os primeiros porque “fogem à lota”, os segundos porque “contratam” com os poucos pescadores a compra do pescado, os terceiros porque não fazem as obras necessárias sem as quais os pescadores não conseguem sair do porto em segurança, no Inverno. As entidades responsáveis pelo porto argumentam que o movimento na lota é muito baixo e que assim não se justificam as obras, os pescadores não pescam mais porque o porto não oferece condições ...

Na realidade é a conjugação de todos estes factores além da política de redução da frota e dos pescadores que tem sido prosseguida no país desde a adesão à então à Comunidade Económica Europeia. Os pescadores da Ericeira preferem abater as suas embarcações à pesca e dedicar-se ao aluguer do barco a pescadores desportivos, que pagam “à



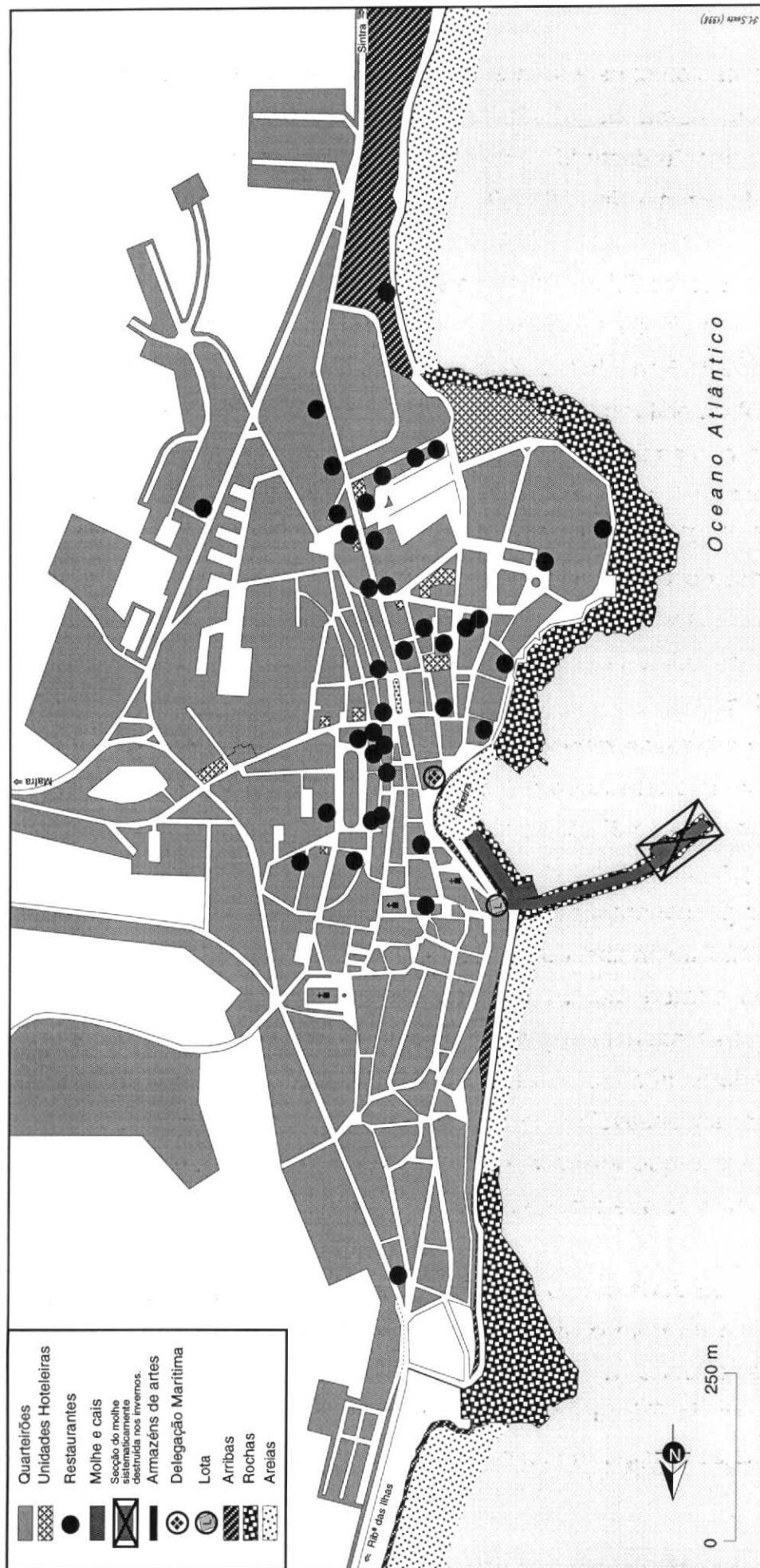


Fig. 68 - Planta da Ericeira, com a localização do porto, dos restaurantes e das unidades hoteleiras.

Desenhado a partir de uma planta turística fornecida pela Junta de Turismo da Ericeira, actualizada no terreno em Março de 1998.

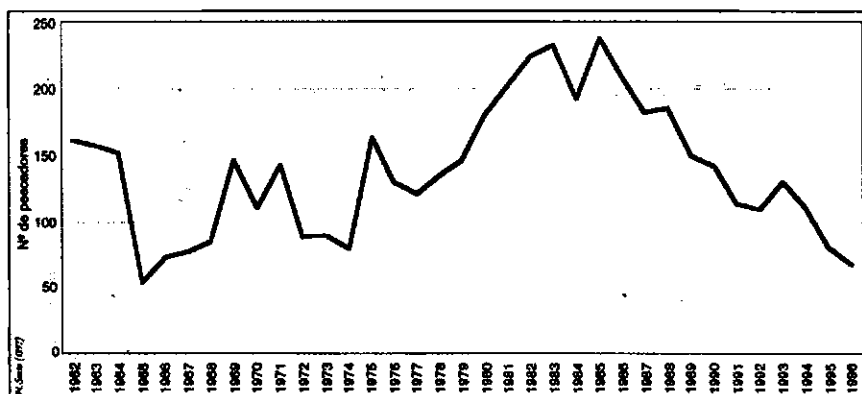


Fig.69 - Evolução do número de pescadores na Ericeira, entre 1962 e 1996 (em 31 de Dezembro de cada ano, excepto 1975, 1980, 1985 e 1989, em 31 de Julho).

Fonte estatística: Delegação Marítima da Ericeira.

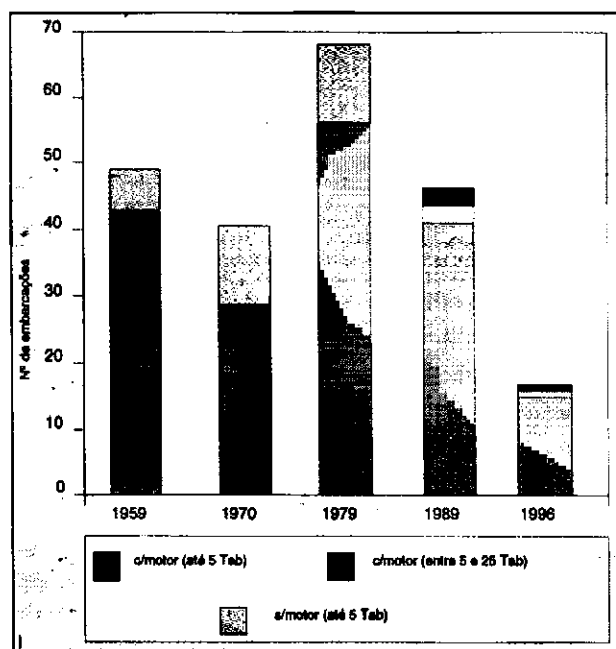


Fig. 70 - Número de embarcações de pesca activas na Ericeira, nos anos de 1959, 1970, 1979, 1989 e 1996.

Fonte estatística: Delegação Marítima da Ericeira.

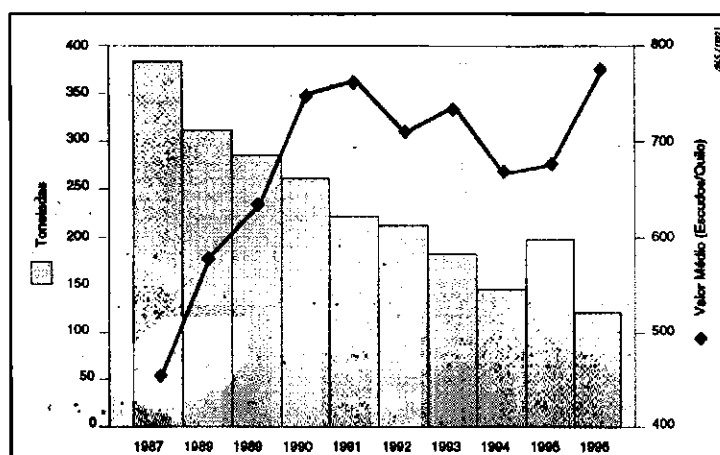


Fig. 71 - Pescado transaccionado em 1ª venda legal na Ericeira entre 1987 e 1996.

Fonte Estatística: GEPP e DGPA, *Recursos da Pesca - Série Estatística*, 1988 a 1996.



entrada” uma quantia certa, ficando assim livres das “sortes” da pesca.

Facto esclarecedor desta transformação foi também a alteração do tarifário dos tractores utilizados na alagem das embarcações<sup>177</sup>: até 1995 cada barco pagava 5% do valor das vendas efectuadas em lota (valor que aí era logo descontado); a partir de 1997 esse valor passou a ser de 1.000\$00 por movimento, isto é, 2.000\$00 por cada ida ao mar de uma embarcação! Reflexos da “fuga à lota” ou do aumento de embarcações reconvertidas? Ou de ambas?

Grande parte do pescado confeccionado hoje nos restaurantes da Ericeira e sua região é já originário de outros portos do país ou mesmo importado do estrangeiro (como é o caso da lagosta). Assiste-se assim, paulatinamente, ao desaparecimento do suporte local de toda a famosa restauração ericeirense que, bem entendido, vai continuar a prosperar à custa de produto importado, mas com evidente prejuízo da economia local.

#### 4. Uma pequena companhia de Assenta (Ericeira).

Quem sair da Ericeira em direcção ao Norte pela estrada que corre ao longo da costa e que liga esta vila sucessivamente a Ribamar e a S.Lourenço encontra nesta região uma bem conhecida oferta gastronómica dependente de produtos do mar, explicitamente publicitada e amplamente conhecida. Porém, se não se ficar por esta última localidade e se se prosseguir para Norte dá-se conta de evidentes alterações na paisagem que vai mostrando cada vez mais que se está a penetrar numa região essencialmente agrícola. Isto é tanto mais evidente quando se passa por Barril e, pouco depois, após um desvio, se chega a uma localidade chamada Assenta; uma placa indicando “porto de pesca” desperta, nestas circunstâncias, uma evidente curiosidade, tanto mais que, como se referiu, se está numa área inquestionavelmente agrícola e já sem qualquer marca de actividades relacionadas com o mar e com o turismo, como apenas a cerca de uma dúzia de quilómetros antes, na Ericeira (fig.72).

---

<sup>177</sup> Os tractores utilizados pelos pescadores são propriedade da associação de pescadores local; o clube naval local também possui tractores, existindo uma certa solidariedade entre estas organizações.

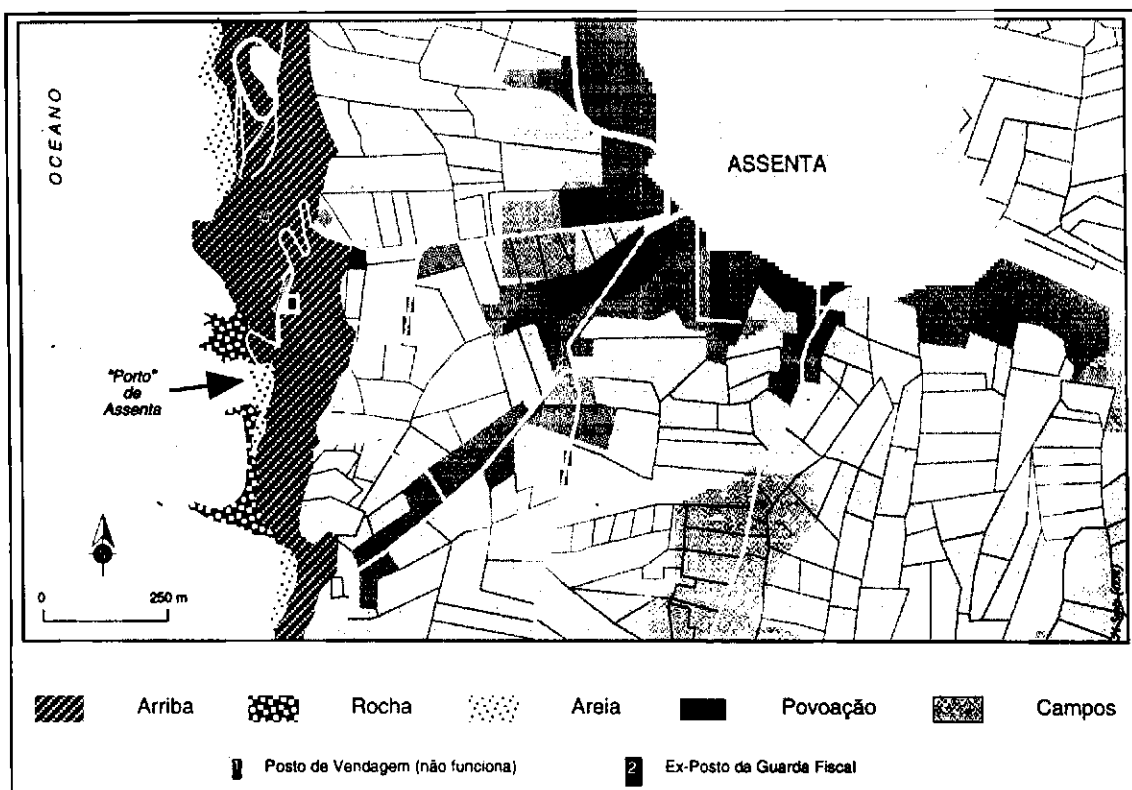


Fig. 72 - Enquadramento do "porto" de Assenta na sua área.

Desenhado a partir de fotografia aérea vertical, do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, (rolo 8906, fiada 4N) à escala aproximada de 1/15 000, corrigida e actualizada no terreno em 1997.

É certo que este "porto" está já referenciado por Baldaque da Silva nos seguintes termos: "A 6.5 leguas de distancia do Cabo da Roca, um pouco pelo Sul da Ponta da Lamparoeira, fica a *Praia de Assenta*, constituindo um pequeno porto de pesca (...) "com 17 embarcações e 38 tripulantes" (1891; 129). Mesmo sabendo da sua existência, o primeiro contacto com este local provoca espanto!

Acede-se a este "porto" por uma rampa sinuosa, em terra batida, ao fundo da qual se abre uma pequeníssima praia; o desnível entre esta e o alto da arriba ronda os 90 m; os ravinamentos que a rampa apresenta e o material caído da arriba dão bem conta da instabilidade deste local. Apenas a rampa junto à praia está cimentada e é nela que varam as embarcações; no topo desta rampa encontra-se a "casa das máquinas" que alberga o motor do alador, que se estende, por um sistemas de roldanas, até à praia. Esta, muito pequena, apresenta intercalações de rocha que se prolongam pelo mar apresentando junto à praia várias "barreiras" de rocha, para vencer as quais "é preciso saber", no dizer dos pescadores; e junto à arriba, grande concentração de materiais dela caídos. Assim, o acesso a esta praia é difícil tanto por terra como por mar.



Este difícil enquadramento ambiental tem obrigado à mudança do local do “porto”, o qual, de acordo com testemunhos locais, já se localizou em duas outras pequenas praias, uma a Norte outra a Sul da actual.

Apesar da proximidade da Ericeira (cerca 12 quilómetros por estrada), os pescadores de Assenta não têm geneticamente nada a ver com os daquele centro, antes saindo do espaço rural envolvente, no meio do qual são *marginais* face à agricultura dominante. Os habitantes mais idosos contam, mesmo, que, *antigamente*, vinham as traineiras de Peniche abastecer de sardinha estes lugares; a traineira fundeava ao largo e mandava um pequeno bote a terra carregado de sardinha para venda. Esta era adquirida por peixeiras locais que, avisadas da chegada da traineira, por vigias, acorriam à praia a comprá-la.

Como justificar, então, este pequeno “porto”, tão difícil quando um pouco a Sul existe um outro bem mais importante e, apesar de tudo, com melhores condições? Sem dúvida pela forte ligação à agricultura dos pescadores que inicialmente aqui se implantaram e também inquestionavelmente pela existência de pesqueiros nas proximidades. A presença e a proximidade de recursos a explorar é sempre um factor fundamental na localização destes pequenos “portos”. A observação da figura 73 demonstra o que se afirmou: apesar de em todo este troço a costa ser “difícil”, no mar adjacente a Assenta, e até cerca de 2 milhas da costa, abundam pequenos *bancos*, locais privilegiados de pesca explorados por estes pescadores.

No Verão de 1997 havia em actividade 3 embarcações de Assenta, mas duas delas varavam na Ericeira. A maior parte das embarcações de pesca deste “porto” foi, nos últimos anos, *abatida* ou vendida e reconvertida para recreio náutico (neste local funciona um pequeno clube naval). Os barcos abatidos<sup>178</sup> e os de recreio varam ao longo das rampas.

A única embarcação activa neste local é de boca aberta e possui 1,30 de TAB, 5,10 m de comprimento de sinal, 1,70 m de boca, 0,73 m de

---

<sup>178</sup> Supostamente o *abate* subsidiado de embarcações, nos moldes em que se tem processado, isto é, para reduzir o esforço de pesca, pressupõe a destruição do barco. Contudo, tal política transformou o litoral português num extenso cemitério de embarcações e tem conduzido - sem que ninguém se pareça preocupar com isso - ao desaparecimento de muitos tipos de barcos portugueses, de alguns dos quais já não resta hoje um único exemplar!

pontal; está equipada com um único motor fora de borda de 40 cavalos, rádio e um alador manual colocado a bombordo. Por este último motivo, o casco do barco, sob o alador, está reforçado com chapa metálica.

Esta embarcação pescou com três pescadores, o arrais (armador da embarcação) e mais dois camaradas, por sinal irmãos. O proprietário, de 38 anos de idade, possui carta de “mestre costeiro” e de “2º maquinista” e trabalhou já em diversos tipos de navios de pesca costeira. Para este pescador a pesca é tradição familiar: já o seu pai e antes dele o seu avô tinham esta actividade (e sempre em Assenta)<sup>179</sup>. Também a sua mulher possui “cédula” e com ele pescou durante 12 anos, até ao nascimento do primeiro filho. Este pescador vive na Encarnação, localidade a cerca de 4 quilómetros a SE do “porto”. Tal como os seus camaradas, não exerce outra actividade em simultâneo, embora possua uma horta para “ter umas batatas”.

Tal como toda a pequena pesca, também aqui a sazonalidade e a irregularidade são dominantes. Como desta praia só se consegue entrar no mar com bom tempo, a pesca só aqui se exerce habitualmente entre Abril/Maio e Setembro e para o resto do ano é necessário arranjar uma alternativa: “vai-se para as obras ou trabalhar para as estufas, o que é preciso é fazer alguma coisa”. Contudo, quando procurado no Inverno foi-nos dito que “estava com o barco para Lisboa e só vinha ao fim-de-semana”, o que revela uma outra estratégia, isto é, deslocar a embarcação para uma área próxima que assegure melhores condições para a pesca<sup>180</sup>.

De acordo com a informação prestada pelos pescadores, e por aquilo que foi possível verificar no terreno, estes utilizam covos de diversos tipos, *aparelhos de anzol* e *redes de emalhar* (contudo, não tivemos oportunidade de confirmar o uso destas redes).

O aparelhos mais utilizados parecem ser as armadilhas, de que usam diversos tipos simultaneamente, com o objectivo de diversificar as capturas.

---

<sup>179</sup> Provavelmente a tradição familiar vai ser quebrada neste ponto: “Veja lá que eu desde que nasci que ia ao mar com o meu pai, mas se quiser levar o meu filho levo logo com uma multa!”.

<sup>180</sup> As embarcações de pesca local podem pescar na área de jurisdição da capitania em que estão inscritas e na área das capitánias vizinhas, o que quer dizer que esta embarcação se pode deslocar, por exemplo, para Peniche ou para a área da Capitania de Lisboa.



Assim, foi possível determinar a utilização de pelo menos 4 tipos de covos:

- cilíndricos com raio de cerca de 1 m por 50 cm de altura; usam-se em caçadas de 3 a 5, iscados com sardinha, cavala ou pilado e são dirigidos aos peixes maiores (por exemplo, safios);

- *gaiolas* paralelepipedas de dimensão semelhante aos anteriores e usados do mesmo modo e com o mesmo fim;

- covos pequenos, de face arredondada, iscados com os mesmos peixes dos anteriores e armadas, em caçadas de 20 a 30, destinadas essencialmente à santola e ao lavagante;

- covos pequenos, iscados com sardinha e com *peles de bacalhau*, em caçadas de 20 a 30, para o polvo.

A utilização de peles de bacalhau em covos ou outros aparelhos de pesca constitui para nós novidade! Usadas há cerca de 3 anos por estes pescadores, servem para atrair, pelo brilho, o polvo, que “é animal muito curioso”. Anteriormente tinham experimentado papel de prata, mas a existência de várias unidades de tratamento de bacalhau na região, que deitam para o lixo os desperdícios, nomeadamente as peles, levaram-os a utilizar este material, ao que dizem com sucesso.

As operações de pesca desta companhia duram cerca de 5 a 6 horas (entre as 5-6 horas da manhã e as 11-12 horas) e destinam-se à verificação das caçadas (de 2 a 4) e à reiscagem dos aparelhos, tratando-se de covos; os aparelhos de anzol, que usam especificamente para o robalo, têm tratamento semelhante. Contudo, com muita frequência são obrigados a interromper a pesca por o estado do mar se tornar pior; também os dias de inactividade são mais numerosos do que aqueles em que o mar permite a navegação, não sendo raro, mesmo no verão, fazerem apenas duas ou três marés por semana. As operações em terra destinam-se à aquisição e preparação do isco, à limpeza da embarcação e à preparação das artes.

Na “porto” de Assenta existe um edifício que, segundo informações locais, funcionou como “lota” até meados dos anos 70. Hoje é utilizado como armazém.

Assim, para a venda, o pescado é levado em transporte dos próprios pescadores até à Ericeira, onde funciona a “lota”. Mas não todo, pois o peixe tem o destino marcado de acordo com o seu valor:

- parte das espécies mais vulgares e dos exemplares mais pequenos (mas dentro das dimensões legais) destinam-se a auto-consumo;

- a restante parte vai para venda, em lota (“somos obrigados a vender qualquer coisa na lota senão ficamos sem segurança social”);

- finalmente, a parte mais valiosa das capturas (santolas, lavagantes, lagostas) e os peixes de maior dimensão são vendidos directamente - “por contrato” - a restaurantes locais (por exemplo, o safio até 5 Kg rende 800\$/kg, com mais de 5 kg rende 1 000\$/kg, no que conseguem, em média, mais 200\$ por quilograma do que em lota).

Sendo pescadores em terra de agricultores afirmam convictamente que o peixe serve de moeda para tudo, pois trocam-no por vinho, carne, batatas ... Aliás, as relações deste grupo de pescadores com o espaço envolvente e com as actividades dominantes nesses espaço (agricultura na área do seu porto e da sua residência e turismo, com forte peso de restaurantes, a Sul dessa área), são bem demonstrativos da sua ligação às características do meio em que vivem.



## VI - A pequena pesca nos portos de pesca industrial.

### 1. Os portos de pesca industrial.

Os principais portos de pesca portugueses desenvolveram-se em estuários, aproveitando as boas condições de abrigo por eles oferecidas, ou ao abrigo de importantes cabos ou outros acidentes naturais.

Os mais importantes portos de pesca industrial, em estuários, são o de *Viana do Castelo* (na margem Norte do rio Lima), *Leixões*, que aproveitou o pequeno estuário do rio Leça e que ocupa ambas as margens do mesmo (embora o sector de pesca se localize na margem Sul, em Matosinhos - fig. 74; Figueira da Foz (no estuário do Mondego); *Lisboa*, cujo porto de pesca foi construído em Algés/Pedrouços, na margem Norte do estuário do Tejo, e exclusivamente “pensado” para embarcações de pesca costeira e do largo; *Setúbal*, na margem Norte do estuário do Sado; *Portimão*, na margem leste do estuário do Arade - fig. 75 - e *Vila Real de Santo António*, na margem portuguesa do estuário do Guadiana, embora não passe de um longo acostadouro com algumas infraestruturas em terra.

Em lagunas costeiras situam-se os portos de *Aveiro* (na “Ria” de Aveiro), *Olhão* e *Fuzeta* (na “Ria” Formosa), *Tavira*, embora localizado no estuário do rio Gilão, não deixa de ser um “porto lagunar”.

O porto da *Nazaré* é o mais setentrional a ser construído no exterior de um estuário e resulta de uma antiga pretensão da comunidade de pescadores locais, que até à sua construção tinham de varar as embarcações em terra ou fundear noutros portos.

Um dos mais importantes portos de pesca portugueses - o de *Peniche* - foi construído na enseada Sul do tómbolo de Peniche, que, pelo abrigo que proporciona, desde há muito era utilizado para fundear as embarcações. Acresce que o *fosso* que corre junto à cidade, proporciona um abrigo quase absoluto para as embarcações mais pequenas (fig. 76).

Outro dos mais importantes portos de pesca é o de Sesimbra, no extremo Oeste da exígua enseada de Sesimbra, mas que proporciona condições de abrigo ímpares na costa ocidental portuguesa, dado estar

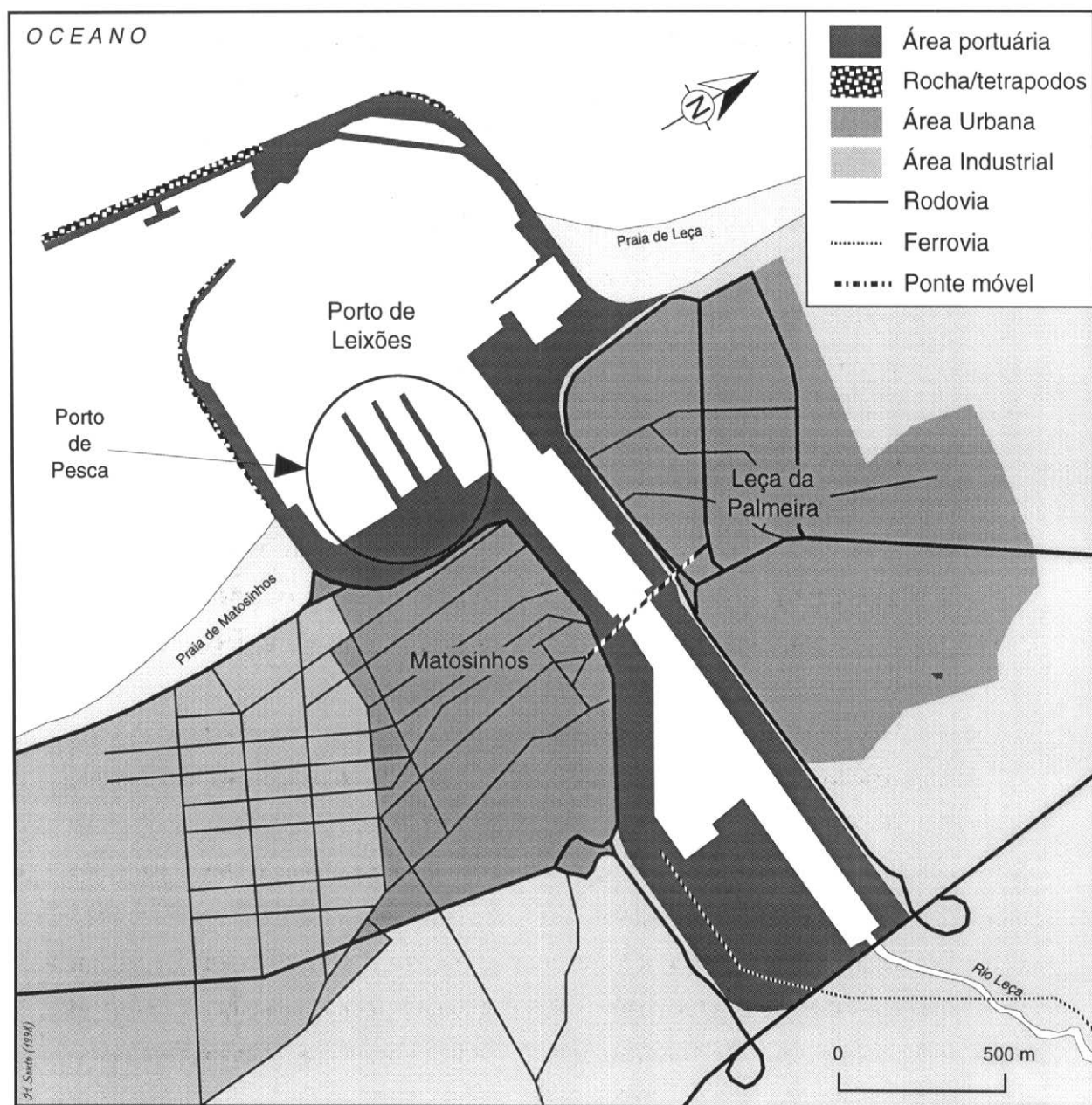


Fig. 74 - Esquema do porto de Leixões.

Desenhado a partir de fotografia aérea vertical do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, à escala aproximada de 1:15 000 (1995).



Fot.43 - Embarcações poveiras no porto de Leixões (Inverno de 1997).



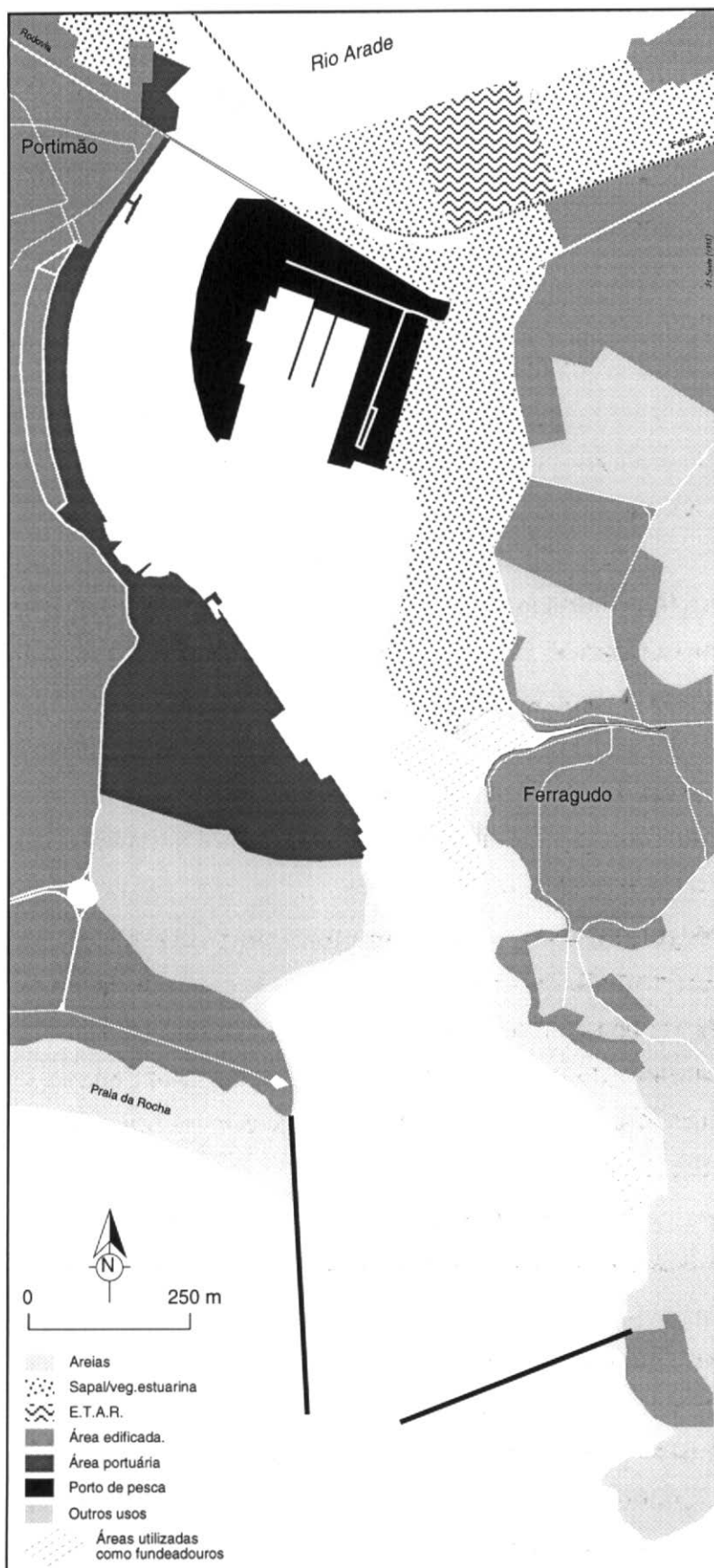


Fig. 75 - Localização do porto de pesca de Portimão e dos fundeadouros utilizados por embarcações da pesca local e costeira, no estuário do rio Arade.

Desenhado com base em fotografia aérea vertical do Instituto Português de Cartografia e Cadastro (escala aprox. 1/15 000, 1995), corrigida e actualizada no terreno em Abril de 1998.

protegido de todos os quadrantes, salvo de Sul, pela serra da Arrábida e pelo Cabo Espichel.

Mais a Sul, o porto de Sines, protegido pelo cabo homónimo, beneficiou da construção das infraestruturas portuárias para o porto comercial e das melhorias gerais que entretanto foram introduzidas, proporcionando um grande plano de água para as inúmeras embarcações de pesca local que a utilizam.

O porto de pesca da Baleeira, em Sagres, foi o único na costa algarvia a ser construído numa enseada abrigada de Norte e Oeste pelo Cabo de S.Vicente e pelas Pontas da Atalaia e da Baleeira (fig. 77).

Finalmente, o porto de pesca da Póvoa de Varzim é o único que em Portugal foi construído numa enseada, em costa baixa e “aberta”, e sem qualquer outro acidente geográfico importante a enquadrá-lo. Tal como o da Nazaré, resultou de antiga pretensão da comunidade local.

O desenvolvimento de infraestruturas portuárias contribui decisivamente para o crescimento da pesca e é potenciador de um sem número de actividades induzidas criadoras de postos de trabalho, sendo de destacar os originados pela indústria transformadora de pescado (conservas, secagem) que historicamente sempre souberam aproveitar a mão de obra feminina, mais barata, que acompanha os homens à medida que o crescimento do porto de pesca vai atraindo mais pescadores. Assim, os portos com melhores condições vêm a sua população e actividades aumentar à custa de trabalhadores imigrados de regiões costeiras onde a carência de infraestruturas e de empregos torna a pesca mais difícil, perigosa e menos rentável.

O primeiro efeito da construção de um porto de pesca, ou de consideráveis melhorias num porto já existente, é o de atracção sobre toda a área envolvente, muitas vezes crescendo à custa da comunidade vizinha que acaba por ser integrada e por desaparecer enquanto local de pesca ou por ver a sua importância diminuída.

Mas não é apenas a pesca industrial que atrai pescadores, já que em todos os portos artificiais há grande número de pequenas embarcações de pesca local, muitas vezes movimentando mais pessoal e



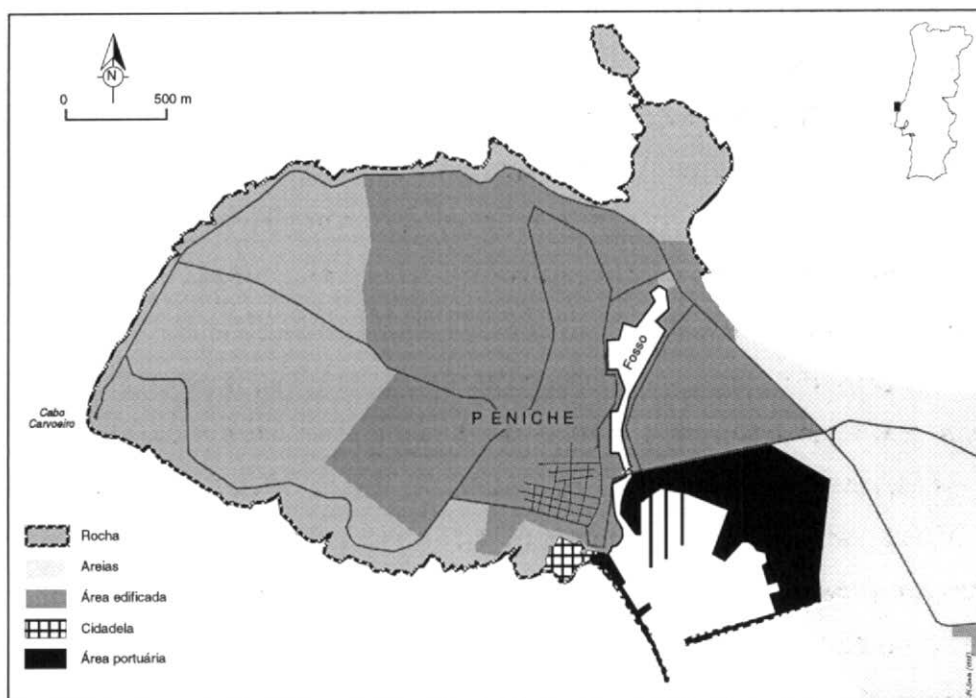


Fig. 76 - Localização do porto de Peniche.

Desenhado a partir de Fotografia aérea vertical, à escala aproximada de 1/15 000, do Instituto Português de Cartografia e Cadastro.

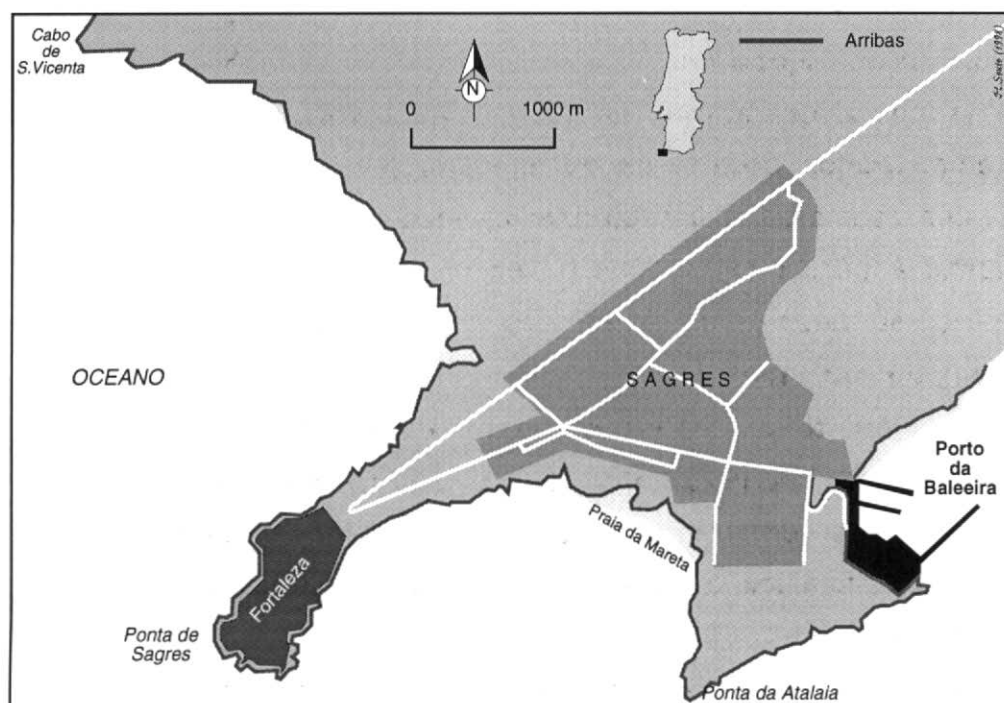


Fig. 77- Localização do porto artificial da Baleeira - Sagres.

Desenhado com base em fotografia aérea vertical, à escala aproximada de 1/5 000 (1995), do Instituto Português de Cartografia e Cadastro.

maior volume de vendas (já que esta pequena frota se dedica geralmente à captura de demersais de elevado valor comercial que captura, no geral, com artes selectivas e pouco lesivas para o animal). É preciso não esquecer que a frota de pesca local é muito numerosa contando-se por centenas as unidades activas com menos de 5 toneladas de arqueação bruta em quase todos os portos (no total da frota nacional estas embarcações representam cerca de 85%).

A hierarquização dos portos de pesca pode ser estabelecida com base em diversos critérios, por exemplo, os totais desembarcados, o valor desses desembarques, o número de pescadores ou a frota envolvida, as actividades geradas, etc.

Talvez o indicador que melhor sintetize todos os outros seja o que diz respeito aos desembarques (fig. 78). Segundo este critério os portos de pesca mais importantes são hoje os de Matosinhos, Peniche, Figueira da Foz, Sesimbra, Portimão e Olhão, todos eles essencialmente sardinheiros, já que a parte da sardinha no total desembarcado, em toneladas, é sempre superior a 50% do total; a excepção é Sesimbra, que apresenta uma forte especialização no peixe espada.

Todavia, quando considerado o valor atingido pelas vendas nos diferentes portos destaca-se de imediato o baixo valor dos pequenos pelágicos (sardinha e carapau) e vê-se claramente a importância das restantes espécies capturadas no essencial pela frota artesanal. Assim Leixões, Peniche, Sesimbra, Portimão e Olhão destacam-se, representando as vendas de espécies não "industriais" mais de 50% do total transaccionado (Sesimbra é mais uma vez excepção). Os portos referidos representaram, em 1996, cerca de 70% do total de desembarques, em toneladas, mas somente cerca de 55% em valor de vendas, o que vem realçar, mais uma vez, a importância de todos os outros portos de pesca.

## 2. A importância das actividades induzidas.

Infelizmente, em Portugal não é hoje possível determinar, nem sequer com aproximação, o número de empregos gerados em terra pela



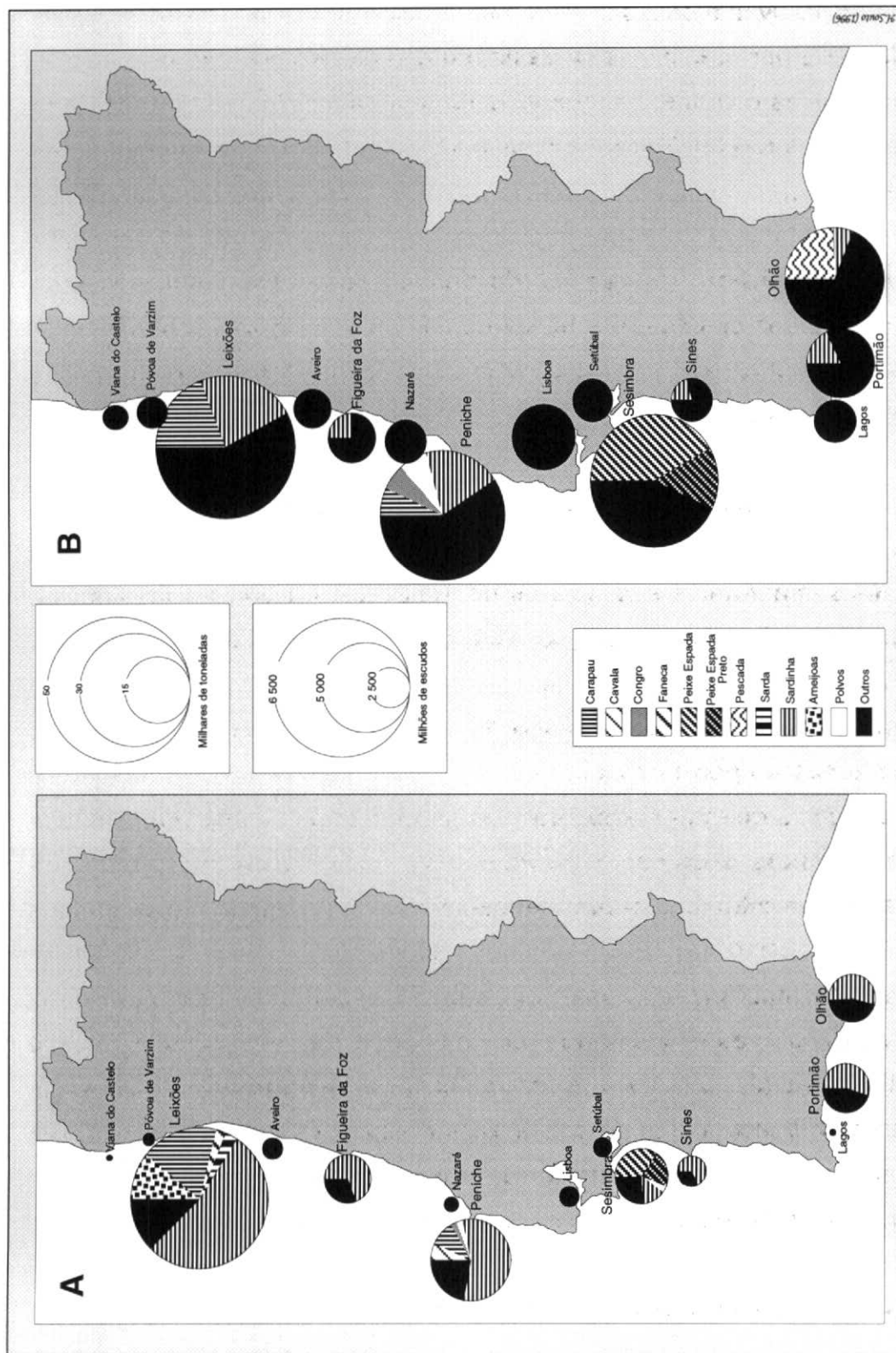


Fig. 78 - Desembarques de pescado fresco e refrigerado nos principais portos de pesca (> 2500 t.), em média do período 1991/95 (**A** = milhares de toneladas; **B** = milhões de escudos)

Fontes estatísticas: INE, *Estatísticas da Pesca*, 1991/95; GEPP, *Recursos da Pesca*, *Série Estatística*, Vol. 5 A-B e 6 A-B; DGP, *Recursos da Pesca*, *Série Estatística*, Vol. 7 A-B, 8 A-B e 9 A-B.

pesca. Isto é tanto mais verdadeiro quando se sabe que muitas destas actividades escapam a qualquer tipo de controlo, porque exercidas num quadro estritamente familiar. Em muitas comunidades tradicionais é possível encontrar numerosas famílias em que os homens são pescadores e as mulheres trabalham na fabricação artesanal de covos ou de redes que vendem para diversas partes do país, mas que não estão constituídas formalmente como empresas familiares. Por outro lado, dificilmente se consegue contabilizar o papel tradicional da mulher na pesca, enquanto pequena comerciante de peixe ou trabalhadora a par do marido pescador executando todos os pequenos trabalhos nas artes utilizadas (por exemplo, trabalho nas redes, iscagem, etc.). Ainda se encontra, também, em muitas comunidades trabalho contratado a mulheres, geralmente *redeiras*, pago à hora e sem qualquer tipo de enquadramento legal. Neste contexto existe uma impossibilidade real em determinar os postos de trabalho gerados pela pesca.

Mas não é só nas situações referidas que esta impossibilidade é manifesta, pois mesmo em relação às tradicionais indústrias de conservas em molhos ou de secagem e, mais recentemente, de congelação, pouco se sabe sobre o emprego gerado; e mesmo, no que respeita às de congelação, das quantidades produzidas por região. No caso destas últimas indústrias, até a determinação do seu número e localização se revela tarefa quase impossível, dada a grande proliferação de unidades de muito pequena dimensão (3/4 trabalhadores), muitas vezes também não constituídas formalmente.

Às tarefas já referidas, há que acrescentar todas as outras relacionadas com os diversos serviços nos portos, transportes, construção e reparação naval, comércio, etc., além dos restaurantes existentes localmente e dependentes da pesca, factor essencial na atracção exercida sobre forasteiros que se deslocam a muitas localidades costeiras com o objectivo expresso de apreciar a gastronomia local...

Dados os factores apontados, não se errará muito se se afirmar que cada pescador dá origem a pelo menos 3 postos de trabalho em actividades geradas pela pesca, embora as diferenças regionais sejam também consideráveis, basicamente em função da existência ou não de outras actividades produtivas.



Assim, os únicos elementos disponíveis, passíveis de um tratamento por regiões, são os referentes à produção da indústria conserveira tradicional (conservas e semi-conservas em molhos) (fig. 79), e ao número de unidades de transformação de pescado (fig.80), embora neste caso não se considere a dimensão de cada uma delas, por absoluta falta de elementos.

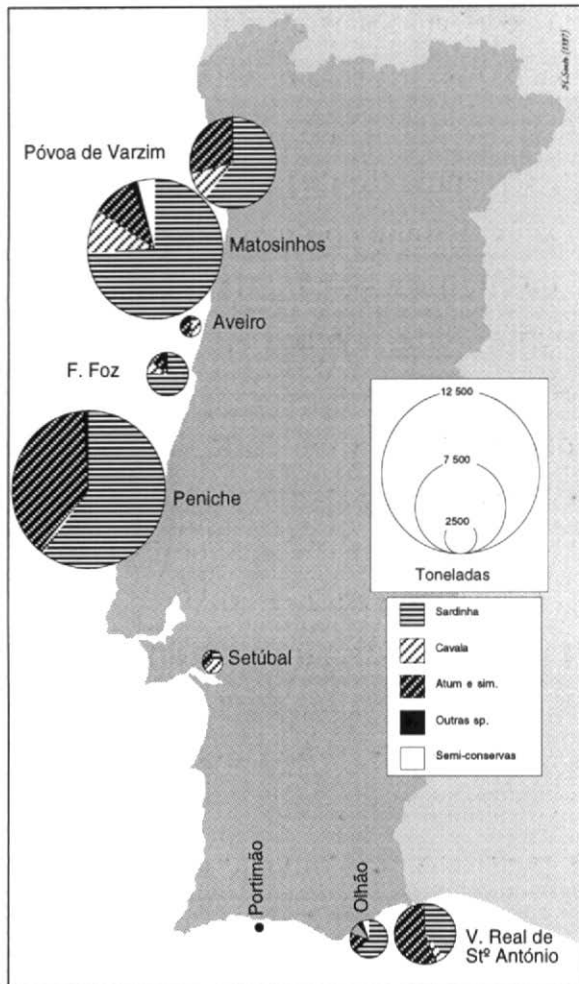


Fig. 79 - Produção de conservas e de semi-conservas em molhos em média da produção, em toneladas, no período 1991/95, excepto Aveiro e Figueira da Foz, período 1992/95. Fontes estatísticas: GEPP e DGP, *Recursos da Pesca - Série Estatística*, vols. 5 a 9 A-B.

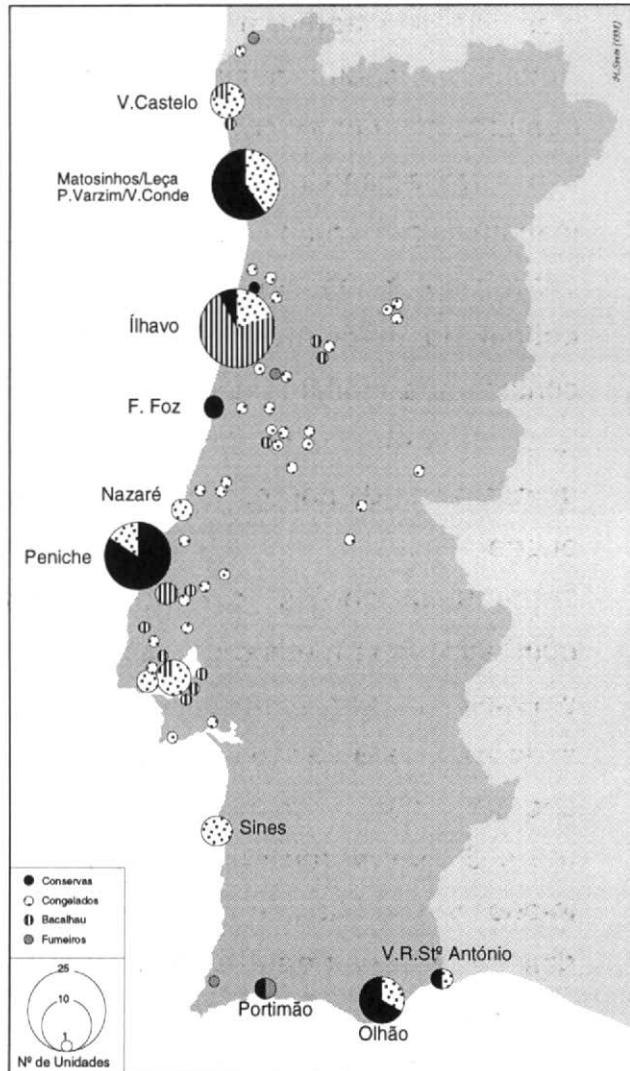


Fig. 80.- Localização das unidades fabris de transformação de pescado (1997). Fonte: DGPA.

A indústria de transformação do pescado está hoje concentrada essencialmente em 4 áreas:

1 - sector costeiro entre Matosinhos e Póvoa de Varzim (inclui Leça da Palmeira, Vila do Conde, Caxinas), dominado pela indústria conserveira tradicional mas onde a congelação é já importante;

2 - região de Aveiro (concentrada no concelho de Ílhavo, concretamente na Gafanha da Nazaré) essencialmente dominada pela secagem, congelação e embalagem de bacalhau;

3 - Peniche, que se apresenta como o principal centro conserveiro e, ao invés das regiões anteriores onde há grande dispersão das unidades, com forte concentração na área industrial da cidade;

4 - finalmente, o Sotavento do Algarve (Olhão e Vila Real de Santo António) apresenta ainda uma pequena réstia para recordar a importância que já teve no passado.

Na região Centro do país é, enfim, visível uma dispersão de unidades industriais por áreas não costeiras, o que é um fenómeno novo relacionado sobretudo com pequenas empresas de transformação de pescado congelado, não intensivas em mão-de-obra como ainda hoje se pode considerar a indústria conserveira tradicional.

Nas regiões referidas, todas elas polarizadas por um porto principal, grande parte da população está dependente da pesca e das actividades por ela geradas. No Algarve, onde a indústria conserveira não apresenta hoje a importância que já teve no passado, a compensação é dada pelas oportunidades de emprego nas actividades relacionadas com o turismo.

### 3. A *sombreira*: uma nova arte num porto de pesca industrial.

Contrariamente a uma ideia muito generalizada que supõe ser a classe dos pescadores muito tradicional e fechada a inovações, tal não parece corresponder à verdade, pelo menos no grupo dos mais jovens. De um modo geral, o pescador experimenta e testa várias soluções para os problemas com que se defronta diariamente e, rapidamente, adopta e faz evoluir as novidades se constatar que elas são úteis e eficazes. Um dos exemplos do que se acaba de afirmar é o aparecimento de uma nova arte de pesca em Matosinhos, designada pelos pescadores locais por *sombreira*. De facto, esta arte não aparece referenciada em nenhuma bibliografia sobre artes de pesca, nem mesmo consta outra arte que a ela se assemelhe, pelo que deve ser considerada uma nova arte.



### 3.1. A *sombreira* - descrição e utilização.

A *sombreira* é constituída por vários panos (*caças*) de rede de traineira (18 mm de vazio de malha) ligados uns aos outros; possui na tralha superior um conjunto de flutuadores (*cortiçada*) e na tralha inferior um conjunto de chumbos, geralmente em forma de anel ou cilindro, o que assegura a sua verticalidade quando dentro da água. Destina-se à pesca exclusiva de *Palaemon serratus*, espécie vulgarmente conhecida por “camarão-de-Espinho” ou “camarão-da-costa”, e explora o comportamento particular deste animal para se prender à rede quando encontra a sua superfície, encostando-se a ela - e daí ser também conhecida como *encostadeira*. Devido a esta particularidade, este aparelho é utilizado preferencialmente em águas agitadas, mas não turvas, o que contribui para que o camarão procure algo para “repousar”.

Esta rede é calada de modo semelhante, mas não igual, ao das redes de emalhar de fundo (fundeadas), e tal como estas não possui saco nem boca (fig.81). Para a *sombreira* ser eficaz, os panos não devem ficar esticados mas, antes, enrugados.

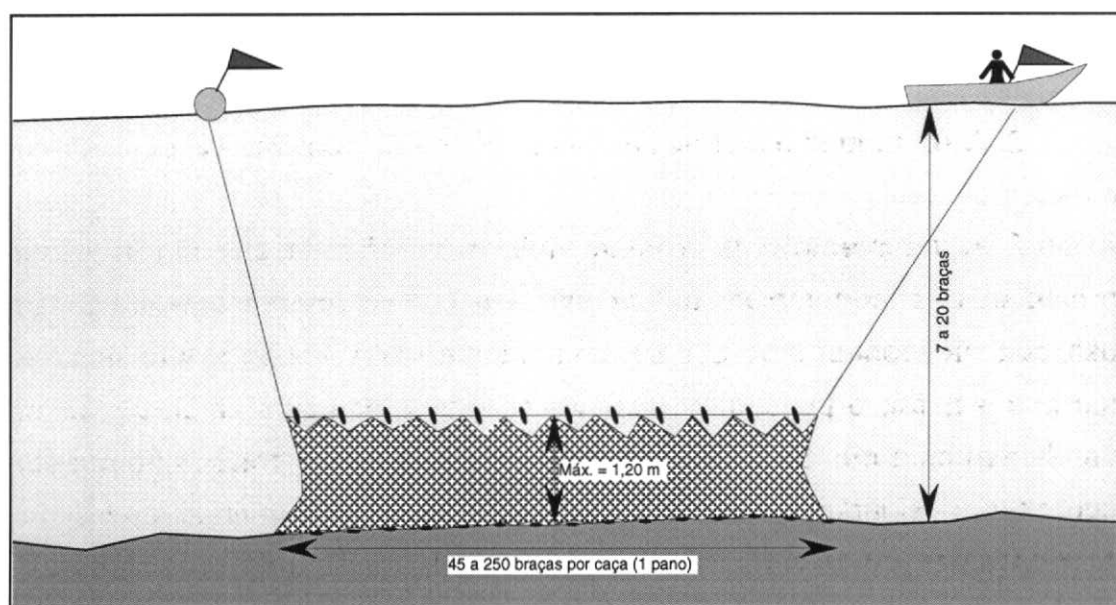


Fig. 81 - Esquema de utilização da *sombreira*.

A utilização desta arte é preferencialmente noturna e ocorre próximo da costa (geralmente até uma milha) em áreas de rocha, nas *covadas*, e a profundidades da ordem de 7 a 20 braças. Uma vez lançada, a rede permanece no mar durante 1 ou 2 horas, após o que é alada,

juntando e alando simultaneamente as duas tralhas, de modo que a rede forme uma bolsa onde fica retido o camarão. Uma vez passado o alador, colocado geralmente na proa das embarcações, a rede é sacudida caindo para a embarcação os animais assim capturados. Se a pesca estiver a ser produtiva, procede-se a vários lançamentos da rede.

Devido ao seu modo de operar esta arte é muito selectiva, visto que não emalha, não arrasta, nem sequer ensaca, não podendo, por esse facto, ser considerada uma rede de sacada. Dizem os pescadores que só ocasionalmente capturam outras espécies, à excepção de mexoalho e de estrelas do mar e que, por outro lado, dado o seu modo de operar, vêm frequentemente com muitas algas, o que constitui um problema.

A *sombreira* é utilizada predominantemente pelos pescadores de faneca (*Trisopterus luscus*) de Matosinhos (*fanequeiros*), apresentando-se para este grupo<sup>181</sup> como uma alternativa sazonal às tradicionais redes de emalhar faneca, espécie que apresenta um manancial muito depauperado, e onde ocorrem cada vez mais indivíduos subdimensionados.

### 3.2. Origem e difusão.

Ao que tudo indica esta arte terá aparecido no porto de Leixões em meados da década de 1980, circulando várias versões sobre a sua origem. Assim, alguns pescadores afirmam que foi introduzida por um indivíduo originário das ex-colónias; outros afirmam convictamente que ela já era utilizada há muitos anos por um pescador algarvio - que a terá mantido sempre em segredo - mas que, ao atingir a idade da reforma, a terá vendido a um outro. Nenhuma destas versões, porém, é convincente quando confrontada com aquela que, muito provavelmente, corresponde à verdade.

Consta que um pescador ao ter um dia necessidade de remendar uma rede de faneca utilizou um pedaço de cerca de 2 m de rede de traineira (sardinha). Ao pescar com a referida rede foi verificando que o pedaço remendado trazia sempre camarão a ela agarrado. Passou seguidamente a

---

<sup>181</sup> Trata-se essencialmente de pescadores novos, o que está de acordo com a receptividade que apresentaram a esta novidade. Os pescadores mais velhos, sobretudo os reformados, "torcem o nariz" a esta inovação: "isso não dá nada!"



utilizar na rede de faneca um pedaço maior da referida rede de traineira e ao constatar o seu êxito para o camarão, construiu uma rede de cerca de 100 metros exclusivamente em rede de sardinha, que passou a utilizar regularmente. Ao que tudo indica, só passado algum tempo se terão outros pescadores apercebido desta novidade, começando a adoptá-la.

Apesar de muitos pescadores contarem histórias diferentes sobre a origem da sombreira, esta última é, de facto, a mais convincente, até porque o porto de pesca de Leixões é basicamente um porto sardineiro e, para mais, as embarcações dos *fanqueiros* fundeiam no mesmo passadiço em que acostam as traineiras, em lados opostos, sendo por isso muito fácil “apanhar” um pedaço de rede de sardinha.

A *sombreira* é hoje utilizada não só por pescadores de Matosinhos, mas também de Angeiras, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Afurada e Aguda. Por absoluta falta de informação, não é possível seguir desde a sua origem a evolução do número de embarcações a utilizar esta arte, sendo no entanto viável fazê-lo a partir de 1995, ano em que, devido à sua já muito grande expansão, não era mais possível às autoridades ignorar o seu uso. Assim, desde 1995 que a Direcção Geral das Pescas e Aquicultura tem concedido autorizações de pesca a diversas embarcações para o uso desta arte (fig. 82).

Assim, em 1995 a sombreira aparece-nos já perfeitamente implantada em Matosinhos, mas com ainda pouca importância em Vila do Conde e na Afurada/Aguda e ainda não tinha chegado à Póvoa de Varzim<sup>182</sup>, precisamente o local mais afastado de Matosinhos. A evolução subsequente mostra basicamente o seu aparecimento na Póvoa de Varzim e um grande crescimento em Vila do Conde e na Afurada/Aguda, o que está de acordo com os fenómenos de “difusão por contágio” a partir do ponto geracional.

Finalmente, em 1998 esta arte passa a ser autorizada pela Portaria nº316/98 (2ª série), de 18 de Março, cujas disposições mais importantes são:

- utilização apenas permitida a embarcações de pesca local

---

<sup>182</sup> Não se pode pôr de lado a hipótese de ela já ser utilizada na Póvoa de Varzim, apesar de não constar nenhuma autorização neste porto.

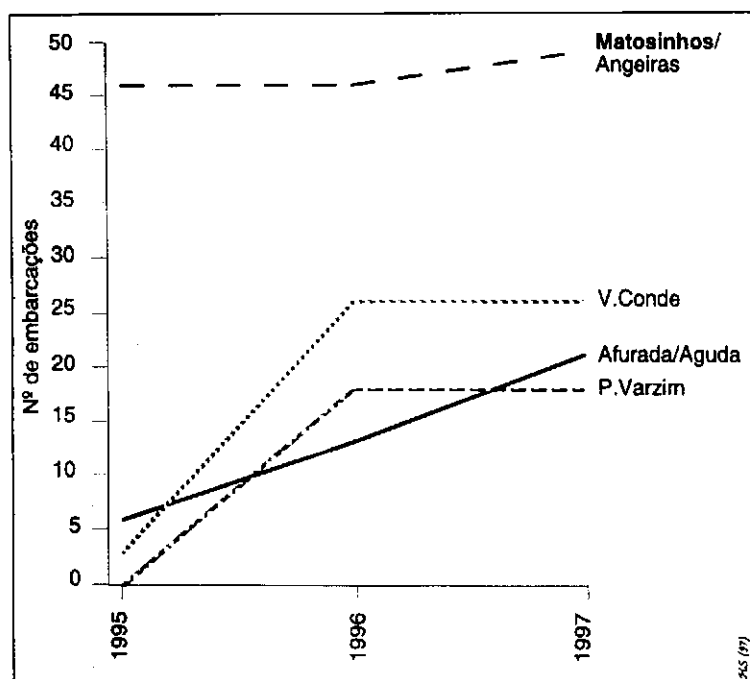


Fig.82 - Evolução do número de embarcações autorizadas a utilizar sombreiras.

Fonte: Direcção Geral das Pescas e Aquicultura.

- das Capitánias do Douro, Leixões, Póvoa de Varzim e Vila do Conde (artº 5);
- malhagem de 18 mm, comprimento máximo de 150 malhas, altura máxima de 100,5 malhas (artº 2);
- máximo de 5 redes por embarcação, num máximo de 700 m (artº 3);
- permitida apenas entre 1 de Setembro e 30 de Abril, durante o máximo de 6 horas/dia (entre 3 horas antes do nascer do sol e 3 horas depois), até 1 milha e meia da costa (artº 6);
- interdição de utilizar outra arte simultaneamente (artº9);
- percentagem mínima de 85% da espécie-alvo (*Palaemon serratus*).

De todos os pontos referidos, a limitação do uso desta arte a um período de apenas 6 horas parece ser o mais questionável. De facto, se o estado do mar não permitir a pesca nesse período, fica o dia perdido, mesmo que depois as condições melhorem permitindo trabalhar.



### 3.3. *Sombreira* vs. *mugigangas*.

A autorização do uso de *sombreiras* vem colocar em questão a utilização de outras artes destinadas à captura de camarão, nomeadamente da *mugiganga* (ou *bugiganga*). De facto, também para o uso desta última arte, tradicional mas de utilização não prevista pela legislação em vigor, se têm concedido autorizações de pesca, que apenas são solicitadas, e em menor número, por pescadoras da Afurada e da Aguda (fig.83).

A *mugiganga*, já diversas vezes referida neste estudo, é uma arte envolvente-arrastante de alar para bordo e de uso essencialmente nocturno. Este aparelho é constituído por uma *bolsa* ou *cuada* e por duas bandas laterais (*mangas* ou *asas*) que terminam nas pontas ou calões de onde partem os cabos de alar. As dimensões das diferentes partes deste aparelho são: bandas (20 a 40 m), coada (10 m), malhagem nas bandas (20 a 25 mm), malhagem na coada (10 a 17 mm), cabos (60 m).

Tanto as *mugigangas* como as *sombreiras* são utilizadas por embarcações de boca aberta, predominantemente com 6 a 7 metros de comprimento fora-a-fora e com uma tonelagem de arqueação bruta maioritariamente entre 1,6 a 3. Estas embarcações são motorizadas com um ou dois motores fora de bordo de potência entre 30 e 40 HP, tendo companhas muito pequenas (2 a 4 elementos). No caso das *sombreiras* os pescadores contestam a obrigatoriedade de levar pelo menos um camarada; sobretudo em Matosinhos, os *fanequeiros* argumentam que não existe nenhuma vantagem em levar um *camarada*, já que a arte não necessita de uma segunda pessoa para ser manobrada e só pescam até milha e meia da costa, havendo sempre outras embarcações por perto; além disso, é difícil encontrar outro pescador para fazer equipa e, mais importante que tudo, “tendo que dividir com outro o que ganham bem podem ambos morrer à fome ...”

Embora haja diferenças fundamentais entre uma e outra destas artes, parecem todos os pescadores pender favoravelmente para o lado das *sombreiras*. De facto, esta arte é de utilização mais simples (pode ser operada por um único homem), é mais eficaz e, sobretudo, ao contrário da *mugiganga*, é mais selectiva. Assim, apesar de a *mugiganga* ser uma arte

tradicional, estamos em crer que tenderá a ser substituída pela *sombreira*, o que é uma situação a seguir atentamente no futuro.

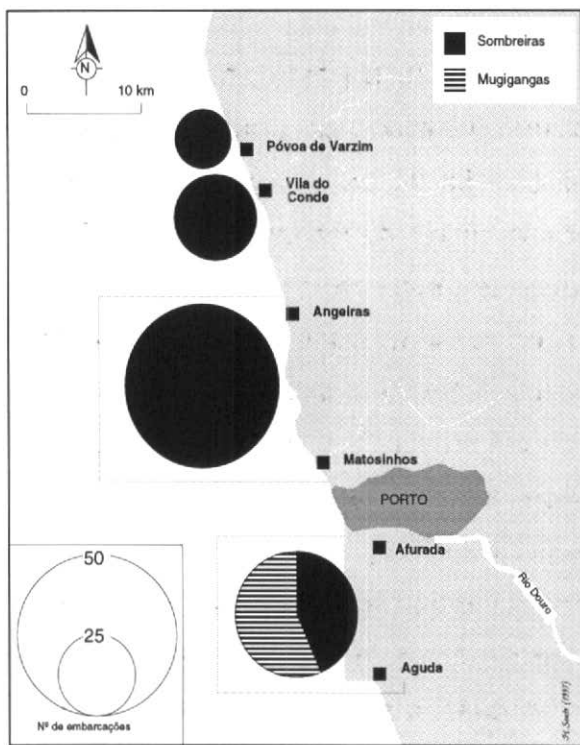


Fig. 83 - Embarcações autorizadas a utilizar sombreiras e mugigangas em 1997.

Fonte estatística: Direcção Geral das Pescas e Aquicultura.



Fig. 44 - Embarcações de boca aberta utilizadas na pesca com sombreira (porto de Leixões, 1997)



## REMATE

Toda a evolução da pesca portuguesa se baseou numa plataforma continental relativamente estreita e em águas que propiciam a vida a largas dezenas de espécies com interesse para as pescas. Estes condicionalismos deram origem a uma frota de pesca numerosa e de pequena dimensão, porque a explorar recursos localizados próximo da costa e a uma grande variedade de artes de pesca, originada pela diversidade de recursos exploráveis: cerca de 85% da frota portuguesa é constituída por embarcações com menos de 5 TAB, na qual trabalham cerca de 3/4 dos pescadores portugueses<sup>183</sup>. Mas o país também soube ir procurar a pesqueiros longínquos os recursos que lhe faltavam nas suas águas, tendo desenvolvido um importante sector de pesca do bacalhau no Atlântico Norte. A uma frota numerosa dedicada à pesca local e costeira e a uma frota longínqua, dedicada tradicionalmente à pesca do bacalhau, acrescenta-se uma importante frota de cerco, que se adequou à abundância de sardinha e de carapau nas águas portuguesas.

Assim, a pesca portuguesa baseou-se, sempre, em três tipos de pescarias: a pesca da sardinha, com base na qual se desenvolveu uma importante indústria conserveira, a pesca do bacalhau, que originou uma importante indústria de secagem, e, finalmente, um grande sector artesanal baseado na diversidade de recursos existentes na plataforma continental portuguesa. Este sector artesanal sempre funcionou como compensador dos outros, ao fornecer mão-de-obra para a pesca industrial e ao absorver os seus pescadores em momentos de crise daquelas pescarias: quase todos os pescadores que hoje se encontram na pesca artesanal trabalharam já em pescas costeiras ou longínquas industriais, tendo retornado à pequena pesca.

Se bem que todos eles importantes, o sector artesanal, porque não dependente de uma só espécie ou de pesqueiros não nacionais, é aquele que apresenta maior estabilidade. Esta estabilidade advém, como se disse, da diversidade de recursos explorados, o que permite um mais fácil

---

<sup>183</sup> Valores extraídos das *Estatísticas das Pesca*, INE, 1996.

ajustamento à falta de um deles, e também por se basear em recursos nacionais, a maioria dos quais ocorrem no *mar territorial* português.

Mas esta adaptação dos grupos humanos às características dos recursos existentes não é imune às práticas políticas de cada momento, sendo, por isso, fortemente afectada por qualquer alteração de ordem institucional que ocorra no país devido a causas internas ou ao contexto internacional. As modificações de ordem política e económica têm determinado, na história recente das pescas portuguesas, toda a sua evolução, como facilmente se observa na figura 84.

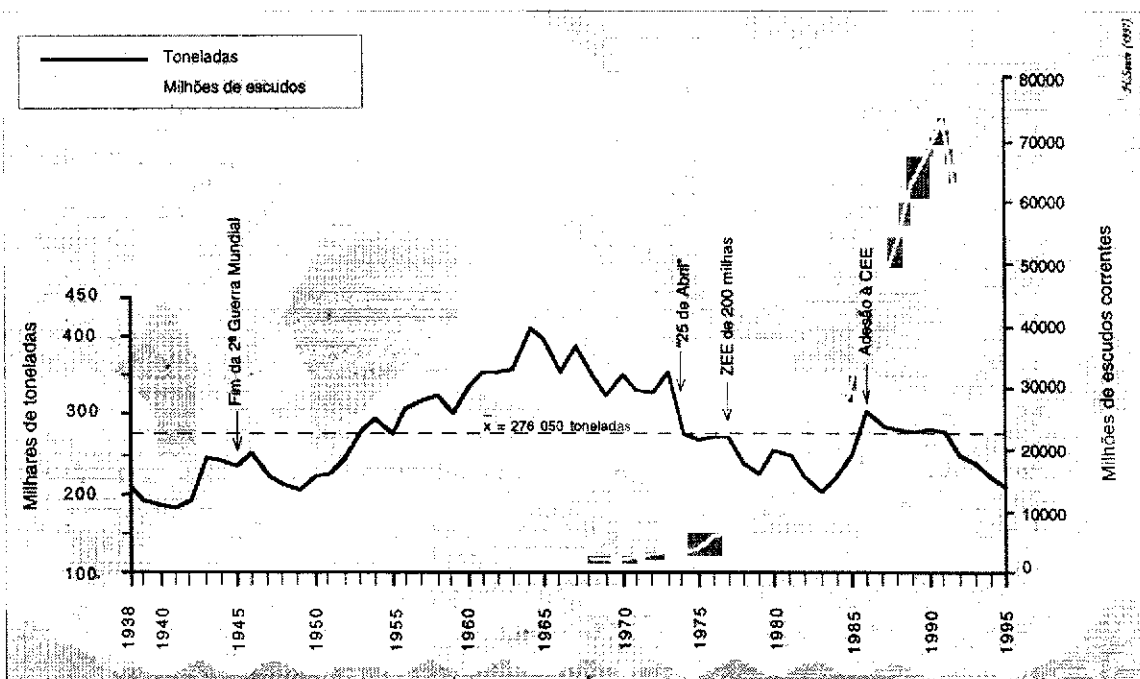


Fig. 84 - Pescas marítimas - Evolução da produção em Portugal continental, em quantidade (1938/95) e em valor (1968/95).

Fontes estatísticas: Comissão Central das Pescarias, *Estatísticas das Pescas Marítimas*; INE, *Estatísticas da Pesca*.

Actualmente as pescas portuguesas enquadram-se no contexto político e económico da União Europeia, dominado por países cujas pescas são substancialmente diferentes das portuguesas, porque determinadas por factores de ordem natural e económica também diferentes.



A aplicação de uma política comum a todos os países integrantes deste bloco, sem considerar suficientemente as especificidades regionais, tem conduzido, em Portugal, a diversas alterações importantes no sector das pescas sobretudo notadas a nível da diminuição da produção e do número de pescadores activos (nos últimos dez anos abandonaram a pesca 11 mil pescadores), o que configura a destruição deste sector produtivo.

Para a pesca portuguesa e para o sector artesanal, em particular, espera-se manter o acesso exclusivo da frota nacional às águas do mar territorial português (12 milhas), cujo fim está previsto para 2002 e se, de facto, isto vier a acontecer constituirá o mais rude golpe para a pesca tradicional portuguesa.

Sendo certo que Portugal se insere num espaço político e económico integrado e em que as decisões muitas vezes lhe escapam, não é menos verdade que as autoridades nacionais devem ser as primeiras a actuar na defesa dos seus pescadores.

Assim, se muitas decisões políticas dificilmente são controláveis pelas autoridades nacionais, outras são da sua exclusiva responsabilidade. Grande parte da legislação nacional da pesca é inadequada às características do país e, sobretudo, não é uma política integrada. Isto é, não se pode falar, por exemplo, de política de conservação de recursos - sem dúvida essencial - apenas por se impedir a utilização de artes ou por se aumentarem malhagens ou estabelecerem períodos de defeso (quase sempre sem ter em conta o impacto dessas medidas a nível social), sem se possuir uma política ambiental que controle, de facto, a poluição dos rios, estuários e oceanos e a erosão costeira, ou que não se veja o controlo do uso do solo, apesar de nunca como hoje existirem tantos planos de ordenamento territorial.

Por exemplo, a situação ambiental dos estuários é, no geral, muito má, agravada ainda pelo facto de muitos dos sistemas estuarinos e lagunares não serem suficientemente conhecidos. Sabendo-se que a maioria das espécies com interesse nas pescas marítimas são estuarino-dependentes não se compreende que se continuem a poluir as águas e a destruir margens estuarinas e fluviais ao mesmo tempo que se impede os pescadores de pescar, como se estes fossem os únicos responsáveis pela

destruição dos recursos vivos<sup>184</sup>. Na realidade, o desaparecimento das espécies migradoras de alguns estuários portugueses são totalmente imputáveis a alterações de natureza físico-química ocorridas nos cursos de água e nos estuários (poluições, alterações nos caudais e redução de áreas de desova provocadas por barragens): pode referir-se o desaparecimento do sável do rio Tejo ou do esturjão do rio Guadiana - num como noutro caso não foi o pescador o responsável, mas foi ele o primeiro a ser afectado.

Toda a legislação nacional de pescas revela um desconhecimento alarmante das realidades sociais, parecendo preocupar-se apenas com a defesa dos recursos vivos (isto é, com a componente biológica da pesca) e esquecendo sistematicamente a componente humana do sistema, o que leva os pescadores do Algarve ao Minho a afirmar que “só se preocupam com o peixe, nós podemos morrer à fome”.

Mas, infelizmente, não é só a legislação que se mostra desadequada a quase todas as situações; também os instrumentos essenciais, as estatísticas da pesca, se revelam pobres, desarticuladas e, frequentemente, inúteis! E a situação vem-se agravando de ano para ano ...

As primeiras estatísticas da pesca publicadas em Portugal datam de 1896 (*Estatísticas das Pescas Marítimas*, publicadas pela Comissão Central das Pescarias, do então Ministério da Marinha) e eram de um detalhe extraordinário, embora, pelo menos aparentemente, estejam desaproveitadas<sup>185</sup>, o que é confirmado pelo facto da maioria dos estudiosos da pesca na área das ciências sociais e humanas, incluindo a História, a elas raramente fazer referência apesar da riqueza de informação que contêm. A passagem das estatísticas da pesca para o âmbito do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1969, representou desde logo uma limitação na informação disponibilizada.

A título exemplificativo refira-se que as estatísticas de pesca do INE

---

<sup>184</sup> É obviamente mais fácil actuar sobre os pescadores do que sobre os industriais ...

<sup>185</sup> O primeiro contacto que o autor deste trabalho teve com as referidas estatísticas foi há cerca de uma dúzia de anos na biblioteca da Direcção Geral das Pescas. Mais de metade dos volumes então consultados estavam ainda fechados, tal como no dia em que tinham saído da tipografia!



do ano de 1996<sup>186</sup> dividem os pescadores matriculados em quatro grupos: pesca do bacalhau, pesca da sardinha, pesca do arrasto, pesca do atum e outras! Ou seja, mais de 20 anos após o fim do regime corporativo continuava-se a recolher e a publicar informação estatística de acordo com uma organização lógica que deveria ter terminado em 1974<sup>187</sup>.

Por seu lado, as estatísticas publicadas actualmente pela Direcção Geral das Pescas e Aquicultura sob a designação de *Recursos da Pesca - Série Estatística*<sup>188</sup>, sendo embora uma estatística da produção, também não fornece informação sobre a pesca artesanal.

Não se questionando a dificuldade que representa a elaboração deste tipo de estatísticas, nomeadamente no que diz respeito às quantidades capturadas, não se compreende que tão importante instrumento de estudo e de gestão de todo um sector económico não seja tratado com a devida seriedade.

As crescentes densidades das populações humanas verificadas no litoral português são apontadas como co-responsáveis pela poluição do meio e pela destruição sistemática das suas componentes naturais e culturais. Naturalmente, crescendo a população que vive próximo do mar, também a pressão exercida sobre a zona costeira será maior: a situação concretiza-se na crescente ocupação do litoral por habitações de 2ª residência, por restaurantes, hotéis e aldeamentos turísticos, parques de campismo, etc. e pela diversificação e intensificação dos usos destas áreas para além da tradicional época alta (isto é, o verão). Todo um conjunto de novos usos se têm incrementado, os quais se distribuem mais uniformemente ao longo do ano; podem-se agrupar em diversas categorias: deslocações de curta duração (algumas horas) com o objectivo de observar

---

<sup>186</sup> Último disponível à data em que se escreve este texto.

<sup>187</sup> Aliás, tal situação resulta do questionário que o INE envia às autoridades marítimas locais, no qual se solicita, duas vezes por ano, que, por exemplo, se informe quantos pescadores estão matriculados por arte, incluindo-se no questionário armações fixas de sardinha e pesca à linha do bacalhau, mas não outras artes hoje muito mais representativas. Seria mais útil, e certamente não impossível, publicar o número de licenças concedidas anualmente para as diferentes artes, sem esconder a informação mais importante em dados agregados.

<sup>188</sup> Publicadas anteriormente pelo Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, entretanto extinto, esta publicação tem uma circulação restrita e não é vendida ao público.

a natureza ou “apanhar ares do mar”, deslocações de praticantes dos chamados desportos radicais (*surf*, *windsurf*, etc.) e de desportos tradicionais (pesca desportiva, caça submarina); realização de congressos e reuniões de empresas (que visam aproveitar as estruturas hoteleiras existentes); deslocações com fins recreativos para discotecas e clubes nocturnos; deslocações com fins gastronómicos (que constituem em muitas praias o principal atractivo e estão geralmente relacionadas com a pesca exercida localmente e capaz de fornecer pescado fresco e de alta qualidade). Em algumas regiões, a estes usos há que acrescentar uma importante população estrangeira, que procura dias mais amenos e preços mais convidativos no Inverno, quando não vem residir para o litoral português (sobretudo no Algarve, mas não exclusivo desta região).

A tradução no plano territorial, destes novos usos do litoral, deveria respeitar as características naturais e culturais de cada local, mas no geral isso não se tem verificado. As casas de praia originalmente ocupadas por pescadores, têm vindo a crescer ao longo de estradas marginais onde se implantam frequentemente, de forma anárquica residências, restaurantes e unidades hoteleiras que posteriormente se difundem para o interior ao longo das principais estradas.

Neste contexto, os pescadores, suas casas e embarcações são quase sempre relegados para posição periférica e vêem o “seu espaço” concorrido por usos não tradicionais. Frequentemente, devido a intervenções incorrectas no local ou a sotamar do mesmo, a praia acaba por ter de ser defendida por obras de engenharia costeira para evitar a destruição de casas e “fazer crescer” a praia, como acontece hoje em praticamente todas as praias arenosas da costa ocidental portuguesa.

Muitas vezes, o principal atractivo do local eram as praias e respectivos pescadores, que acabam por desaparecer. No entanto, é possível conjugar os diferentes usos e, mesmo, potencializá-los, como ocorre já hoje em algumas praias do Algarve. A disponibilidade de pescado de qualidade e desembarcado localmente proporciona uma boa base para uma gastronomia de excelência, geradora de emprego e atractiva para os forasteiros.

De entre as actividades de lazer relacionadas com o mar, a pesca



desportiva é a que tem maior potencialidade de crescimento e, simultaneamente, a mais problemática em termos ambientais e a mais conflituosa com a pequena pesca artesanal, com a qual muitas vezes se pode confundir. O crescimento desta actividade segue de perto a economia, crescendo com ela, pelo que se prevê em Portugal um forte aumento nos próximos anos.

A distinção entre a pesca desportiva e a profissional é muitas vezes difícil de fazer, quer porque em algumas regiões os pescadores desportivos pescam lado a lado dos profissionais (como acontece no Inverno nas arribas do litoral vicentino) quer porque noutras situações aqueles utilizam artes que lhes estão vedadas, pescando como profissionais (situação muito comum na foz do rio Tejo). A concorrência entre uns e outros pelo mesmo tipo de recursos é, naturalmente, geradora de conflitos, até porque a pesca desportiva não possui hoje qualquer tipo de controlo.

Na realidade existe um vazio legal que permite situações de grande promiscuidade, onde é difícil distinguir o pescador profissional do desportivo. Tal situação dá origem a que em muitas comunidades de pescadores comecem a abundar “embarcações de recreio” deles próprios ou de seus filhos, que já não sendo pescadores, as utilizam, por vezes, para a pesca profissional ou para actividades com ela relacionadas. Como as autoridades parecem revelar uma apetência especial para a fiscalização da pesca profissional, mas não da desportiva, facilmente se compreende a situação. Acresce que em muitos locais os “pescadores desportivos” vendem em lota, o que é a preversão total do sistema...

Como já foi referido, em Portugal o pescado deve ser transaccionado em lota, significando isto que o pescador é, por lei, obrigado a entregar o seu produto a uma entidade que lhe é estranha e que o substitui na comercialização do seu produto. Esta entidade, porque presta um serviço ao pescador, cobra uma percentagem aplicada sobre o total das vendas que efectua (e que em 1997 era de 4% - taxa de vendagem artesanal). Sobre o valor ilíquido das vendas são ainda descontados 10% para a segurança social e 3% para o seguro de trabalho; em alguns casos cobra-se ainda uma “taxa de acostagem” e a “cedência de caixas” para colocar o pescado. Ou seja, o pescador desconta, no mínimo, 17% do valor ilíquido

das vendas.

A entidade a que estão atribuídas em Portugal todas as lotas - a Docapesca - tem ainda a função de contabilização das capturas, já que os valores por ela registados servem de base à elaboração de estatísticas, sem as quais não é possível uma boa gestão de pescas<sup>189</sup>.

Aparentemente este sistema deveria funcionar bem e a contento de todas as partes, mas tal não acontece, sobretudo nas pequenas comunidades de pesca local. Os principais problemas residem no horário de funcionamento da vendagem e do pequeno número de compradores que adquirem o peixe por valores muito abaixo daquele que os pescadores conseguiriam obter, por exemplo, por venda directa "por contrato". Acresce que o pescado adquirido pelos comerciantes em primeira venda chega ao consumidor com o seu preço várias vezes multiplicado<sup>190</sup> e crescente de ano para ano, mesmo quando os valores pagos aos pescadores são decrescentes<sup>191</sup>.

A obrigatoriedade da primeira venda em lota aplicada a todo o país e a todo o tipo de pescas e de comunidades piscatórias, e para mais "fechada" à concorrência de eventuais interessados na sua gestão (que poderiam ser os próprios pescadores organizados em associações de produtores) não se parece justificar. No terreno aparecem-nos vários tipos de situações: 1-comunidades de pescadores isoladas e em locais de baixo desenvolvimento turístico, em que o isolamento determina poucos compradores mas a quem os pescadores são obrigados a vender o seu produto, por muito baixo que seja o valor da venda; 2-comunidades inseridas em regiões de muita procura turística, com grande número de restaurantes, e em que os pescadores vendem pelo menos parte do pescado directamente a estes, no que obtêm maior rendimento imediato.

---

<sup>189</sup> Mas esta entidade não fornece, desde há alguns anos, qualquer elemento sobre as vendas que efectua a estudiosos ou a outras entidades locais ...

<sup>190</sup> Por exemplo, os valores médios por quilo praticados no ano de 1996 (últimos dados disponíveis) para algumas espécies foram, respectivamente, na lota e no mercado de Lisboa: carapau (183\$/638\$, isto é, quase 350% mais no consumidor final), peixe espada (338\$/1186\$, isto é, 350% mais), pescada (756\$/1546\$, 205%); sardinha (82\$/407\$, 496%). Valores retirados de DGP, *Datapescas - Difusão*, nº31, Janeiro-Dezembro 1996.

<sup>191</sup> Por exemplo, o valor do peixe-espada na lota de Lisboa foi em 1995 de 352\$/Kg e no mercado de 1049\$; no ano de 1996, apesar do valor em lota ter baixado para 338\$ no mercado subiu para 1186\$. Valores retirados de DGP, *Datapescas - Difusão*, nº31, Janeiro-Dezembro 1996.



Em qualquer dos casos se poderiam encontrar formas mais vantajosas para os pescadores, que lhes permitissem obter mais rendimentos da pesca, fazendo aproximar o valor pago ao produtor do valor pago pelo consumidor final. Em algumas comunidades as mulheres dos pescadores poderiam assumir um papel mais activo na comercialização do pescado e, mesmo, eventualmente, na sua transformação para o que se poderiam constituir pequenas empresas de base cooperativa local.

As autoridades e as próprias comunidades locais têm de assumir um papel mais dinâmico e mais criativo para que se não corra o risco de rapidamente se ver desaparecer um sector tradicional que, se bem orientado, poderia dar uma contribuição para melhorar as economias locais.





## BIBLIOGRAFIA

### **ABECASIS** (Fernando)

1987 - O regime aluvionar da costa portuguesa entre Peniche e a foz do Mira, *Ingenium - Revista da Ordem dos Engenheiros*, Março, pp.4-18.

1997 - Caracterização geral geomorfológica e aluvionar da costa continental portuguesa, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 9-24.

### **ACHESON** ( J.)

1981 - Anthropology of fishing, *Annual review of Anthropology*, 10, pp. 275-316.

### **AFONSO** (António); **ALMEIDA** (Renata)

1988 - *Estudo de uma nova arte de pesca*, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar/Universidade do Porto, 5 p. mimeo.

### **AFONSO** (A.); **VAZ-PIRES** (P.)

1992 - A pesca da lampreia (*Petromyzon marinus*) no estuário do rio Lima, *Colóquio Recursos vivos marinhos*, INIP/LPN, Lisboa, pp. 179-197.

### **AFONSO E CUNHA** (José Tavares)

1994 - *Notas marinhas*, Vol.IV, Ed. autor, 310 p.

1995a - *Notas marinhas*. Fascículo avulso, Ed. autor, 64 p.

1995b - *Notas marinhas*, Vol.V, Ed. autor, 359 p.

### **ALONSO** ( Eliseo)

1989 - *Pescadores del río Miño: tramo gallego-portugués*, Pontevedra: Diputacion Provincial, 204 p.

### **ALVES** ( António M. C.)

1997 - Causas e processos da dinâmica sedimentar e evolução actual na costa do Alto Minho, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 295 -326.

### **ALVES** (Joana Lopes)

1993 - *A linguagem dos pescadores da Ericeira*, Assembleia Distrital de

Lisboa, Lisboa, 258 p.

**ALVES** (Lourenço)

1985 - *Caminha e seu concelho (monografia)*, Câmara Municipal de Caminha, Caminha, 733 p.

**AMÂNDIO** (Bernardino)

1989 - *Os estaleiros navais de Esposende e Fão nos Séculos XIX e XX*, Câmara Municipal de Esposende, Esposende, 113 p.

**AMIARD** (J.C.), **ROBERT** (J.M.)

1992 - *Le littoral: ses contraintes environnementales et ses conflits d'utilisation, Actes du Colloque*, Nantes 1991, ISOMER/Univ. Nantes, 336 p.

**ANDRÉ** (J. Nunes); **REBELO** (Fernando); **CUNHA** (P.P.)

1997 - Evolução da morfologia dunar entre o Rio Mondego e S. Pedro de Moel, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 503-523.

**ÂNGELO** (Carlos)

1991 - Taxas de variação do litoral oeste: uma avaliação temporal e espacial, *Actas do Seminário A zona costeira e os problemas ambientais*, Universidade de Aveiro/Eurocoast, pp.109-120.

**ARAÚJO** (Ilídio Alves de)

1986 - *A gestão do litoral em Portugal*, Direcção Geral de Ordenamento - Direcção do Norte, Porto, 58 p.

1987 - *O essencial sobre o Litoral português*, INCM, Lisboa, 62 p.

**ARROTEIA** (Jorge Carvalho)

1984 - *Os ilhavos e os murtoseiros na emigração portuguesa*, ADERAV, Aveiro, 239 + 13 p.

**ASSIS** (Carlos); **COSTA** (José Lino) *et al.*

1992 - Ameaças à sobrevivência dos peixes migradores do Tejo. Sugestões para a sua conservação, *Colóquio Recursos vivos marinhos*, INIP/LPN, Lisboa, pp. 429-441.



**BADIOU (L.), THIBAUT (-L.)**

1985 - *Les difficultés du recrutement à la pêche*, SEDES, Paris, 186 p.

**BALDAQUE DA SILVA (A.A.)**

1889 - *Relatório sobre a pesca marítima nas águas de Peniche, Berlenga, Estellas e Farilhões*, Imprensa Nacional, Lisboa, 112 p.

1891 - *Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino referido ao ano de 1886*, Imprensa Nacional, Lisboa, XXXIV+514 p.

**BARBOSA (J.)**

1985 - Algumas achegas sobre a importância das pescarias na Póvoa de Varzim, seu trato com a Galiza no primeiro quatel do século XIX, *Colóquio "Santos Graça" de Etnografia Marítima*, 2, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, pp.143-169.

**BARNES (R.S.K.)**

1974 - *Estuarine biology*, E.Arnold, London, 76 p.

1977 - *The coastline. A contribution to our understanding of its ecology and physiography in relation to land use and management and the pressures to which it is subject*, J. Wiley and Sons, London, 355 p.

1980 - *Coastal lagoons. The natural history of a neglected habitat*, Cambridge University Press, Cambridge, 106 p.

1994 - The coastal lagoons of Europe, *Coastline -EUCC Magazine*, 2, pp. 3-8.

**BASTOS (Ana Cristina); BELA (João)**

1992 - Contribuição para o estudo de berbigão (*Cerastoderma edule* L.) na Ria de Aveiro, *Colóquio Recursos Vvivos marinhos*, INIP/LPN, Lisboa, pp. 263-301.

**BARTZ (F.)**

1964 - *Die grossen fischereiraume der welt. Versuch einer regionalen darstellung der fischerreiwirtschaft der Eerde*, vol.I, Franz Steiner Verlag Wiesbaden, 490 p.

**BAUELLE (G.)**

1993 - (Dir.), *La façade atlantique: stratégies et prospective de développement*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, 238 p.

**BEAUCHARD (J.)**

1993 - (Dir.), *Destins atlantiques: entre mémoire et mobilité*, Datar/Éditions de l'Aube, 191 p.

**BECET (J.-M)**

1987 - *L'aménagement du littoral*, PUF, Paris, 127 p.

**BELL (Frederick W.)**

1978 - *Food from the sea: the economics and politics of ocean fisheries*, Westview Press, Boulder/Colorado, 380 p.

**BENOIT (Claude)**

1976 - *Les ressources des océans - alimentaires, énergétiques, minérales*, Eyrolles, Paris, 96 p.

**BERKES (F.)**

1985 - Fishermen and the "tragedy of the commons", *Environmental Conservation*, 12, pp. 199-206.

1992 - (Ed.), *Common property resources. Ecology and community-based sustainable development*, Belhavem Press, London, 302 p.

**BERKES (F.); KISLALIOGLU (M.)**

1991 - Community-based management and sustainable development, in *La Recherche Face à la Pêche Artisanale, Symp. Int. ORSTOM-IFREMER*, Montpellier-France, 3-7 juillet 1989, J.-R-Durand, J. Lemoalle et J.Weber (eds.), Paris, ORSTOM, 1991, pp. 567-574.

**BERNARDO (Hernâni de Barros)**

1941 - *Monografia de Sesimbra: estudo geo-económico do concelho*, 319 p.

**BESANÇON (J.)**

1965 - *Géographie de la pêche*, Gallimard, Paris, 528 p.

**BESSA (Rui)**

1992 - Apanha de meixão com "sarrico" na safra de 1989/1990 no rio Liz, *Relat. Téc. Cient. INIP*, 57, 13 p.



**BESSA (Rui); CASTRO (Margarida)**

**1994** - Evolução das capturas de Meixão ao longo do ano no rio Liz e sua relação com as condições ambientais, *Relatórios científicos e técnicos do IPIMAR*, 2, Lisboa, 18 pp.

**BETTENCOURT (Pedro)**

**1997** - Notas para uma estratégia de gestão da orla costeira, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 265 - 293.

**BIRD (E.C.F.)**

**1969** - *Coasts*, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 246 p.

**BLANCHET (G.)**

**1991** - Recherche artisanale et pêche artisanale: une réflexion en forme de bilan, in *La recherche face à la pêche artisanale, Symp. Int. ORSTOM-IFREMER*, Montpellier-France, 3-7 juillet 1989, J.-R-Durand, J. Lemoalle et J.Weber (eds.), Paris, ORSTOM, 1991, pp. 973-979.

**BOAVIDA (J.G.)**

**1948** - *Roteiro da pesca de arrasto da costa continental portuguesa*, Lisboa, Ed. Boletim da Pesca/Gabinete de Estudos das Pescas, 285 p.

**BOYER (Albert)**

**1967** - *Les pêches maritimes*, PUF, Paris, 126 p.

**BOTO (Alexandra); BERNARDES (C.A.); DIAS (J.M. Alveirinho)**

**1997** - Erosão litoral e recuo da linha de costa entre a Costa Nova e a Praia do Areão, Portugal, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 449 - 467.

**BOUÇAS (Lino Lema); MUÑOZ (Daniel)**

**1997** - Unha nova formación para unha nova pesca galega, I Seminário MARHE - Século XXI: Novos Rumos para as Pescas Portuguesas, *on-line* em <http://www.uninova.pt./MARHE/marhe.html>, 14 p.

**BRANDÃO (E.H. Serra)**

**1995** - *A apropriação dos oceanos*, Academia de Marinha, Lisboa, 16 p.

**BRANDÃO (R.)**

1923 - *Os pescadores*, Aillaud e Bertrand, Lisboa, (1ªed., 1923)

**BRANDT (A. von)**

1984 - *Fish catching methods of the world*, 3ª ed., Fishing News Books, Farnham (GB), 418 p. (1ª ed., 1964).

**BRETON (F.)**

1995 - Patrimoines maritimes ou cultures maritimes?, *Anthropologie maritime*, 5, pp. 219-232.

**BRETON (Y.)**

1981 - L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs, *Anthropologie et Sociétés*, vol.5, nº1, pp.7-27.

**BRØGGER (Jan)**

1992 - *Nazaré: women and men in a prebureaucratic fishing village*, Harcourt B. Jovanovich Publishers, Forth Worth/Texas, 135 p.

1992a - *Pescadores e Pés-Calçados*, Liv. Suzy, Nazaré.

**BROUCHOUD (Hélène)**

1993 - A l'extrémité Sud de la façade atlantique: l'espace littoral du Portugal, in BAUDELLE (1993), pp.222-232.

**BRUNET (R.); FERRAS (R.); THÉRY (H.)**

1992 - *Les mots de la Géographie: dictionnaire critique*, RECLUS - La Documentation Française, Montpellier - Paris, 470 p.

**BRUXELAS (António); CABEÇADAS (Leonor); ROSADO (Carmen)**

1992 - *Recursos marinhos e poluição no estuário do Sado*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa, 20 p.

**BUTCHER (D.)**

1987 - *Following the fishing*, Tops'l Books, London, 127 p.



**CABEÇADAS** (Leonor)

1993 - *Ecologia do fitoplâncton do estuário do Sado: para uma estratégia de conservação*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa, 41 p.

**CALADO** (Mariano)

1984 - *Peniche na história e na lenda*, 3ª ed. , Ed. Autor, 477 p.

**CAMPAR DE ALMEIDA** (António)

1997 - *Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem. Uma abordagem ecológica*, FCG/JNICT, 321 p.

**CAMPOS E MATOS** (Mª Helena B.)

1989 - Evolução da praia de Espinho a partir de meados do séc.XIX, *Ingenium - Rev. Ordem dos Engenheiros*, Abril, pp. 4-11.

**CARDOSA DA SILVA** (Margarida)

1991 - Qualidade da água e usos do estuário do Tejo, in: *Problemas e potencialidades do litoral português*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, pp.59-72.

**CARRÉ** (F.)

1971 - Les paysans-pêcheurs écossais, *Norois*, XVIII, pp. 451-476.

1982 - Les pêches maritimes dans l'Atlantique du nord-est, *Annales de Géographie*, 504, pp.173-204.

1982a - Les pêches en Europe du Nord et du Nord-Ouest, *Dossier des Images Economiques du Monde*, CDU-SEDES, Paris, pp. 179-194.

1983 - *Les océans*, PUF, Paris, 127 p.

1985 - A propos de l'origine de la senne coulissante, *Bulletin du Musée Basque*, 110 (3ºper., 88), 4 p.

1988 - *Pêches maritimes et pêcheurs de l'Écosse*, 5 vols., Brest/Université Bretagne Occidentale, Thèse de Doctorat d'État ès Lettres et Sciences Humaines, X + 1870 p.

1990 - Insularité et pêche dans les petites îles de l'Atlantique Nord, *Norois*, t.37, 145, pp.45-59.

1992 - Aperçu sur la pollution de la Mer du Nord, *Hommes et Terres du Nord - Les Littoraux*, 3/1992, pp.136-144.

1993 - Eaux territoriales et Zones Économiques Exclusives: l'extension de la juridiction des états en mer, *Travaux et Documents du L.G.H.*, série Études, 11, Lille, pp.5-22.

**CARRÉ (F.); SOUTO (H.)**

1991 - La pêche à Peniche (Portugal), *Annales de Géographie*, 559, pp. 312-332.

**CARTER (R.W.G.)**

1988 - *Coastal environments*, Academic Press, Londres, 617 p.

**CARVALHO (Virgílio de)**

1995 - *A importância do mar para Portugal*, Bertrand Ed./Instituto da Defesa Nacional, 289 p.

**CASTELNAUD (G.), COUNTANCIER (Benoit); CEREZUELLE (Daniel)**

1985 - L'évolution des pêcheries traditionnelles des migrateurs dans le système estuarien de la Gironde: éléments pour une meilleure gestion, *Anthropologie maritime*, 2, pp.195-214.

**CASTELO BRANCO (M.)**

1981 - *Embarcações e artes de pesca*, Lisnave, Lisboa, 171 p.

**CASTRO (J.M.)**

1967 - *Nomenclatura portuguesa de pescado*, GEP, Lisboa, 291 p.

**CATANZANO (Joseph); GILLY (B.); LANTZ (F.)**

1989 - Les entreprises de pêche artisanale: essais de typologie, *Économie rurale*, 194, pp.9-14.

**CATANZANO (Joseph); THÉBAUD (Olivier)**

1995 - *Le littoral. Pour une approche de la régulation des conflits d'usage*, Institut Océanographique/IFREMER, Paris, 149 p.

**CAVACO (Carmina)**

1969 - Geografia e turismo no Algarve. Aspectos contemporâneos, *Finisterra*, IV-8, pp.216-272.

1971 - Migrações internacionais de trabalhadores do sotavento do Algarve, *Finisterra*, VI-11, pp.41-83.

1974 - Monte Gordo: aglomerado piscatório e de veraneio, *Finisterra*, IX-17 e IX-18, pp.75-99 e pp.245-300.

1976 - *O Algarve Oriental. As vilas, o campo, o mar*, 2 vols., Gab. Plan. Reg.



Algarve, Faro, 496 p.

**1980** - *Turismo e demografia no Algarve*, Ed. Progresso Social e Democracia, Lisboa, 94 p.

**CAZES (G.); LANQUAR (R.); RAYNOUARD (Y.)**

**1980** - *L'aménagement touristique*, PUF, Paris, 127 p.

**CEOTMA** (Centro de Estudios de Ordenacion del Territorio y Medio Ambiente)

**1982** - *Ordenacion de los espacios litorales: criterios metodológicos y normativos*, Serie Normativa, 7, Madrid, 266 p.

**CHAUSSADE (Jean)**

**1973** - *La pêche et les pêcheurs du littoral vendéen*, ASSIDOM, Les Sables-d'Olonne, 117 p.

**1983** - *La pêche et les pêcheurs des provinces maritimes du Canada. Contribution à l'étude du sousdéveloppement à l'intérieur d'un pays riche*, Les Presses de l'Université de Montréal, Montréal, 303 p.

**1984** - Les difficultés de la pêche industrielle en France: l'exemple de Lorient, *Norois*, 121, pp.141-154.

**1986** - La Baie de Bourgneuf: les formes sociospatiales de la pêche, *Cahiers Nantais*, 27, pp.79-102.

**1986a** - L'évolution des perceptions dans les milieux maritimes, l'exemple des marins-pêcheurs des Sables-d'Olonne, *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, 3, 10 p.

**1991** - Les Sciences sociales et la pêche artisanale, in *La Recherche Face à la Pêche Artisanale, Symp. Int. ORSTOM-IFREMER*, Montpellier-France, 3-7 juillet 1989, J.-R-Durand, J. Lemoalle et J.Weber (eds.), Paris, ORSTOM, 1991, pp. 937- 979.

**1994** - *La mer nourricière enjeu du XXI<sup>e</sup> siècle*, Imp. Concorde, Champtoceaux, 150 p.

**1997** - *Les ressources de la mer*, Flammarion, 128 p.

**CHAUSSADE (Jean); CORLAY (Jean-Pierre)**

**1988** - *Atlas des pêches et des cultures marines en France*, GIP/Reclus, Montpellier, 103 p.

**1990** - *Atlas des pêches et des cultures marines - France, Europe, Monde*, Ed. Ouest-France, Le Marin, 252 p.

**COELHO (Manuel Pacheco)**

**1997** - A Política Comum de Pescas: linhas de orientação para a década 1993-2002, I Seminário MARHE - Século XXI: Novos Rumos para as Pescas

Portuguesas, on-line em <http://www.uninova.pt/MARHE/marhe.html>, 13 p.

**COLAS** (Jeanine Carré)

**1992** - Avieiros - estudo de uma população de pescadores emigrados nas margens do Tejo, *Boletim Cultural CIRA*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 5, pp.199-241.

**COLE** (Sally)

**1990** - Cod, God, Country and Family: the portuguese Newfoundland Cod Fishery, *Maritime Anthropological Studies*, 3(1), pp.1-29.

**1994** - *Mulheres da praia: o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 195 p.

**COLLET** (Serge)

**1992** - De la fonction symbolique des femmes dans les économies halieutiques, *Anthropologie Maritime*, 4, pp.181-194.

**COMBACAU** (Jean)

**1985** - *Le droit international de la mer*, PUF, Paris, 127 p.

**CONCEIÇÃO** (J.P.R.)

**1982** - *Capitania do Porto de Peniche. Os primeiros cem anos da repartição marítima: Julho de 1882 a Julho de 1982*, Capitania do Porto de Peniche, Peniche, 27 p. polic.

**1982a** - Porto de Peniche - estado actual, evolução e perspectivas, *Pesca e navegação*, II-22, pp.22-25.

**CORREIA** (M<sup>a</sup> de Lourdes M.); **FIDALGO** (M<sup>a</sup> Leonor)

**1997** - Definição de programas de recuperação, protecção e conservação de ecossistemas litorais na região noroeste de Portugal, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 351-362.

**CNR** (Consiglio Nazionale delle Ricerche/Gruppo de Coordinamento "Geografia Umana")

**1986** - *L'umanizzazione del mare. Riflessioni geografiche sugli spazi funzionali costieri*, CNR, Roma, 306 p.



## **COMISSÃO EUROPEIA**

**1994** - *A nova Política Comum da Pesca*, Serviço de publicações oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 46 p.

## **CONSTANZA (Robert)**

**1991** - *Ecological economics: the science and management of sustainability*, Columbia University Press, New York, 525 p.

## **CORLAY (Jean-Pierre)**

**1979** - La notion d'espace de production halieutique: proposition méthodologique d'étude à partir de l'exemple danois, *Norois*, 104, pp.449-466.

**1980** - *Courseulles-sur-Mer, pressions, interactions fonctionnelles et conflits sur un espace littoral*, Université de Caen, 69 p.

**1985** - La Baie de Bourgneuf, Loire-Atlantique, un ensemble sociospatial "en voie de disparition?", *Anthropologie Maritime*, 2, pp.187-193.

**1995** - Géographie sociale, géographie du littoral, *Norois*, 165, pp.247-265.

## **CORREIA (M<sup>a</sup> de Lourdes M.); FIDALGO (M<sup>a</sup> Leonor)**

**1997** - Definição de programas de recuperação, protecção e conservação de ecossistemas litorais da região noroeste de Portugal, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 351 - 362.

## **CORTESÃO (Jaime)**

s/d. - *Portugal, a terra e o homem*, 3<sup>a</sup> ed., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 268 p.

## **COSTA (F. Correia da); FRANCA (M<sup>a</sup> de Lourdes)**

**1982** - Pesca artesanal na costa algarvia - subsídio para o conhecimento do seu estado actual, *Publicações avulsas do INIP*, 1, 77 p.

**1982a** - Pesca artesanal na costa algarvia - documentação fotográfica, *Publicações avulsas do INIP*, 2, 126 fotogr.

**1984** - Pesca artesanal na zona centro da costa ocidental portuguesa - subsídio para o conhecimento do seu estado actual, *Publicações avulsas do INIP*, 3, 95 p.

**1984a** - Pesca artesanal na zona centro da costa ocidental portuguesa - documentação fotográfica, *Publicações avulsas do INIP*, 4, 118 fotogr.

**1985** - Pesca artesanal na zona norte da costa ocidental portuguesa - subsídio para o conhecimento do seu estado actual, *Publicações avulsas do INIP*, 6, 113 p.

**1985a** - Pesca artesanal na zona norte da costa ocidental portuguesa - documentação fotográfica, *Publicações avulsas do INIP*, 7, 159 fotogr.

**COULL** (James R.)

**1972** - *The fisheries of Europe: an economic geography*, G. Bell, London, 240 p.

**1993** - *World fisheries resources*, Routledge, London, 267 p.

**CRAVIDÃO** (Fernanda D.)

**1992** - Ficção, espaço e sociedade. Notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol - Avieiros, *Cadernos de Geografia*, 11, pp. 37-47.

**CRUZ** (Maria Alfreda)

**1966** - *Pesca e pescadores de Sesimbra*, CEG, Chorografia, Lisboa, 146 p.

**1973** - *A margem sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, Gazeta do Sul, Montijo, 415 p.

**1988** - Caminha. Evolução e estrutura da vila da foz do Minho, *Caminiana*, IX-15, pp. 83-178.

**CRUZ** (Slaviano)

**1958** - A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe, *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, Vol.IV-1/6, Lisboa, 308 p. + an.

**CRUZ** (António F.); **QUINTA** (R. Gimenez)

**1951** - *Inquérito agrícola e florestal ao Concelho de Alcácer do Sal*, Plano de Fomento Agrário, 200 p.

**CUNHA** (F. Proença); **SILVA** (A. Freire); **ANDRÉ** (J.Nunes); **CABRAL** (M. Cristina)

**1997** - Considerações sobre a evolução actual do litoral entre a Figueira da Foz e Nazaré, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 489 -502.

**CUSHING** (David)

**1975** - *Fisheries resources of the sea and their management*, Oxford University Press, Oxford, 87 p.

**DAVEAU** (Suzanne)



1995 - *Portugal Geográfico*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 223 p.

**DAVEAU (S.); LAUTENSACH (H.); RIBEIRO (O.)**

1987 - *Geografia de Portugal, I. A posição geográfica e o território*, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 334 p.

**DGROP** (Direcção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos)

1981 - *Índice hidrográfico e classificação decimal dos cursos de água de Portugal*, DGROP, Lisboa, 2 vols., 587 p. + atlas.

**DIAS** (António Antunes)

1981 - Estuários, pesca e aquacultura, *Curso As pescas em Portugal e a adesão à CEE*, I.N.A., Oeiras, 11 p. mimeo.

1987 - Aspectos gerais sobre zonas húmidas, in: *I Congresso Nacional das Áreas Protegidas*, SNPRCN, Lisboa.

**DIAS** (António A.); **PINTO** (Helena A.S.); **MARQUES** (J.M.S.)

1998 - *Apointamentos sobre o Estuário do Tejo*, Reserva Natural do Estuário do Tejo, publicação em suporte magnético.

**DIAS** (J.M. Alveirinho)

1990 - A evolução actual do litoral português, *Geonovas*, 11, pp. 15 - 28.

**DIAS** (J.M. Alveirinho); **Ferreira** (O.)

1997 - Gestão costeira e conhecimento científico: uma perspectiva integrada, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp.229 - 237.

**DIEGUES** (Ant<sup>o</sup> Carlos Sant'Ana)

1983 - *Pescadores camponeses e trabalhadores do mar*, Ed. Ática, S.Paulo, 287 p.

**DOLLFUS** (Olivier)

1970 - *L'espace géographique*, PUF, Paris, 123 p.

**DOUMENGE** (François)

1995 - L'interface pêche/aquaculture. Coopération, coexistence ou conflit?,

Norois, 165, pp.205-223.

**DUARTE (Clara C.)**

**1994** - Renewable resource market obeying different equations: stable points, stable cycles, and chaos, *Environmental and Resource Economics*, 4, pp. 353-381.

**DURAND (J.R.); LEMOALLE (J.) WEBER (J.)**

**1991** -(Ed.), *La recherche face à la pêche artisanale, Symposium international ORSTOM-IFREMER*, Montpellier (France), 1989, Editions de l'ORSTOM, Paris, 2 vols. 1070 p.

**ESCALLIER (Christine)**

**1995** - Les pêcheurs de Nazaré et leurs bateaux, marqueurs identitaires (Portugal), *Anthropologie Maritime*, 5, pp. 149-156.

**FABBRI (P.)**

**1990** -(Ed.), *Recreational uses of coastal areas*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 285 p.

**FAO**

**1985** - Definição e classificação dos tipos de navios de pesca (versão portuguesa de Alberto M. Leite, David B. Gil, Manuel B. Metelo e Dagoberto S. Ferraz), *Publicações avulsas do INIP*, 13, INIP, Lisboa, 71 p.

**1997** - *El estado mundial de la pesca y la acuicultura* - 1996, FAO, Roma, 125 p.

**1997a** - Review of the state of world fishery resources: marine fisheries, Roma, on-line em [www.fao.org](http://www.fao.org).

**FARWELL (J.); ELLES (J.)**

**1984** - *In search of a common fisheries policy*, Gower Publishing cº, Aldershot (GB), 213 p.

**FELGUEIRAS (Guilherme)**

**1958** - *Monografia de Matosinhos*, Lisboa, 909 p.

**FELGUEIRAS (José); BAPTISTA (Ivone)**

**1993** - *A catraia esposendense*, Forum Esposendense, Esposende, 64 p.



**FERREIRA** (Denise de Brum)

1976 - Carte geomorphologique du Portugal, *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, 6, INIC/UL, 55 p. + mapa.

**FIGUEIRA** (P.C.C.)

1865 - *A indústria de Peniche*, I.N., Lisboa, 86 p.

**FILGUEIRAS** (Octavio Lixa)

1980 - The decline of portuguese regional boats, *Maritime monographs and reports*, nº47, National Maritime Museum, Greenwich, 39 p.

1984 - Fishing crafts in Portugal, in GUNDA (Béla), dir., *The fishing culture of the world. Studies in Ethnology, Cultural Ecology and Folklore*, Akadémiai Kiadó, Budapest, Vol.1, pp. 143-180.

1994 - *Traineiras*, Ed. Clube do Coleccionador (CTT), Lisboa, 144 p.

**FIÚZA** ( A.F.G.)

1980 - The portuguese coastal upwelling system, *Seminar on actual problems of oceanography in Portugal*, JNICT/Nato Marine Sciences Panel, pp.45-71.

**FLAMENT** (H.)

1992 - *Acanor, armement coopératif artisanal du nord, 1971-1991. 20 ans d'histoire des chalutiers et des hommes*, Boulogne-sur-Mer, 269 p.

**FLANDRIN** (Jean-Louis); **MONTANARI** (Massimo)

1998 - (Eds.), *História da alimentação. 1 - Dos Primórdios à Idade Média*, Terramar, Lisboa, 358 p.

**FOURNET** ( Philippe)

1982 - *Les pêches artisanales du sud-ouest atlantique de la France*, Thèse de doctorat de 3ème Cycle, Université de Bordeaux III/UER de Géographie, 260 p.

**FRADA** (Grabiél da)

1997 - Lobos do mar, Suplemento da *Voz de Mira*, 25 de Julho de 1997, Mira, 16 p.

**FRADA** (João)

**1983** - *Praia de Mira (Palheiros de Mira). Visão histórica e etnográfica*, Ed. autor, Lisboa, 130 p.

**FREITAS** (M<sup>a</sup> da Conceição)

**1997** - Lagunas costeiras: ambientes em evolução, in *Seminário sobre lagunas costeiras e ilhas-barreira da zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast Portugal, Porto, pp. 107- 123.

**FREITAS** (Conceição); **ANDRADE** (César)

**1997** - Sistemas fluvio-lagunares a Sul do Tejo: evolução a escalas temporais diferentes, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 525 - 545.

**GALHANO** (Fernando)

**1965** - A apanha do sargaço no norte de Portugal, *Geographica*, I/2, pp.25-36.

**GAMITO** (J.N.)

**1947** - A pesca com armações. Armações à valenciana, *Boletim da pesca*, 17, p.5-14.

**GARCIA** (A. Miranda); **VARÃO** (A. Proença)

**1975** - *Pesca marítima. Situação e perspectivas de desenvolvimento*, Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 273 p.

**GARCIA** (Serge); **REVERET** (Jean-Pierre)

**1991** - Recherche et structures des pêches artisanales: paradigmes et méthodes de recherche. une introduction, in *La recherche face à la pêche artisanale, Symp. Int. ORSTOM-IFREMER*, Montpellier-France, 3-7 juillet 1989, J.-R-Durand, J. Lemoalle et J.Weber (eds.), Paris, ORSTOM, 1991, pp. 253-268.

**GARRIDO** (Sara); **GOMES** (Raquel)

**1995** - *Estudo sócio-económico na margem sul da Reserva Natural do Estuário do Sado*, Reserva Natural do Estuário do Sado, 16 p., mimeo.



**GASPAR** (Jorge)

1970 - Os portos fluviais do Tejo, *Finisterra*, V-10, pp. 53-200.

**GEISTDOERFER** (Aliette)

1989 - Les gens de mer, ces mal connus, *La nouvelle revue maritime*, hors-série "Les Français et la Mer", pp. 88-94.

**GEORGE** (Pierre)

1978 - *Les méthodes de la Géographie*, 2ème ed., PUF, Paris, 126 p.

1984 -(Dir.), *Dictionnaire de la Géographie*, 3ème ed., PUF, Paris.

**GEPP** (Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas)

1992 - *Embarcações de pesca. Frota nacional*, Ministério do Mar/Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, Lisboa, 628 p.

**GOLDBERG** Edward D.)

1994 - *Coastal zone space. Prelude to conflict?*, UNESCO, Paris, 138 p.

**GOMES** (Fernando Veloso); **PINTO** (Francisco Taveira)

1997 - A opção "protecção" para a costa oeste de Portugal, in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 163 - 190.

**GONÇALVES** (M<sup>a</sup> Eduarda)

1983 - *A política comum de pesca da Comunidade Económica Europeia. Um exemplo de dinâmica comunitária no contexto internacional*, Moraes Ed., Lisboa, 213 p.

**GRAÇA** (A. Santos)

1932 - *O Poveiro. Usos, costumes, tradições, lendas*, Ed. autor, Póvoa de Varzim, 238 p.

(2ª ed. , 1982, Ed. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim)

**GRAHAME** (John)

1987 - *Plankton and fisheries*, Edward Arnold, Londres, 140 p.

**GRANJA** (Helena Maria)

**1997** - A laguna de Aveiro no contexto da evolução da zona costeira do noroeste de Portugal nos últimos milhares de anos, in *Seminário sobre lagunas costeiras e ilhas-barreira da zona costeira de Portugal*, Associação Eurocoast Portugal, Porto, pp. 87-106.

**GRECO** (Nicola)

**1990** -(Ed.), *La gestione integrata delle coste. Pesca, urbanistica, turismo, ambiente*, Franco Angeli, Milão, 320 p.

**GREEN** (J.)

**1968** - *The biology of estuarine animals*, Sidgwick & Jackson, London, 401 p.

**GRUVEL** (A.)

**1928** - *La pêche dans la préhistoire, dans l'antiquité et chez les peuples primitifs*, Société d'éditions géographiques, maritimes et coloniales, Paris, 232 p.

**GUIFFRE** (Philippe)

**1990** - *Les produits de la mer*, Ed. Economica, Paris, 145 p.

**GUILCHER** (André)

**1979** - *Précis d'hydrologie marine et continentale*, 2ème ed., Masson, Paris, 344 p.

**GUNDA** (Béla)

**1984** -(Dir.), *The fishing culture of the world. Studies in ethnology, cultural ecology and folklore*, Akadémiai Kiadó, Budapest, 1253 p.

**HANNESSON** (Rognvaldur)

**1993** - *Bioeconomic analysis of fisheries*, Fishing News Books, Londres, 144 p.

**HEDGPETH** (Joel W.)

**1966** - Aspects of the estuarine ecosystem, in: *A Symposium on estuarine fisheries*, American Fisheries Society, Atlantic City (New Jersey), pp. 3-11.



**HOLDEN (M.J.)**

**1992** - Conserving the fish resources of the european communities: present problems and future solutions, *Colóquio Conservação dos recursos vivos marinhos*, INIP/LPN, Lisboa, pp. 11-21.

**HOUK (R.J.)**

**1961** - The portuguese fishing industry, in: BORSTROM (G.), HEIGHWAY (A.J.) - Eds., *Atlantic ocean fisheries*, Fishing News (Books), Londres, pp.165-173.

**INIP (Instituto Nacional de Investigação das Pescas)**

**1992** - *Seminário sobre aquacultura mediterrânica 91/Portugal*, INIP, Lisboa, 455 p.

**ICSF (International Collective in Support of Fishworkers)**

**1989** - *Rapport du symposium international sur l'environnement marin et l'avenir des travailleurs de la pêche*, Lisbonne, 19-24 juin 1989, ICSF, Bruxelles, 24 p.

**JORGE (Isabel)**

**1991** - Contribuição para o conhecimento da ictiofauna do estuário do Mondego, *Relatórios científicos e técnicos do INIP*, 44, 80 p.

**JORGE (I.); SOBRAL (M.)**

**1989** - Contribuição para o conhecimento da pescaria do meixão (*Anguilla anguilla* L.). Dados preliminares sobre a eficiência das principais artes de pesca e importância das capturas acessórias no estuário do Mondego, *Relatórios técnicos e científicos do INIP*, 16, 82 p.

**KARRER (Francesco); FAZIO (M. Tiziana)**

**1990** - Territori costieri, urbanistica e attività di pesca, in: GRECO (Ed.), *La gestione integrata delle Ccoste: pesca, urbanistica, turismo, ambiente*, Franco Angeli, Milão, pp.317-335.

**KERISIT (Henry)**

**1988** - Barcos de Portugal, catálogo da exposição homónima realizada pelo Musée du Bateau, Douarnenez, Junho de 1998 a Maio 1989.

**KIENER (A.)**

**1978** - *Écologie, physiologie et économie des eaux saumâtres*, Masson, Paris, 220 p.

**LACAZE (J.-C.)**

**1993** - *La dégradation de l'environnement côtier*, Masson, Paris, 160 p.

**LACKEY (R. T.); NIELSEN (L.A.)** - Eds.

**1980** - *Fisheries management*, Blackwell Scientific Publications, Oxford, 422 p.

**LALLI (Carol M.); PARSONS (Timothy R.)**

**1993** - *Biological oceanography - an introduction*, Pergamon Press, London, 301 p.

**LAMY (A.Sousa)**

**1977** - *Monografia de Ovar*, Vol.I, Ovar.

**LARANJEIRA (Eduardo Lamy)**

**1984** - *O Furadouro. O povoado, o homem e o mar*, Câmara Municipal de Ovar, Ovar, 605 p.

**1989** - *A ria de Aveiro: barcos e artes de pesca*, Portucel, Aveiro, 70 p.

**LARKIN (P.A.)**

**1988** - The future of fisheries management: managing the fisherman, *Fisheries*, 13 (1), pp.3-9.

**LAUREC (A.); LE GUEN (J.-C.)**

**1981** - Dynamique des populations marines exploités: concepts et modèles, *Rapports Scientifiques et Techniques*, 45, Centre National pour l'Exploitation des Océans/Centre Océanologique de Bretagne, 117 p.

**LEAL (Manuel Cardoso)**

**1981** - O modelo de desenvolvimento das pescas portuguesas. Evolução e caracterização, *Curso As pescas em Portugal e a adesão à CEE*, INA, Oeiras, 43 p. mimeo.

**1984** - *As pescas portuguesas face à integração europeia*, BFN, Lisboa, 457 p.



1990 - *Transformação dos produtos da pesca*, BFE, Lisboa, 222 p.

**LECOQ** (Nuno)

1991 - O Parque Natural da Ria Formosa, in: *Problemas e Potencialidades do Litoral Português*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, pp.73 - 81.

**LINO DA SILVA**

1969 - Armações de Pesca, *Geographica*, IV-16, pp.80-100; V-18, pp.74-87.

**LISBOA** (J. Ribeiro)

1951 - A Costa da Caparica: origem de uma aglomeração de pescadores, in: *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne*, 1949, T.III, Lisboa, pp.229-231.

**LOBO** (C. Lacerda)

1812 - Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV, Lisboa, pp.313-376.

**LOBO E SILVA** (J.D'Oliveira)

1985 - *Anais da Vila da Ericeira*, 2ªed., 155 p.

**LOIS GONZÁLEZ** (Ruben Camilo); **PÉREZ SÀNCHEZ** (José António)

1997 - Les changements dans la fonction productive des ports de pêche en Galice (Espagne), 1950-1995, *Cahiers Nantais*, 47-48, pp. 115 - 124.

**LOFGREN** (Orvar)

1984 - The making of a fishermen. The social context of socialization in a swedish fishing community, in: GUNDA (Ed.), *The Fishing Culture of the World. Studies in Ethnology, Cultural Ecology and Folklore*, Akadémiai Kiadó, Budapest, pp. 281-296.

**LOPES** (Ana Maria)

1997 - *Moliceiros - A memória da Ria*, Quetzal Editores, Lisboa, 204 p.

**LOPES** (Helena e Paulo Nuno)

1995 - *A Safra*, Livros Horizonte, Lisboa, 107 p.

**LOUREIRO** (Adolfo)

**1904-10** - *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 5 vol.+5 vol. Atlas.

**MARQUES** (Fernando M.S. Fonseca)

**1997** - Evolução de arribas litorais: importância de estudos quantitativos na previsão de riscos e ordenamento da faixa costeira, in: *Colectânea de Ideias Sobre a Zona Costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 67 - 86.

**MARQUES** (M<sup>a</sup> Alegria Fernandes)

**1993** - *As Terras de Mira - Perspectiva histórica*, Ed. Câmara Municipal de Mira, Mira, 184 p.

**MARTINHO** (M<sup>a</sup> Manuela P.); **MARTINHO** (Alberto T.)

**1982** - *Culatra - Um lugar de pescadores*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa, 160 p.

**MARTINS** (Luís)

**1997** - Baldaque da Silva e a identificação das comunidades costeiras, *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Vol.1, nº2, Lisboa, pp. 271-293.

**MARTINS** (Rogélia); **CASCALHO** (Ana); **FRANCA** (M.L.P.)

**1994** - Prospeção e avaliação de recursos vivos (peixes, moluscos e crustáceos) de interesse económico no Estuário do Tejo, *Seminário Sobre Recursos Haliêuticos, Ambiente, Aquacultura e Qualidade do Pescado da Península de Setúbal*, IPIMAR, Lisboa, pp. 17-29.

**MASSOUD**(Zaher); **PIBOUBÉS** (Raoul)

**1994** -(Dir.), *L'Atlas du littoral de France*, Ed. Jean-Pierre de Monza, Paris, 332 p.

**MATOS** (M<sup>a</sup> da Conceição Faria)

**1973** - A Vida rural na Apúlia, *Finisterra*, VIII-15, pp.66-103.



**McCAY (B.)**

**1978** - Systems ecology, people ecology and the anthropology of fishing communities, *Human Ecology*, 6 (4), pp. 397-422.

**McHUGH (J.L.)**

**1966** - Management of estuarine fisheries, in: *A Symposium on estuarine fisheries*, American Fisheries Society, Atlantic City (New Jersey), pp. 133-154.

**1980** - Coastal fisheries, in: LACKEY (R.T.); NIELSEN (L.A.) - Eds., *Fisheries management*, Blackwell Scientific Publications, Oxford, pp. 323 - 346.

**MCLUSKY (D.S.)**

**1971** - *Ecology of estuaries*, Heinemann Educational Books, London, 144 p.

**1981** - *The estuarine ecosystem*, Blackie, London, 150 p.

**MEADOWS (P.S.); CAMPBELL (J.L.)**

**1978** - *An introduction to marine science*, Blackie, Glasgow, 176 p.

**MEDEIROS (Carlos Alberto)**

**1978** - Nota sobre o povoamento da Baía dos Tigres, *Finisterra*, XIII-25, pp. 120-130.

**MENDES (Armando)**

**1982** - *As cooperativas de pesca e o emprego em Peniche - Alguns Aspectos*, 37 p. mimeo.

**MENDES (Maria Clara)**

**1986** - *Ria Formosa: população e território*, Comissão de Coordenação da Região Algarve, Faro, 159 p.

**MENDONSA (e.L.)**

**1982** - Turismo e estratificação na Nazaré, *Análise Social*, 28 (2), pp. 311-329.

**MENESES (Inês Salema); MENDES (Paulo Daniel)**

**1996** - *Se o mar deixar - comunidade e género numa povoação do litoral alentejano*, Ed. Inst. Ciências Sociais da U.L., Lisboa, 123 p.

**MESQUITA** (José C.V.)

1988 - Breves achegas para a história das pescas em Tavira no século XIX, *Algharb - Estudos Regionais*, 7/8, pp. 21-33.

**MICHAUD** (Jean-Luc)

1976 - *Manifeste pour le littoral*, Berger-Levrault, Paris, 290 p.

**MINSTER** (Jean-François)

1997 - *La machine océan*, Flammarion, Paris, 298 p.

**MIOSSEC** (Alain)

1998 - *Les littoraux entre nature et aménagement*, SEDES, 192 p.

**MONIZ** (António Brandão); **OLIVEIRA** (Paula); **NUNES** (Esperança)

1997 - Qualificações profissionais e a formação no sector das pescas: o caso de Peniche, *on-line* em <http://www.uninova.pt/MARHE/marhe.html>, 6 p.

**MONTEIRO** (M<sup>a</sup> Teresa)

1995 - Estrutura e dinâmica do zooplâncton nas zonas superior, média e inferior do Estuário do Sado, *Bol. Inst. Port. Invest. Marít.*, Lisboa, 1, pp.49-63.

**MONTEIRO** (J.H.M.); **DIAS** (J.A.); **GASPAR** (L.C.); **POSSOLO** (A.M.)

1980 - Recent marine sediments of the portuguese continental shelf, *Seminar on "Actual Problems of Oceanography in Portugal"*, JNICT/Nato Marine Sciences Panel, pp. 89-96.Lisbon,

**MORAIS** (Renato T.)

1992 - A pesca com rede de tresmalho ("solheira") no estuário do Sado, *Relat. Técnico e Científico INIP*, 58, Lisboa, 13 p.

1994 - Estudo das capturas de tresmalho no Estuário do Sado, *Seminário Sobre Recursos Haliêuticos, Ambiente, Aquacultura e Qualidade do Pescado da Península de Setúbal*, IPIMAR, Lisboa, pp. 31-34.

**MOREIRA** (Carlos Diogo)

1987 - *Populações marítimas portuguesas*, ISCSP, Lisboa, 558 p.



**MOREIRA** (M<sup>a</sup> Eugénia)

**1984** - *Glossário de termos usados em geomorfologia litoral*, C.E.G., Est. Geog. Reg. Trop., 15, Lisboa, 167 p.

**MOREIRINHAS** (M<sup>a</sup> Luísa)

**1998** - *Solidariedade e sobrevivência na ria de Aveiro. Os pescadores do chinchorro da Torreira*, Câmara Municipal de Ovar, 313 p.

**MORELLI** (Gabriella M.)

**1988** - *Spazio e tempo nella cultura dei pescatori*, Quaderni di Ricerca, Univ. Degli Studi di Sassari, Pisa, 114 p.

**1992** - Doux "hommes de terre". Le statut des femmes dans certaines communautés maritimes italiennes, *Anthropologie Maritime*, 4, pp. 171-179.

**MORGAN** (Robert)

**1956** - *World sea fisheries*, Methuen & Cy, London, 307 p.

**MOUGENOT** (Denis)

**1989** - *Geologia da margem portuguesa*, Instituto Hidrográfico, Lisboa, 259 p.

**MOUTINHO** (Mário)

**1985** - *História da pesca do bacalhau. Por uma antropologia do "fiel amigo"*, Ed. Estampa, Lisboa, 222 p.

**MUÑOZ** (J.M. Barragán)

**1994** - *Ordenación, planificación y gestión del espacio litoral*, Oikos-Tau, Barcelona, 298 p.

**MUZAVOR** (Sadat); **ARRUDA** (Luís M.); **ANDRADE** (J.P.A.S.)

**1993** - *Roteiro ecológico da Ria Formosa: Il-peixes*, Algarve em Foco Editora, Faro, 167 p.

**NÉDÉLEC** (C.)

**1975** - (Ed.) *Catalogue of small-scale fishing gear / Catalogue des engins de pêche artisanale / Catálogo de artes de pesca artesanal*, Fishing News (Books) Ltd. for FAO, Surrey, 191 p.

**NÉDÉLEC (C.); PORTIER (M.); PRADO (J.)**

**1978** - Techniques de pêche, *Rev. Travaux Inst. Pêches Maritimes*, 43 (2-3), pp. 147-288.

**NOGUEIRA (João Maria)**

**1981** - As robaleiras da Praia de mira, *Voz de Mira*, 31 de Março, pp. 3 e 5.

**OCDE**

**1993** - *Gestion des zones côtières*, Ed. OCDE, Paris, 142 p.

**1996** - *Reconciling pressures on the coastal zone. Fisheries and aquaculture*, Paris, 108 p.

**ODUM (Eugene P.)**

**1988** - *Fundamentos de Ecologia*, 3ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 927 p.

**OFFICER (C.B.)**

**1973** - *Physical oceanography of estuaries and associated coastal waters*, Wiley, 465 p.

**OLIVEIRA (Ildeberto B.M.)**

**1997** - Proteger ou não proteger ou sobre a viabilidade de diferentes opções face à erosão da costa oeste portuguesa, in: *Colectânea de Ideias Sobre a Zona Costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp.205-227.

**ORBACH (Michael K.)**

**1980** - The human dimension, in: LACKEY (R.T.); NIELSEN (L.A.) - Eds., *Fisheries Management*, Blackwell Scientific Publications, Oxford, pp. 149-163.

**ORME (Antony R.)**

**1993** - Wetland morphology, hydrodynamics and sedimentation, in: *Wetlands: A Threatened Landscape*, (Williams, M. - Ed.), Blackwell, Oxford, pp. 42-94.

**PANAYOTOU (Théodore)**

**1983** - Concepts d'aménagement applicables à la petite pêche:

considerations économiques et sociales, *FAO Doc. Tech. Pêches*, 228, 61 p.

## **PARLAMENTO EUROPEU**

**1990** - *La pêche artisanale*, Dossiers D'Études et de Documentation, Série "Agriculture-Forêts-Pêche", n°19, 34 p.

**1992** - *Small-scale fisheries in the EEC member states. Problems, prospects and measures at national and community level*, Working Papers, "Agriculture - Fisheries - Forestry" Series, W3, 226 p.

**1994** - *Manual da Política Comum da Pesca*, Série "Agricultura - Florestas-Pesca", E-2, 425 p.

## **PASKOFF (Roland)**

**1981** - *L'Érosion des côtes*, PUF, Paris, 127 p.

**1985** - *Les littoraux - Impact des aménagements sur leur évolution*, Masson, Paris, 188 p.

**1993** - *Côtes en danger*, Masson, Paris, 248 p.

## **PEDROSA (Fernando Gomes)**

**1985** - A evolução das artes de pesca em Portugal, *Anais do Clube Militar Naval*, CXV, pp. 287-319.

## **PENNING-ROWSEL (E.C); GREEN (C.H.); THOMPSON (P.M.); et al.**

**1992** - *The economics of coastal management. A manual of benefit assessment techniques (The Yellow Manual)*, Middlesex University, 368 p.

## **PERCIER (A.)**

**1967** - Océanographie et technique des pêches maritimes, *Bulletin du Centre d'Études et Recherches Scientifiques*, 6 (3), 659 p.

## **PEREIRA (Carlos Alberto)**

**1994** - *Espécies aquícolas de Portugal Continental*, Direcção Geral das Florestas, Lisboa, 229 p.

## **PEREIRA (José António Rodrigues)**

**1997** - A Capitania do Porto de Aveiro: Órgão local do sistema de autoridade marítima, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol.CXXVII, pp. 259 -307.

## **PEREIRA DE OLIVEIRA (José Manuel)**

**1955** - *O Porto de Pesca da Nazaré. Subsídios para o estudo de um*



*problema de economia regional*, Dissert. Lic.Geog. Univ. Coimbra, Coimbra, 88 p.

**1956** - Um problema de geo-economia regional. Subsídios para o estudo das condições mesológicas do porto de pesca da Nazaré, in: *XXII Cong. Luso-Espanhol Prog. Ciênc.*, III-2ª Sec., Coimbra, pp.23-33.

**1976** - Actividades de pesca na Nazaré, *Biblos*, LII, Coimbra, pp.335-364.

**PÉRÈS** (Jean-Marie)

**1972** - *La vie dans les mers*, 2ème ed., PUF, Paris, 127 p.

**PÉRON** (Françoise)

**1997** - Nouvelles pratiques, nouveaux usagers sur les littoraux, *Cahiers Nantais*, 47-48, pp. 15-24.

**PÉRON** (Françoise); **RIEUCAU** (Alain)

**1996** - *La Maritimité aujourd'hui*, L'Harmattan, Paris, 336 p.

**PESTANA** (Graça)

**1989** - *Manancial Ibero-Atlântico de sardinha **Sardina pilchardus**. Sua avaliação e medidas de gestão*, Dissertação original apresentada para provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar na área científica de dinâmica de populações, INIP, Lisboa, 192 p. (polic.)

**PINHO** (António Duarte)

**1998** - *Pescas nacionais. Pedacos de uma década perdida*, Meribérica/Liber, Lisboa, 426 p.

**PINTADO** (A.); **BARRENECHEA** (E.)

**1972** - *La raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo*, Cadernos para el Dialogo/Edicusa, Madrid, 292 p.

**PIRAZZOLI** (P. Antonio)

**1993** - *Les littoraux*, Nathan, Paris, 191 p.

**PIRES** (Henrique N. O.)

**1985** - *Alguns aspectos do clima de agitação marítima de interesse para a navegação na costa de Portugal*, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Div. Meteor. Marítima, Lisboa, 30 pp. mimeo.

**POLANAH** (Luis)

**1969** - Porto Covo - uma aldeia de lavradores-pescadores, *Geographica*, V-20, pp.21-32.

**POLLNAC** ( Richard B.)

**1976** - *Continuidade e mudança em comunidades piscatórias*, DREPA, Angra do Heroísmo, 74 p.

**PRANZINI** (Enzo)

**1985** -(Ed.), *La gestione delle aree costiere*, Ed. Auntonomie, Roma, 237 p.

**PRINS** (A.H.J.)

**1985** - *Watching the seaside - Essays on maritime anthropology*, University of Gronningen, Gronningen, 251 p.

**PRITCHARD** (D.W.)

**1967** - What is an estuary: physical viewpoint, in *Estuaries* (G.H. Lauff, Ed.), Amer. Adv. Sci. Publ., 83, Washington D.C., pp. 3-5.

**RAMOS DE OLIVEIRA** (Carlos)

**1974** - A abordagem ecológica no estudo de populações de pescadores - Um estudo de caso, *In Memoriam António Jorge Dias*, Vol.I, Lisboa, pp.369-377.

**RASS** (T.); **CARRÉ** (F.)

**1980** - Les pêches maritimes: complexes biogeographiques de production et provinces haliêutiques, *Rev. Trav. Inst. Pêches Marit.*, 44 (2), pp.89-117.25

**REBELO** (João); **FARIA** (Santiago)

**1991** - Planeamento e Gestão do Território no Centro Litoral, *Actas do Seminário "A Zona Costeira e os Problemas Ambientais"*, EUROCOAST, Univ. Aveiro, pp. 220 - 248.

**REGALLA** ( Francisco A.F.)

**1888** - *Relatório sobre a pesca no rio Minho*, Imprensa Nacional, Lisboa, 22 p.

**1888a** - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias: memoria justificativa e projecto de regulamento para o exercício da pesca e colheita do moliço*,

Direcção Geral da Marinha, Lisboa, 125 p.

**REIS (Mário)**

**1993** - *Ria de Aveiro. Memórias da Ria*, Câmara Municipal de Ovar, Ovar, 137 p.

**RENARD (J.)**

**1984** - Le tourisme: agent conflictuel de l'utilisation de l'espace littoral en France, *Norois*, 31, pp.45-61.

**RÉVÉRET (J.-P.)**

**1991** - *La Pratique des pêches. Comment gérer un ressource renouvelable*, L'Harmattan, Paris, 198 p.

**REZENDE (Padre João Vieira)**

**1944** - *Monografia da Gafanha*, 2ªed., Coimbra, 364 p.

**RIBEIRO (Manuel de Almeida)**

**1992** - *A Zona Económica Exclusiva*, I.S.C.S.P., Lisboa, 252 p.

**RIBEIRO (Orlando)**

**s/d.** - *Geografia e civilização. Temas portugueses*, Liv. Horizonte, Lisboa, 161+46 p.

**1977** - *Introduções geográficas à história de Portugal*, I.N.-C.M., Lisboa, 230 p.

**1980** - Vida litoral: portos antigos e portos extintos, *Boletim Informativo da Assoc. Port. Rec. Hid.*, 14, pp.14-20.

**1986** - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ªed., Liv. Sá da Costa Ed., Lisboa, 188 p.

**RIEUCAU (Jean)**

**1983** - *La Pêche et les occupations conflictuelles du littoral de l'estuaire de la Seine à la Baie de Somme*, Thèse de 3ème Cycle, Brest, 390 p.

**1984** - Mutations halieutiques en Haute-Normandie: de la pêche lointaine à une pêche côtière intensive, *Norois*, 121, pp.127-140.

**1987** - La géographie sociale dans l'espace côtier, des sociétés maritimes et des populations littorales en changement, *Cahiers Nantais*, 29, pp. 63-73.

**1989** - Océan et continent, deux espaces en mutation chez les gens de mer, *Annales de Géographie*, 549, pp. 516-537.

**1990** - (Dir.), *Les gens de mer - Sète en Languedoc*, L'Harmattan, Paris,



320 p.

**1994** - *Des sociétés maritimes et riveraines de la Méditerranée, l'exemple du Golfe du Lion*, Thèse doctorat Géographie, Paris, 675 p.

**ROBERT-MULLER** (Charles)

**1944** - *Pêches et pêcheurs de la Bretagne atlantique* (terminé et mis au point par Maurice le Lanou), Armand Colin, Paris, 616 p.

**ROCHA** (M<sup>a</sup> Luísa)

**1996** - *Um barco ao som do tempo: uma etnografia da memória dos pescadores do bacalhau*, Tese mestr. Antropologia Social e Cultural, Univ. do Minho, Braga, 189 p.

**RODRIGUES** (Alexandra)

**1995** - Índice de interioridade: um estudo para Portugal continental, *Cadernos Regionais - Região Centro*, 3, INE/D.R. Centro, Coimbra, pp. 5-20.

**ROQUETE** (José Braz)

**1950** - Setúbal e o problema da pesca, *Bol. Pesca*, 26, pp.75-11.

**ROSA** (Cristina); **SETTAS** (José)

**1994** - A gestão de recursos e a Política Comum de Pesca, *Informar*, 3, Ministério do Mar/ Gabinete de Assuntos Europeus, Lisboa, 39 p.

**ROSADO** (M<sup>a</sup> Carmen); **BRUXELAS** (António Taveira)

**1995** - *Fauna bêntica da Ria Formosa*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa, 17 p.

**ROSADO** (M<sup>a</sup> Carmen); **BRUXELAS** (António Taveira); **CASTRO** (J.J.)

**1993** - *Efeitos ecológicos da exploração comercial de casulo (*Diopatra neapolitana* Delle Chiaje, 1841) e lingueirão (*Solen marginatus* Montagu) e dinâmica da comunidade de macrofauna acompanhante numa praia arenosa do Estuário do Sado*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa, 28 p. + an.

**ROTHSCHILD** (Brian J.)

**1986** - *Dynamics of marine fish populations*, Harvard Univ. Press, Cambridge, 227 p.

**ROUGERIE (G.)**

1967 - *Biogéographie littorale*, CDU, Paris, 119 p.

**ROUX (Michel)**

1997 - Le regard manichéen des français sur l'océan, *Noréis*, 175, pp.479-493.

**RUANO (Francisco); DIAS ( M.D. Serrano)**

1994 - Contribuição para o apoio à moliscicultura no Estuário do Sado e Lagoa de Albufeira, *Publ. Avulsas do IPIMAR*, 1, Lisboa, pp. 195 - 205.

**SAHRAGE (D); LUNDBECK (J.)**

1992 - *A history of fishing*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, VIII, 348 p.

**SALDANHA (Luiz)**

1989 - *Recursos vivos marinhos portugueses: estado dos conhecimentos e estratégia de conservação*, s/l., 51 p.

1997 - *Fauna submarina atlântica*, 3ªed., Publicações Europa-América, Lisboa, 364 p.

**SALES (Francisco)**

1997 - Estrutura da formação profissional na fileira das pescas, I Seminário MARHE - Século XXI: Novos rumos para as pescas portuguesas, *on-line* em <http://www.uninova.pt/MARHE/marhe.html>, 19 p.

**SAMPAIO (Alberto)**

s/d. - *Estudos históricos e económicos. Vol II: As Póvoas Marítimas*, 2ª ed., Vega, Lisboa, 277 p.

**SANCHES (J.G.)**

1989 - Nomenclatura portuguesa de organismos aquáticos (proposta para normalização estatística), *Publ. Avulsas do INIP*, 14, 322 p.

1992 - Guia para identificação de pescado de Portugal submetido a tamanho mínimo de captura, *Publ. Avulsas do INIP*, 18, 272 p.

**SANTOS (Joaquim Neves)**

1958 - *Pescadores do Leça e artes de pesca*, Ed. Autor, Matosinhos, 131 p.

**SANTOS** (M<sup>a</sup> Adelaide Neto)

**1959** - *Os avieiros: estudo de geografia humana*, Dissert. Lic. Geog. Univ. Lisboa, Lisboa, 140 p.

**SERRÃO** (Ester)

**1989** - *Comunidades exploradas por arrasto demersal na plataforma continental portuguesa*, INIP/FCL, Lisboa, 180 p.

**SILVA** (J.)

**1986** - Les perspectives des pêches portugaises, *Equinoxe*, 6, IFREMER, Nantes, pp.25-29.

**1986a** - *La pêche au Portugal: l'exemple de la sardine*, Mém. de DEA de Géographie, Univ. Nantes, 41 p.

**SILVA** (Joaquim Ferreira)

**1998** - *Oceanos. Glossário anotado de termos correntes*, Expo '98, Lisboa, 151 p.

**SILVA** (M<sup>a</sup> da Conceição)

**1967** - *A Actividade marítima do pescador de Buarcos*, Dissert. Lic. Geog. Univ. Coimbra, Coimbra, 143 p.

**SYMES** (David) - Ed.

**1997** - *Property rights and regulatory systems in fisheries*, Fishing News Books, Londres, 288 p.

**SMITH** (H.D.); **VALLEGA** (Adalberto)

**1991** - *The development of integrated sea use management*, Routledge, London, 304 p.

**SOARES DE CARVALHO** (G.)

**1986** - A evolução do litoral (conceitos e aplicações), *Geonovas*, 8/9, pp.13-15.

**SOARES DE CARVALHO** (G.); **GRANJA** (Helena M<sup>a</sup>)

**1997** - Realismo e pragmatismos: uma necessidade para o aproveitamento dos recursos naturais da zona costeira (O exemplo da zona costeira do noroeste de Portugal), in: *Colectânea de ideias sobre a zona costeira de*



Portugal, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp.25-66.

**SOBRAL** Dinah); **GOMES** (João)

1997 - *Peixes litorais - Estuário do Sado*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa, 54 p.

**SOEIRO DE BRITO** (Raquel)

1951 - Um pequeno porto de pesca do Algarve: Albufeira, *Comptes Rendus du Congrès Int. Géog.*, Lisbonne, 1949, T.III, Lisboa, pp.232-244.

1960 - *Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro: Estudo comparativo*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 96 p.

1960 - *Palheiros de Mira. Formação e declínio de um aglomerado de pescadores*, Centro de Estudos Geográficos-Universidade de Lisboa, Lisboa, 109 p.

**SOUTO** (Alberto)

1914 - *As pescarias da Terra Nova na economia portuguesa*, Tip. "A Liberdade", Aveiro, 34 p.

1923 - *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, 167 p.

**SOUTO** (Henrique)

1991 - *A pesca em Portugal no novo contexto comunitário. O caso de Peniche*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional-Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 213 p.

**TABARY-TAVEAU** (Lydia)

1985 - De la pêche à Usinor-Dunkerque: la conversion des pêcheurs de Grand-Fort-Philippe au travail industriel, *Anthropologie Maritime*, 2, Paris, pp.289-299.

**TESCH** (F.W.)

1977 - *The eel. Biology and management of anguillid eels*, Chapman & Hall, London, 434 p.

**TOMÀS** (Pere Salvà)

1987 - *La pesca*, Ed. Síntesis, Madrid, 159 p.

**TRÉGUER** (G.Jacques P.)

1986 - *Écosystèmes pélagiques marins*, Masson, Paris, 243 p.

**TROADEC (J-P.)**

**1989** - (Dir.), *L'Homme et les ressources halieutiques. Essai sur l'usage d'une ressource renouvelable*, IFREMER, Brest, 817 p.

**UNAMUNO (Miguel de)**

**1989** - *Por terras de Portugal e de Espanha*, Assírio & Alvim, Lisboa, 155 p.

**WALLACE (David H.)**

**1966** - Oyster in the estuarine environment, in: *A Symposium on Estuarine Fisheries*, American Fisheries Society, Atlantic City (New Jersey), pp. 68 - 73.

**WEBER (Mike); BLEICKER (Dirk)**

**1992** - *Marés da Aguda. A pesca "artesanal" na praia da Aguda*, Afrontamento, Porto, 443 fotog.

**WHITEHEAD (P.J.P.)**

**1984-86** - (Dir.) *Poissons de l'Atlantique du Nord-Est et de la Méditerranée*, 3 vols., UNESCO, Paris, 1426 p.

**WILLIAMS (Michael)**

**1993** - Understanding wetlands, in: *Wetlands: a threatened landscape*, (Williams, M - Ed.), Blackwell, Oxford, pp. 1 - 41.

**WONG (P.P.)**

**1994** - (Ed.), *Tourism vs. environment: the case study of coastal areas*, Kluwer Academic Publ., London, 225 p.

**VALDEZ (Vasco); PEREIRA (Frederico); CADIMA (Emídio)**

**1994** - *Pescas: que futuro? Opções estratégicas para as pescas nacionais, Congresso Portugal: que futuro?* (Maio 1994), 21 p.

**VANNEY (J.-R); MOUGENOT (D.)**

**1981** - *La Plate-Forme Continentale du Portugal et les Provinces Adjacentes: Analyse geomorphologique, Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal*, 28, Lisboa, 86 p.

**VASCONCELOS** (M. de Sousa)

**1981** - A ZEE nacional e a sua ocupação, *Curso As Pescas em Portugal e a Adesão à CEE*, INA, Oeiras, 44 p.

**1995** - Política Comum de Pescas. Um esboço de perspectiva do futuro, *Informar*, 4, Ministério do Mar/Gabinete de Assuntos Europeus, Lisboa, 37 p.

**VEIGA DE OLIVEIRA** (Ernesto)

**1965** - Palheiros e barracos do litoral, *Geographica*, I-3, pp.43-46.

**VEIGA DE OLIVEIRA** (Ernesto); **GALHANO** (Fernando); **PEREIRA** (Benjamim)

**1969** - *Construções primitivas em Portugal*, Centro de Estudos de Etnologia - Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 363 p.

**1990** - *Actividades agro-marítimas em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 236 p. (1ªed., 1975).

**VICENTE** (Claudino Martins); **PEREIRA** (Manuel Clímaco)

**1997** - Considerações sobre uma estratégia de defesa contra a erosão costeira em Portugal, in: *Colectânea de Ideias Sobre a Zona Costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 125 - 129.

**VICENTE** (Duarte Nuno S.)

**1997** - A fileira das pescas portuguesas, *on-line* em <http://www.uninova.pt/MARHE/marhe.html>, 5 p.

**VIDAL** (Armindo V.)

**1992** - A pesca artesanal com artes selectivas encontra-se em crise, *Mútua dos Pescadores*, 18, pp.19-20.

**VIDINHA** (Jesus M.); **ANDRADE** (César); **TEIXEIRA** (Sebastião B.)

**1997** - Análise morfológica do cordão dunar entre Espinho e Cabo Mondego (Portugal), in: *Colectânea de Ideias Sobre a Zona Costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal/Instituto da Água, pp. 9-24.

**VILES** (Heather); **SPENCER** (Tom)

**1995** - *Coastal problems. Geomorphology, ecology and society at the coast*, E. Arnold, London, 350 p.



**ZVELEBIL** (Marek)

**1992** - Les chasseurs-pêcheurs de la Scandinavie Préhistorique, *La Recherche*, 26-246, pp. 982-990.

## **ESTATÍSTICAS**

**CCP** (Comissão Central das Pescarias)

- *Estatísticas das pescas marítimas* (anual), de 1896 a 1966.

**DGP** (Direcção Geral das Pescas)

- *Datapescas - difusão*, Janeiro - Dezembro 1996, nº 31.  
- *Recursos da pesca - Série estatística* (anual), de 1992 a 1996.

**FAO** (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)

- *FAO Yearbook, Fishery statistics - Catches and landings*, 1960 a 1993.  
- *FAO Yearbook, Fishery statistics - Commodities*, 1993.  
- *FAO Yearbook, Fishery statistics - Products*, 1993.

**GEPP** (Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas)

- *Recursos da pesca - Série estatística* (anual), de 1988 a 1991.

**INE** (Instituto Nacional de Estatística)

- *Estatísticas da pesca* (anual), de 1969 a 1996.  
- *Recenseamentos Gerais da População* (decenal), 1981 e 1991.

Os elementos estatísticos não publicados foram fornecidos pelas seguintes entidades:

- Armadores de xávega.  
- Capitania e Delegações Marítimas.  
- Direcção Geral das Pescas e Aquicultura.  
- Postos de Vendagem de Esmoriz e da Praia de Mira  
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte.

As estatísticas *Eurostat* foram consultadas em <http://europa.eu.int/en/comn/dg14/pesca>.



## INDICE DE FIGURAS

Páginas

1 - Posição de Portugal e comparação entre as plataformas continentais do Mediterrâneo Ocidental e da Europa Atlântica.....	20
2 - Complexos biogeográficos de pesca.....	21
3 - Relação entre as quantidade desembarcadas e o preço médio de primeira venda.....	22
4 - Evolução da produção mundial.....	23
5 - Áreas do Oceano sob jurisdição dos estados ribeirinhos.....	24
6 - Relação entre o esforço de pesca e a dimensão dos mananciais.....	25
7 - Linha de base recta, mar territorial e ZEE de Portugal continental.....	26
8 - Índices de produção em Portugal, em alguns países europeus e no Mundo.....	28
9 - Evolução das capturas na União Europeia.....	29
10 - Percentagem de pescadores na população activa total.....	30
11 - Disponibilidade alimentar por habitante.....	30
12 - Balança comercial dos produtos da pesca.....	30
13 - Áreas de produção e de distribuição.....	34
14 - Limites das áreas de actuação da frota de pesca local.....	38
15 - esquema da circulação da água num estuário.....	48
16 - Teia alimentat típica de um estuário.....	50
17 - Esquema dos principais usos dos estuários.....	53
18 - Localização dos principais estuários.....	54
19 - Períodos hábeis para o uso das artes permitidas nos rios Minho, Lima e Cávado.....	61
20 - Tela, arte para o meixão.....	65
21 - Locais onde se verificou ocorrer captura de meixão.....	66
22 - Esquema de uma tela ilegal.....	67
23 - Comparação entre os preços médios do pescado declarado no rio Minho.....	71
24 - estuário do Cávado.....	74
25 - Movimentos migratórios de pescadores.....	80
26 - Enquadramento do Bº de pescadores da Póvoa de Stª Iria.....	81
27 - Bº de pescadores da Póvoa de Stª Iria.....	82
28 - “Ligações familiares” de um arrais de pesca local.....	83
29 - Localização dos portos no estuário do Tejo.....	84
30 - Localização dos portos no estuário do Sado.....	90
31 - Enquadramento da aldeia da Carrasqueira.....	93
32 - Aldeia da Carrasqueira.....	96
33 - Cais palafítico da Carrasqueira.....	99
34 - Pescado transaccionado em 1ª venda na Carrasqueira.....	100
35 - Localização das lagunas costeiras.....	104
36 - Carta haliêutica do sistema lagunar de Aveiro.....	107
37 - Sistema de Ilhas-barreira do Sotavento Algarvio.....	112
38 - Localização dos troços de costa baixa.....	116
39 - A costa e a plataforma continental entre os rios Minho e Douro.....	119
40 - A costa e a plataforma continental entre Espinho e S. Pedro de Moel.....	122
41 - A costa e a plataforma continental entre o Cabo Raso e o Cabo de Sines.....	125
42 - Enquadramento e utilização do espaço em Armação de Pêra.....	131
43 - Esquema de uma rede de xávega.....	133
44 - Esquema da utilização da xávega.....	133
45 - Barco de mar ou meia lua.....	135



46 - Distribuição das companhias.....	140
47 - Comparação dos perfis de embarcações da xávega.....	142
48 - A arte da xávega entre Espinho e a Praia da Vieira.....	145
49 - "Ligações familiares" de um armador de xávega.....	150
50 - Planta da Torreira.....	152
51 - "Ligações familiares" de um arrais de xávega.....	154
52 - Número de dias de pesca e de pescadores de uma companhia.....	160
53 - Variação mensal média do número de dias de pesca e de lanços.....	162
54 - Rendimento mensal de uma companhia de xávega.....	162
55 - Comparação da variação diária do número de lanços.....	163
56 - Número e origem dos compradores em Esmoriz.....	166
57 - Variação das quantidades transaccionadas.....	168
58 - Configuração da linha de costa em Esmoriz/Cortegaça.....	171
59 - Frequência de espécies capturadas com rede majoeira.....	176
60 - Classes de comprimento dos robalos capturados com rede majoeira.....	176
61 - Localização da costa alta.....	181
62 -A costa e a plataforma continental entre S.P.Moel e o Tômbolo de Peniche.....	182
63 -A costa e a plataforma continental entre a Península de Peniche e o C.Raso.....	183
64 -A costa e a plataforma continental entre o C. Sines e a Arrifana.....	184
65 - A costa e a plataforma continental entre a Arrifana e Quarteira .....	186
66 - Utilização da praia de Benagil .....	190
67 - Comparação dos preços médios .....	190
68 - Planta da Ericeira .....	193
69 - Evolução dos pescadores na Ericeira .....	194
70 - Número de embarcações na Ericeira.....	194
71 - Pescado transaccionado na Ericeira .....	194
72 - Enquadramento do porto de Assenta .....	194
73 - Enquadramento fisiográfico de Assenta.....	199
74 - Porto de Leixões .....	204
75 - Localização do porto de pesca de Portimão .....	205
76 - Localização do porto de Peniche.....	207
77 - Localização do porto da Baleeira .....	207
78 - Desembarques de pescado.....	209
79 - Produção de conservas .....	211
80 - Localização das unidades fabris .....	211
81 - Esquena da sombreira .....	213
82 - Evolução do nº de sombreiras .....	216
83 - Embarcações autorizadas a utilizar sombreiras em 1997.....	218
84 - Evolução da produção em Portugal .....	220

## INDICE DE QUADROS

1 - Tipos de organização económica da pesca em Portugal.....	36
2 - Comparação das dimensões máximas e mínimas de embarcações da xávega.....	148
3 - Movimento registado no posto de vendagem de Esmoriz.....	168

## INDICE DE FOTOGRAFIAS

1 - Rede mugiganga.....	43
2 - Rede de arrasto de vara.....	43
3 - Rede solheira.....	43
4 - Celha com anzóis.....	43
5 - Empatando anzóis.....	43
6 - Anzolada para enguia.....	43
7 - Covos (boscas).....	45
8 - Covos.....	45
9 - Covos.....	45
10 - Pormenor de covos.....	45
11 - Murejonas.....	45
12 - Covo.....	45
13 - Alcatruzes.....	45
14 - Covo.....	45
15 - Galrichos.....	45
16 - Aspecto da estacada de Fão.....	68
17 - Tela na margem do rio Minho.....	68
18 - Rapeta.....	68
19 - Pescando com galheiro.....	68
20 - Barraca de habitação.....	92
21 - Aspecto das tradicionais barracas.....	92
22 - Aspecto de outra barraca.....	92
23 - Aspecto de uma cozinha.....	92
24 - Aspecto do porto com a maré vazia .....	101
25 - Aspecto do porto com a maré cheia.....	101
26 - Aspecto do porto com a maré vazia.....	101
27 - Aspecto do cais principal (Abril 1988).....	101
28 - Praia de Tocha.....	147
29 - Praia de Pedrógão.....	147
30 - Costa de Lavos.....	147
31 - Espinho - Início do lançamento dos cabos.....	156
32 - Espinho - Aproximação do saco.....	156
33 - Espinho - O arrais espera o saco.....	156
34 - Espinho - A praia dos pescadores.....	156
35 - Espinho - Peixeira tradicional.....	156
36 - Espinho .....	156
37, 38, 39 e 40 - Sequência de colocação de uma majoeira.....	177
41 - Rede majoeira.....	177
42 - Pescador com rede majoeira.....	177
43 - Embarcações poveiras no porto de Leixões.....	204
44 - Embarcações utilizadas na pesca com sombreira.....	218





## ANEXO



## **GLOSSÁRIO**

### **ABERTA (=Abertura)**

Intervalo entre as pontas de uma praia.

### **ABIÓTICO**

Desprovido de vida. Utiliza-se, também, para referir os factores ambientais de natureza físico-química: luz, temperatura, pressão, salinidade, correntes, etc.

### **ABUNDÂNCIA**

Número total de indivíduos de um *manancial*, qualquer que seja a sua idade.

### **ACESSIBILIDADE**

Taxa de presença física dos indivíduos nos locais de pesca (pode ser representada pela fracção que se encontra dentro da área de acção das embarcações de pesca sobre a área total que o *manancial* ocupa).

### **ACTIVAS (Artes)**

Artes de pesca que se dirigem activamente ao encontro dos animais a capturar (por exemplo, redes de arrasto), o que implica geralmente a utilização de métodos de detecção dos cardumes.

### **AFLORAMENTO (*Upwelling*)**

Processo segundo o qual a água se desloca do fundo para a superfície geralmente como resultado de correntes divergentes.

### **ÁGUAS INTERIORES**

Águas localizadas no interior da linha de base recta que serve de limite ao mar territorial.

### **ALADOR**

Aparelho manual ou motorizado que se utiliza nas embarcações como auxiliar na alagem das artes de pesca.

### **ALAR**

Puxar para cima (o barco, as artes, as âncoras).

### **ALCATRUZ**

Pote de barro de secção circular e fundo perfurado que se destina à pesca do polvo; são utilizados fundeados formando teias.

### **ALEVIM**

Peixe que terminou a fase larvar do seu desenvolvimento e apresenta já as características morfológicas básicas do adulto.

### **ALIMENTARES (Espécies)**

Espécies capturadas com destino directo à alimentação humana (por oposição a espécies industriais).

### **ALTO-MAR**

Todas as zonas oceânicas não incluídas em *zonas económicas exclusivas*, *mares territoriais* ou *águas interiores* dos Estados ribeirinhos.

### **ALTURA CARACTERÍSTICA DAS ONDAS (=Altura das ondas)**

Para um dado estado do mar, é o valor médio da altura de cava a crista das ondas bem formadas.

### **ANÁDROMAS, Espécies**

Espécies que se reproduzem em "águas doces" mas que passam a maior parte das suas vidas nas águas do mar (ex. salmão).



## **ANGUILICULTURA**

Cultura de enguias.

## **APARELHO DE ANZOL**

Aparelho constituído por um cabo, designado madre, ao qual estão amarrados a distâncias regulares estralhos empatados com anzóis.

## **AQUICULTURA**

Termo que designa o conjunto de actividades respeitantes à cultura de animais e de vegetais aquáticos.

## **ÁREA DE GERAÇÃO**

Área oceânica onde são geradas as ondas.

## **ARMAÇÃO DE PESCA**

Conjunto de redes armadas verticalmente com o auxílio de âncoras ou estacas utilizadas por forma a barrarem o caminho aos cardumes e a conduzi-los para um parque fechado de onde o peixe é retirado. Em Portugal usaram-se três variantes: duas para a sardinha (armações redondas e armações à valenciana, estas mais robustas e de introdução mais tardia) e uma para o atum. As armações para o atum eram exclusivas da costa algarvia e aproveitavam as migrações deste peixe para o Mediterrâneo (atum de direito) e deste para o Atlântico (atum de revés).

## **ARMADILHAS**

Diz-se das artes de pesca rígidas ou desmontáveis nas quais os peixes, crustáceos ou moluscos entram - atraídas por um isco - mas das quais não podem sair facilmente pelos seus próprios meios. São exemplos de armadilhas as gaiolas, os covos, as murejonas ou boscas, etc.

## **ARMADOR**

Entidade física e moral que realiza o armamento e que explora o navio; pode ser um indivíduo, um conjunto de indivíduos ou uma sociedade.

## **ARRASTO (Redes de)**

Redes rebocadas por uma ou duas embarcações (ou, eventualmente, por um ou mais pescadores "a pé") e constituídas por um corpo com forma aproximadamente cónica, fechado por um saco e prolongado por asas até à boca. Podem funcionar no fundo (arrasto pelo fundo ou demersal) ou entre águas (arrasto pelágico). Distinguem-se, essencialmente, os seguintes tipos de redes de arrasto:

1. Redes de arrasto pelo fundo
  - 1.1. *redes de arrasto de vara*;
  - 1.2. *redes de arrasto com portas*;
  - 1.3. *redes de arrasto de parelha*;
2. Redes de arrasto pelágico:
  - 2.1. *com portas*;
  - 2.2. *de parelha*.

## **ARRASTO DE VARA (=rede camaroeira; rede do pilado)**

Aparelho constituído por um saco de rede de boca fixa montado em dois patins de ferro e numa vara de madeira ou metal de dimensão variável e que é arrastado pelo fundo para a captura de camarão e de pilado.

## **ARTE**

Termo que designa os engenhos de pesca e o modo como são utilizados.

## **ARTEIROS**

Diz-se, em Sesimbra, dos pescadores particularmente experientes e perspicazes, que sem meios tecnológicos de navegação ou de detecção do peixe conseguem, ainda assim, resultados satisfatórios nas suas pescarias realizadas apenas com o seu saber tradicional.

## **ARTES ACTIVAS**

Aparelhos de pesca, geralmente manobrados por embarcações, que se dirigem até aos animais a capturar. As redes de arrasto e de cerco pertencem a esta categoria.

**ARTES PASSIVAS**

Aparelhos de pesca, geralmente imóveis, para os quais os animais se dirigem inadvertidamente ou atraídos por isco. Os covos, as redes de emalhar e os aparelhos de anzol incluem-se nesta categoria.

**ARTES DE PESCA**

Engenhos utilizados para pescar.

**BANCO**

Banco refere-se a um relevo sobreelevado do fundo do mar, geralmente local de concentração de peixes (também se usa o termo apenas com este último sentido).

**BARBAL**

Rede de emalhar de 3 panos (tresmalho) de deriva.

**BARLAVENTO**

Lado do qual sopra o vento.

**BARRA**

Banco ou baixio de areia que se forma, por força das correntes litorais, à entrada dos rios e lagunas litorais e que torna difícil a navegação.

**BATEIRA**

Embarcação de fundo chato geralmente utilizada em lagunas e estuários.

**BÊNTICO**

Organismo - animal ou planta - que vive em relação íntima e permanente com o fundo (solo submarino).

**BERBIGOEIRA**

Aparelho utilizado na apanha de berbigão. Compõe-se de um ancinho de pente de ferro, munido de um semi-aro em ferro que serve de boca a um saco de rede terminado em cone.

**BICHEIRO**

Instrumento auxiliar de pesca que consta de um gancho sem farpa que é colocado na extremidade de um cabo de madeira.

**BIÓTICO**

Referente à vida. Refere-se também aos factores ecológicos devidos às interacções entre os seres vivos (p.ex., predação, parasitismo).

**BIVALVE**

Moluscos com simetria bilateral.

**BOCA**

A parte mais larga de uma embarcação.

**BOTIRÃO**

Armadilha de grandes dimensões, com saco e asas laterais, utilizada fundeada em rios e estuários.

**BRAÇA**

Medida náutica equivalente a 1,829 metros.

**BRANQUEIRA**

Rede de emalhar de 3 panos (tresmalho) fundeada.

**CAÇADA**

Conjunto de panos de redes de emalhar ou de armadilhas ligadas entre si.

**CADEIA TRÓFICA (=Alimentar)**

Conjunto de seres vivos ligados entre si por relações alimentares consideradas como transferências de energia, desde o fitoplâncton até aos predadores.

**CALDEIRADA**

Parte do peixe capturado que reverte a favor do pessoal, para sua alimentação.

**CALAR**

Acto de colocar o aparelho de pesca no *pesqueiro*.

**CALHETA**

Pequena enseada.

**CAMARADA**

Membro da mesma companhia. Designa também o pescador que trabalha numa embarcação que não é sua.

**CAMAROEIRO (=rapichel, rede de fole)**

Arte de levantar de mão, constituída por um saco de rede entalhada num aro ligado, por sua vez, ao extremo de um cabo.

**CAMBOA**

Saco de rede com aros e duas mangas laterais, fundeado.

**CAPTURA**

Número ou peso total de organismos marinhos extraídos das águas pela pesca.

**CAPTURA MÁXIMA SUSTENTÁVEL**

Captura máxima que se pode efectuar sobre uma unidade de dada existência, sem risco de interferir na reprodução ou no recrutamento.

**CAPTURA NOMINAL**

Equivalente em peso vivo das quantidades desembarcadas.

**CATÁDROMAS (Espécies)**

Animais que vivem em águas doces mas que se reproduzem no oceano (ex. enguia).

**CERCADORAS**

Embarcações que utilizam redes de cerco.

**CERCO (Pesca de)**

Pesca exercida por embarcações que usam artes de cercar (aparelhos de pesca constituídos por redes que capturam os animais cercando-os, como as redes de cerco usadas pelas traineiras na pesca da sardinha).

**CHINCHA**

Pequena rede envolvente-arrastante de alar para terra.

**CHINCHORRO**

Arte de arrastar pelo fundo e de alar para terra lançada de embarcações.

**CICLÓSTOMOS**

animais aquáticos que apresentam esqueleto cartilagíneo, têm uma ventosa bucal em substituição das mandíbulas e são desprovidos de barbatanas peitorais e ventrais, como a lampreia. por comodidade costumam ser incluídos no grupo dos peixes.

**COMISSÃO INTERNACIONAL**

No domínio da pesca existem 22 organismos supra-nacionais com competências em matéria de planeamento haliêutico: 5 no quadro da FAO e os restantes na base de convenções inter-estados.



Exemplos:

1 - para uma espécie, a Comissão internacional para a conservação dos tunídeos do Atlântico (1966), mais conhecida pela sua sigla inglesa (ICCAT - International Commission for the Conservation of Atlantic Tuna-fishes),

2 - para um sector oceânico, a Comissão das pescas do Nordeste Atlântico (1959) (NEAFC em inglês, North-East Atlantic Fisheries Commission).

### **COMPANHA**

A tripulação de uma embarcação. Na pesca com a arte da *xávega* designa o conjunto de pescadores, barco e aparelho de pesca.

### **CONGELADO (Pescado)**

Diz-se do pescado submetido à congelação. De acordo com o Decreto-Lei nº230/90 (de 11.7), é "todo o pescado que, encontrando-se no melhor estado de frescura e de salubridade, foi estabilizado nesse estado por um processo de arrefecimento apropriado que lhe permitiu ultrapassar rapidamente a zona de temperatura de cristalização máxima e atingir uma temperatura igual ou inferior a -18°C em todos os seus pontos."

### **CORRICO (Linhas de) (=Amostra, corriço, corripo)**

Linhas de pesca simples, providas de anzol com isco natural ou artificial e rebocadas perto da superfície ou a uma certa profundidade por uma embarcação de pesca.

### **COVO**

Armadilha, de forma variada, constituída por um suporte rígido coberto de rede e dispondo de uma ou mais aberturas.

### **DEMERSAIS (Espécies)**

As espécies demersais são as que vivem junto ao fundo, embora não apresentem uma dependência desse fundo, opondo-se assim às espécies bênticas, que vivem em relação íntima e permanente com o solo submarino (também designadas epibênticas).

### **DIREITOS HISTÓRICOS**

Noção de direito das pescas, reconhecida oficialmente na Conferência das Pescas Europeias de Londres (1964). O texto, assinado por dez estados da Europa Ocidental e do Norte, estende o mar territorial de 3 a 12 milhas, mas divide-o em duas zonas: de 0 a 6 milhas da costa, o estado ribeirinho possui direitos exclusivos de pesca. De 6 a 12 milhas, podem praticar a pesca os estados contratantes que adquiriram direitos históricos, isto é, que frequentaram a zona entre 1953 e 1962. Depois dessa data, sucederam-se os conflitos pelo acesso aos pesqueiros devido a interpretações restrictivas ou contraditórias da noção. (Chaussade et Corlay, 1990) Mais recentemente, no seio da União Europeia, e devido a restrições crescentes no acesso a pesqueiros, vários estados reclamam "direitos históricos" baseados nesta noção.

### **DISPONIBILIDADE**

Quantidade (número ou peso) de animais marinhos, de interesse para a pesca, que existem em determinada região do oceano.

### **DISPONIBILIDADE ALIMENTAR POR HABITANTE**

A disponibilidade alimentar de produtos da pesca por habitante é calculada com base na seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Capturas totais} - \text{Capturas para usos não alimentares}) + (\text{importações} - \text{exportações})}{\text{Número de habitantes}}$$

Estes dados são avaliados em tonelagem equivalente do peso vivo.

### **DOCE (Água)**

Água praticamente isenta de sais dissolvidos.

### **DRAGAS**

Artes de pesca que revolvem o fundo, geralmente para capturar moluscos como ostras, vieiras,

ameijoas, etc. As capturas são retidas numa espécie de saco ou crivo que permite a saída da água, areia e lodo.

#### **EMALHAR (Rede de)**

Arte que consta de uma porção de rede de comprimento altura e malhagem muito variáveis, em que a parte superior é entalhada num cabo com bóias e a inferior num cabo com chumbadas. Pode ser constituída por um ou por três panos, tomando neste caso a designação de *tresmalho*.

#### **EMPREGOS INDUZIDOS**

Empregos criados em terra e devidos à pesca (construção naval, fabricação e reparação de artes, indústria de conservas e de congelação, serviços portuários, etc.)

#### **ENCRESPADO (Mar)**

Estado do mar em que a sua superfície apresenta cristas com alturas de 0,20 a 0,35 m.

#### **ENGUEIRA**

Nassa com armadilha fundeada usada para a pesca da enguia.

#### **EPIBÊNTICO (=Demersal)**

Diz-se dos organismos pelágicos que vivem próximos do fundo.

#### **EPIPELÁGICO**

Estrato do oceano desde a superfície até aos 200 metros; organismo que vive neste estrato.

#### **ESCOLHOS**

Saliências de rocha dura que apenas emergem do mar em baixa-mar e são cobertos por água em preia-mar tornado-se perigosos para a navegação.

#### **ESFORÇO DE PESCA**

Esforço de pesca é uma medida dos meios envolvidos na pesca durante determinado período de tempo e em dado sector marítimo (por exemplo, quantidade de navios ou de artes a operar em determinado pesqueiro durante um certo período de tempo).

#### **ESPAÇO HALIÊUTICO**

Termo que se aplica à porção de espaço terrestre dedicado à actividade da pesca. Desenvolve-se no mar e em terra e compõe-se de três elementos: 1) o espaço de produção haliêutica, onde se efectuam as capturas; 2) o porto de pesca, que tem o papel de polo estruturante; 3) o "espaço terrestre influenciado" (*arrière-pays*), onde se efectua a distribuição e o consumo dos produtos da pesca (Chaussade et Corlay, 1990).

#### **ESPÉCIE-ALVO**

Espécie à qual é dirigida a pesca.

#### **ESPINHEL (=espinel, trole, palangre, "long-line")**

Aparelho de anzol fundeado de grandes dimensões.

#### **ESTACADA**

Conjunto de panos de rede colocados verticalmente com o auxílio de estacas, do fundo até à superfície, destinados a impedir a progressão do peixe para montante dos rios.

#### **ESTADO DO MAR**

Num dado local e em dado momento, é o conjunto de características das ondas nesse local e nesse momento.

#### **EURIHALINO**

Indivíduo com capacidade de suportar variações grandes do teor de salinidade do meio aquático.

#### **FARINHA DE PEIXE**

Sub-produto mais importante do peixe industrial, obtido por redução a partir de peixes de fraco valor comercial ou de detritos de peixe. Rica em proteínas, destina-se à indústria agro-alimentar e entra na



composição de alimentos para animais.

### **FISGA**

Utensílio manual de pesca por ferimento constituído por um pente metálico com dentes barbelados fixo a um cabo de madeira de dimensão variável.

### **FITOPLÂNCTON**

Conjunto de vegetais fotossintéticos que integram o *plancton*.

### **FUMAGEM**

Processo através do qual o pescado é sujeito a um tratamento térmico de modo a sofrer uma secagem ao mesmo tempo que recebe partículas de fumo que lhes dão gosto, aspecto e protecção especiais.

### **GALHEIRO**

Vara dotada de anzóis semifarpados numa das extremidades.

### **GALRICHO**

Armadilha fixa através de estacas e constituída por um corpo de rede cilíndrico, para cuja abertura os peixes são conduzidos por duas asas de rede em forma de V

### **HALIÊUTICO**

Do grego *halieutikos* = pesca, que se refere à pesca.

### **HALÓFITA**

Planta que vive em meios salinos.

### **ISCO**

Elemento vegetal, animal ou artificial destinado a atrair um animal marinho com o objectivo de o capturar.

### **JUVENIL**

Indivíduo que ainda não atingiu a maturação sexual.

### **LAMPREEIRA**

Rede de tresmalho de deriva usada para a pesca da lampreia.

### **LANÇO**

Diz-se de cada vez que se utiliza uma arte.

### **LEIXÕES**

Esporões rochosos que emergem do mar.

### **LINHA DE BASE RECTA**

Linha recta traçada entre os pontos da costa equidistantes e a partir da qual se determina a linha exterior do *mar territorial*.

### **LINHA DE MÃO**

Arte de pesca constituída por uma linha simples utilizada com ou sem vara e operada manualmente.

### **LITORALIZAÇÃO**

Conceito de base económica que surgiu recentemente na linguagem como forma de designar o processo crescente que tem conduzido ao desequilíbrio na distribuição da população e das suas actividades, que se concentram cada vez mais nas regiões litorais e que tem como contrapartida uma cada vez maior "desertificação humana" do interior.

### **LOTA**

Infraestrutura implantada na área de um porto de pesca ou em zona ribeirinha na influência deste onde, em Portugal e na maioria dos países, se efectua obrigatoriamente a primeira venda de todo o pescado fresco ou refrigerado pelo sistema de leilão.



**MALHAGEM**

Bitola de uma rede.

**MANANCIAL**

Manancial (ou *stock*) refere-se à fracção explorável de uma população, entendendo esta como um conjunto de indivíduos da mesma espécie (ou de espécies aparentadas) que ocorrem em determinado sector marítimo.

**MARÉ**

Em sentido haliêutico, é o período de actividade de uma embarcação de pesca (desde a aparelhagem até ao retorno ao porto).

**MARICULTURA**

Designa a criação de peixes, crustáceos ou moluscos em águas marinhas ou salobras.

**MARITIMIZAÇÃO**

Conceito que visa exprimir o crescente uso do mar pela população em actividades directamente relacionadas com as suas qualidades enquanto local de lazer e pela sua agradabilidade geral.

**MAR TERRITORIAL**

Espaço marítimo contíguo ao território continental ou insular de um Estado costeiro sobre o qual esse Estado exerce soberania; o mar territorial estende-se até ao limite de 12 milhas contadas a partir da *linha de base recta*.

**MASSEIRA (Campos em)**

Campos escavados nas areias litorais na região da Aguçadoura (Póvoa de Varzim) que possuem a forma de masseira ou gamela.

**MIGRADOR**

Que efectua deslocações, frequentemente longas, com objectivos reprodutivos ou alimentares.

**MILHA MARÍTIMA**

O equivalente a 1852 metros (a milha terrestre equivale a 1609 metros).

**MINHOCADA (=minhoqueiro, sertela, remolhão)**

Conjunto de minhocas de terra enfiadas numa linha e enroladas de forma a constituir um novelo; é utilizada na pesca da enguia.

**MITILICULTURA**

Cultura de mitilídeos (p.ex., mexilhão).

**MOLICEIRO**

Embarcação utilizada na laguna de Aveiro na apanha e transporte de *moliço*. Caracteriza-se pelo seu fundo chato, boca larga (c. 2,50 m) e grande comprimento (c. 15 m).

**MOLIÇO**

Plantas marinhas extraídas do fundo das lagunas e utilizadas na adubação dos campos agrícolas.

**MUGEIRA**

Rede de emalhar de deriva utilizada na pesca de mugem.

**NASSA**

Armadilha fixa, geralmente de verga, arame ou rede, com formato e contituição variadas e pode usar-se isolada ou em armações de paus, pedra ou outro material. Destina-se geralmente à pesca da enguia.

**NAVIO-FÁBRICA**

Grande unidade de pesca equipada para transformar as capturas a bordo. O navio pode capturar ele mesmo as espécies que trata ou ser uma base de transformação para uma flotilha independente.

**NAVIO DE PESCA**

Estrutura flutuante móvel de qualquer espécie e tamanho, operando em águas doces, salobras ou marítimas e utilizado para a captura, transporte, desembarque, conservação e/ou processamento de peixe, moluscos e crustáceos e outros animais aquáticos (excepto baleias) e plantas. Os navios de investigação, protecção e assistência também se devem incluir nesta categoria (FAO).

**NERÍTICA (Região ou Província)**

Extensão de água limitada pela plataforma continental (desde a linha de baixa-mar até cerca de 200 m de profundidade). Opõe-se a *oceânica*.

**NÓ**

Medida de velocidade de um navio correspondente a uma *milha* por hora.

**OCEÂNICA (Região ou província)**

Porção de água que se estende para além dos 200 m de profundidade (opõe-se a *nerítica*).

**OSTREICULTURA**

Cultura de ostras.

**PALANGRE**

Aparelho de anzol.

**PASSIVAS (Artes)**

Artes de pesca para as quais os animais se devem dirigir voluntariamente (por exemplo, armadilhas, redes de emalhar, anzóis).

**PELÁGICAS (Espécies)**

As espécies pelágicas são as que vivem na coluna de água, a diferentes profundidades, sem relação directa com o fundo do mar. Nesse sentido opõem-se às espécies bênticas.

**PESCA COMERCIAL**

Captura de espécies marinhas que se destinem a ser objecto de comércio, sob qualquer forma, quer no estado em que foram pescadas, quer após preparação, modificação ou transformação.

**PESCADO**

Conjunto de peixes, crustáceos e moluscos.

**PESQUEIRA**

Molhes de pedra construídos a partir das margens dos rios e convergentes no sentido da corrente e destinados à captura de *anádromos*.

**PESQUEIRO**

Por *pesqueiro* entendemos o sector marinho onde se efectua a pesca (espaço de produção) e que é de dimensão variável e pode ser visto a diferentes escalas. Define-se em relação à espécie (p.ex., *pesqueiro de bacalhau*) ou ao espaço (p.ex., *pesqueiros do Mar do Norte*) ou, o que é mais frequente, com a ajuda dos dois critérios (*pesqueiros de bacalhau da Terra Nova*). É frequente, nomeadamente em Portugal, a referência a embarcações de pesca como "pesqueiros" ("um *pesqueiro* de Sesimbra afundou-se ao largo do Cabo Espichel") ou à actividade do sector da pesca como "sector *pesqueiro*"; seria preferível não utilizar o termo com estas acepções.

**PICADEIRA (=solheira)**

Rede de emalhar fundeada que se usa picando o fundo diante dela para a pesca da solha (rio Minho).

**PLÂNCTON**

Conjunto de organismos vegetais e animais que vivem em suspensão nas águas e cujos meios de locomoção não lhes permitem vencer as correntes.



**PLATAFORMA CONTINENTAL**

Área submarina mais ou menos extensa, de declive geralmente suave, que corresponde à continuação do continente, desde a linha de costa até onde a profundidade aumenta bruscamente; como limite convencionou-se a isóbata dos 200 m.

**POLIVALENTE (Pesca)**

Pesca exercida por embarcações que utilizam, alternadamente, diferentes artes, o que é frequente na pesca artesanal mas não exclusivo dela.

**PONTAL**

Altura de um navio, desde a quilha até à primeira coberta.

**PORTO**

Área que proporciona protecção natural ou artificial para as embarcações.

**PORTO ARTIFICIAL**

Os portos de pesca artificiais devem possuir dois tipos de infraestruturas: marítimas e terrestres. As primeiras (cais, acostadouros, passadiços, etc.) são geralmente construídas por entidades públicas; as segundas (lotas, armazéns, estaleiros, postos de abastecimento, rodovias, serviços) tanto podem provir do Estado como de entidades privadas. No essencial, é necessário que o porto se implante num local abrigado e com espaço suficiente para expansões futuras, bem servido por transportes e, idealmente, onde exista mão-de-obra recrutável e um centro capaz de aglutinar actividades conexas.

**PREÇO DE ORIENTAÇÃO**

Para as espécies comunitárias, a UE fixa um preço de orientação no início das campanhas. Esse preço é o equivalente à média dos preços verificados nos mercados grossistas e em alguns portos de referência durante as três campanhas precedentes. É um preço indicativo e não garantido, como o *preço de retirada*.

**PREÇO DE RETIRADA**

Preço de venda mínimo na lota, fixado por categoria de tamanho e de frescura, abaixo do qual o produto é retirado do mercado. O pescador recebe então o equivalente do preço de retirada, sob a forma de indemnizações.

**PRIMEIRA VENDA**

Operação de venda do pescado em lota, após o seu desembarque.

**PREDADOR**

Animal que captura outros animais para se alimentar.

**PRODUÇÃO**

Quantidade total de organismos que se extraem do oceano.

**QUARTOS**

Rede de emalhar de 3 panos (tresmalho) fundeada.

**QUOTA**

Quantidade máxima de capturas por espécie num sector marítimo, fixada pelas instâncias nacionais ou supra-nacionais encarregadas da gestão de um manancial nesse sector marítimo. As quotas são determinadas a partir dos TAC, e depois repartidas pelos Estados, regiões, portos, embarcações.

**RAPETA (=peneira, capinete)**

Aro metálico com um saco de rede ligado ao extremo de um cabo metálico ou de madeira. Usa-se manualmente.

**RECRUTAMENTO**

Quantidade de indivíduos de uma dada espécie que anualmente passam a integrar o grupo de adultos exploráveis. Embora possa ocorrer em qualquer momento da vida dos animais, dá-se normalmente na fase jovem.



## **RECURSOS MARINHOS**

Espécies marinhas exploradas pelo Homem.

### **REDEIRO (=atador)**

Pescador que conserta ou tece a rede.

### **REDE-PÉ (=côa de dois, estramalha)**

Pequena rede de arrasto manobrada por dois pescadores ao longo da praia.

### **REMUNERAÇÃO À PARTE**

Sistema de remuneração característico da pesca artesanal em que o pescador recebe uma parte do montante das vendas do pescado capturado, de acordo com a função executada a bordo. Este sistema remunera o produto do trabalho e não o trabalho.

### **RENDIMENTO MÁXIMO SUSTENTÁVEL**

Nível máximo de captura que um stock pode suportar sem ser ameaçado de diminuição. É um estado de equilíbrio entre um certo esforço de pesca e as possibilidades de renovação do recurso. Como todo o estado de equilíbrio, raramente é atingido na realidade.

### **SABOGAL**

Rede de emalhar de 3 panos (tresmalho) de deriva.

### **SAFRA**

Período do ano em que decorre a pesca; quantidade pescada durante um período de pesca.

### **SALGA**

Processo de conservação de pescado pelo sal, que tem como principal objectivo impedir o desenvolvimento bacteriano, visto que muitos dos microorganismos que estragam o peixe não sobrevivem ou crescem em meios com muito sal.

### **SALINEIRO (=saleiro)**

Embarcação utilizada na laguna de Aveiro no transporte de sal.

### **SALOBRAS (Águas)**

Águas de baixa salinidade (entre 0,5‰ e 18‰). Podem ser encontradas em estuários e em lagunas costeiras, mas também em zonas marinhas costeiras com forte afluxo de águas doces continentais.

### **SARDINHEIRA**

Rede de emalhar derivante de superfície destinada à captura de sardinha.

### **SARGAÇO**

Conjunto de algas de diversas espécies (*Laminaria* spp., *Gelidium sesquipedales*, *Desmarestia aculeata*) utilizadas como adubo em campos agrícolas.

### **SARRICO**

Arte de mão de levantar utilizada na pesca do meixão na foz do rio Liz (Praia da Vieira) constituído por uma armação rectangular de varão metálico a que está ligado um aro do mesmo material e que suporta o saco; o conjunto é manobrado por um cabo ligado ao aro.

### **SAVARA**

Rede de emalhar de 3 panos (tresmalho) de deriva.

### **SECAGEM**

Processo que consiste em desidratar a carne do peixe e que pode ser executado ao ar livre (através da acção conjugada do sol e do vento) ou em estufas.

### **SOBREPESCA**

Do inglês, "overfishing". Desequilíbrio entre o ritmo de renovação do recurso biológico e a intensidade do esforço de pesca, o que conduz a uma diminuição das capturas ou mesmo ao desaparecimento do

recurso.

### **SOCIEDADE MISTA ("joint-venture")**

No domínio da pesca, as sociedades mistas multiplicaram-se depois do aparecimento de zonas de pesca exclusivas de 200 milhas. Um estado A que pescava tradicionalmente em águas de um estado B, vê-se impossibilitado de aí continuar a pescar. Armadores do estado A constituem então com armadores do B sociedades de capitais mistos afim de voltarem a ter acesso às águas do estado B. esta prática desenvolveu-se sobretudo com estados do Terceiro-Mundo, que podem ser proprietários de importantes recursos sem possuírem os meios técnicos para os explorar. Esta prática pode funcionar como uma verdadeira cooperação económica ou evoluir para uma espécie de neo-colonialismo nas pescas.

### **SOLHEIRA**

Rede de emalhar de 3 panos (tresmalho) fundeada.

### **SUSPENSÃO (Cultura em)**

Técnica de cultura marinha que consiste em fixar e a fazer desenvolver moluscos em elementos verticais (cordas, redes, etc.) submersos e suspensos através de estruturas fixas ou flutuantes.

### **TAB**

Tonelagem de Arqueação Bruta.

Volume interno total do casco do navio e das superestruturas. Uma tonelada de arqueação bruta é igual a 2,832 m<sup>3</sup> ou 100 pés cúbicos ingleses.

### **TAC - Total Admissível de Captura.**

Do inglês "Total Allowable Catch". Quantidade de capturas que um manancial pode tolerar sem perigo de colapso. No geral, é fixado anualmente. As *quotas* de pesca são distribuídas a partir dos TACs.

### **TAPA-ESTEIROS**

Arte de pesca fixa constituída por panos de rede fixados verticalmente da superfície ao fundo entre as margens de um esteiro.

### **TARRAFA**

Rede envolvente, largada e alada para bordo, composta de várias peças cosidas e entalhadas de forma a formar um saco na parte central.

### **TARRAFA DE MÃO (= chumbeira)**

Redes de arremeço lançadas de terra ou de uma embarcação, que captura os peixes caindo e fechando-se sobre eles.

### **TARTARANHA**

Arrasto pelo través com a rede por barlavento da embarcação que se deixava abater atravessada ao vento e à corrente.

### **TELA**

Arte em forma de tronco de cone constituída por "rede mosquiteira" (2 mm) e usada fundeada. Usa-se na apanha de meixão no Rio Minho.

### **TONEIRA (=taloeira)**

Peso de chumbo de forma fusiforme, tendo na extremidade um furo para amarrar uma linha e na parte inferior uma coroa de anzóis.

### **TRAINEIRA**

Designa as embarcações utilizadas em Portugal na pesca da sardinha com redes de cerco.

### **TRESMALHO (Rede de)**

Arte que consta de três panos de rede de comprimento, altura e malhagem muito variáveis, em que o pano do meio possui malhagem miúda, sendo por isso designado miúdo, e os panos exteriores têm malhagem mais larga, sendo designados alvitanas ou albitanas.

**TRÓFICO**

Relacionado com a alimentação.

**ULTRACONGELADO (Pescado)**

Diz-se do pescado "submetido a um processo adequado de congelação, dito "ultracongelação", que permite ultrapassar tão rapidamente quanto necessário a zona de cristalização máxima, fazendo que a temperatura do produto, em todos os seus pontos e após estabilização térmica, se mantenha sem interrupção a níveis iguais ou inferiores a -18°C e que é comercializado de modo que seja indicado que possui esta característica."(Decreto-Lei nº 239/90, de 11 de Julho).

**UNIDADE DE ESFORÇO**

Trabalho de uma unidade de pesca por unidade de operação ou de tempo; por ex., dias ou horas de arrasto.

**UNIDADE DE PESCA**

Conjunto de homens e equipamento capazes de operar independentemente para capturar animais marinhos (a unidade mais simples é constituída por um homem e uma linha e um anzol, por ex.).

**"UPWELLING"**

Ver *affloramento*.

**VANDA**

Rede de emalhar de 3 panos (tresmalho) de deriva.

**VARAR**

Imobilizar a embarcação na praia.

**VARGA DA SOLHA**

Rede de tresmalho de deriva utilizada na pesca da solha em águas não oceânicas.

**VULNERABILIDADE**

Quantidade de animais marinhos que estão em condições de ser pescados e que se encontram dentro da área de influência de uma unidade de pesca no momento em que esta opera.

**XAQUEIRA**

Aparelho de anzol fundeado.

**XÁVEGA**

Arte envolvente de arrastar pelo fundo e de alar para a praia, constituído essencialmente por um saco prolongado por duas asas ou mangas, aos extremos dos quais se amarram os cabos de alagem.

**ZEE - ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA**

Sector marítimo adjacente ao mar territorial e que se estende até às 200 milhas marítimas da costa do estado ribeirinho. No interior dessa zona, o Estado possui direitos soberanos em matéria de gestão dos recursos, vivos ou não, das águas, do fundo e do subsolo marinho.

**ZOOPLÂNCTON**

Conjunto de animais que integram o *plâncton*.

